



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Secretaria de Planejamento

Relatório Anual

Ano base 2025

planejamento@tjam.jus.br

(92) 2129-6760



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

TJAM

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Presidente: Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes

Vice-Presidente: Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil

Corregedor-Geral de Justiça: Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

Desembargador João de Jesus Abdala Simões

Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Desembargadora Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Desembargador Yedo Simões de Oliveira

Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Desembargador Paulo Cesar Caminha e Lima

Desembargador Cláudio César Ramalheira Roessing

Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis

Desembargador Jorge Manoel Lopes Lins

Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior

Desembargadora Nélia Caminha Jorge

Desembargador Ernesto Anselmo Queiroz Chixaro

Desembargador Délcio Luís Santos

Desembargadora Vânia Maria do Perpétuo Socorro Marques Marinho

Desembargador Abraham Peixoto Campos Filho

Desembargadora Onilza Abreu Gerth

Desembargador César Luiz Bandiera

Desembargadora Mirza Telma de Oliveira Cunha

Desembargadora Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Desembargador Henrique Veiga Lima

Desembargadora Ida Maria Costa Andrade

Desembargadora Lia Maria Guedes de Freitas

Juíza Ana Maria Diógenes (convocada em decorrência da aposentadoria do Desembargador Domingos Jorge Chalub Pereira)



Endereço Eletrônico: www.tjam.jus.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
A ESTRUTURA ORGÂNICA DO TRIBUNAL	5
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	7
A ESTRATÉGIA DO TRIBUNAL – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025	12
MAPA ESTRATÉGICO - TJAM	23
DIVISÃO E GESTÃO DE PROJETOS.....	24
CATEGORIA DIAMANTE NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE	77
METAS NACIONAIS - 2025.....	78
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	81
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	138
SECRETARIA DE COMPRAS, CONTRATOS E OPERAÇÕES.....	146
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO AMAZONAS.....	232
ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS	274
NÚCLEO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA.....	289
DADOS ESTATÍSTICOS NO ÂMBITO DA ATIVIDADE JUDICANTE DO TJAM	291
PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - 2025	351
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS	352
CONCLUSÃO	369



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

APRESENTAÇÃO

Como parte integrante da Prestação de Contas Anual encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, apresenta-se o **Relatório Anual do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**, cujo objetivo é consolidar os resultados e relatar as principais atividades desenvolvidas ao longo do exercício de **2025**.

O documento foi elaborado a partir das informações prestadas pelos diversos órgãos, secretarias, setores e unidades que compõem o Tribunal, dentre os quais se destacam: a Secretaria de Planejamento; a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; a Secretaria de Infraestrutura; a Secretaria de Compras, Contratos e Operações; a Escola Superior da Magistratura do Amazonas; a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas; o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica; e a Corregedoria-Geral de Justiça – CGJ.

O relatório registra os principais resultados alcançados pelo Tribunal no ano de 2025, abrangendo tanto o âmbito administrativo quanto o judicial, com ênfase no desempenho institucional da Corte em sua atividade finalística.

Inicialmente, é apresentada a estrutura organizacional do Tribunal, contendo uma síntese da distribuição funcional das unidades que o integram, bem como das atribuições de seus principais setores.

Na sequência, o documento aborda as atividades desenvolvidas na área de planejamento, contemplando o Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, formalizado por meio do Plano Estratégico 2021–2026, com a exposição dos macrodesafios definidos e dos indicadores utilizados para o acompanhamento e a avaliação das metas estabelecidas.

O relatório também evidencia a atuação institucional por meio da apresentação dos projetos e ações estratégicas implementados, destacando os resultados obtidos no exercício. Nesse contexto, são mencionados o Prêmio CNJ de Qualidade e a conquista da categoria “Diamante” pelo Tribunal no ano de 2025, bem como os resultados alcançados em relação às Metas Nacionais do Poder Judiciário.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

O documento contempla, ainda, as atividades desenvolvidas nas áreas de planejamento, tecnologia da informação e comunicação, infraestrutura, compras, contratos e licitações, além de relatar as ações realizadas pelas escolas institucionais do Tribunal.

Outrossim, o relatório apresenta os principais indicadores judiciais, incluindo dados relativos à quantidade de processos julgados e arquivados, bem como ao estoque processual inicial e final do exercício de 2025.

Por fim, são detalhadas as atividades, o funcionamento e os resultados alcançados pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas (CGJ-AM) durante o exercício de 2025.

A ESTRUTURA ORGÂNICA DO TRIBUNAL

O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM exerce jurisdição sobre a Comarca de Manaus e sobre outras sessenta comarcas do interior do Estado. Sua força de trabalho é composta por 26 Desembargadores, 113 Juízes de Direito de Segunda Entrância, 57 Juízes de Direito de Primeira Entrância, além de servidores e estagiários que atuam no apoio às atividades jurisdicionais e administrativas.

Na capital, as unidades jurisdicionais e administrativas encontram-se distribuídas em cinco Fóruns, dois Postos Descentralizados e na Sede do Tribunal, onde funciona o segundo grau de jurisdição, além de diversas unidades administrativas de apoio.

Nos termos do art. 18 da Lei Complementar nº 17/1997, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas possui como órgãos julgadores o Tribunal Pleno, as Câmaras Isoladas Cíveis e Criminais, as Câmaras Reunidas e o Conselho da Magistratura.

O TJAM conta com três Câmaras Cíveis Isoladas e uma Câmara Criminal Isolada, todas compostas por seis Desembargadores. As Câmaras Reunidas são formadas pelos membros das respectivas Câmaras Isoladas. O Conselho da Magistratura é constituído pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o preside, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor-Geral da Justiça e por dois Desembargadores, sendo um oriundo das Câmaras Cíveis e outro das Câmaras Criminais.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Integra ainda a estrutura do Tribunal a Corregedoria-Geral da Justiça, órgão responsável pelas funções de fiscalização, disciplina e orientação administrativa do Poder Judiciário Estadual, com atuação em todo o território do Estado do Amazonas. A Corregedoria é exercida por um Desembargador investido no cargo de Corregedor-Geral da Justiça.

No âmbito da estrutura organizacional do Poder Judiciário Amazonense, encontram-se diretamente vinculadas ao Gabinete da Presidência as seguintes unidades: Juízes Auxiliares da Presidência, Central de Precatórios, Assessoria Jurídico-Administrativa, Assessoria Judicial, Núcleo de Assessoramento Jurídico Virtual, Assistência Militar, Secretaria de Auditoria Interna, Assessoria de Conformidade e Controle e a Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça.

A Presidência do Tribunal conta com a atuação de três Juízes Auxiliares, designados dentre os Juízes de Direito do TJAM, na forma da Lei de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Amazonas. Compete a esses magistrados prestar assessoramento à Presidência em matérias relacionadas aos assuntos funcionais da magistratura, bem como à preservação de seus direitos, interesses e prerrogativas. Dentre suas principais atribuições, destacam-se a atuação em processos de natureza judicial, especialmente quanto à admissibilidade recursal, e em processos administrativos, notadamente na elaboração de despachos e decisões.

A Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça, subordinada diretamente à Presidência e ao Tribunal Pleno, possui sua estrutura, organização e atribuições definidas pela Resolução nº 56/2023. Tem como finalidade a gestão e o acompanhamento dos serviços administrativos e judiciais do Tribunal, em conformidade com a legislação vigente, as deliberações da Presidência, do Egrégio Tribunal Pleno e as orientações do Conselho Nacional de Justiça, competindo-lhe, ainda, o exercício das atribuições de Chefia de Gabinete da Presidência.

Estão diretamente subordinadas à Secretaria-Geral as seguintes unidades: Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, Assessoria de Cerimonial, Assessoria de Comunicação Social, Secretaria de Justiça e Secretaria de Administração.

Subordinam-se à Secretaria de Administração a Secretaria de Gestão de Pessoas, a Secretaria de Expediente, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, a



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, a Secretaria de Orçamento e Finanças, a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Infraestrutura e a Secretaria de Compras, Contratos e Operações. Compete à Secretaria de Administração, dentre outras atribuições, planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar e avaliar as atividades e projetos das unidades a ela subordinadas, bem como administrar e gerir os recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais do Tribunal.

A Secretaria de Auditoria Interna, prevista na Lei Complementar Estadual nº 213, de 10 de junho de 2021, tem por finalidade proteger o valor organizacional dos órgãos que compõem o Poder Judiciário do Estado do Amazonas, auxiliando-os no alcance de seus objetivos institucionais. Para tanto, executa atividades de avaliação e consultoria baseadas em risco, com foco na melhoria da eficácia, eficiência, efetividade e economicidade dos processos de governança corporativa, de gestão, de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como no apoio ao controle externo e ao Conselho Nacional de Justiça no exercício de suas atribuições.

Funcionam ainda no âmbito do Tribunal, dentre outros setores, a Escola Superior da Magistratura do Amazonas, cuja missão é promover a capacitação continuada dos magistrados do Poder Judiciário Estadual, e a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas, responsável pela formação, atualização e aperfeiçoamento de servidores, estagiários e demais colaboradores. Esta última tem como objetivo garantir o adequado atendimento ao jurisdicionado, assegurando uma prestação jurisdicional célere, eficiente e com impactos positivos para a sociedade e para o acesso à justiça.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

A Secretaria de Planejamento, unidade administrativa vinculada à Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, tem por finalidade estudar, planejar, orientar, coordenar, controlar e avaliar os assuntos relacionados à implementação, operacionalização e gestão do planejamento estratégico institucional. Suas atribuições abrangem, entre outras atividades, o gerenciamento de iniciativas estratégicas, a otimização e padronização dos processos de trabalho, a modernização das atividades administrativas, o



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

mapeamento e a gestão de riscos, a aferição e o acompanhamento de resultados, a promoção de políticas de qualidade no serviço público e o fortalecimento das práticas de governança.

Compete, ainda, à Secretaria de Planejamento o acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário, com base nos dados estatísticos fornecidos pelo Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica da Presidência, em cooperação com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, assegurando a consistência das informações e a confiabilidade dos indicadores utilizados para a avaliação do desempenho institucional.

No âmbito administrativo, a Secretaria de Planejamento concentra as funções de planejamento e gestão estratégica, acompanhamento de metas, gestão de processos e de riscos e aprimoramento da governança. Sua atuação abrange diversas frentes, tais como a elaboração de estudos, propostas e ações relacionadas ao Plano Estratégico Institucional, o gerenciamento de projetos estratégicos, a organização e racionalização de fluxos administrativos, o acompanhamento das atividades administrativas, a análise da produtividade jurisdicional e o desenvolvimento de políticas voltadas ao atendimento dos requisitos dos eixos de governança, transparência, produtividade e dados e tecnologia, dentre outras.

Estrutura Organizacional

A Secretaria de Planejamento possui a seguinte estrutura organizacional:

- **Gabinete da Secretaria de Planejamento**, ao qual se vinculam:
 - Seção de Monitoramento do Plano Estratégico e das Metas Nacionais;
 - Seção do Laboratório de Inovação;
 - Seção de Apoio à Governança;
 - Seção de Gestão de Processos de Trabalho;
- **Divisão de Gestão e Projetos**, composta por:
 - Seção de Gestão;
 - Seção de Projetos.

Principais Atividades Desenvolvidas em 2025

No exercício de 2025, a Secretaria de Planejamento do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas desenvolveu diversas ações estratégicas voltadas ao fortalecimento da governança,



da gestão por processos, do monitoramento do planejamento estratégico e da inovação institucional, destacando-se as atividades a seguir descritas.

1. Seção de Gestão de Processos de Trabalho

a. Implantação do Sistema SAEWEB (Módulo de Gestão de Riscos)

O Tribunal de Justiça do Amazonas, mediante termo de cooperação técnica firmado com a Controladoria-Geral do Distrito Federal, passou a utilizar institucionalmente o sistema SAEWEB, que contempla o Módulo de Gestão de Riscos. Com isso, a Secretaria de Planejamento iniciou a transição de todo o processo de gestão de riscos para a nova plataforma, garantindo maior padronização, segurança das informações, rastreabilidade das ações e aprimoramento do controle das atividades relacionadas ao tema.

O Módulo de Gestão de Riscos do SAEWEB permite registrar, monitorar e reportar eventos de risco, controles e planos de ação, possibilitando o acompanhamento contínuo dos níveis de exposição e a consolidação do Mapa de Riscos Institucional. A ferramenta foi desenvolvida para apoiar a segunda linha de defesa, oferecendo suporte técnico à alta administração e às unidades gestoras, promovendo processos mais padronizados, transparentes e rastreáveis, fortalecendo o controle interno, a integridade e a governança institucional.

• Link Sistema
SAEWEB: https://intranet.tjam.jus.br/joomla_intranet/index.php/gestao-de-riscos/sistema-saeweb

• Link da página de Gestão de Gestão de Riscos:

https://intranet.tjam.jus.br/joomla_intranet/index.php/gestao-de-riscos

b. Implementação do Sistema de Gestão de Processos de Trabalho (GESTPRO)

O Sistema de Gestão de Processos de Trabalho (GESTPRO), desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Amazonas, foi criado para modernizar e tornar mais simples e padronizado o gerenciamento dos processos de trabalho do Tribunal. A plataforma reúne, em um único ambiente, o registro, a publicação dos fluxos institucionais, permitindo consultar facilmente os processos cadastrados, acessar fluxogramas oficiais, documentos complementares e legislações relacionadas. Também possibilita o download dos fluxos em imagem ou PDF, além do envio de procedimentos e instruções que apoiam a execução das atividades. Todo esse conjunto é acompanhado por um



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

painel de dashboard que permite monitorar os processos de trabalho de forma clara e atualizada.

- Link Sistema GESTPRO: <https://gestpro.tjam.jus.br/autenticacao/entrar>
- Link da página de Gestão de processos de trabalho: https://intranet.tjam.jus.br/joomla_intranet/index.php/gestao-de-processos-de-trabalho/sobre

2. Seção de Monitoramento do Plano Estratégico e Metas Nacionais

1. Realização de processos de gestão participativa voltados à construção das Metas Nacionais do CNJ para 2026, incluindo:

Consulta pública, por meio de enquete disponibilizada no portal do TJAM, com ampla participação de diversos segmentos da sociedade, entre eles magistrados, servidores, membros do Ministério Público, advogados, defensores públicos e cidadãos;

Reunião com 102 magistrados e 470 servidores do TJAM, realizada de forma híbrida — presencialmente e por videoconferência na plataforma Zoom;

Audiência pública da Região Norte, destinada à coleta de contribuições da sociedade e do sistema de justiça.

2. Realização de levantamentos estatísticos e coleta de dados referentes ao quantitativo de processos vinculados a cada Meta Nacional, com o objetivo de avaliar, identificar e fiscalizar a evolução dos resultados, possibilitando o posterior encaminhamento de expedientes às unidades judiciais do TJAM, a fim de contribuir para a elevação dos índices das metas nacionais.

3. Seção de Apoio à Governança

Pelo terceiro ano consecutivo, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas alcançou o Selo Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade, consolidando-se entre os tribunais com melhor desempenho nacional. No ciclo avaliativo de 2025, o TJAM obteve os seguintes resultados: 85,3% no Eixo Governança, 79,9% no Eixo Produtividade, 85,71% no Eixo Transparência e 93,43% no Eixo Dados e Tecnologia, alcançando 85,6% de pontuação geral, índice que garantiu a manutenção da posição de destaque da Corte. Essa conquista reflete o empenho conjunto de magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e demais colaboradores, cujos esforços integrados possibilitaram avanços contínuos nos processos de gestão, transparência, tecnologia



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

e governança institucional. O painel oficial de resultados do CNJ pode ser acessado no link abaixo, reforçando a relevância do desempenho obtido.

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieMDJiMmEwZjMtZjU2Ny00OWQxLWE3NjEtM2Q5NGYxNjcwYmE1IiwidCI6ImFkOTE5MGU2LWw0NWQtNDYwMC1iYzVjLWVjYTU1NGNjZjQ5NyIsImMiOiJ9>

4. Seção do Laboratório de Inovação

Considerando a criação e a integração do Laboratório de Inovação à estrutura organizacional da Secretaria de Planejamento, nos termos da Resolução TJAM nº 56, de 07 de novembro de 2023, e Resolução TJAM nº 16, de 07 de maio de 2024, foram desenvolvidos os seguintes projetos inovadores com o objetivo de disseminar a cultura da inovação, utilizar ferramentas técnicas colaborativas, envolver atores externos e internos e aprimorar a prestação jurisdicional.

VIAJUS: Autorização de Viagem Digital para Crianças e Adolescentes

Uma iniciativa colaborativa entre os Laboratórios de Inovação de cinco Tribunais de Justiça da região Norte do Brasil (TJAC, TJAM, TJAP, TJRR e TJRO). Utilizando Design Thinking, os laboratórios participantes do Projeto identificaram as dificuldades enfrentadas por famílias (especialmente as vulneráveis ou remotas) e pelo Judiciário. A solução visa agilizar o processo, reduzir custos e ampliar o acesso, usando tecnologias acessíveis como WhatsApp e formulários online, em conformidade com a Resolução CNJ n. 295/2019 e alinhado às diretrizes de inovação do CNJ (Res. 395/2021) e ao Prêmio CNJ de Qualidade (Port. 401/2024)

Objetivo: O projeto VIAJUS busca modernizar o processo de autorização de viagens para crianças e adolescentes, substituindo procedimentos presenciais e burocráticos por um fluxo digital simplificado. O TJAM criou um sistema que unifica o fluxo dessa demanda, desde processo de entrada na solicitação até a entrega ao usuário do documento de autorização de viagem.

Período do projeto: Fevereiro/2025 a Outubro/2025.

Metodologia: O projeto utiliza a metodologia do Design Thinking, com fases de Empatia, Definição, Ideação, Prototipação, Teste e Iteração.

Justiça além das fronteiras

Os Laboratórios de Inovação do TJAM (Legallab), TJMG (UAILab) e TJRR (Inovajurr) identificaram um problema comum: a ausência de dados organizados e de materiais



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

informativos acessíveis para migrantes e refugiados, especialmente no que se refere à linguagem clara e à compreensão dos fluxos institucionais.

Objetivo: Ampliar o acesso à informação para migrantes e refugiados venezuelanos, visando garantir o pleno exercício de seus direitos no âmbito dos Tribunais de Justiça do Amazonas (TJAM), Minas Gerais (TJMG) e Roraima (TJRR).

Período do projeto: Fevereiro/2025 a Dezembro/2025.

Metodologia: o projeto se apoia em uma escuta qualificada e na metodologia do Design Thinking, a fim de compreender as necessidades, desafios e demandas enfrentadas por esse público no acesso aos serviços dos três tribunais e prototipar um Produto Mínimo Viável (MVP), fundamentado em evidências coletadas em campo e nos resultados das oficinas colaborativas.

A ESTRATÉGIA DO TRIBUNAL – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025

O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM instituiu, por meio da Resolução nº 06/2021, o seu Plano Estratégico para o período de 2021 a 2026, elaborado em consonância com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o Sexênio e com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 325, de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

O processo de formulação do Planejamento Estratégico 2021–2026 observou as orientações nacionais e buscou alinhar os objetivos institucionais do TJAM às demandas da sociedade amazonense, considerando as especificidades regionais, os desafios estruturais e a necessidade de fortalecimento da governança e da efetividade da prestação jurisdicional.

O plano foi constituído pelos princípios estratégicos, a saber:

Missão: Realizar Justiça.

Visão: Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.

Atributos de Valor: Acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

O Planejamento Estratégico foi estruturado a partir de três perspectivas: sociedade, processos internos, e aprendizado e crescimento, além de doze macrodesafios, desdobrados em iniciativas e projetos que são monitorados através de indicadores de desempenho, representados por ações, metas, objetivos e diretrizes, voltados a cumprir a missão institucional de realizar justiça.

O primeiro macrodesafio é a “Garantia dos Direitos Fundamentais”. Situa-se sob a perspectiva da sociedade. Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Este primeiro macrodesafio tem como indicador o “Índice de Acesso à Justiça”, pensado a partir de três tipos de capitais (Cidadania, População e Judiciário), desmembrados em dimensões (Direitos e deveres, Vulnerabilidade e acesso a serviços públicos; Perfil e dinâmica demográfica; e Padrão de resolução de conflitos, Distribuição e acesso a serviços públicos e Inovação tecnológica), cuja meta é aumentar em 0,02 ao ano o Índice de Acesso à Justiça, levando-se em consideração a linha de base de 0,496. No ano de 2021, através das informações obtidas do Painel disponibilizado pelo CNJ, o Índice Cidadania foi de 31,08%, o Índice População foi de 14,48% e o Índice Judiciário foi de 41,34%, no entanto, quando se diz respeito aos dados referentes aos anos de 2022 a 2025 temos a informar que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ está realizando o levantamento dos indicadores, visto que, os dados são produzidos por diversas fontes e por variados métodos estatísticos utilizados para cálculo.

O segundo macrodesafio é o "Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade". Este indicador também situa-se sob a perspectiva da sociedade. Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Este segundo macrodesafio tem como indicador a “Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário”, pesquisa de campo com abrangência nacional e com participação de todos os



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

segmentos da justiça. O CNJ, por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com apoio do Laboratório de Inovação de ODS (LIODS/CNJ) e cooperação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), realizou pesquisa com base na percepção do público quanto aos serviços prestados pelo Poder Judiciário e seu funcionamento. O estudo visa obter informações sobre o acesso ao sistema de justiça, o acompanhamento processual e a efetividade dos serviços jurisdicionais prestados, possibilitando o planejamento e o desenvolvimento de melhorias para o Poder Judiciário. Os formulários de pesquisa foram destinados a quatro públicos diferentes: cidadãos(ãs) que já tenham sido parte em algum processo judicial nos últimos cinco anos, advogados(as), defensores(as) públicos(as) e membros do Ministério Público. A coleta das respostas ocorreu no período de 18 de abril a 18 de maio de 2022, por meio de questionários eletrônicos. Atualmente o Índice de Percepção à Justiça dos Cidadãos apresenta-se da seguinte forma: muito Insatisfeito com o Poder Judiciário 41,7%, insatisfeito com o Poder Judiciário 41,7%, satisfeito com o Poder Judiciário 12,5%, muito satisfeito com o Poder Judiciário 4,17%. A meta deste indicador para o tribunal é atingir ao final da estratégia, 70% de satisfação.

Ademais, em relação ao macrodesafio "Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade", o tribunal, anualmente, realiza o acompanhamento do indicador Índice de Transparência, cuja meta é manter acima de 90% a pontuação alcançada no Ranking Transparência do Poder Judiciário. No ano de 2025, o TJAM obteve a marca de 97,18%, através da média ponderada dos itens avaliados, conforme requisitos e pesos em vigor detalhados na normativa mais recente do CNJ.

O terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, oitavo e nono macrodesafios situam-se sob a perspectiva dos Processos Internos.

O terceiro macrodesafio visa a "Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional". Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Este terceiro macrodesafio tem como indicadores: [i] "Taxa de congestionamento das execuções fiscais", cuja meta é reduzir em 5% (cinco por cento) ao ano a taxa de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

congestionamento das execuções fiscais; [ii] “Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais”, cuja meta é reduzir em 2,5% (dois vírgula cinco por cento) ao ano a taxa de congestionamento líquida; [iii] “Índice de atendimento à demanda”, cuja meta é manter em, no mínimo, 100% o índice de processos baixados em relação aos casos novos; e [iv] “Tempo de tramitação dos processos pendentes líquidos, cuja meta é reduzir o tempo de duração dos casos pendentes até 2026.

A despeito de ter sido estabelecida para o primeiro indicador - Taxa de congestionamento das execuções fiscais, uma meta de $\leq 73,69\%$ para o ano de 2025, o TJAM alcançou o expressivo resultado de 21,13%, representando um desempenho positivo e histórico. Quanto ao segundo indicador - Taxa de congestionamento líquida, cuja meta era alcançar resultados $\leq 53,95\%$, o tribunal obteve um resultado de 54,73% no ano de 2025. Em relação ao terceiro indicador - Índice de atendimento à demanda, o tribunal obteve uma taxa de cumprimento de 106,01%, cuja meta estabelecida era manter, no mínimo, em 100% o índice de processos baixados em relação ao total de casos novos. No que diz respeito ao indicador - Tempo de tramitação dos processos pendentes líquidos o TJAM alcançou a média de 593 dias no ano de 2025. Para os 4 (quatro) indicadores supracitados, foram analisados os dados constantes no Painel de Estatísticas do Poder Judiciário do CNJ, levando-se em consideração a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DATAJUD, alinhados às fórmulas e glossários da Res. CNJ n. 76/2009, bem como à parametrização do Justiça em Números.

O quarto macrodesafio é o “Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa”. Tem como descrição Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

O quarto macrodesafio tem como indicadores: [i] “Índice de prescrição”, cuja meta é reduzir em 1% ao ano o número de julgamentos por prescrição em relação ao total de



juízos relativos à improbidade administrativa e à corrupção; [ii] “Tempo médio dos processos pendentes de improbidade e corrupção”, cuja meta é reduzir em 8% (oito por cento) ao ano, o tempo médio dos processos pendentes de improbidade e corrupção; e [iii] “Índice de Processos Administrativos Disciplinares Baixados”, cuja meta é aumentar em 10% (dez por cento), em relação ao ano anterior, o percentual de processos administrativos disciplinares baixados.

No que diz respeito ao primeiro indicador do quarto macrodesafio, “Índice de prescrição”, a linha de base apurada pelo CNJ, no ano de 2020, foi de 15,95%, o tribunal, por sua vez, em 2021, 2022, 2023 e 2024 obteve o resultado de 15,22%, 23,83%, 21,93% e 19,52%, nessa ordem. Quanto ao segundo indicador “Tempo médio dos processos pendentes de improbidade e corrupção”, o CNJ divulgou em seu Painel de Estatística os resultados dos anos de 2021, 2022 e 2023, respectivamente 1196 dias, 1395 dias e 1314 dias, levando-se em consideração a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DATAJUD, contudo a linha de base apurada em 2020 foi de 1330 dias. No que se refere ao terceiro indicador “Tempo de tramitação dos processos administrativos disciplinares”, o TJAM alcançou uma média de 28,04% de processos baixados de PADs, todavia, a meta estabelecida para o TJAM era de $\geq 79,55$ para o ano de 2025.

O quinto macrodesafio visa a “Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos”. Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

Este macrodesafio tem como indicadores [i] “Índice de conciliação”, cuja meta é aumentar em 2% (dois por cento) ao ano o percentual de conciliações; [ii] “Índice de realização de audiências nos CEJUSCs”, cuja meta é aumentar em 2% (dois por cento) ao ano o percentual de conciliações nos CEJUSCs; e [iii] “Índice de realização de audiências do artigo 334 do CPC”, cuja meta é aumentar em 2% (dois por cento), ao ano o total de audiências realizadas nos termos do art. 334 do CPC.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

No tocante ao indicador Índice de conciliação, cuja meta para 2025 era alcançar índices iguais ou superiores a 18,39%, o TJAM atingiu o percentual de 7,86% entre o total de sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças. Quanto ao índice de realização de audiências nos CEJUSCs, cuja meta era alcançar índices iguais ou maiores que 20,95%, o tribunal alcançou 1.234,23% entre o total de audiências de conciliação e mediação nos CEJUSCS e o total de processos remetidos e ingressados nos CEJUSCS, conforme dados extraídos do Painel de Estatística do CNJ e parametrização para o Prêmio Conciliar é Legal. Acerca do indicador Índice de Realização de Audiências do art. 334 do CPC, cuja meta era alcançar em 2025 índices iguais ou maiores que 10,03%, o TJAM alcançou o percentual de 9,30% entre o total de audiências, nos termos do art. 334 do CPC realizadas em qualquer unidade judiciária, inclusive nos CEJUSCs ou nas Câmaras de Conciliação/Mediação, em relação aos casos novos de conhecimento não criminais de 1º grau e casos novos originários de 2º grau, passíveis de acordo.

O sexto macrodesafio é a “Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios”. Tem por finalidade a promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

O sexto macrodesafio tem como indicadores: o [i] “Tempo médio entre o trânsito em julgado/ ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese”, cuja meta é reduzir em, no mínimo, 5% ao ano o tempo médio entre o trânsito em julgado/ sentença de mérito do precedente e o julgamento dos respectivos processos suspensos, o tempo estabelecido para esse indicador é de até 360,45 dias para o ano de 2025. Relativamente a este indicador, e com base nas informações extraídas por meio do Painel do CNJ, nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024 os resultados alcançados pelo TJAM foram de 438 dias, 474,5 dias, 839,50 dias e 1530 dias, respectivamente; ii] o “Tempo médio entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs)”, cuja meta é reduzir em, no mínimo, 5% ao ano o tempo decorrido entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos incidentes



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

de resolução de demandas repetitivas, a linha de base deste indicador foi estabelecida em 496 dias, sendo assim, com base nas informações extraídas pelo Painel de Estatística do CNJ, o TJAM obteve como resultado em 2022, o tempo médio de 474,5 dias, e em 2024 o tempo médio de 443,25 dias; quanto ao [iii] “Tempo médio entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IACs)”, cuja meta é reduzir o tempo decorrido entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IACs), em 2025, não ocorreu Incidentes de Assunção de Competência no Tribunal.

O sétimo macrodesafio é a “Promoção da sustentabilidade”. Tem por finalidade o aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

O sétimo macrodesafio tem como indicador o “Índice de Desempenho de Sustentabilidade”, cuja meta é aumentar em 1% ao ano. Em 2025, o indicador atingiu a taxa de cumprimento de 72,10%, ultrapassando a meta de 61,40% estipulada para o ano. O cômputo é resultante de vários indicadores distintos calculados com base nos dados da Resolução CNJ nº 201/2015.

O oitavo macrodesafio é o “Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal”. Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social. Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social. Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

Este macrodesafio possui quatro indicadores, quais sejam: [i] a “Taxa de encarceramento”, cuja meta é manter, no máximo, o total de 200 presos provisórios e presos condenados por 100 mil habitantes; o [ii] “Tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento”, cuja meta é reduzir em 5% ao ano o tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento; o [iii] “Tempo médio das decisões em execução penal”, cuja meta é reduzir em 25% ao ano o tempo médio das decisões em execução penal; e o [iv] “Tempo médio de julgamento em primeira instância dos presos provisórios”, cuja meta é reduzir o tempo médio entre o dia da prisão dos presos provisórios e julgamento em primeira instância. No que concerne ao primeiro indicador - Taxa de encarceramento, o TJAM apurou, no ano de 2025, o resultado de 195,50 presos provisórios e condenados por cem mil habitantes, através de relatórios extraídos no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0). Quanto ao segundo indicador - Tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento, até o final do ano de 2025, foi de 1175 dias. No que diz respeito ao terceiro indicador - Tempo médio das decisões em execução penal, o tribunal contabilizou, até o final de 2025, 1038 dias. Quanto ao quarto indicador - Tempo médio de julgamento em primeira instância dos presos provisórios, o CNJ não disponibilizou as informações de 2025 no seu painel de monitoramento dos indicadores de desempenho.

O nono macrodesafio é o “Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária”. Refere-se à formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

O nono macrodesafio possui como indicador o “Índice de desempenho dos órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos Governança e Qualidade da Informação”, cuja meta é manter acima dos 80% ao ano a pontuação alcançada nos eixos "Governança" e "Qualidade da Informação". No ano de 2025 o percentual da pontuação alcançada foi de 89,35%, conforme regulamento em vigor do Prêmio CNJ de Qualidade.

O décimo, décimo primeiro e décimo segundo macrodesafios situam-se sob a perspectiva de Aprendizado e Crescimento.

O décimo macrodesafio é o “Aperfeiçoamento da gestão de pessoas”. Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

O décimo macrodesafio possui quatro indicadores, quais sejam: [i] o “Índice de absenteísmo”, cuja meta é manter abaixo de 1,60% ao ano o índice de absenteísmo; [ii] o “Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho - PRQV”, cuja meta é manter acima de 70% ao ano a força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho; [iii] o “Índice de capacitação de magistrados”, cuja meta é aumentar em 2%, em relação ao ano anterior, o índice de magistrados capacitados; e [iv] o “Índice de capacitação de servidores”, cuja meta é aumentar em 2% ao ano o índice de servidores capacitados em relação ao total de servidores.

No ano de 2025, o índice de absenteísmo alcançou a marca de 1,42%, cálculo estimado pelo percentual de ausências de magistrados e servidores ao trabalho por motivo de doença própria e de familiar, de acordo com as informações obtidas no Sistema de Questionários do CNJ (Módulo Saúde), atingindo resultado satisfatório com base na meta



estipulada para o ano, de se manter abaixo de 1,60%. No que diz respeito ao indicador PRQV, o TJAM contabilizou no ano de 2025, o índice de 7,27%, conforme dados extraídos do PLS-Jud (Res. nº 201/2015). Até o final de 2025, o índice de capacitação dos magistrados foi de 73%. No que se refere ao percentual de servidores capacitados, o TJAM contabilizou o montante de 71,15% em relação ao total de servidores do tribunal, excluindo estagiários.

O décimo primeiro macrodesafio é o “Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira”. Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimento e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Este macrodesafio possui três indicadores o [i] o “Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias - IDOB”, cuja meta é manter em até 90% ao ano o índice de dotações para despesas obrigatórias; [ii] o “Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias - IEDD”, cuja meta é aumentar em 3% ao ano o índice de execução das dotações para despesas discricionárias; e [iii] o “Índice de Execução das Dotações para Projetos - IEP”, cuja meta é aumentar em 3% ao ano o índice de execução das dotações para projetos. No que diz respeito ao “Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias”, o TJAM manteve seu IDOB nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024, respectivamente, em 88,97%, 91,19%, 86,20% e 84,29%. Quanto ao IEDD nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024 o TJAM atingiu índices de 63,71%, 79,21%, 72,55% e 88,33%, respectivamente. No que diz respeito ao IEP, o percentual de cumprimento apurado nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024 pelo TJAM foi de 9,14%, 44,72%, 47,83% e 88,84%, nessa ordem.

O décimo segundo macrodesafio é o “Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados”. Refere-se a programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Este derradeiro macrodesafio possui dois indicadores, quais sejam: [i] o “Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário-IGOVTIC-JUD”, cuja meta é manter acima de 0,95 ao ano, a pontuação alcançada na apuração do IGOVTIC-JUD, conforme Resolução CNJ nº 370/2021; e [ii] o “Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total”, cuja meta é manter em 100% o total de casos eletrônicos em relação ao acervo total.

Até o final de 2025, o Índice do IGOVTIC-JUD atingiu a pontuação de 95,95%, alcançando o nível excelência, já quanto ao Índice que mede o percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total, o tribunal se manteve em 100%.

Para o melhor entendimento e visualização dos macrodesafios, foi elaborado o Mapa Estratégico definido no Plano Estratégico 2021-2026 do TJAM.



MAPA ESTRATÉGICO - TJAM





DIVISÃO DE GESTÃO E PROJETOS

Considerando a criação e a integração da Divisão de Gestão e Projetos à estrutura organizacional da Secretaria de Planejamento, conforme disposto na Resolução nº 56, de 07 de novembro de 2023, e diante da necessidade de promover o desenvolvimento eficaz dos projetos desta Corte, foram definidas atribuições específicas para essa Divisão, com a finalidade de: assessorar a Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas no desenvolvimento de projetos institucionais e estratégicos; sistematizar e articular a melhoria contínua da metodologia de gestão, com vistas à promoção da efetividade dos resultados institucionais; gerenciar projetos e fomentar a melhoria dos processos organizacionais do Tribunal; assegurar o alinhamento dos projetos ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, considerando as perspectivas, os macrodesafios, as iniciativas, os programas e as ações previstas; elaborar, implementar e monitorar o cumprimento da metodologia de gerenciamento de projetos; revisar, anualmente, o Portfólio de Projetos, observando a evolução das práticas de gerenciamento, bem como os fatores internos e externos relevantes ao contexto organizacional do Tribunal; assessorar a Alta Administração nas decisões relacionadas aos projetos institucionais, dentre outras atividades correlatas.

Projeto é definido como um empreendimento temporário, caracterizado por possuir início, meio e fim previamente estabelecidos, cujo objetivo é a criação de um produto, serviço ou resultado único, observando parâmetros definidos de prazo, custo e qualidade. O sucesso de um projeto está diretamente relacionado a um planejamento adequado, que contemple a clara definição de objetivos, escopo e etapas necessárias à sua execução, bem como o detalhamento das atividades, possibilitando a adequada estimativa de tempo e recursos.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Nesse contexto, os projetos estratégicos são aqueles alinhados a um ou mais objetivos estratégicos (macrodesafios) do Tribunal, contribuindo de forma direta para o alcance das metas institucionais estabelecidas.

Apresentamos a seguir o portfólio dos projetos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas referente ao exercício de 2025.

Projetos TJAM 2025

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Promover acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.
Identificação do Projeto: 1 - Implantação do serviço de Audiodescrição.
Responsável: Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - DVIAS
Propósito do Projeto: Implantar o recurso de acessibilidade comunicacional intitulado audiodescrição nas manifestações públicas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.
Entregas Esperadas: "Adequação conforme o art. 4º, inciso II da resolução 401/2021 do CNJ, que orienta a respeito da utilização de ""Língua Brasileira de Sinais (Libras), do Braille, de audiodescrição, da subtitulação, da comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação". Para a implantação do serviço se faz necessário: <ul style="list-style-type: none">- Compra de equipamentos destinados a operação do serviço;- Aplicação de treinamento de audiodescrição em níveis: básico, intermediário e avançado;- Aplicação de treinamento para manuseio dos equipamentos destinados à audiodescrição;- Adequação de espaço físico destinado à realização do serviço;- Composição de comissão composta pelos servidores capacitados para fins de execução do serviço sob demanda."
Resultados Obtidos em 2025: <ol style="list-style-type: none">1. Realização de Webinário sobre Noções de Audiodescrição, promovido pela ESMAM (julho/2025);2. Autorizada a aquisição dos seguintes equipamentos conforme PCA 2024: Microfone



de Mesa com Pedestal; Microfones Lapelas Sem fio; Microfones BOOM;

3. Aquisição de equipamentos para realizar audiodescrição: Equipamentos aprovados no PCA para o ano de 2025 (2024/000008788-00) encontram-se aguardando procedimento licitatório (SEI 2025/000011061-00); Os itens não aprovados no PCA para o ano de 2025 (2024/000008788-00), foram novamente solicitados no PCA para o ano de 2026 (SEI 2025/000006286-00); Abertura de Helpdesk solicitando a possibilidade de fornecimento do material pela Divisão de Patrimônio (Chamado ID 246251).

4. Adequação da sala para produção de conteúdo de audiodescrição: Solicitação através do Processo SEI 2025/000042123-00 de sala adequada à realização do serviço de audiodescrição no prédio que encontra-se em fase de construção e que será destinado às escolas judiciais (ESMAM e EJUD);

5. Criação de comissão para audiodescritores: Solicitação através do Processo SEI 2025/000068934-00, de constituição de uma comissão composta por cinco servidores para a realização do serviço.

Orçamento: R\$12.880,00.

O curso de formação em Audiodescrição – módulo básico – foi orçado em R\$960,00.

Microfone de Mesa com Pedestal: R\$220,00;

Microfones Lapelas Sem fio: R\$11.000,00;

Microfones BOOM: R\$700,00.

1. Aquisição de equipamentos para realizar audiodescrição: Como os itens não foram licitados, permanece a estimativa de orçamento apresentado no relatório anterior.

2. Adequação da sala para produção de conteúdo de audiodescrição: Por ser uma obra que irá atender à construção do Centro de Práticas Pedagógicas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por este motivo não tem como ser mensurado o valor apenas da sala de audiodescrição.

3. Criação de comissão para audiodescritores: Por ainda estar em fase de aprovação, não há orçamento definido.

Progresso do Projeto: 15%

Status: Em Andamento.

Perspectiva: Sociedade



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Promover acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.
Identificação do Projeto: 126 - Intérpretes humanos no site do TJAM.
Responsável: Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - DVIAS
Propósito do Projeto: Inserir vídeos gravados com intérpretes humanos, em abas específicas no site do Tribunal, promovendo acessibilidade aos usuários.
Entregas Esperadas: Site do Tribunal mais acessível, diminuindo as barreiras tecnológicas. Adequação conforme Art. 2º Inciso 2º da resolução N° 401, de 16 de Junho de 2001 do CNJ, que orienta a efetivação da acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário às pessoas com deficiência. Ainda no Art. 3º Inciso IV reitera que as barreiras são: qualquer entrave à comunicação, ao acesso à informação e a compreensão. Minimizando as dificuldades que impedem a pessoa com deficiência no acesso às informações contidas no site do Tribunal.
Resultados obtidos em 2025: <ol style="list-style-type: none">1. Definição dos conteúdos institucionais a serem traduzidos em Libras;2. Planejamento de gravação dos vídeos com intérpretes humanos;3. Realizada reunião interna com a equipe da DVIAS para apresentação da proposta do projeto e definição das responsabilidades;4. Iniciado levantamento preliminar dos conteúdos institucionais e informativos prioritários para tradução em Libras;5. Elaborado esboço do cronograma de gravação dos vídeos com os intérpretes da unidade.6. Monitoramento aguardando a disponibilização do glossário unificado de termos em linguagem brasileira de sinais (LIBRAS), a ser utilizado no âmbito do poder judiciário.
Orçamento: Apenas uso de recursos humanos deste tribunal.
Progresso do Projeto: 40%
Status: Em Andamento.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos; Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude.

Identificação do Projeto: 11 - Depoimento Especial - DE (Regulamentação, implantação de salas de DE e capacitação continuada).

Responsável: Coordenadoria Infância e Juventude - COIJ

Propósito do Projeto: Fazer cumprir a Resolução 299 do CNJ, de 05/11/19, que dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei Nº 13.431, de 4/04/17, que normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e cria mecanismos para prevenir e coibir a violência.

Entregas Esperadas: Regular o DE no TJAM e mobilizar a rede de proteção para fazer uso da metodologia nos ditames da Lei 13.431/2017; Até 2026, implantar salas de depoimento especial em 98% das comarcas do Amazonas . Promover duas capacitações anuais em Depoimento Especial e Escuta Especializada.

Resultados obtidos em 2025:

Atividades desenvolvidas no 1º Semestre:

- 1- Formulário de Depoimento Especial: Contato com as Comarcas do Interior para coletar informações sobre a estrutura disponível para o atendimento de crianças e adolescentes em depoimento especial.
- 2 - Criação do Fluxo de Atendimento: Participação em reunião para desenvolver o fluxo de atendimento no Centro Integrado da Criança e do Adolescente.
- 3 - Curso "SGD em Movimento": Reunião com a Escola Judicial (EJUD) para tratar do curso "SGD em Movimento: diálogos do Sistema de Justiça em prol da criança e do adolescente do Amazonas".
- 4 - Justiça Itinerante em Boca do Acre: Participação da COIJ na terceira edição do programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, realizada de 23 a 27 de junho de 2025.
- 5 - Capacitação em Boca do Acre: Palestra da servidora Valda Calderaro sobre Noções de Escuta Especializada e Depoimento Especial.
- 6 - Apoio técnico em audiências: O servidor Manoel Carneiro participou de audiências de depoimento especial em Boca do Acre, com apoio da COIJ.
- 7 - Levantamento de informações sobre a estrutura disponível nas varas do interior do Estado do Amazonas: a COIJ está fazendo um levantamento da estrutura física e de pessoal nas comarcas do interior.



Atividades desenvolvidas no 2º Semestre:

1. Regulamentação

1.1. Sugestão de alteração da Portaria nº 1.297, de 02 de abril de 2025, para inclusão da competência de análise de medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel) no âmbito do plantão judicial dos Juizados Especializados no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e instituição de sistema de colheita de depoimento especial em sede de produção antecipada de provas no Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

Status: em andamento;

1.2. A equipe técnica atua com base na seguinte legislação: Lei nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017; DECRETO Nº 9.603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018 e o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense com Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência;

2. Ampliação da Infraestrutura para Depoimento Especial

2.1. A Coordenadoria Psicossocial está em processo de expansão das salas para depoimento especial. Com a implantação de 12 novas salas (somadas às 9 existentes), a capacidade total passará para 21 salas a partir de 2026.

3. Capacitação Continuada

3.1. Realização de Curso em Depoimento Especial e Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense aos servidores do TJAM, oferecido pela ESMAM, EJUD E CNJ, de formal presencial e on-line.

Resultados Obtidos:

1. Em Boca do Acre, o psicólogo Manoel Carneiro participou de 8 audiências de depoimento especial, totalizando 9 entrevistas;

2. 20 servidores do TJAM concluíram o Curso em Depoimento Especial e Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense; e

3. Em Manaus, de janeiro a dezembro de 2025, foram realizados 682 depoimentos especiais.

Orçamento: Sem ônus.

Progresso do Projeto: 33% (O projeto é contínuo e as ações planejadas têm sido cumpridas.)

Status: Em Andamento.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Impulsionar e estimular ações sociais voltadas à população carcerária.
Identificação do Projeto: 29 - Sistema de Monitoramento dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo.
Responsável: Grupo de Fiscalização e Monitoramento do Sistema Carcerário e Socioeducativo/GMF
Propósito do Projeto: A iniciativa tem como objetivo desenvolver mecanismos para enfrentamento à tortura, maus-tratos e tratamento degradante a partir do desenvolvimento de um sistema próprio do GMF que permita o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização de forma eficaz dos estabelecimentos onde são abrigadas as pessoas privadas de liberdade.
Entregas Esperadas: O estabelecimento de um sistema robusto de monitoramento, a detecção e prevenção eficaz de práticas abusivas, a promoção de transparência e responsabilização, e, em última instância, a melhoria nas condições dos detentos, contribuindo para a proteção dos direitos humanos no contexto carcerário.
Resultados obtidos em 2025: O aplicativo e a primeira parte do sistema web estão concluídos, em andamento a finalização da funcionalidade de emissão de relatório final da inspeção para conclusão de todas as etapas previstas do projeto.
Orçamento: O orçamento é baseado na Proposta do Projeto, entretanto é necessário estimar de acordo com os recursos disponíveis por meio do Contrato Administrativo com a empresa CAST (em andamento). O orçamento previsto para o desenvolvimento do sistema é de R\$ 128.235,85
Progresso do Projeto: 92%
Status: Em Andamento.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: "Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar; Promover sólidas campanhas de educação e de promoção aos remédios constitucionais de defesa dos direitos individuais e coletivos."
Identificação do Projeto: 30 - Implantação de um Centro de Reabilitação de Filhos Homens Adictos que praticam violência Doméstica e Familiar na Cidade de Manaus.
Responsável: Coordenadoria do Centro Especializado de Atendimento às Vítimas de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Crimes e Atos Infracionais do Poder Judiciário do Estado do Amazonas – CEAVCAI
Propósito do Projeto: Implantação de um Centro de Reabilitação para Filhos Homens, Dependentes Químicos e Autores de Violência Doméstica e Familiar contra suas Mães, na cidade de Manaus, oferecendo um programa de atendimento especializado que promova mudanças comportamentais efetivas, a reabilitação dos dependentes químicos e que previna novos atos de violência.
Entregas Esperadas: Reabilitação de Dependentes Químicos: Tratamento adequado e contínuo para a dependência química, promovendo saúde mental e física. Redução da reincidência de violência doméstica: Através de acompanhamento e tratamento psicológico, social e espiritual, espera-se um tratamento integral para vícios químicos e por consequência diminuir a probabilidade de os filhos homens voltarem a cometer violência doméstica e familiar. Reconstrução de Laços Familiares: Os apoios psicológico, psiquiátrico, espiritual e as terapias familiares possibilitarão a reaproximação entre mães e filhos, promovendo a restauração do núcleo familiar e a resolução de conflitos. Conscientização: O centro atuará também na sensibilização e conscientização da sociedade para a importância de tratar e reabilitar os agressores como parte da solução para a violência doméstica, além de conscientizar também sobre os direitos da Mulher/Mãe, com relação aos direitos de inclusão a programas de proteção, ao acompanhamento psicossocial, direito a assistência financeira, etc."
Resultados obtidos em 2025: Aguardando recursos.
Orçamento Previsto: R\$ 1.353.341,42
Progresso do Projeto: 0%
Status: A fazer.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Impulsionar e estimular ações sociais voltadas à população carcerária
Identificação do Projeto: 25 - Preparação de Mão de Obra de Pessoas Privadas de Liberdade
Responsável: Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária/GMF
Propósito do Projeto: O projeto a ser implementado visa a melhoria das condições das unidades prisionais do Estado, notadamente quanto à criação de oportunidade de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

preparação para o trabalho e remição de pena por meio de atividades pedagógicas.

Entregas Esperadas: O resultado esperado é a transformação positiva do sistema prisional, proporcionando aos detentos oportunidades significativas de reabilitação, preparação para a reintegração na sociedade e redução da reincidência criminal.

Resultados obtidos em 2025:

Sem resultados, uma vez que o projeto aguarda a aprovação e a disponibilidade do orçamento estimado por meio de Emendas Parlamentares junto à Assembleia legislativa do Estado do Amazonas.

Orçamento Previsto: R\$1.111.500,00

Progresso do Projeto: 0%

Status: A fazer.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações sociais voltadas à população carcerária

Identificação do Projeto: 26 - Programa de Fomento à Leitura e práticas sociais educativas

Responsável: Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária/GMF

Propósito do Projeto: Programa que visa a remição da pena por leitura e práticas sociais educativas através da estruturação das salas de leitura nas unidades prisionais, com a aquisição de materiais e acervos apropriados com acompanhamento que permita o alcance do cumprimento da LEP e da Resolução do CNJ concernente a esta temática, além de oficinas no âmbito da cultura e educação.

Entregas Esperadas: Espera-se, ao final do projeto, a existência da estrutura de salas de leitura adequados, bem equipadas e com acervos apropriados de materiais socioeducativas, e que haja evidências tangíveis de melhorias nas habilidades de leitura, na educação e no comportamento dos detentos, contribuindo para a sua ressocialização e redução da reincidência criminal.

Resultados obtidos em 2025:

Sem resultados, uma vez que o projeto aguarda a aprovação e a disponibilidade do orçamento estimado por meio de Emendas Parlamentares junto à Assembleia legislativa do Estado do Amazonas. Remanejado para o segundo semestre de 2025, conforme relatório enviado pela área responsável através do SEI nº 2025/000038380-00.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Orçamento: R\$ 400.319,00
Progresso do Projeto: 0%
Status: A fazer.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM
Identificação do Projeto: 61 - Criação de ChatBot com Inteligência Artificial e linguagem simples.
Responsável: Secretaria de Planejamento - SEPLAN/Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC/Divisão de Gestão e Projetos - DVGP/Comissão de Laboratório de Inteligência, inovação e ODS - CLII.
Propósito do Projeto: Criação de ChatBot com Inteligência Artificial e Linguagem simples, para emissão de informação como link para emissão de certidões, pedido de guarda de filhos, divórcio etc.
Entregas Esperadas: Desenvolvimento e implantação do ChatBot com IA no site do TJAM; integração da Carta de Serviços; interface amigável com linguagem simples; funcionalidades para atendimento automatizado de pedidos e informações; relatórios de uso e desempenho; e material de apoio para divulgação e orientação dos usuários.
Resultados obtidos em 2025: A fase inicial foi terminada com a seguintes entregas: <ul style="list-style-type: none">- Pré-processamento da lista de contatos do TJAM;- Pré-processamento da carta de serviços do TJAM;- Armazenamento das informações em banco de dados acessível pela IA;- Conexão do Modelo LLM (IA) a base de dados via RAG;- Teste de interação. Levantamento de requisitos de segurança para o Chatbot (Rede TJAM): <ul style="list-style-type: none">- Identificação e análise dos requisitos necessários para que o Chatbot seja implantado em conformidade com os padrões de segurança estabelecidos pelo TJAM.- Avaliação de políticas de acesso, autenticação e proteção de dados a fim de garantir a conformidade com as normas institucionais. Análise de novas fontes de dados:



- Estudo de bases adicionais de informações que poderão enriquecer a base de conhecimento do Chatbot.
- Avaliação da qualidade, relevância e consistência dos dados provenientes dessas fontes.
- Início da tratativa para integração do Chatbot ao site do TJAM:

Estabelecido o primeiro contato com a equipe responsável pela gestão do portal institucional para viabilizar a incorporação do Chatbot.

Definição inicial de pontos técnicos e estratégicos para garantir uma integração funcional e alinhada à identidade digital do TJAM.

Próxima fase (já em execução):

- liberação do acesso ao chatbot (interno) para usuários de teste;
- ajuste do acesso à API;
- definição das regras de negócio.

Orçamento: Até o presente momento não foi identificado a necessidade de orçamento.

Progresso do Projeto: 50%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM

Identificação do Projeto: 65 - Justiça além das fronteiras

Responsável: Comissão de Laboratório de Inteligência, inovação e ODS - CLII

Propósito do Projeto: O objetivo do projeto é ampliar o acesso à informação para migrantes e refugiados venezuelanos, visando garantir o pleno exercício de seus direitos no âmbito dos Tribunais de Justiça do Amazonas (TJAM), Minas Gerais (TJMG) e Roraima (TJRR).

Entregas Esperadas: Materiais informativos acessíveis para migrantes e refugiados; canais de atendimento específicos nos tribunais envolvidos; capacitação de servidores para atendimento inclusivo; e relatórios de acompanhamento do acesso e uso dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Ações Esperadas:

1. Reuniões de alinhamento, ponto de controle, com as áreas envolvidas no projeto Construção, aplicação, tabulação e análise de dados secundários e do formulário de pesquisa para levantamento das necessidades dos venezuelanos no acesso à justiça;
2. Oficinas de Design Thinking;
3. Criação de Cronograma;
4. Revisão das versões finais da cartilha;
5. Análise dos dados do teste do protótipo;
6. Construção e customização do produto final.

Resultados obtidos em 2025:

Em 2025, a iniciativa registrada no âmbito da plataforma RenovaJud, vinculada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresentou avanços relevantes no fortalecimento da cultura de inovação no Poder Judiciário, especialmente no que se refere à organização, visibilidade e acompanhamento das ações inovadoras desenvolvidas pelos tribunais.

Link de acesso: <https://renovajud.cnj.jus.br/conteudo-publico?iniciativa=1656>

Ao longo de 2025, observou-se:

A consolidação do registro da iniciativa na plataforma RenovaJud, permitindo maior transparência e compartilhamento de boas práticas;

O alinhamento da iniciativa às diretrizes da Política Nacional de Gestão da Inovação, com adequação aos novos critérios e campos exigidos pelo CNJ;

A integração com painéis e mecanismos de acompanhamento, contribuindo para a mensuração dos resultados e para a governança das ações inovadoras;

O fortalecimento institucional da iniciativa, com potencial de replicabilidade e contribuição para metas nacionais relacionadas à inovação e modernização da Justiça.

Os resultados de 2025 refletem, portanto, avanços estruturais e institucionais, com impacto positivo na organização dos processos, na difusão da cultura de inovação e no amadurecimento das práticas adotadas.

Orçamento: Sem ônus.

Progresso do Projeto: 50%

Status: Em andamento.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Promover a articulação entre os entes de sistemas de justiça e de garantia de direitos.
Identificação do Projeto: 55 - Instalação de Ponto de Inclusão Digital (PID) na Comunidade Iauaretê do Município de São Gabriel da Cachoeira, Nível 4
Responsável: Presidência do TJAM
Propósito do Projeto: Promover o acesso efetivo, inclusivo e multicultural à justiça e à cidadania na comunidade indígena de Iauaretê, no município de São Gabriel da Cachoeira, por meio da implantação de um Ponto de Inclusão Digital (PID) de Nível 4, que reúna infraestrutura tecnológica adequada, acessibilidade física e comunicacional, e atendimento articulado entre os ramos do Poder Judiciário, a Prefeitura Municipal e demais órgãos públicos, observando o Protocolo de Consulta Indígena e respeitando a diversidade étnica e linguística local.
Entregas Esperadas: <ul style="list-style-type: none">- Disponibilizar à população local o atendimento remoto e presencial de, no mínimo, dois ramos do Poder Judiciário, conforme os requisitos do PID de Nível 2;- Oferecer serviços de cidadania, como emissão de documentos, orientação jurídica, registro de demandas e encaminhamentos, em cooperação com parceiros públicos e privados;- Promover a capacitação de servidores e facilitadores locais para garantir o adequado funcionamento do PID e o acolhimento qualificado aos usuários;- Assegurar condições de acessibilidade arquitetônica, digital e comunicacional no espaço físico, em conformidade com as normas vigentes; e- Estimular o uso do Balcão Virtual e de outras plataformas digitais dos tribunais, fomentando a cultura do acesso remoto e a autonomia dos usuários.
Resultados obtidos em 2025: <p>Foi realizada a inauguração na data do dia 13 de outubro de 2025 com a presença de autoridades do Conselho Nacional de Justiça.</p> <ul style="list-style-type: none">- Criação de SEI apresentando a documentação do Projeto;- Elaboração e Assinatura de Acordos de Cooperação Técnica junto aos parceiros;- Consulta Prévia ao Protocolo Indígena;- Registro de Protocolo de aprovação do projeto na FUNAI;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Diagnóstico Técnico e Logístico, com o levantamento de condições locais, avaliando a estrutura da escola municipal como possível local de instalação do PID;
- Adequação e Preparação do Espaço Físico;
- Aquisição/Disponibilização e Instalação de Equipamentos e Sistemas;
- Elaboração de Manual Operacional do PID e Carta de Serviços;
- Seleção e Capacitação dos Servidores; e
- Inauguração do PID.

Link: <https://www.tjam.jus.br/index.php/2022-servicos/pontos-de-inclusao-digital/560-pontos-de-inclusao-digital/noticias/15592-em-iniciativa-historica-para-o-judiciario-tjam-inaugura-primeiro-ponto-de-inclusao-digital-em-comunidade-de-povos-originarios-com-servicos-de-pericia-medica>

Orçamento Previsto: R\$32.745,40. Não houve recursos utilizados pelo TJAM no projeto, pois os recursos necessários foram viabilizados por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado com a prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. A estimativa foi baseada em alguns recursos e valores essenciais constantes no PCA 2025. Além de que os custos do projeto foram divididos entre custo de implantação e custos de manutenção.

Progresso do Projeto: 87%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Promover a articulação entre os entes de sistemas de justiça e de garantia de direitos.

Identificação do Projeto: 56 - Instalação de Pontos de Inclusão Digital (PIDs) em Comunidades nos Municípios do Estado do Amazonas

Responsável: Presidência do TJAM

Propósito do Projeto: Orientar a implantação de PIDs em todos os municípios do Estado do Amazonas, respeitando suas diferentes realidades territoriais e institucionais, observando os critérios normativos e operacionais da Resolução CNJ nº 508/2023, e os protocolos para povos originários.



Entregas Esperadas: Ampliação efetiva do acesso da população aos serviços do Poder Judiciário, especialmente em municípios sem unidades físicas ou de difícil acesso; Funcionamento contínuo de PIDs nos diferentes níveis (0 a 4), conforme a estrutura e a articulação institucional de cada localidade; Redução de deslocamentos da população para acessar serviços jurídicos, audiências e atendimentos remotos; Capacitação e atuação de facilitadores locais aptos a realizar o atendimento humanizado e adequado às realidades socioculturais de cada comunidade; e, Contribuição direta para a implementação da Resolução CNJ nº 508/2023 e para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Resultados obtidos em 2025:

- Apresentação do projeto para os prefeitos dos municípios do Estado, em fórum;
- Levantamento técnico das condições dos municípios elencados para implantação do PID;
- Consulta prévia nas comunidades predominantemente indígenas;
- Protocolo de aprovação do projeto junto à FUNAI;
- Elaboração, Assinatura e Publicação de Acordo de Cooperação Técnica entre os Tribunais, Prefeituras e Demais Parceiros no projeto;
- Elaboração de Manual Técnico do Facilitador(a) e a Carta de Serviços;
- Capacitação e treinamento de servidores responsáveis e intérpretes; e
- Inauguração do Ponto de Inclusão Digital, bem como a divulgação para a população local e para a imprensa (Inauguração do PID Iauaretê em São Gabriel da Cachoeira).

Orçamento: Os recursos necessários para a implementação do projeto não estão previstos de forma específica no Plano de Contratação Anual (PCA) 2025 do Tribunal de Justiça do Amazonas. No entanto, sua execução poderá ser viabilizada por meio de Acordos de Cooperação Técnica a serem firmados com órgãos e entidades parceiras. Ressalta-se, ainda, que alguns recursos e valores essenciais ao projeto constam no PCA 2025.

Progresso do Projeto: 60%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Sociedade



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Promover acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição. Encontrar mecanismos mais inteligentes visando superar as dificuldades de acesso à justiça
Identificação do Projeto: 63 - Atermação Eletrônica em Espaços Públicos
Responsável: Secretaria de Planejamento - SEPLAN/Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC/Divisão de Gestão e Projetos - DVGP/Comissão de Laboratório de Inteligência, inovação e ODS - CLII
Propósito do Projeto: Disponibilizar Totens de Atermação em lugares com maior fluxo/aglomeração de pessoas, tais como Procon, Shoppings da cidade de Manaus.
Entregas Esperadas: Instalação de totem digital no Aeroporto de Manaus ou em outros locais de grande público, sistema funcional com formulário eletrônico de atermação, envio de documentos, linguagem simples e inteligência artificial, além de materiais informativos, relatórios de uso e plano de expansão para outros locais estratégicos.
Resultados obtidos em 2025: Desenvolvimento da plataforma. Reunião ocorrida na segunda-feira, 13/10 entre TJAM e CastGroup para análise das telas e funcionalidades da plataforma. Resumo da reunião: A CastGroup apresentou as telas do sistema Terma Fácil, focando no cadastro, consulta e edição de protocolos. As principais discussões giraram em torno da funcionalidade de assinatura digital, gestão de formulários e usuários, e o cronograma de desenvolvimento, com o foco em entregar a funcionalidade básica em cerca de um mês e implementar melhorias contínuas. - Planejado: A disponibilização de um totem/tablet/computador/notebook com formulário previamente definido, com acesso à internet e com Inteligência Artificial, no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes ou em outro local de grande acesso, que permita ao cidadão, desacompanhado de advogado, a propositura de ação nos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus/AM (JEC). O serviço será gratuito e poderá ser feito por qualquer cidadão que se sinta lesado com o fato ocorrido junto às companhias aéreas. O sistema/aplicativo/solução a ser criada possibilitará o envio de pedidos iniciais e documentos. Atualmente o processo de Atermação Online (Ajuizamento) está disponível no site do TJAM, conforme link disponível:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

<https://www.tjam.jus.br/index.php/juizados/atermacao>

O formulário eletrônico para ajuizamento está disponível no

link:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfG_2g5iSlc1WHEc8RwDPATxqv64ufvoHdZlaOJj4MIXNRbkw/viewform

Orçamento Previsto/Utilizado: R\$ 104.147,90

Progresso do Projeto: 50%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Promover a articulação entre os entes de sistemas de justiça e de garantia de direitos.

Identificação do Projeto: 76 - Interiorização da Justiça

Responsável: Presidência do TJAM

Propósito do Projeto: Prestação jurisdicional descentralizada, de modo a fazer com que o cidadão a receba nas proximidades do local em que vive, em sua comunidade, e não em lugares longínquos, no prédio do Fórum, como é tradicional que aconteça.

Entregas Esperadas: Promoção do acesso à Justiça.

Resultados obtidos em 2025:

Não há.

Orçamento: Nenhum.

Progresso do Projeto: 0%

Status: A Fazer.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Promover a articulação entre os entes de sistemas de justiça e de garantia de direitos.

Identificação do Projeto: 161 - Aquisição de 2 ônibus para a Justiça Itinerante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Responsável: Presidência do TJAM
Propósito do Projeto: Prestação jurisdicional descentralizada, de modo a fazer com que o cidadão a receba nas proximidades do local em que vive, em sua comunidade, e não em lugares longínquos, no prédio do Fórum, como é tradicional que aconteça.
Entregas Esperadas: Dois ônibus adaptados para a Justiça Itinerante; e Promoção do acesso à Justiça.
Resultados obtidos em 2025: Não há.
Orçamento Previsto: A proposta prevê R\$1.600.000,00 na aquisição e mais 200 mil mensais no ano, entretanto o TJAM busca a captação de recursos orçamentários/financeiros a ser disponibilizado por meio de Emenda Parlamentar.
Progresso do Projeto: 0%
Status: A Fazer.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade
Iniciativa: Estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM.
Identificação do Projeto: 54 - Implementação de Ferramentas de acesso à Linguagem Simples nas Sessões do Pleno, das Câmaras Reunidas e Isoladas, e na Segunda Vara da Comarca de Parintins/AM
Responsável: Presidência do TJAM
Propósito do Projeto: Implementar a Linguagem Simples no Tribunal do Plano e nas sessões do Pleno, das Câmaras Reunidas e Isoladas, tornando a comunicação judicial mais clara, acessível e compreensível para todos os cidadãos, promovendo transparência, inclusão e eficiência no acesso à justiça.
Entregas Esperadas: <ul style="list-style-type: none">• Aumento da transparência nas decisões judiciais e facilitação na compreensão por parte do público, promovendo a confiança na instituição judicial, pois os cidadãos conseguem entender melhor o processo legal;• Maior acessibilidade para indivíduos de diversas formações educacionais e níveis de compreensão, promovendo equidade à justiça;• Fortalecimento do apoio público às instituições judiciais e reforço da legitimidade como guardiãs do estado de direito; e



- Facilitação entre os membros internos dos Tribunais, contribuindo para maior eficiência e colaboração dentro da instituição.

Resultados obtidos em 2025:

Formação do GT na nova gestão por meio da Portaria PTJ nº 508, de 11 de fevereiro de 2025;

Reunião de alinhamento entre a Divisão de Gestão e Projetos com a Secretária de Justiça, Daniele Navegante e a coordenação do GT de Linguagem Simples, dr. Rafael Cró (juiz Auxiliar da Presidência) e com o grupo de Trabalho;

Reprodução de vídeos sobre Linguagem Simples no Pleno e Câmaras;

Páginas do Pleno e Câmaras com adaptação em Visual Law e Informações pertinentes;

Formação Juízes Leigos /Cursos oferecidos pela EJUD e ESMAM /Sensibilização dos Magistrados/Curso de Autodescrição;

Disponibilização de cursos EAD aos servidores "A Linguagem Simples como Facilitadora da Comunicação no Tribunal de Justiça (Turma 1/2025", vide link da escola;

Implementação de Pesquisa de reação na página principal do TJAM, lado superior direito com cards de pesquisa em loop;

Conclusão do Projeto de implementação de ferramentas de LS e Acessibilidade no Pleno e Câmaras;

Implementação de linguagem simples em mandados judiciais na 2ª Vara de Parintins;

Expansão do Glossário Jurídico para mais de 400 verbetes e links dos vídeos do Simplifica TJAM;

Upgrade do site de LS do TJAM para funções de Acessibilidade;

Cursos de Acessibilidade sobre Audiodescrição, para Juiz Leigo e projetos da ESMAM (Gerações e Portas Abertas) e palestras pela EJUD sobre Linguagem Simples etc;

Cerimônias do TJAM em LS e acessibilidade;

Manutenção dos vídeos do Simplifica TJAM;

Envio de Relatório de Linguagem Simples ao Prêmio CNJ de Qualidade;

Implementação do projeto "Hei, deixa eu te falar" - vídeos em tom de humor para termos jurídicos;

Implementação da campanha de Proteção da criança e adolescente no Festival de Parintins em LS; e

Participação no Selo de Linguagem Simples.

Indicador 1: Quantidade de pessoas alcançadas pelos vídeos. Resultados:

Ação 2.1: Disponibilização de Vídeos nas Sessões do Pleno. Implementado no dia 18/02/2025, sendo replicado nos dias 25/02/2025 e 11/03/2025. A partir de então,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

semanalmente as sessões possuem os vídeos de Linguagem Simples. Disponível com intérpretes de libras, promovendo a acessibilidade. Até 31/07 o vídeo obteve 506 visualizações.

Ação 2.2: Disponibilização de Vídeos nas Sessões das Câmaras Reunidas. Resultados: Implementado no dia 26/03/2025. A partir de então, semanalmente as sessões possuem os vídeos de Linguagem Simples. Disponível com intérpretes de libras, promovendo a acessibilidade. Até 31/07 o vídeo obteve 254 visualizações.

Ação 2.3: Disponibilização de Vídeos nas Sessões das Câmaras Isoladas. Resultados: Implementado no dia 14/07/2025. Disponível com intérpretes de libras, promovendo a acessibilidade. Até 31/07 o vídeo obteve 208 visualizações.

Indicador 2: Quantidade de documentos adaptados. Resultados: A quantidade de documentos adaptados foi no total de 2, sendo o mandado de Citação da Segunda comarca de Parintins, elaborado pelo juiz Nilo da Rocha Marinho Neto e o Acórdão da Terceira Turma Recursal, elaborado pelo juiz Flávio Henrique Albuquerque de Freitas.

Orçamento Previsto/Utilizado: R\$960,00 para Realização de Webinário de Acessibilidade e Audiodescrição.

Progresso do Projeto: 100%

Status: Concluído.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Encontrar mecanismos mais inteligentes visando superar as dificuldades de acesso à justiça.

Identificação do Projeto: 67 - Pontos de Acesso à Justiça

Responsável: Presidência do TJAM

Propósito do Projeto: Implementar Pontos de Acesso à Justiça nos municípios do Estado do Amazonas, com o intuito de ampliar o acesso da população aos serviços do Poder Judiciário, reduzir desigualdades regionais no acesso à justiça e promover a inclusão digital em comunidades vulneráveis e de difícil acesso.

Entregas Esperadas: Ampliação do acesso à justiça; Redução das disparidades regionais no acesso aos serviços judiciais, promovendo a igualdade perante a lei;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Otimização dos processos judiciais, reduzindo a burocracia e agilizando o acesso aos serviços; e Fortalecimento da legitimidade institucional perante a sociedade, consolidando sua missão de garantir o Estado de Direito e proteção dos direitos fundamentais.

Resultados obtidos em 2025:

- Levantamento preliminar com a obtenção da quantidade total de habitantes em cada um dos 61 municípios contemplados;
- Identificação das comunidades rurais, indígenas, ribeirinhas, quilombolas e outras formas de agrupamento social presentes em cada município;
- Georreferenciamento das comunidades e sede dos municípios para visualização da dispersão territorial;
- Elaboração do Plano Geral de Projeto e Plano de trabalho com todas as ações relacionadas ao Projeto.

Orçamento: Em estimativa.

Progresso do Projeto: 0%

Status: A fazer.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar

Identificação do Projeto: 32 - Mural: "Retratos da violência"

Responsável: Coordenadoria Estadual da Mulher - CEVID

Propósito do Projeto: Ampliar o debate sobre a violência doméstica contra mulher, dando visibilidade à realidade das mulheres em situação de violência, a partir da exposição de recortes de notícias sobre o tema.

Entregas Esperadas: Aumento do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher; Promoção da prevenção da violência; Garantia do acesso à justiça.

Resultados obtidos em 2025:

Após análise técnica e administrativa, verificou-se a inviabilidade de implementação dos referidos projetos para o primeiro semestre de 2026.

Entre os fatores determinantes, destacam-se limitações orçamentárias e de recursos humanos, bem como a necessidade de priorização de outras demandas institucionais já em curso, consideradas estratégicas e de maior urgência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Orçamento: Nenhum.
Progresso do Projeto: 0%
Status: A fazer.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar
Identificação do Projeto: 44 - Seminário 20 Anos Lei Maria da Penha.
Responsável: Coordenadoria Estadual da Mulher - CEVID
Propósito do Projeto: Discutir a aplicação, os avanços, as perspectivas e os desafios da Lei Maria da Penha.
Entregas Esperadas: Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E Promoção da prevenção da violência, e do acesso à justiça.
Resultados obtidos em 2025: Planejado para 2026.
Orçamento: Em estimativa.
Progresso do Projeto: 0%
Status: A fazer.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar
Identificação do Projeto: 45 - Exposição: "Quando não mata, fere".
Responsável: Coordenadoria Estadual da Mulher - CEVID
Propósito do Projeto: Reproduzir em espaço simulado os ambientes domésticos onde as violências ocorrem visando sensibilizar e conscientizar a sociedade para os impactos e enfrentamento à violência contra mulher.
Entregas Esperadas: Aumento do Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

contra a Mulher. Promoção da prevenção da violência. Garantia do acesso à justiça.

Resultados obtidos em 2025:

Após análise técnica e administrativa, verificou-se a inviabilidade de implementação dos referidos projetos para o primeiro semestre de 2026.

Entre os fatores determinantes, destacam-se limitações orçamentárias e de recursos humanos, bem como a necessidade de priorização de outras demandas institucionais já em curso, consideradas estratégicas e de maior urgência.

Orçamento: Em estimativa.

Progresso do Projeto: 0%

Status: A fazer.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar

Identificação do Projeto: 128 - Transformando Vidas.

Responsável: Coordenadoria Estadual da Mulher - CEVID

Propósito do Projeto: Viabilizar espaços de escuta e apoio psicológico pontual aos filhos de mulheres em situação de violência, que tenham processo tramitando no Juizado e que apresentem sofrimento psicológico importante em decorrência da violência indireta.

Entregas Esperadas: Garantia de acesso a direitos e à justiça;

Disponibilização de lugar de fala que permita a elaboração do sofrimento resultante da violência vivida; Resgate da autoestima e autonomia do adolescente afetado pelo contexto familiar; Minimização dos danos causados no desenvolvimento integral da criança.

Resultados obtidos em 2025:

Após análise técnica e administrativa, verificou-se a inviabilidade de implementação dos referidos projetos para o primeiro semestre de 2026.

Entre os fatores determinantes, destacam-se limitações orçamentárias e de recursos humanos, bem como a necessidade de priorização de outras demandas institucionais já em curso, consideradas estratégicas e de maior urgência.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Orçamento: Em estimativa.

Progresso do Projeto: 0%

Status: A fazer.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar

Identificação do Projeto: 134 - Maria empodera.

Responsável: Coordenadoria Estadual da Mulher - CEVID

Propósito do Projeto: Por meio de estratégias de empoderamento feminino, contribuir para a (re)construção e fortalecimento da autoestima de mulheres estimulando, dessa forma, o reconhecimento de suas potencialidades e capacidades, além de fomentar o processo de mudança de percepções estereotipadas sobre o papel da mulher na sociedade, que por sua vez, contribuem para a perpetuação dos episódios de violência de gênero.

Entregas Esperadas: Aumento do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher; Promoção da prevenção da violência; Empoderamento feminino; e Equidade de gênero.

Resultados obtidos em 2025:

Após análise técnica e administrativa, verificou-se a inviabilidade de implementação dos referidos projetos para o primeiro semestre de 2026.

Entre os fatores determinantes, destacam-se limitações orçamentárias e de recursos humanos, bem como a necessidade de priorização de outras demandas institucionais já em curso, consideradas estratégicas e de maior urgência.

Orçamento: Em estimativa.

Progresso do Projeto: 0%

Status: A fazer.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS
Iniciativa: Disseminar a cultura de soluções alternativas de conflito; Promover o desenvolvimento da prática de conciliação e mediação; Intensificar as ações de conciliação nos CEJUSCs e nas Unidades Judiciais.
Identificação do Projeto: 110 - Prêmio Conciliar é Legal
Responsável: NUPEMEC
Propósito do Projeto: Instituir e Regulamentar, no âmbito do TJAM, o prêmio Conciliar é Legal, visando reconhecer as unidades judiciais de 1º e 2º grau que se destacarem no desempenho de suas atividades institucionais e no cumprimento dos requisitos preconizados pelo CNJ no "Prêmio Conciliar é Legal" e nos indicadores de Conciliação do "Prêmio CNJ de Qualidade".
Entregas Esperadas: O reconhecimento de iniciativas que contribuam para a efetiva pacificação de conflitos, para o aprimoramento e para a eficiência do Poder Judiciário.
Resultados obtidos em 2025: <ol style="list-style-type: none">1. A publicação da Portaria Presidência CNJ n. 206, de 8 de julho de 2025 - dando início ao XVI Edição do Prêmio Conciliar é Legal, conforme SEI nº 2025/000046016-00.2. As peças oficiais de divulgação da Semana Nacional da Conciliação – cartazes, e-mail marketing, folder e artes para redes sociais – foram disponibilizadas no link (https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao/semananacional-de-conciliacao/campanhas-conciliacao/)3. Informações complementares no endereço - comunicação comunicacao@cnj.jus.br4. Ações de Conciliação pelos CEJUSCs.
Orçamento: Sem ônus
Progresso do Projeto: 50%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS
Iniciativa: Disseminar a cultura de soluções alternativas de conflito; Promover o



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

desenvolvimento da prática de conciliação e mediação; Intensificar as ações de conciliação nos CEJUSC's e nas Unidades Judiciais.

Identificação do Projeto: 122 - Projeto Pai Presente: reconhecimento de paternidade no âmbito do Tribunal de Justiça do Amazonas

Responsável: NUPEMEC

Propósito do Projeto: Ofertar aos cidadãos comprovadamente carentes (inscritos no Cadastro Único do Governo Federal), com demanda judicial de Investigação de Paternidade, o serviço de exame pericial de DNA gratuito; Atuar junto ao público-alvo com a oferta de exame de DNA aos processos com demanda de investigação de paternidade em tramitação nas comarcas da capital e do interior do estado; Garantir a crianças e adolescentes o direito de ter o nome do pai em seus registros, conforme estabelece a Lei nº 8.560/92, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90; Estimular e disseminar a cultura da conciliação, incentivando assim à autocomposição de litígios e à pacificação social, educando o cidadão quanto à sua responsabilidade no exercício da paz social e da responsabilidade coletiva sobre a construção de uma sociedade menos conflituosa; e Auxiliar no cumprimento das Metas do CNJ, destacando a Meta 03 que determina o aumento, em no mínimo 1%, dos casos solucionados por conciliação em relação aos distribuídos; Meta 01 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e a Meta 02 (Julgar, pelo menos: 80% a 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º grau).

Entregas Esperadas: A implantação do projeto irá ampliar a eficiência operacional, acesso à Justiça, celeridade, prestação jurisdicional, mobilização e articulação com os governos locais, disseminação da conciliação e garantia de direito de crianças e adolescentes.

Resultados obtidos em 2025:

1. Captação de emenda parlamentar, por meio de projeto, conforme Processo Administrativo SEI/TJAM nº 2024/000030235-00 ;
2. Realização de Pregão Eletrônico/SRP N° 046/2024 para aquisição dos kits de exame de DNA, conforme Processo Administrativo SEI/TJAM nº 2024/000031501-00;
3. Homologação da Licitação para compra dos kits de DNA e análise do material por laboratório especializado em 29/10/2024;
4. Solicitação de prorrogação da validade de Ata de Registro de Preços SEI nº 2025/000024413-00;
5. Monitoramento em tempo real pelo Sistema SALUS DNA - BIOCROMA dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

resultados unicamente pela Vara solicitante do exame; e

6. Envio de Kits às áreas:

- Para os CEJUSCs já foram distribuído 84 Kits, - 2 Reconstituição e 82 trio;
- Para Zona Metropolitana (doze cidades) = 230 unidades do kit tipo trio/duo.
- Total utilizado de 314 kits de 631 conforme nota de empenho.

Orçamento: R\$200.000,00

Obs.: A emenda parlamentar n.º 016/2024 trouxe R\$ 200.000,00. (processo N° 2024/000031501-00)

Progresso do Projeto: 90%

Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos

Macrodesafio: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Iniciativa: Disseminar a cultura de soluções alternativas de conflito; Promover o desenvolvimento da prática de conciliação e mediação; Intensificar as ações de conciliação nos CEJUSC's e nas Unidades Judiciais.

Identificação do Projeto: 142 - Conciliando com Justiça.

Responsável: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC

Propósito do Projeto: Promoção do acesso à Justiça por meio de um atendimento humanizado, qualificado e com abertura de canais de comunicação no âmbito das unidades judiciárias.

Entregas Esperadas: Acesso à Justiça. E Intensificar mecanismos que fomentem soluções alternativas de conflitos.

Resultados obtidos em 2025:

1. Tratativas e providências relacionadas ao Processo Administrativo SEI 2023/000039232-00, id. 1480037, relacionados a Semanas de Mutirões de Conciliações com os Grandes Demandados do Judiciário Amazonense e Semana Estadual de Conciliação;
2. Manutenção das parceiras da cultura de paz, a saber, BANCO BMG; BANCO BRADESCO; BANCO ITAÚ;TIM; CLARO; OI; SAMSUNG; LATAM; RYMO; VOEPASS; e ÁGUAS DE MANAUS, conforme Portaria Conjunta N° 8, de 10 de 2021 - que regulamenta o "Programa Empresa Amiga da Justiça";



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

3. Manutenção da Portaria N° 4059, de 18 de outubro de 2023, que institui o Prêmio Estadual Conciliar é Legal e o regulamento no âmbito do TJAM; e

4. Manutenção dos Painéis em B.I. de Conciliação no TJAM, criados para mensurar as conciliações por unidades judiciárias.

Orçamento: Somente os valores disponíveis dos recursos referentes às viagens e passagens aéreas para o desenvolvimento de atividades inerentes ao projeto, que são previstos anualmente no Plano de Contratação Anual - PCA 2025 do Tribunal de Justiça do Amazonas e que estão sob o gerenciamento contínuo da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGEP.

Progresso do Projeto: 35%

Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos

Macrodesafio: Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios

Iniciativa: Uniformizar as decisões, tornando-as possível a consolidação da jurisprudência.

Observar a jurisprudência dominante e aplicar precedentes firmados.

Identificação do Projeto: 69 - Ações de capacitação e sensibilização de magistrados e assessores.

Responsável: Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas - NUGEPAC

Propósito do Projeto: Solidificar a importância do sistema de precedentes judiciais estabelecido pelo Novo Código de Processo Civil de 2015.

Entregas Esperadas: Orientar sobre a sistemática de precedentes judiciais; Contribuir para melhor prestação jurisdicional; Contribuir para racionalização de julgamentos baseado em precedentes.

Resultados obtidos em 2025:

Sem resultado.

Realização de um curso voltado aos assessores dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, a ser ministrado pelo Dr. Marcelo Ornellas Marchiori, assessor chefe do NUGEPNAC/STJ, com a seguinte temática: POR QUE E COMO ATUAR COM OS PRECEDENTES JUDICIAIS NO BRASIL? Uma análise crítica e propositiva sobre o sistema brasileiro de precedentes.

O objetivo geral do referido curso é aprofundar o estudo teórico e prático do modelo



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

de precedentes fortalecido pelo Código de Processo Civil de 2015 e correlacionar as atividades decorrentes desse modelo com a racionalização de julgamentos, a definitividade além do processo e o ganho em eficiência na atividade jurisdicional. Após consultas ao palestrante, o referido evento foi planejado para o primeiro semestre de 2026.

Orçamento:

-

Progresso do Projeto: 5%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Processos Internos

Macrodesafio: CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Iniciativa: Uniformizar as decisões, tornando-se possível a consolidação da jurisprudência; Observar a jurisprudência dominante e aplicar precedentes firmados.

Identificação do Projeto: 70 - Dinamizar informações sobre precedentes do âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do TJAM.

Responsável: Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas - NUGEPAC

Propósito do Projeto: Possibilitar que servidores, magistrados e jurisdicionados acessem dados sobre precedentes judiciais de forma dinâmica (painel, site, sistema judicial).

Entregas Esperadas: Aprimoramento de acesso às informações; Contribuir para melhor prestação jurisdicional; Fortalecer as decisões judiciais; Garantir a segurança jurídica; Contribuir para racionalização de julgamentos baseado em precedentes; Minorar tempo dos indicadores elencados no Macrodesafio “Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios” do CNJ.

Resultados obtidos em 2025: Divulgação de boletins informativos dos temas ao público interno do TJAM; Divulgação de vídeos institucionais e fluxogramas acerca dos procedimentos dos precedentes qualificados no Instagram do TJAM; Cadastro dos processos sobrestados no projudi alimentando, assim, o banco nacional de precedentes do CNJ em 100%. Alimentação diária do Banco Nacional de Precedentes via PROJUDI.

Orçamento: Sem ônus

Progresso do Projeto: 85%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos

Macrodesafio: CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Iniciativa: Uniformizar as decisões, tornando-se possível a consolidação da jurisprudência; Observar a jurisprudência dominante e aplicar precedentes firmados.

Identificação do Projeto: 71 - Acompanhamento de casos semelhantes do âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Responsável: Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas - NUGEPAC

Propósito do Projeto: Monitorar casos análogos, com o uso de ferramentas tecnológicas a serem desenvolvidas e grupos de colaboradores (magistrados e servidores) designados. E Identificar demanda de massa para possível admissão de Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva.

Entregas Esperadas:

Reduzir o tempo entre a identificação de casos semelhantes e a admissão do Incidente; racionalizar o julgamento de casos análogos; Contribuir para melhor prestação jurisdicional.

Resultados obtidos em 2025:

Utilização de duas ferramentas de inteligência artificial no sistema "ARANDU". "ARANDU" pesquisa de similares - que permite identificar, por meio de palavras-chave, petições que tenham similaridade entre si na porcentagem de 90%. Portanto, essa nova ferramenta será de grande ajuda na identificação de processos semelhantes a fim de subsidiar a instauração de IRDR no âmbito do tribunal. SEI 202/ 000011818-00. Parceria NUGEPNAC e SETIC.

"ARANDU" Precedentes - Destacamos a recente parceria entre o Nugepnac e a Vice-Presidência com o propósito de compartilhar os dados dos informativos quinzenais através do Banco Nacional do Precedentes (BNP) e desenvolver uma ferramenta dentro da IA "Arandu" capaz de auxiliar no juízo de admissibilidade dos Recursos Extraordinário e Especial (SEI 2025/000044201-00). A ideia é que a IA identifique, a partir do ajuizamento dos recursos, aqueles cujo objeto já esteja vinculado a eventual tema de Repercussão Geral (STF) ou de Recurso Repetitivo (STJ), pendente de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

juízo e com ordem de suspensão, de modo a orientar o sobrestamento do feito, eventual inadmissibilidade recursal ou mesmo selecionar recursos representativos da controvérsia de forma automática. (2025/000064950-01). Parceria NUGEPNAC, Vice-Presidência e SETIC.

As ferramentas de inteligência artificial ARANDU "pesquisa de similares" e "precedentes" estão em testes finais e apresentação de sugestões de funcionalidades. A primeira tem previsão de apresentação oficial no início de 2026, já a segunda tem previsão para dezembro de 2026.

Orçamento: Sem ônus

Progresso do Projeto: 99%

Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos; Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais; Ampliar a gestão dos resíduos gerados; Promover o Projeto TI Verde no TJAM por meio da implantação de um sistema fotovoltaico de alimentação para o Data Center.
Identificação do Projeto: 73 - Implantação de projeto piloto de energia solar.
Responsável: Subcomitê de Logística Sustentável/ Secretaria de Infraestrutura - SEINF
Propósito do Projeto: Redução dos impactos ambientais e redução do consumo de energia elétrica com uso da energia solar.
Entregas Esperadas: Em um período de 24 meses dotar o TJAM de um conjunto de sistemas de energia solar espalhados pelos Fóruns e Edifício Sede com a finalidade de reduzir o consumo médio mensal de energia de 200.000Kwh.
Resultados obtidos em 2025: Foi realizado a criação de projetos de implantação de geração distribuída nas seguintes Unidades: - Adequação do projeto de Geração distribuída do Arnaldo Péres para 50% da capacidade disponível; e - Instalação e homologação dos sistema de energia solar na cobertura e áreas de estacionamento do Edifício Arnaldo Péres (SEI 2024/000061592-00).
Medição 01 - 2025/000009965-00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Medição 02 - 2025/000021883-00 Medição 03 - 2025/000034247-00 Medição 04 - 2025/000044413-00 1º SEP (Solicitação de Esclarecimentos e Providências) - 2025/000039844-00; e 2º SEP - 2025/000062595-00. Relatório de Monitoramento enviado à Secretaria de Administração - SECAD - 2025/000066180-00.
Orçamento: Estimativa global em torno de R\$17.000.000,00. Orçamento total para 2025: R\$ 2.226.196,51 Orçamento utilizado em 2025: R\$ 460.615,27
Progresso do Projeto: 57,14%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos; Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais; Ampliar a gestão dos resíduos gerados; Promover o Projeto TI Verde no TJAM por meio da implantação de um sistema fotovoltaico de alimentação para o Data Center.
Identificação do Projeto: 74 - Implantação de sistemas de automação, monitoramento e modernização dos equipamentos elétricos.
Responsável: Subcomitê de Logística Sustentável/ Secretaria de Infraestrutura - SEINF
Propósito do Projeto: Redução das despesas com energia elétrica e seus respectivos impactos ambientais.
Entregas Esperadas: Reduzir em 24 meses o custo médio mensal/m ² de energia elétrica em 10% (dez por cento) dos fóruns da capital.



Resultados obtidos em 2025:

1. Finalização do projeto para substituição do sistema de ar-condicionado do Ed. Arnoldo Peres. Próximo passo será realizar o Estudo Técnico Preliminar para avaliação da viabilidade e possibilidade de inserir este serviço no PCA 2027;
2. Continuação da política de aquisição de ares-condicionados splits inverter para substituir os equipamentos com compressor convencional; e
3. Início da obra de instalação do sistema de ar-condicionado VRF no Centro de Práticas Pedagógicas.

No geral foram substituídos 126 (cento e vinte e seis) equipamentos.

Orçamento:

R\$ 6.500.000,00

SEINF-2025-79 / SEINF-2025-90 – Para substituição de equipamentos de ares-condicionados

Valor executado: R\$ 400.837,00

SEINF-2025-96 – Sistema VRF Centro de Práticas Pedagógicas

Valor estimado: R\$ 6.500.000,00

Valor contratado: R\$ 2.881.227,27

Valor usado até o período: R\$ 1.400.492,94

Justificativa: Apesar do contrato já ter sido firmado, não houve execução orçamentária até o momento, pois a obra ainda está em fase inicial.

Progresso do Projeto: 58,33%

Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos

Macrodesafio: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Iniciativa: Dispor ao TJAM dos equipamentos e dos procedimentos mais adequados e modernos com relação ao gerenciamento de contingências e prevenção de combate a incêndio. Garantindo, assim, maior segurança ao jurisdicionado, servidores, magistrados e bens públicos do TJAM.

Identificação do Projeto: 75 - Modernização/Readequação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio e controle de pânico nas unidades do Tribunal de Justiça do Amazonas.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Responsável: Secretaria de Infraestrutura - SEINF/Subcomitê de Logística Sustentável - SLS
Propósito do Projeto: Dispor ao TJAM dos equipamentos e dos procedimentos mais adequados e modernos com relação ao gerenciamento de contingências e prevenção de combate a incêndio. Garantindo, assim, maior segurança ao jurisdicionado, servidores, magistrados e bens públicos do TJAM.
Entregas Esperadas: Aprovar projeto de readequação/modernização dos sistemas de prevenção e combate, bem como o plano de gerenciamento de contingências, nos fóruns da capital junto ao CB-AM em um período de 24 meses.
Resultados obtidos em 2025: Processo 2023/000036770-00 e 2025/000023568-00 - Formação das primeiras turmas da Brigada Voluntária de Incêndio. Finalização dos projetos de incêndio do FHR e do Arnaldo Péres e posterior ajuste e aprovação dos projetos junto ao CBMAM. Treinamentos ocorridos: <ul style="list-style-type: none">● Treinamento e implantação da Brigada de Emergência nas Unidades Descentralizadas (Juizado Infração, Arquivo Central e Anexo Administrativo);● Treinamento e implantação da Brigada de Emergência nas Unidades Principais (Fórum Henoch Reis – FHR e Edifício Arnaldo Péres); e● Treinamento e implantação da Brigada de Emergência nas Unidades da região metropolitana.
Orçamento: Orçamento Total: R\$ 3.763.011,17 Orçamento utilizado: R\$ 1.763.011,13
Progresso do Projeto: 58%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
Iniciativa: Promoção da Segurança Institucional.
Identificação do Projeto: 89 - Inteligência e Segurança Institucional: Melhorias na infraestrutura de Segurança no Poder Judiciário.
Responsável: Comissão Permanente de Segurança Institucional/ SEINF/ SETIC.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Propósito do Projeto: Implementar ações de melhoria para assegurar a efetividade da Comissão Permanente de Segurança do TJAM.
Entregas Esperadas: Promover condições adequadas de segurança pessoal e patrimonial, assim como meios de inteligência aptos a garantir aos magistrados e servidores da Justiça o pleno exercício de suas atribuições.
Resultados Obtidos em 2025: Disseminação de Plantão Policial para atender casos de urgência: Cumprido. Existe a escala de Supervisão emitida pela Assistência Militar. Definir fluxogramas, POP e Plano de contingência para as emergências que surgirem: Quanto aos fluxogramas – estão sendo desenvolvidos de acordo com a necessidade; O POP está em fase final de revisão e será encaminhado ao Tribunal Pleno para aprovação; O Plano de Contingência em fase de elaboração. Criação da Brigada Voluntária de prevenção e combate a incêndio: em implementação. Criação do Plano de Evacuação: Em fase de elaboração. Criação do Plano de Segurança Orgânica: O Plano de Segurança Orgânica está passando por novos ajustes, portanto permanecendo no status “em andamento”. Implementação de Pesquisa de Satisfação: em andamento. O Plano Geral de Projetos disponibilizou o orçamento para o Projeto “Inteligência e Segurança Institucional” no valor estimado em R\$ 379.345,16 destinado à execução do PCA 2025, sob os códigos de Blindagem Veicular (DVCOP-2025-74), Coletes Balísticos (DVPM-2025-680), Radiocomunicadores (DVPPM-2025-79) e Câmeras de Segurança (SETIC-2025-18).
Orçamento: Total previsto: R\$ 379.345,16
Progresso do Projeto: 76%
Status: Em andamento.

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
Iniciativa: Adequar as instalações e equipamentos à demanda das unidades.
Identificação do Projeto: 62 - VIAJUS: Automatização da Emissão de Autorização de Viagem para menores de 16 anos de idade
Responsável: Secretaria de Planejamento - SEPLAN/Secretaria de Tecnologia da



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Informação e Comunicação - SETIC/Divisão de Gestão e Projetos - DVGP/Comissão de Laboratório de Inteligência, inovação e ODS - CLII
Propósito do Projeto: Implantação de sistema/aplicativo e/ou formulário eletrônico automatizado, de modo que o usuário/requerente do serviço faça o pedido de forma virtual agilizando o processo e com a segurança virtual necessária.
Entregas Esperadas: Espera-se a redução do tempo de atendimento, aumento da eficiência e rastreabilidade dos pedidos, garantia da segurança da informação, geração de relatórios gerenciais e maior satisfação do usuário.
Resultados Obtidos em 2025: O Projeto está em desenvolvimento. O projeto foi contemplado em segundo lugar pelo II Prêmio de Inovação do CNJ. A iniciativa foi colaborativa entre os Laboratórios de Inovação de cinco Tribunais de Justiça da região Norte do Brasil (TJAC, TJAM, TJAP, TJRR e TJRO).
Orçamento: R\$ 69.177,47
Progresso do Projeto: 60%
Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Iniciativa: Realização de Programas de Saúde conforme Resolução 207/2015 - CNJ
Identificação do Projeto: 167 - Promoção da Qualidade de Vida para Magistrados e Servidores do TJAM (gympass).
Responsável: Secretaria de Serviços Integrados de Saúde - SESIS
Propósito do Projeto: Contribuir para melhoria na qualidade de vida dos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por meio da aquisição de um serviço inovador que ofereça acesso a uma ampla rede de academias, estúdios de fitness e atividades físicas diversas. Permitindo que os magistrados e servidores usufruam de um único plano/programa para frequentar diferentes estabelecimentos e participar de uma diversidade de atividades de qualidade de vida, adaptando-se às suas preferências e necessidades individuais, como mobilidade urbana e tipos de atividades.
Entregas Esperadas: A implementação do Projeto para os magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) trará resultados significativos que irão impactar positivamente a saúde, a produtividade e o bem-estar dos participantes. O projeto visa melhorar a qualidade de vida dos colaboradores ao disponibilizar um



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

acesso amplo e diversificado a academias, estúdios de fitness e atividades físicas variadas, promovendo benefícios em diversas áreas.
Resultados Obtidos em 2025: Foi realizado a contratação de uma empresa especializada em fornecimento de plataforma digital integrada de qualidade de vida no trabalho e bem - estar para magistrados e servidores Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), conforme condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, decorrente do processo administrativo no SEI nº 2024/000034803-00. As ações são realizadas conforme programação anual em saúde da SESIS e SAIS , estas são informadas mensalmente para Subcomitê de Logística Sustentável processo SEI 2025/000000761-00 e Divisão de Gestão e Projetos processo SEI 2025/000015525-00.
Orçamento: Valor do contrato: R\$ 501.150,00 Valor mensal: R\$41.762,50. Em operação a partir de janeiro de 2025.
Progresso do Projeto: 64%
Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Iniciativa: Realização de Programas de Saúde conforme Resolução 207/2015 - CNJ
Identificação do Projeto: 117 - Implantação de Programa de Qualidade de Vida no Trabalho no âmbito do TJAM - QVT.
Responsável: Secretaria de Serviços Integrados de Saúde - SESIS
Propósito do Projeto: Contribuir para melhoria na qualidade de vida dos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por meio da implantação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT permanente no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado, com piloto do Programa de Ginástica Laboral no Fórum Ministro Henocho da Silva Reis. E conforme Plano de Ação, a médio e longo prazos, será estendida para os demais Órgãos e Fóruns.
Entregas Esperadas: Para os Magistrados e Servidores: Prevenção das doenças ocupacionais (LER/DORT); A sensação de disposição e bem-estar para a jornada de trabalho; Melhor utilização das estruturas óssea, muscular e articular, com maior eficiência e menor gasto energético por movimento específico, reduzindo a sensação de fadiga ao final da jornada de trabalho; Melhora na atenção e na concentração das atividades desempenhadas, reduzindo os riscos de acidentes de trabalho; Melhora na



flexibilidade, força, coordenação, agilidade e resistência, promovendo uma maior mobilidade e melhor postura; Melhora na autoestima e da autoimagem dos magistrados e servidores; Melhora nas relações interpessoais, favorecendo o relacionamento social e o trabalho em equipe; Redução dos índices de sedentarismo; Combate às tensões emocionais (estresse, depressão e ansiedade); e Desenvolvimento de uma maior consciência corporal.

Para o Tribunal de Justiça: Cultura de atenção à saúde e bem-estar no ambiente de trabalho; Redução dos gastos com afastamento e substituição de servidores; Diminuição de quedas, atendimentos médicos, acidentes e lesões; Melhora da imagem da instituição junto aos magistrados, servidores e à sociedade; Melhora no ambiente de trabalho; e Maior produtividade.

Resultados Obtidos em 2025:

1 - Realizado pelo profissional de Fisioterapia atendimento clínico de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores do TJAM, através de encaminhamento de outros profissionais de saúde como médico clínico médico ortopedista. Realizado um total de 413 atendimentos no período mencionado.

2 - Ginástica laboral e orientação de saúde nos Fóruns da capital, Nilton Lins e sede do TJAM realizado pelo profissional de Educação Física e estagiário, atendendo magistrados, servidores, estagiários e colaboradores do TJAM, com um total de 2.045 participantes no período mencionado.

3 – Campanha Abril Verde: Realizada pelo Profissional de Educação Física no período da ação de orientação referente a prevenção de doenças osteomusculares relacionadas ao tipo de trabalho, com um total de 352 participantes.

4 - Campanha Viva Saudável: Participação da equipe de Fisioterapia na Campanha Viva Saudável com realização de atendimento de terapia manual e quiropraxia.

5 - Identificar no Programa de Gerenciamento de Riscos - realizado implementação do programa PGR em dezembro de 2024, com atualização bienal.

7 - Submeter a proposta de Plano de Ação de Saúde Ocupacional para análise e validação da Presidência do TJAM - Este ainda está em andamento devido a adequação à norma regulamentadora NR1 para elaboração do plano de ação.

8 - Monitoramento e Controle do cumprimento das ações previstas e aprovadas no Plano de Ação - em andamento, no aguardo da elaboração do plano de ação

15 - Elaborar relatórios diversos, que servirão de base de dados para tomada de decisão pela alta direção do TJAM - O relatório é realizado mensalmente, ficando salvo no drive do computador em pasta de estatística das ações e procedimentos da SESIS, sendo encaminhado quando solicitado.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

16 - Estabelecimento de ações preventivas e corretivas após o recebimento e análise dos relatórios de qualidade de vida - as ações são realizadas conforme programação anual em saúde da SESIS e SAIS , estas são informadas mensalmente para Subcomitê de Logística Sustentável processo SEI 2025/000000761-00 e Divisão de Gestão e Projetos processo SEI 2025/000015525-00

As etapas 11,12,13 e 17 apresentam o status de não realizadas devido não ser possível no momento a implementação destas .

Orçamento: Sem ônus.

Progresso do Projeto: 80%

Status: Em Andamento

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.

Iniciativa: Implementar a Gestão por Competência no TJAM.

Identificação do Projeto: 93 - Implementação de programa de Gestão por Competências, para integração de todas as ações relacionadas à gestão de pessoas.

Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGEP

Propósito do Projeto: Melhorias e aperfeiçoamento dos processos de trabalho relacionados ao provimento de cargos, lotação, relocação, desenvolvimento, capacitação, acompanhamento e avaliação de pessoas.

Entregas Esperadas: Aumentar a qualificação das pessoas que fazem parte da instituição. Adequar os perfis pessoais aos institucionais desde a partir do concurso público até a aposentadoria, para promover saúde no trabalho e produtividade. Promover a capacitação contínua alinhada com os objetivos estratégicos. Promover desenvolvimento pessoal e organizacional.

Resultados Obtidos em 2025:

- Mapeamento das unidades do ponto de vista qualitativo, para a tomada de decisões para além dos aspectos quantitativos;
- Conciliação das competências dos servidores àquelas mapeadas dos postos de trabalho;
- Conciliação das necessidades do TJAM aos anseios dos servidores; e
- Visibilidade à formação e experiência dos servidores para seleções internas.

Orçamento: Sem Ônus

Progresso do Projeto: 85%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Status: Em Andamento

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.

Iniciativa: Aperfeiçoamento da gestão das receitas orçamentárias - recursos próprios, precatórios, entre outros; Implantar instrumento de classificação e controle do orçamento estratégico; Aperfeiçoamento da gestão de custos e despesas, através de maior detalhamento e transparência das informações.

Identificação do Projeto: 120 - Reestruturação da Central de Transporte/ Reestruturação da Frota de Veículos.

Responsável: Subcomitê de Logística Sustentável/ Seção de Transporte/ SECOP

Propósito do Projeto: Diminuição de custos na Central de Transporte, através da implantação de um novo modelo de deslocamento de servidores para a realização de atividades de natureza profissional.

Entregas Esperadas: Melhorar a oferta de serviços de transporte administrativo ao servidor, com economia, transparência de gastos públicos e eficiência, através do uso de tecnologia; Novo modelo de uso: serviço disponível ou serviço on demand (pgto. pela disponibilidade); Eliminação de ociosidade; Uso de tecnologia da informação; Controle e transparência; Uso de aplicação web e aplicativo mobile para operação, gestão, monitoramento e acompanhamento das corridas solicitadas; Melhor uso da mão de obra de servidores.

Resultados Obtidos em 2025:

- 1- Contrato de aluguel de veículos para uso em serviço pequenos;
- 2- Contrato de aluguel de veículos para uso em serviço utilitários, vans e caminhão;
- 3- Contrato de aluguel de veículos para uso Institucional e de Representação híbridos;
- 4- Contrato de empresa especializada em monitoramento e rastreamento de veículos com identificação de condutor;
- 5- Roteirização dos veículos, possibilitando o uso por mais de um setor/divisão.

Resultados:

- 1- Diminuição nos custos de manutenção preventiva e corretiva;
- 2- Diminuição nos custos com combustível;
- 3- Controle em tempo real, dos deslocamentos solicitados;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

4- Diminuição no tempo da execução de cada tarefa;

5- Mais conforto e segurança para os usuários;

6- Menos emissão de gases poluentes.

Orçamento:

Total no período: R\$ 2.164.162,44

Progresso do Projeto: 100%

Status: Concluído.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Adequar as instalações e equipamentos à demanda das unidades; Aprimorar a infraestrutura de comunicação; e Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados.

Identificação do Projeto: 100 - Renovação do parque computacional do TJAM de acordo com as diretrizes estabelecidas no ENTIC-JUD (Resolução CNJ 370/2021) (notebooks, nobreaks, baterias, computadores, monitores e equipamentos afins).

Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Propósito do Projeto: Substituir, paulatinamente, equipamentos antigos por novos, de forma a eliminar custos de manutenção e atualizações; Eliminar ou mitigar downtimes com o parque de equipamentos atualizado com bons equipamentos, assegurando que todos os recursos e funcionalidades estarão sempre disponíveis ao público interno e externo do TJAM; Fortalecer a segurança, uma vez que a atualização da tecnologia aumenta a segurança da informação e fortalece esse fator. Por meio dela é possível garantir que todos os dados estejam armazenados sem correrem o risco de serem divulgados por um ataque malicioso.

Entregas Esperadas: Garantir a atualização contínua dos recursos tecnológicos que maximizem a celeridade e qualidade na prestação jurisdicional ao público externo do TJAM, bem como garanta ao público interno do TJAM condições de trabalho adequadas ao cumprimento de suas atividades.

Resultados Obtidos em 2025: Aprimoramento da infraestrutura de rede

Houve significativo aprimoramento na velocidade de transmissão da rede interna, que passou a operar integralmente no padrão Gigabit Ethernet (GigaLan). Essa modernização elevou a capacidade de tráfego de dados, reduziu gargalos de



comunicação entre sistemas e servidores e proporcionou maior estabilidade e desempenho às aplicações corporativas utilizadas no âmbito do Tribunal.

Mapeamento do parque computacional

Após a realização do mapeamento, verificou-se que o parque computacional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), no âmbito da CAPITAL é composto por aproximadamente 2.986 (dois mil novecentos e oitenta e seis) estações de trabalho do tipo desktop -número bem abaixo das pouco mais de 4.300 citadas no último relatório de monitoramento de projetos de TIC. Sobretudo, cabe registro que o Tribunal possui dois fóruns em processo de reforma (Lúcio Fonte de Rezende e Mário Verçosa), circunstância que implica a utilização temporária de parte desses equipamentos em regime de trabalho remoto, sem a aplicação integral dos mecanismos institucionais de gestão e monitoramento em rede. Diante desse cenário, o levantamento considerou exclusivamente os dados extraídos do Agente Antivírus Kaspersky Security Center, abrangendo apenas as estações de trabalho devidamente registradas no domínio institucional do TJAM (rede interna) e com conexão ativa nos últimos 45 dias. Tal metodologia conferiu maior precisão ao diagnóstico, subsidiando o planejamento das ações de gestão e renovação dos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Renovação do parque em 2025

No exercício de 2025, foram incorporadas ao parque computacional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) 1.250 (um mil duzentas e cinquenta) novas estações de trabalho, oriundas dos Processos SEI nº 2024/000041167-00 e nº 2024/000043769-00. Essa ampliação representou um avanço significativo no processo de renovação tecnológica, sendo que mais de 450 equipamentos foram destinados à substituição de estações com tempo de uso superior a 12 anos, as quais apresentavam restrições de desempenho e incompatibilidades tecnológicas.

Estimativa de equipamentos obsoletos ao final de 2025

Ao término do exercício de 2025, estima-se que o quantitativo de equipamentos com mais de 12 anos de uso seja reduzido para 665 (seiscentos e sessenta e cinco) unidades, o que corresponde a aproximadamente 22,27% do parque computacional total. Tal redução evidencia o impacto positivo das ações de modernização implementadas.

Índice de renovação do parque computacional

Com a entrega e instalação das 1.250 novas estações desktop, projeta-se que o parque



computacional alcance um índice de aproximadamente 77,73% de equipamentos com menos de 12 anos de uso. Esse cenário reflete um avanço substancial na atualização tecnológica dos ativos, contribuindo para maior eficiência operacional e suporte às demandas institucionais.

Impacto da expansão de unidades administrativas

Registra-se que a previsão inicial de uma renovação ainda mais ampla do parque computacional não se concretizou integralmente em razão da necessidade de ampliação de unidades já existentes e da criação de novas unidades administrativas e jurisdicionais, o que demandou a destinação de parte dos equipamentos para expansão da infraestrutura, e não apenas para substituição de ativos antigos.

Obsolescência do modelo Positivo Master C610

Adicionalmente, esta DVSGATIC passou a classificar o modelo Positivo Master C610, adquirido entre os anos de 2015 e 2016, como arquitetura obsoleta, em virtude do iminente encerramento do suporte ao Sistema Operacional Windows 10 e da impossibilidade técnica de atualização para o Windows 11. Conforme comunicado oficial da Microsoft, o suporte ao Windows 10 será definitivamente encerrado em 14 de outubro de 2025, o que reforça a necessidade de substituição desses equipamentos.

Ampliação da capacidade de videoconferência

A aquisição de dispositivos do tipo câmera web resultou na ampliação do número de estações de trabalho aptas à realização de videoconferências, audiências remotas e ao atendimento do público externo por meio do Balcão Virtual. Essa iniciativa alinha-se às atuais demandas de trabalho híbrido e à crescente digitalização dos serviços judiciários.

Proteção energética das estações de trabalho

A aquisição de nobreaks de pequeno porte contribuiu para o aumento da proteção das estações de trabalho contra oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. Tal medida assegura maior integridade dos equipamentos, preservação dos dados e continuidade das atividades críticas desempenhadas por este Tribunal.

Melhoria de desempenho com SSDs

Por fim, o processo licitatório destinado à aquisição de Solid State Drives (SSD) foi concluído com êxito e possibilitou um aprimoramento significativo no desempenho dos computadores atualmente em uso. A adoção dessa tecnologia resultou em maior



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

velocidade de inicialização dos sistemas, melhor resposta das aplicações, aumento da produtividade dos usuários finais e no prolongamento da vida útil operacional dos computadores.

Orçamento: "Orçamento Total: R\$ 5.440.308,00

Orçamento utilizado: R\$ 6.157.305,00"

Progresso do Projeto: 78%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Adequar as instalações e equipamentos à demanda das unidades; Aprimorar a infraestrutura de comunicação; e Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados.

Identificação do Projeto: 101 - Expansão da Telefonia VoIP das Comarcas Capital e Interior

Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Propósito do Projeto: O objetivo geral do projeto é propor uma solução de baixo custo para a grande demanda por novos ramais no TJAM, utilizando a tecnologia VoIP, incluindo o estudo da tecnologia, dos equipamentos necessários e o projeto da rede.

Entregas Esperadas: Utilizar a rede existente no TJAM para utilização de VoIP a fim de reduzir custo de telefonia de todas as comarcas do Amazonas.

Resultados Obtidos em 2025: O projeto atingiu a meta de expansão da telefonia VoIP para a capital e interior garantindo uma redução nos custos operacionais com telefonia tradicional e melhorando a comunicação interinstitucional.

Capital - 100%

Interior - 100%

Configuração dos VOIPs no firewall PA;

- Reinstalação e atualização dos parâmetros de configuração;

- Equipamentos em funcionamento.

- Utilização sem dificuldade por parte das unidades.

- Liberação do Whatsapp Business para uso.

Orçamento: Sem Ônus.

Progresso do Projeto: 100%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Status: Concluído .

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados.

Identificação do Projeto: 109 - Implantação de Controle Automatizado do Datacenter TJAM (Sala Segura).

Responsável: SETIC

Propósito do Projeto: Viabilizar maior rapidez e dinamismo na detecção e solução de eventuais problemas nos Datacenters, que hoje dependem de inspeção presencial de servidores - o que, por vezes, não é rápido o suficiente para evitar danos aos equipamentos quando da falha de sistemas de refrigeração, por exemplo - e também possibilitar que alguns procedimentos possam ser feitos de maneira remota, otimizando recursos disponíveis.

Entregas Esperadas: Objetiva-se ter, ao fim do referido projeto, uma API modular de rápida configuração/restauração capaz de realizar a comunicação (envio e recebimento de comandos bem como atualização remota de firmware) com dispositivos IoT (internet das coisas) juntamente com uma aplicação Web reativa com controle de acesso e definição de perfis para o monitoramento e controle de Datacenters no TJAM.

Resultados Obtidos em 2025: Inauguramos o Processo SEI 2025/000031395-00 com o DFD - Documento de Formalização de Demanda SETIC/DVITIC (SEI nº 2245806)
Elaboramos o Estudo Técnico Preliminar SETIC/DVITIC (SEI nº 2245810)
Elaboramos o Anexo Diagrama de Blocos Cabling (SEI nº 2411734)
Elaboramos o Anexo Diagrama UNIFILAR GERAL (SEI nº 2411751)
Elaboramos o Memorial Descritivo (SEI nº 2430343)

Encaminhamos os artefatos de contratação no dia 10/09/2025, conforme Encaminhamento SETIC/DVITIC (SEI nº 2431807). A Presidência do TJAM autorizou o prosseguimento da contratação no dia 15/10/2025, conforme Despacho ANPRES (SEI nº 2508578), e o Termo de Referência SECOP/SEAC (SEI nº 2520303) foi concluído no dia 21/10/2025.

Orçamento: O objeto da pretensa contratação está previsto no PCA (Plano de Contratações Anual) / 2025, conforme RESOLUÇÃO Nº 43, DE 22 DE OUTUBRO DE 2024, disponibilizado no painel BI disponível NESTE LINK, sob código SETIC-2025-19 e



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

com o valor de R\$ 6.000.000,00.

No entanto, conforme evidenciado no Mapa de Preços SECOP/DVCOP/SC (SEI nº 2618473), o VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO consiste em R\$ 14.265.718,55

Progresso do Projeto: 85,19%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Aprimorar os sistemas judiciais.

Identificação do Projeto: 151 - Migração e Expansão do Sistema PROJUDI

Responsável: SETIC

Propósito do Projeto: O projeto visa à expansão das competências atendidas pelo Sistema de Processo Judicial Digital (PROJUDI) nas comarcas do Estado do Amazonas.

Dentre outros objetivos, cita-se:

*Agilizar a Justiça;

*Diminuir custos;

*Aumentar a capacidade de processamento de ações;

*Facilitar o trabalho dos advogados; e

*Melhorar a qualidade do atendimento às partes.

Entregas Esperadas: O Projeto "Migração e Expansão do Sistema PROJUDI" trará benefícios para o Tribunal de Justiça e para a sociedade, sendo:

Sem Barreiras / Fronteiras;

Acesso instantâneo aos dados dos processos, ou seja, acesso aos processos de qualquer lugar do mundo, via Internet;

Os advogados poderão acessar os processos do seu escritório ou mesmo em viagem, podendo praticar atos processuais, inclusive com redução de custos;

Os Juízes terão facilidade de acesso, podendo resolver questões urgentes mesmo sem comparecer à sede da Justiça;

Automação de rotinas processuais;

Rapidez na tramitação de processos; e

Diminuição de despesas na administração dos processos.

Resultados Obtidos em 2025:

- Migração de processos das varas de primeiro grau de juizados, central de precatórios,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

turmas recursais, câmaras criminais, Tribunal Pleno, Câmaras Reunidas, Conselho de Magistratura, Vice-Presidência, Secretaria Judicial.

- Desenvolvimento de alterações no Projudi para utilização de nova versão da linguagem de programação e servidor de aplicação.

- Migração das unidades Meio Ambiente, VIP, VECUTE, Dignidade Sexual, Auditoria Militar, Maria da Penha, Criminal Comum, NUPE, Cidadania, além das extintas Torcedor, Trânsito, Turma Recursal, Família e Usucapião. Precatórias, Júri, Infância Criminal, Execução Infracional, Registros Públicos, Orfãos e Sucessões, Núcleo 4.0, Plantões, Infância Cível, Famílias Zonas Norte e Leste, CEJUSC, Dívida Estadual, Fazenda Pública e Cível Comum. Todas integradas e acessíveis no sistema Projudi.

Orçamento: Sem custo.

Progresso do Projeto: 90%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Aprimorar a cultura de governança TIC; Melhoria nos sistemas de monitoramento e controle de resultados (dashboards).

Identificação do Projeto: 112 - Implantação do Processo de Inventário Integrado de Ativos de TIC (âmbito DVTIC).

Responsável: SETIC

Propósito do Projeto: O objetivo é utilizar uma única base de dados para o sistema de inventário, que deve ser alimentado pelo setor de patrimônio, onde o setor de TI deve ter acesso a essa base a fim de gerenciar recursos, gerar relatórios e outros afins referentes ao setor de TI, Desta forma teremos uma base única de informação, descentralizada, consistente e de fácil gerenciamento.

Entregas Esperadas: Se espera um melhor controle dos ativos de TI, com informações consistentes, atualizações em tempo real, eliminando a necessidade de levantamento de dados de sala em sala a fim de localizar equipamentos que foram realocados, portanto, tendo a informação exata de localização e quantidade em uso em tempo real.

Resultados Obtidos em 2025:

Implantação do Processo de Inventário Integrado de Ativos de TIC:

1. Realizado a atualização do Sistema de Helpdesk GLPI para a versão mais recente;
2. Realizada a configuração do plugin glpiinventory;



3. Criado o agente a ser instalado nos Ativos de TIC;
4. Realizada a padronização dos ativos de TIC;
5. Realizada a instalação dos agentes nos ativos de TIC;
6. Criada ações/tarefas de descoberta da rede e inventário de Ativos;
7. Instalado os agentes em todos os ativos localizados nas unidades do Arnaldo Peres e Anexo;
8. Em processo de implantação nas demais unidades;

Resultados obtidos com a implantação do inventário no GLPI:

1. Centralização das informações de ativos: Todas as informações sobre os ativos de TIC, como computadores, servidores e softwares, passam a estar organizadas em um único sistema, proporcionando uma visão consolidada e fácil acesso.
2. Melhoria no controle de recursos: O ciclo de vida dos ativos é acompanhado com mais precisão. Além disso, as pesquisas de ativos, responsáveis e/ou por componentes dos mesmos, são mais rápidas e eficientes.
3. Automação do processo de inventário: O inventário de ativos é atualizado de forma automática, eliminando a necessidade de processos manuais, otimizando o tempo e recursos da equipe de TI.
4. Facilidade na conformidade e auditorias: As informações centralizadas garantem que dados sobre hardware e software estejam acessíveis para auditorias e verificações, além de auxiliar na identificação de softwares sem licença ou fora de conformidade.
5. Redução de custos operacionais: A redistribuição de ativos ociosos ou subutilizados e a desativação de equipamentos desnecessários permitem uma redução significativa nos custos de manutenção e aquisição, além de ajudar na previsão de investimentos futuros.
6. Mapeamento de empresas especializadas no suporte técnico do software GLPI;
7. Alinhamento estratégico para update da versão do GLPI Helpdesk
8. Desinstalação da versão anterior 9.2 do GLPI Helpdesk;
9. Instalação da versão 10.0.1 do GLPI Helpdesk;
10. Configuração do GLPIAgent no Parque Computacional do TJAM.

Finalização do projeto:

- Atualização do Software GLPI Helpdesk para a versão 10.0.1 (versão mais recente)
- Instalação do GLPI Agent nas estações de trabalho da Comarca de Manaus;
- Mapeamento automatizado dos computadores a partir do GLPI Agent

Orçamento: R\$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais) para contratação de Outros



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

serviços de Terceiros
Progresso do Projeto: 100%
Status: Concluído.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.
Iniciativa: Aprimorar a cultura de governança TIC
Identificação do Projeto: 113 - Consolidação da Cultura de Governança e Gestão de TIC.
Responsável: SETIC
Propósito do Projeto: Prover nível de excelência em todos os setores do TJAM com a ajuda da Governança promovendo uma melhor gestão dos recursos, sejam eles humanos ou de TI.
Entregas Esperadas: Melhor aproveitamento de pessoal, diminuição no número de processos, automatização de todos os processos possíveis, eliminação de possíveis erros humanos, melhor aproveitamento de recursos humanos.
Resultados Obtidos em 2025: <ol style="list-style-type: none">1. Macroprocessos de TIC atualizados;2. Processo de Planejamento Orçamentário de TIC atualizado;3. Processo de Gerenciamento de Projetos de TIC atualizado;4. Processo de Gerenciamento de Contratos de TIC atualizado;5. Planos previstos na ENTIC-JUD atualizados;6. Reuniões do Comitê de Governança de TIC realizadas;7. Demandas oriundas do Comitê de Gestão de TIC executadas;8. PDTIC atualizado;9. Plano de Contratações vigente no Portal do TJAM atualizado;10. Plano de Contratações vigente no Repositório Nacional atualizado;11. Plano de Transformação Digital (PTD) atualizado;12. Demandas oriundas do Comitê Gestor do Tribunal que trata da PDPJ-Br executadas; e13. Plano de Gestão de Riscos de TIC atualizado.
Orçamento: Sem ônus
Progresso do Projeto: 83,3%



Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados.

Identificação do Projeto: 114 - Implantação da LGPD e Consolidação da Cultura de Segurança da Informação.

Responsável: Comitê Gestor da LGPD

Propósito do projeto: O objetivo principal da LGPD é proteger os dados pessoais de pessoas físicas. O pressuposto da LGPD é regulamentar as regras sob as quais as empresas podem tratar os dados pessoais. As regras introduzidas pela LGPD destinam-se principalmente a proteger os usuários de utilização dos seus dados pessoais para fins diferentes daqueles para os quais eles concordaram.

Entregas Esperadas: Gerenciar uma base de dados unificada contendo as informações de dados pessoais de seus funcionários, usuários e contratados. Desta forma ficando mais fácil a proteção, gerência e geração de relatórios.

Resultados Obtidos em 2025:

Realização de Campanha sobre o Dia Internacional de Proteção de Dados (28/01). Entre os dias 28 e 31 de janeiro de 2025, o CGPD promoveu uma campanha de conscientização sobre privacidade e proteção de dados com lançamento de cartilhas educativas e quiz interativo sobre privacidade e proteção de dados. Foram produzidas artes para divulgação nas redes sociais do TJAM e publicada uma matéria especial sobre o tema.

Desenvolvimento de plataforma educacional LGPD Play, com uso de gamificação e inteligência artificial para capacitação em proteção de dados, e lançamento do curso de pós-graduação lato sensu em Gestão de Tecnologia Aplicada à Segurança de Dados, destinado aos servidores da Rede Amazonense de Proteção de Dados. Informação disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/14801-tjam-anuncia-dois-projetos-inovadores-para-fortalecer-a-cultura-da-protacao-de-dados-com-apoio-da-uea-fuea-e-samsung>

Realização do 1º Encontro da Rede de Proteção de Dados no dia 21 de agosto, com o tema “Conectando Pessoas, Protegendo Vidas”. Evento incluiu a palestra magna de



Arthur Sabbat (Diretor da Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD), o lançamento do e-book “Proteção de Dados no Setor Público” e três painéis que abordaram segurança da informação, educação digital e os desafios da inteligência artificial. Informação disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/15026-poder-judiciario-sediou-1-encontro-da-rede-amazonense-de-protecao-de-dados>

Participação do Comitê de Proteção de Dados (CGPD) no 2º Encontro ANPD de Encarregados: Regulação, direitos e tecnologia em diálogo, promovido pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), realizado no dia 07/08/2025, o objetivo de atualização técnica e institucional sobre a atuação dos Encarregados de Dados Pessoais no setor público.

Realização de Webinário pelo CGPD, no dia 16/09, das 13:30 h às 15:30 h, na modalidade online, com objetivo de sensibilizar os participantes sobre a importância da privacidade e proteção de dados no contexto de utilização dos sistemas judiciais. Essa ação faz parte do projeto de capacitação em resposta ao pedido da Corregedoria-Geral de Justiça. Informação disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/ejud/noticias/15282-webinario-sobre-seguranca-de-dados-capacitou-116-servidores>

Disponibilização de Curso Autoinstrucional sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) pela Escola do Judiciário, contemplando os princípios fundamentais da LGPD aplicados ao Poder Judiciário, os direitos dos titulares e as responsabilidades dos servidores, o tratamento e a proteção de dados pessoais em processos judiciais, bem como os cuidados necessários na coleta, armazenamento, compartilhamento e descarte de informações.

Realização de Treinamento de gestão de riscos realizado no dia 02/10, às 10h, na modalidade online, com participação do GT que apoia o CGPD. O objetivo foi capacitar os participantes na identificação, avaliação e registro de riscos relacionados às operações de tratamento de dados no SIGA, com base nos princípios e dispositivos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

Apresentação de case de sucesso com o painel “Proteção de dados em rede: Práticas e integração sob a LGPD” no EXPOJUD 2025 – Congresso de Tecnologia, Inovação e



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Direito para o Ecossistema da Justiça, realizado em Brasília/DF, no período de 14 a 16 de outubro de 2025.

Participação do TJAM no 2º Encontro Nacional de LGPD no Serviço Público, realizado nos dias 30 e 31 de outubro de 2025, no Edifício-Sede do TRE/PR, em Curitiba/PR.

Orçamento: Os valores totais utilizados no projeto foram na ordem de R\$ 166.792,92

Progresso do Projeto: 100%

Status: Concluído.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Aprimorar a cultura de governança TIC

Identificação do Projeto: 115 - Aprimoramento Contínuo do Processo de Aquisições e Contratações de TIC.

Responsável: SETIC

Propósito do Projeto: Estabelecer um padrão de excelência em todas as atividades que de alguma forma estão ligadas a TI do TJAM, padronizando ações e processos a fim de evitar erros e melhorando de forma contínua as atividades.

Entregas Esperadas: Diminuição na quantidade de erros nas documentações referentes, diminuição na quantidade de atividades no processo, diminuição no tempo do processo, aprimoramento das atividades, excelência no processo, entre outros.

Resultados Obtidos em 2025: 1. Capacitação em Contratações de TIC na Administração Pública
2. Acompanhamento das compras relacionadas a esta unidade através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI

Orçamento: Sem ônus

Progresso do Projeto: 70%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Iniciativa: Aprimorar a cultura de governança TIC
Identificação do Projeto: 152 - Controle da Segurança e Defesa Cibernética
Responsável: SETIC
Propósito do Projeto: Implementar um sistema abrangente de controle de segurança e defesa cibernética no Tribunal de Justiça, visando proteger efetivamente os dados sensíveis, a infraestrutura tecnológica e as comunicações eletrônicas contra ameaças cibernéticas, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações, além de assegurar o bom funcionamento dos processos judiciais e a confiança do público na instituição.
Entregas Esperadas: Proteção efetiva dos dados sensíveis; Fortalecimento da infraestrutura tecnológica; Prevenção e detecção de ameaças cibernéticas; Resposta eficiente a incidentes de segurança; Conformidade com regulamentações e padrões; e Fortalecimento da confiança pública.
Resultados obtidos em 2025: 1 - As ações resultaram na atualização e aderência das políticas de segurança às normas vigentes. 2 - Houve redução dos riscos e vulnerabilidades, com fortalecimento da gestão de riscos institucionais. 3 - Os planos de continuidade e resposta a incidentes tornaram-se mais eficazes, claros e alinhados aos fluxos operacionais. 4 - As soluções de segurança passaram a apresentar maior eficiência, atualização e aderência às necessidades do ambiente.
Orçamento: Orçamento Total: R\$ 4.906.728,74 Orçamento utilizado: R\$ 4.081.524,00 Justificativa: Orçamento utilizado para pagamento da implantação, treinamento e suporte mensal da solução CyberArk e demais módulos. Obs: Não houve mudança no orçamento informado anteriormente.
Progresso do Projeto: 95%
Status: Em andamento.



CATEGORIA DIAMANTE NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

O Prêmio CNJ de Qualidade foi instituído em 2019 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em substituição ao antigo Selo Justiça em Números, vigente desde 2013. A iniciativa tem como finalidade reconhecer a excelência dos tribunais brasileiros no que se refere à gestão, ao planejamento institucional e à eficiência da prestação jurisdicional, promovendo a sistematização, a disseminação de informações e o aprimoramento contínuo dos serviços judiciais.

O Prêmio CNJ de Qualidade possui como principais objetivos:

- Estimular e reconhecer o desenvolvimento de mecanismos de governança e gestão no âmbito do Poder Judiciário;
- Contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional;
- Promover a transparência institucional e a melhoria na qualidade das informações disponibilizadas à sociedade;
- Incentivar o aperfeiçoamento do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, bem como o uso da inovação e da tecnologia;
- Fomentar a produção de subsídios para o planejamento estratégico e para a formulação das Metas Nacionais do Judiciário.

A avaliação do Prêmio CNJ de Qualidade é realizada por meio de um sistema robusto de pontuação, estruturado a partir das políticas judiciárias previstas em regulamento próprio. São analisados mais de 50 critérios, desdobrados em mais de 150 itens avaliativos, que totalizam aproximadamente 2.300 pontos possíveis, com adaptações específicas conforme o ramo da Justiça. A edição de 2025 do prêmio foi regulamentada pela Portaria CNJ n.º 411, de 2 de dezembro de 2024.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

No ciclo avaliativo de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) alcançou, pelo terceiro ano consecutivo, o **Selo Diamante** no Prêmio CNJ de Qualidade, consolidando-se entre os tribunais de melhor desempenho em âmbito nacional.

A conquista do Selo Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade 2025 reflete o esforço coletivo de magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e demais colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. O trabalho integrado das equipes possibilitou avanços significativos nas áreas de gestão, governança institucional, transparência, tecnologia e uso estratégico de dados, reafirmando o compromisso do TJAM com a excelência na prestação jurisdicional.

O painel oficial de resultados do CNJ, que detalha o desempenho dos tribunais participantes, pode ser acessado por meio do link disponibilizado, reforçando a relevância e a consistência dos resultados alcançados pelo TJAM.

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMDJiMmEwZjMtZjU2Ny00OWQxLWE3NjEtM2Q5NGYxNjcwYmE1IiwidCI6ImFkOTE5MGU2LWw0NWQ0NDYwMC1iYzVjLWVjYTU1NGNiZiQ5NyIsImMiOj9>

METAS NACIONAIS – 2025

Formuladas anualmente, as Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso permanente dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, tendo como objetivo oferecer à sociedade serviços cada vez mais céleres, eficientes e com elevado padrão de qualidade.

No exercício de 2025, conforme disposto no Glossário disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as Metas Nacionais abrangem os seguintes eixos temáticos:

Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos;

Meta 2 - Julgar processos mais antigos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Meta 3 - Estimular a conciliação;

Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública e à improbidade administrativa;

Meta 5 - Reduzir a taxa de congestionamento;

Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações ambientais;

Meta 7 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas;

Meta 8 - Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres;

Meta 9 - Estimular a inovação no Poder Judiciário; e

Meta 10 – Promover os direitos da criança e do adolescente.

O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), por intermédio da Secretaria de Planejamento e da Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais, realiza o monitoramento e a análise sistemática dos resultados relativos às Metas Nacionais. Esse acompanhamento ocorre por meio de controle mensal, considerando competências e unidades judiciais, com base em relatórios extraídos do Painel de Metas do CNJ, bem como em dados fornecidos pelo Núcleo de Estatística da Presidência e pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A partir dessas informações, são elaborados alertas e definidas estratégias de aprimoramento, bem como iniciativas e ações corretivas, com vistas à melhoria contínua dos resultados alcançados.

A tabela a seguir apresenta o desempenho obtido no ano de 2025. Ressalta-se que os dados apresentados referem-se às informações registradas nos sistemas eletrônicos disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio do Painel de Metas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

RESULTADO TJAM ANO 2025	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO
Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos	95,77%
Meta 2: Julgar processos mais antigos	112,91% (1º Grau) 109,41% (2º Grau) 104,43% (Juizados Especiais e Turmas Recursais) 81,45% (Mais antigos)
Meta 3: Estimular a conciliação	92,67%
Meta 4: Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e à improbidade administrativa	140,74% (Geral) 67,25% (Improbidade Administrativa)
Meta 5: Reduzir a taxa de congestionamento	100% (Painel CNJ)
Meta 6: Priorizar o julgamento das ações ambientais	96,23%
Meta 7: Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas	100%
Meta 8: Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres	88,89% (Feminicídio) 102,26% (V. Doméstica)
Meta 10: Promover os direitos da criança e do adolescente	93,55% (1º Grau) 95,20 (2º Grau)



SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) constitui a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, execução e monitoramento das soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas. Atua como órgão técnico especializado na estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), desempenhando papel estratégico na promoção da eficiência operacional, da modernização tecnológica e da transformação digital institucional.

Sua atuação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico do TJAM e às diretrizes e normativos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços judiciais e administrativos, a segurança da informação, a inovação tecnológica e a melhoria contínua da prestação jurisdicional.

Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação:

- Planejar, implementar e executar a política de TIC do TJAM;
- Garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações institucionais;
- Desenvolver, implantar, integrar e manter sistemas judiciais e administrativos;
- Administrar e modernizar a infraestrutura tecnológica, compreendendo redes, servidores, data center e equipamentos de informática;
- Prestar suporte técnico especializado a magistrados, servidores e unidades judiciais;
- Assegurar a conformidade com as normas de segurança da informação e com a legislação aplicável, inclusive no que se refere à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Apoiar projetos estratégicos e iniciativas voltadas à inovação e à transformação digital do Tribunal.

A SETIC está estruturada em divisões especializadas, responsáveis pela condução das atividades estratégicas de TIC, a saber:

- Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Divisão de Suporte e Gestão de Ativos de TIC;
- Divisão de Infraestrutura de TIC;
- Divisão de Inteligência Artificial e Ciência de Dados;
- Divisão de Suporte aos Sistemas Judiciais da Capital;
- Divisão de Suporte aos Sistemas Judiciais do Interior;
- Divisão de Desenvolvimento de Sistemas e Inovações Tecnológicas.

Diante do exposto, apresentam-se, a seguir, as principais iniciativas desenvolvidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) no exercício de 2025.

ATIVIDADE	RECURSO (R\$)
Contrato Administrativo nº 001/2025-FUNJEAM - Contratação de um conjunto de <i>switching</i> corporativo para modernização da rede e <i>Network Access Control</i> (NAC) para institucionalizar a governança de identidade do dispositivo, autorizando o acesso “na borda” e permitindo políticas por perfil (usuário, unidade, tipo de equipamento), algo difícil de sustentar apenas com controles reativos	4.549.100,00
Contrato Administrativo nº 041/2025-FUNJEAM - Expansão/qualificação do ambiente de Backup (ExaGrid) com intuito de proteção e preservação dos dados institucionais (judiciais e administrativos) que poderão ser restabelecidas de forma rápida e em cenários adversos, não causando impactos à sociedade.	4.549.100,00
Contrato Administrativo nº 029/2025-FUNJEAM – Contratação de créditos e suporte técnico especializado em Nuvem com intuito de empregar Inteligência Artificial (IA) Generativa de forma segura, escalável e sustentável para aprimorar processos internos e, em especial, elevar a eficiência e a qualidade das atividades judiciais e de	179.407,60



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

apoio.	
Contrato Administrativo nº 038/2025-FUNJEAM - Contratação de manutenção/evolução do Google Workspace e recursos corporativos, com quantitativo expressivo de licenças, sendo um bloco de licenças de nível superior com intuito de permitir: (i) padronização, (ii) governança, (iii) adoção de capacidades avançadas onde há maior criticidade (áreas com necessidades especiais de controle e produtividade).	27.003.396,00
Contrato Administrativo nº 042/2025-FUNJEAM – Contratação de um circuito adicional (Link de Internet dedicado com mitigação anti-DDoS) de 1 Gbps com intuito de expansão da banda de dados, de modo a disponibilização de três links de internet (um de 800 Mbps e dois de 1 Gbps)), atingindo ~2,8 Gbps totais, distribuídos em operadoras distintas e backbones separados, assegurando alta disponibilidade, menor latência e melhor desempenho para sistemas críticos.	61.764,00
Contrato Administrativo nº 048/2025-FUNJEAM – Contratação do o licenciamento e suporte da central telefônica existente, reforçando a sustentabilidade do ambiente já implantado e viabilizando capacidade SIP para suportar necessidades atuais e evolução controlada.	186.000,00
Nota de Empenho nº 2025NE0001557 – Aquisição de <i>Nobreaks</i> vários portes (40/20/10/3 kVA) para dar suporte à diversas unidades do TJAM na capital e interior, com intuito de alimentar os switches e demais equipamentos que compõem a rede LAN dessas respectivas unidades.	1.489.059,70
Nota de Empenho nº 2025NE0003815 – Aquisição adicional de dois <i>Nobreaks</i> de 40 kVA para o Datacenter Backup, com intuito de fortalecer o backbone energético do ambiente de backup/contingência, alinhando energia e continuidade de dados (backup) no mesmo padrão de criticidade.	264.549,22
Nota de Empenho nº 2025NE0004322 – Licenciamentos Microsoft (Windows Server e SQL Server) para dar sustentação ao datacenter e aos serviços corporativos, evitando riscos jurídico-administrativo, limitações técnicas e fragilidade de continuidade (impossibilidade de expandir ambientes ou regularizar infraestrutura).	2.971.350,00
Contrato Administrativo nº 048/2022-FUNJEAM – Sistema SAJ PG5 e SAJ-SG5 - Contratação de empresa especializada no Sistema de Automação da Justiça – SAJ, voltado a gestão de processos judiciais físicos e digitais de primeira (SAJ/PG5) e de segunda (SAJ/SG5)	7.182.421,80

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

instâncias, para prestação de serviços relacionados aos módulos licenciados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	
Contrato Administrativo nº 009/2023-FUNJEAM – Pacote de serviços dos Correios - Contratação de produtos e serviços por meio de Pacote de Serviços dos Correios mediante adesão ao Termo de Condições Comerciais e Anexos, quando contratados serviços específicos, que permite compra de produtos e utilização dos diversos serviços dos Correios por meio dos canais de atendimento disponibilizados.	5.513.857,44
Correção de inconsistências (datas de distribuição e data do histórico de classe) em pouco mais de 500 mil processos listados no painel do Codex do CNJ, de acordo com critérios exigidos pelo Prêmio CNJ de qualidade.	-
Revisão dos índices da base de dados do Projudi (comparação com os índices do Banco de Dados do TJPR).	-
Apoio nas sessões de julgamento da primeira câmara cível, administrando a reunião do Zoom, a entrada e saída de advogados, testes de áudio e vídeos dos advogados, e transmissão para YouTube.	-
Ajustes em processos/recursos pós migração (Intervenção Banco de Dados).	-
Configuração para migração SAJ - Projudi (Intervenção Banco de Dados).	-
Elaboração de relatórios contendo dados extraídos diretamente do banco de dados dos sistemas judiciais (dinâmicos, estatísticos).	-
Apoio nos relatórios do Datajud.	-
Suporte de banco de dados ao sistema de teletrabalho.	-
Suporte de banco de dados a sistemas administrativos, como o sistema de certidões unificadas.	-



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Configuração do sistema de custas SGA na base de testes: SGA – Organização da árvore de custas; Mandado de Segurança de Valor Inestimável; Conflito de Jurisdição suscitados pela parte; Carta Precatória; Carta de Ordem; Carta Rogatória; Justificação; Processos Criminais Em Geral – 1º Grau; Agravo de Instrumento; Mandado de Segurança de Valor Inestimável; Desaforamento; Carta de Ordem; Carta Testemunhável; Justificação; Reclamações; Representações; Conflitos de Jurisdição suscitados pela parte; Processos Criminais Em Geral – 2º Grau.	-
Criação do banco de dados para no novo sistema de Guia de Arrecadação (criação da instância e execução dos scripts para criação dos esquemas e objetos do Banco de Dados).	-
Construção e alteração de Views na base de dados para atendimento de painéis BI e sistemas independentes.	-
Inclusão de tabelas e novos campos de tabelas já existentes para sincronização no Object MMRS.	-
Construção de triggers na base de dados do Projudi para automatizar procedimentos.	-
Pré-configurações nas bases de teste (125) e base de migração (70) das Câmaras Cíveis. Configuração da base de produção (234) das Câmaras Cíveis e Plantão. Período da migração 06/01/2025 a 22/01/2025.	-
Acompanhamento do tratamento e correção de erros em funcionalidades do Projudi tanto em Primeiro quanto no Segundo Grau.	-
Elaboração de Manual do SGA para o público externo.	-
Acompanhamento da disponibilização do SGA na produção, nos setores de contadoria, conta única e sicof.	-



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Configuração das custas no SGA com a nova taxa para 2026.	-
Implantação do robô de análise de retorno de AR de citação e de intimação nos Juizados Especiais Cíveis (JECs).	-
Desenvolvimento e implantação do robô de intimação de sentença para o Núcleo 4.0 – Previdenciário.	-
Desenvolvimento e implantação do robô de intimação de sentença para os Juizados Especiais da Fazenda Pública (JEFs).	-
Configuração no SAJ para envio de processos para fila "Enviar Projudi 2 Grau" com o objetivo de migrar os processos que necessitam ser enviados para o 2o grau.	-
Migração de cerca de 200 mil processos da Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal (VEDAM) do SAJ para o Projudi.	-
Dada uma sentença genérica proferida e assinada pela magistrada titular da VEDAM, este ato foi copiado para os cerca de 200 mil processos migrados do SAJ para o Projudi.	-
Lançada a baixa dos cerca de 200 mil processos da VEDAM que foram migrados para o Projudi.	-
Desenvolvimento e implantação do robô que faz a remessa dos processos das varas Cíveis e dos JECs para o CEJUSC, para a Semana Nacional de Conciliação.	-
Desenvolvimento e implantação do robô que pauta as audiências e realiza as intimações das partes para a Semana Nacional de Conciliação.	-
Análise e ajustes das configurações das novas bases de dados para	-



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

migração da versão 9.5 para a 16 do PostgreSQL.	
Desenvolvimento e implantação do robô que realiza protocolos no SISBAJUD.	-
Migração de cerca de 15 mil processos da VEDAM do SAJ para o Projudi, para serem protocolados os bloqueios no SISBAJUD através do robô.	-
Migração de cerca de 12 mil processos da VEDAM do SAJ para o Projudi para serem baixados.	-
Atendimento a usuários externos (partes, advogados, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e outros órgãos) por e-mail ou telefone.	-
Definição dos princípios do ARANDU, UX e acessibilidade. Criação do Design System base (cores, tipografia, iconografia, elevação). Construção massiva de componentes UI (inputs, botões, tabelas, modais, navegação) em Dark e Light. Projeção inicial das interfaces do ARANDU.	-
Evolução de fluxos inteligentes, upload e validação de documentos, ajustes de componentes e fluxos. Implementação de melhorias de acessibilidade, loading, notificações e Dark Mode.	-
Desenvolvimento completo do módulo de Audiências: fluxos, upload de vídeos, player, exportação PDF, wireframes e ajustes funcionais.	-
Microinterações, notificações e histórico de transcrições. Criação de nova funcionalidade PREDADOR e seus componentes de apoio.	-



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Evolução do Processo Inteligente (Chat, AranduGPT, Similaridade). Criação de login, componentes avançados e síntese de audiências.	-
Unificação dos sistemas (Arandu, Predador e Audiências).	-
Criação de temas, templates, variações de login, telas de erro e home do Arandu.	-
Ajustes avançados de fluxos, testes assistidos, documentação de bugs, criação de novas funcionalidades (Precedentes) e documentação de lançamento do ARANDU.	-
Consolidação de manuais (Arandu, Audiências, Predador, Numopede). Criação de cenários de teste, ajustes funcionais e documentação corretiva.	-
Correções estruturadas, testes de regressão, novas funcionalidades (Tutoriais), melhorias de loading global e refinamento visual do Arandu GPT.	-
Validações finais com QA e stakeholders. Criação de documentos macro do ecossistema ARANDU. Evolução do Banco de Prompts e Similaridades.	-
Rebranding ARANDU V1 e V2. Atualização de tokens de design, manuais do usuário, subfuncionalidades do AranduGPT (Agentes) e ajustes finais de UI/UX.	-
Estruturação da nova arquitetura de API do arandu, contemplando	-



dockerização.	
Refatoração das rotas do antigo arandu trazendo para API nova.	-
Criação da Pipeline de CI/CD do arandu; Criação do ambiente de DEV	-
Reestruturação da rota de interação com IA; Manter contexto e histórico do chat; Correções nos ambientes de DEV e PROD;	-
Cache de corpus textual; Implementação do Sentry; Estruturação de Changelog; Rota de entrega de novas versões;	-
CRUD do banco de prompts; Migrar sistema de transcrição para o arandu; Estruturação da API de litigancia abusiva; Estruturação do ambiente docker para desenvolvimento nos computadores dos demais membros do time.	-
Melhorias na api de litigancia abusiva; Correção do erro que impedia a resposta correta na primeira chamada da api do gemini; Ajustes no banco de prompts; Criada funcionalidade de autenticação; Correção na configuração de logs do Sentry; Criação de ambiente de DEV do Frontend	-
Criação do novo ambiente de produção do frontend; Refinamento da demanda de ajuste de filtro de status no predador; Diversos ajustes menores para funcionamento do banco de prompts; Funcionalidade de extração dinâmica no caso de o documento não estar no elastic;	-
Ajustes extração dinâmica; Funcionalidade de stream no arandu gpt; Correção de bug de conexão com o banco em produção; Onboard de	-



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

colegas novatos;	
Criação de Board para acompanhamento de projetos no Gitlab; Melhorias de legibilidade e performance no litigância;	-
Estruturação do BI ARANDU; Ajustes e acompanhamento de testes no litigância; Estruturação do docker do numopede; Adicionado Filtro de vara na litigância; Nomeação de chat via LLM no ARANDU; Informar etapa de processamento do chat via stream no ARANDU; Diversos ajustes menores no ARANDU e no Litigancia	
Vínculos de processos com varas no módulo de transcrição; Criação de SDK interna de integração com Gemini; Diversas correções menores no ARANDU e no Litigância.	-
Estruturação do layout principal do sistema; Ajustes no menu lateral e barra de navegação; Refatoração e início da funcionalidade de Pesquisa por Similaridade; Criação de componentes base; Ajustes gerais de interface.	-
Criação de stores e componentes reutilizáveis; Desenvolvimento da funcionalidade Síntese Processual; Implementação da funcionalidade Processo Inteligente; Consolidação da arquitetura do frontend.	-
Ajustes no componente de listagem de arquivos do Processo Inteligente; Melhorias na organização e apresentação das informações; Correções pontuais de interface.	-
Ajustes de CSS no projeto Arandu; Adequações do frontend às mudanças da API; Levantamento e integração com autenticação via Keycloak; Ajustes no chat para tratamento de arquivos inválidos.	-



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Implementação do histórico do chat no Arandu; Verificação e ajustes gerais nas telas do sistema; Correções visuais e funcionais.	-
Novo design da funcionalidade Audiência; Ajustes no menu lateral, header e listagem de processos; Implementação de modais de upload de processo; Criação e padronização de componentes base; Integrações iniciais de infraestrutura.	-
Ajustes e melhorias na funcionalidade Audiência e Transcrição; Implementação de player de vídeo e ajustes em modais; Desenvolvimento da funcionalidade Similaridade; Criação de páginas e rotas de Similaridade; Início do Chat Arandu e Banco de Prompts; Integrações com visualização de PDFs e autenticação.	-
Consolidação da funcionalidade Similaridade; Ajustes de layout e extração dinâmica de dados; Padronização de tokens nas requisições; Evolução do Chat Arandu e Banco de Prompts; Correções de rotas, menu lateral e navegação; Ajustes gerais de layout e TypeScript.	-
Criação da página de Precedentes; Implementação de filtros, dialogs e modais; Ajustes de layout em cards e tabelas; Melhorias de usabilidade e experiência do usuário; Ajustes visuais e funcionais.	-
Melhorias na página inicial; Evolução do projeto Banco de Prompts; Ajustes em layouts, tabelas, dialogs, botões e notificações; Implementação de filtros por data; Ajustes no header e no stream do chat.	-
Ajustes e evoluções no módulo Precedentes; Padronização visual do sistema; Ajustes de layout e correções gerais; Estabilização do sistema.	-



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Evolução do AranduGPT; Implementação de skeletons no chat e banco de prompts; Ajustes no histórico do chat; Correções de CSS e prompts; Melhorias nos processos de transcrição e download; Organização de dependências e merges de código.	-
Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade à internet via satélite de baixa órbita com fornecimento de terminais.	R\$ 173.986,84, valor mensal
Serviços de suporte técnico, consultoria e atualizações do sistema de replicação de banco de dados OBJECTMMRS.	R\$ 16.497,92
Atendimento a usuários externos (partes, advogados, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e outros órgãos) por e-mail ou telefone.	-
Elaboração de relatórios contendo dados extraídos diretamente do banco de dados dos sistemas judiciais (dinâmicos, estatísticos).	-
Apoio nos eventos do Registre-se realizado pela CGJ.	-
Instalação de Servidor para suporte remoto RMM (rmm.tjam.jus.br).	-
Implementação do monitoramento dos links da Starlink no interior.	-
Implementação do monitoramento dos links da SIDI no interior.	-
Implementação do monitoramento dos Firewalls no interior.	-
Instalação de Servidor de Arquivos centralizado nas Comarcas (File	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Server).	
Instalação de Servidor de Backup Duplicati nas comarcas.	-
Implementação de monitoramento de Backups (https://www.duplicati-monitoring.com/backupset).	-
Instalação dos softwares de coleta biométrica do CNJ nas comarcas.	-
Implementação do servidor de diretório AD nas comarcas (RODC).	-
Automatizar a instalação de softwares e drivers nas máquinas que ingressam no domínio do interior através de scripts de logon.	-
Reestruturação das configurações da rede de gerência.	-
Implementação de modelos LLM e RAG para facilitar a conexão entre cidadãos e o tribunal.	-
Disponibilização de totens digitais e tablets em locais de grande fluxo.	R\$104.147,90
Modernização dos equipamentos de segurança física e eletrônica.	R\$1.100.000,00
Substituição de desktops com versionamento de processador intel abaixo da 6ª Geração do Intel i3 ou i5 e renovação de infraestrutura de energia, com aquisições de nobreaks de pequeno porte.	R\$2.095.000,00



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Lançamento de cabeamento óptico e instalação de pontos lógicos.	R\$1.899.000,00
Manutenção preventiva e corretiva para assegurar a conexão da sede.	R\$283.999,92.
Manutenção dos sistemas UPS dos Data Centers Principal e Backup.	R\$255.065,06
Desenvolvimento dos Sistemas: GMF - Aplicação para Inspeção; GMF - Sistema de Denúncias; SisDoc – MoreqJus; SIGEPAE - Sistema de Gestão do Pagamento da PAE; SICAV - Sistema de Cadastro de Vítimas; SGCET - Sistema de Gestão dos servidores em Condição Especial de Trabalho; ViaJus - Autorização de Viagens para Crianças e Adolescentes; AtermaFácil - Sistema para atermação online; SADEP - Sistema de Administração do Dep. Público; SGT - Sistema de gerenciamento do Teletrabalho; SUSI - Sistema Unificado Seleções e Inscrições; Sistema SEGEP - Gerenciamento de Lotação e Férias; Sistema SEGEP - Gerenciamento de Avaliação; GestPro - Sistema de Fluxogramas; SIGMA - Sistema Integrado de Gestão dos Magistrados; Sistema SECOP - Gestão Contratual; Sistema SECOP - Execução Contratual; Sistema SECOP - Convênio e outros ajustes; Sistema SECOP - Conta Vinculada; CheckFrota - Sistema para controle de frota; Painel de Senha Eletrônica; Projeto para acesso biométrico facial; ARANDU; PROJUDI.	2.507.339,59
Desenvolvimento de Sistema : Projudi - Sistema de Correções 2025 - Adição das metas nacionais CNJ; Projudi - Migração Saj - Projudi - demais varas primeiro grau (parte 4); Projudi - Pagamento de custas via pix; Projudi - Custas processuais; Projudi - Migração Saj - Projudi - demais varas primeiro grau (parte 3); Projudi - Migração Saj - Projudi - demais varas primeiro grau (parte 1); Projudi - Sessão Virtual Extraordinária (CNJ resolução 591/2024); Projudi - envio de edital; Projudi - Padronização das opções de voto dos julgamentos; Projudi - Migração Saj - Projudi - varas extintas; Projudi - Publicação de atos ordinatórios no DJEN; Projudi - Alteração de jobs; Projudi - Serviço de Geolocalização; Projudi - expedição de certidão de publicação no DJEN e disponibilização nos autos; Projudi - Integração ao serviço de peticionamento intermediário do CNJ do PSPJ; Projudi - Estudo do uso	-



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

de certificado do gov.br; Projudi - Implementação do tipo de órgão Seção; Projudi - Migração Saj - Projudi - varas Maria da Penha; Projudi - tratamento de sigilo nas publicações; Projudi - Alteração do botão Juntar Documento para gerar pendência; Projudi - Publicação de processos distribuídos; Projudi - Escritório Jurídico como representante; Projudi - Mudança na tela de Ordenar Cumprimento (340); Projudi - Migração Saj - Projudi - varas criminais; Projudi - Melhoria no perfil de Defensores / assessor de defensor; Projudi - Balcão de conciliação virtual; Projudi - Mudança no MNI para tratamento de sigilo; Projudi - Restrição de acesso; Projudi - Migração Saj - Projudi - Meio Ambiente, Garantias, Auditoria Militar, Dignidade Sexual, Vecute; Projudi - informação de juízo prevento no MNI; Projudi - Publicidade da pauta de sessões dos julgamentos; Incluir o campo de classe na tela de Sessão Virtual e Presencial do Magistrado; Projudi - Módulo BNP e sobrestamento no segundo grau; Projudi - Publicação no DJEN segundo grau; Projudi - Informação de localizadores na tela de processo; Projudi - Funcionalidades de segundo grau para perfil Defensor; Projudi - Migração Saj - Projudi - Câmaras cíveis; Projudi - Acréscimo do arquivo kml; Projudi - vara preventa; Projudi - Minuta múltipla Segundo Grau; Projudi - Retorno de remessa da delegacia; Projudi - Geolocalização Módulo de Configurações; Projudi - Migração Saj - Projudi - demais varas primeiro grau (parte 2); Projudi - liberação de informações de guias de custas; Projudi - Remessa Digital - Ofícios; Projudi - Melhoria na suspensão de recursos; Projudi - Postergar assinatura em lote no segundo grau; Projudi - Publicação de Atas no DJEN; Projudi - Visualização de processos do sistema de correição; Projudi - Novo sistema de correição; Sistema de Audiência de Custódia; SGP - Módulo de pagamentos; SISGED 2.0 - Módulo de Produção; Sistema de Certidão Unificada - Certidão Negativa de Crimes de Racismo e Injúria Racial; Sistema de Certidão Unificada - Certidão Segundo Grau; Sistema de Certidão Unificada - Certidão Maria da Penha; Alvará Eletrônico 3.0 - Módulos: Alvará 28 e 29; SGP - Módulo de cálculo de retenções; Redesign do Portal da Comissão de Assédio; Portal Programa Solo Seguro; Atualização do Sistema de Portaria; MFA Sojam, Extrajudicial, Listing; Portal - Página Direitos da Pessoa Idosa; TJAM Design System; SGP - Atualização do Módulo de Cadastro; Alvará - MFA; Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Proteção a Pessoas Socialmente Vulneráveis; SGT - Integração com o Projudi; SGT - Relotação; NAV - Melhorias; SISGED 2.0 - Módulo de Importação; Alvará Eletrônico 3.0 - Alteração de consulta de processo.



Principais Atividades realizadas pela Divisão de Infraestrutura de TIC (SETIC/DVITIC)

1. Introdução

A Divisão de Infraestrutura de TIC (SETIC/DVITIC), unidade vinculada à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) apresenta, neste **relatório das entregas de 2025**, o balanço das ações realizadas ao longo do ano. Cada iniciativa detalhada a seguir representa não apenas um projeto técnico, mas **um investimento estratégico que amplia a capacidade do TJAM em oferecer serviços digitais de qualidade à sociedade**, fortalecendo o Judiciário amazonense como um dos mais inovadores do país. Organizado por temas, o relatório mostra como conduzimos um conjunto de contratações estratégicas voltadas à modernização, expansão e fortalecimento da infraestrutura tecnológica do TJAM, reforçando a **resiliência tecnológica** e a **confiança institucional**.

Neste relatório, **consolidamos as contratações e empenhos mais relevantes**, com foco em: (i) contextualizar a necessidade institucional (problema), (ii) registrar a decisão técnica adotada (solução/arranjo contratado), e (iii) evidenciar os **benefícios tipicamente esperados** e os resultados institucionais a serem alcançados.

O recorte prioriza contratações que compõem a **espinha dorsal da infraestrutura corporativa do TJAM** (rede, conectividade, continuidade/energia, backup, nuvem e produtividade corporativa), por serem as que mais impactam **disponibilidade dos serviços judiciais, segurança operacional, capacidade de atendimento aos usuários e resiliência tecnológica**.



2. Visão executiva das realizações e da lógica de investimento

Em 2025, estruturamos um **ecossistema integrado de infraestrutura**, tratando de forma coordenada cinco eixos que, na prática, determinam a capacidade do TJAM de sustentar os serviços digitais críticos:

1. **Conectividade e Perímetro** (Internet dedicada + proteção anti-DDoS + evolução de capacidade)
2. **Rede local e segmentação** (switching gerenciável, NAC e controle de acesso à rede)
3. **Continuidade elétrica** (nobreaks para datacenters e ambientes distribuídos)
4. **Proteção de dados** (backup com arquitetura de desempenho e escalabilidade)
5. **Plataformas corporativas e nuvem** (colaboração, correio, produtividade e créditos em nuvem)

A racionalidade do portfólio foi: **aumentar capacidade (throughput)**, **reduzir risco de indisponibilidade (resiliência)**, **e elevar governança (controles)**, e **mitigar vulnerabilidades operacionais** de forma mensurável — deixando claro, para fins de controle interno e prestação de contas, que cada contratação não é “isolada”, mas **componente de uma arquitetura única de serviço público digital**.

3. Contratações e empenhos (divididos por instrumento)

Considerando os instrumentos contratuais e empenhos tratados neste relatório, o volume financeiro associado (contratos + empenhos) totaliza **R\$ 41.499.346,52** (soma aritmética dos valores contratados e empenhados apresentados nas seções seguintes).



3.1 Contrato Administrativo nº 001/2025-FUNJEAM – Switches, modernização da rede e controle de acesso (NAC)

Valor contratado: R\$ 4.794.720,00
Quantitativos (principais): 50 switches e 4.500 unidades de NAC (dispositivo)

Problema (diagnóstico)

A rede corporativa é, em infraestrutura pública digital, o “sistema circulatório” de todo o ambiente: tráfego de sistemas judiciais, autenticação, impressão, VoIP, videoconferência, acesso a arquivos, backups e integrações. Em ambientes com grande capilaridade e múltiplos perfis de usuários/dispositivos, os riscos típicos são: **segmentação insuficiente**, baixa visibilidade de ativos, dificuldade de impor políticas de acesso, e maior superfície para incidentes (ex.: dispositivos não conformes conectados à rede).

Decisão técnica (o que contratamos e por quê)

Contratamos um conjunto estruturado de **switching corporativo** somado à camada de **Network Access Control (NAC)**. A decisão é tecnicamente consistente porque o NAC **institucionaliza governança de identidade do dispositivo**, autorizando o acesso “na borda” e permitindo políticas por perfil (ex.: usuário, unidade, tipo de equipamento), algo difícil de sustentar apenas com controles reativos.

Benefício institucional esperado (resultado)

- **Redução de risco operacional e de segurança** (rede mais governável; dispositivos passam a entrar na rede “sob política”).
- **Aumento de disponibilidade percebida** (menos instabilidade causada por loops, excesso de broadcast, falhas de segmentação e conflitos de rede).



- **Melhoria de capacidade de auditoria** (inventário lógico e rastreabilidade de quem/qual dispositivo acessou onde).
- **Base para evolução de maturidade** (controles objetivos de ativos e acesso — tipicamente valorizados em avaliações de governança TIC).

Indicadores de impacto (monitoráveis)

- % de endpoints **classificados e controlados por política NAC** (meta por etapa).
- Redução de incidentes por “dispositivo desconhecido”/rede “não conforme”.
- Tempo médio de isolamento de ativo suspeito (MTTI – *mean time to isolate*).

3.2 Contrato Administrativo nº 041/2025-FUNJEAM – Expansão/qualificação do ambiente de Backup (ExaGrid)

Valor contratado: R\$ 4.549.100,00

Problema (diagnóstico)

A proteção de dados do TJAM, ancorada no **Contrato Administrativo nº 042/2022-FUNJEAM**, chegou em 2025 com **89% de ocupação de dados e 99% de licenças utilizadas**, sinalizando **risco iminente de saturação**.

Essa situação se mostrou bastante preocupante, pois em ambiente judicial, indisponibilidade e perda de dados têm efeito sistêmico: paralisação de serviços, impactos processuais, risco reputacional e aumento de custo de recuperação. O desafio típico não é apenas “ter backup”, mas garantir que o backup seja **rápido o suficiente para caber na janela**, confiável, verificável, com escalabilidade e capacidade de recuperação condizente com o crescimento de dados.

Decisão técnica



Diante do cenário identificado, **optamos por renovar e expandir a solução de proteção de dados já adotada institucionalmente**, originalmente contratada por meio do **Contrato Administrativo nº 042/2022-FUNJEAM**. Essa decisão foi tomada com base em dois vetores centrais descritos no ETP: **(i) a expiração iminente das licenças e do suporte** do ecossistema de backup vigente e **(ii) o crescimento contínuo da demanda** por armazenamento, processamento e execução de rotinas de backup e restauração.

Em vez de substituir integralmente a plataforma, adotamos uma estratégia tecnicamente mais racional e institucionalmente mais segura: **preservar o investimento realizado em 2022**, garantindo **continuidade operacional** (sem ruptura de serviço) e, simultaneamente, **elegar a capacidade do ambiente** por meio de **expansão controlada**. Isso se materializou na contratação combinada de itens de **expansão de capacidade** (infraestrutura/appliance), somada à **renovação de licenças e suportes**, assegurando que o ambiente permaneça **suportado, atualizado e escalável**.

Adicionalmente, a decisão foi estruturada para que a transição/expansão ocorresse de forma estável, com preservação da integridade e disponibilidade das informações, evitando riscos típicos de migrações disruptivas (perda de histórico, indisponibilidade durante cutover, incompatibilidades e aumento de janela de backup). Assim, **o foco técnico foi garantir continuidade, conformidade contratual e evolução de capacidade**, mantendo o backup como serviço crítico de sustentação da Justiça Digital.

Benefício institucional esperado

A decisão por **renovar e expandir** a solução existente (em vez de substituí-la) gera benefícios institucionais relevantes — e diretamente auditáveis:

1. Continuidade do serviço crítico sem ruptura operacional

A renovação de licenças e suportes mantém o ambiente em condição de operação regular e suportada, reduzindo o risco de interrupções e a dependência



de ações emergenciais.

2. Preservação do investimento público realizado em 2022

Ao manter a plataforma e evoluí-la por expansão, evitamos custos e riscos associados a migrações completas (reimplantação, reconfiguração, revalidação, retrabalho operacional), com melhor relação custo-benefício.

3. Melhoria da capacidade de recuperação e resposta a incidentes

Com expansão de capacidade e sustentação do ecossistema, fortalecemos a resiliência: maior previsibilidade para restaurar serviços críticos, menor impacto de falhas e maior confiança institucional em processos de recuperação.

4. Redução de risco cibernético associado à indisponibilidade e perda de dados

Ambiente de backup suportado e dimensionado é um dos pilares de mitigação de impactos de ransomware e falhas lógicas. Isso não “elimina” risco, mas **reduz severidade e tempo de recuperação**, o que é essencial em serviço público digital.

5. Previsibilidade e governança do ciclo de vida do backup

A contratação transforma backup em serviço gerido (com expansão planejada e suporte vigente), reduzindo improvisos e reforçando aderência a boas práticas de continuidade e governança de TIC.

Além disso, essa ampliação assegura **desempenho e escalabilidade** às rotinas críticas de backup e recuperação, garantindo **conformidade com as diretrizes do CNJ e padrões internacionais de segurança da informação**. A unidade reforça a proteção contra **perda ou indisponibilidade de dados críticos, falhas na restauração e custos emergenciais decorrentes de aquisições não planejadas**.



Com essa entrega, o TJAM atinge um patamar de **maturidade em continuidade de negócios e proteção de dados** comparável a grandes corporações. Trata-se de um **escudo estratégico** que resguarda a credibilidade institucional, assegura que **a memória digital do Tribunal está preservada** e que **serviços judiciais e administrativos podem ser restabelecidos rapidamente em qualquer cenário adverso**, sem impactos à sociedade.

Indicadores

- Taxa de sucesso de jobs de backup (% sucesso/erros).
- Tempo médio de restauração por classe de sistema (crítico, essencial, suporte).
- “Idade do último backup íntegro” (por sistema crítico).

3.3 Contrato Administrativo nº 029/2025-FUNJEAM – Nuvem (créditos e suporte técnico especializado)

Valor contratado: R\$ 179.407,60
Quantitativos contratados: 28.140 créditos de serviço em nuvem (CSN) e 137 unidades de serviços técnicos (UST)

Problema institucional (diagnóstico analítico)

Em 2025, consolidou-se no TJAM uma demanda estratégica: empregar IA Generativa de forma segura, escalável e sustentável para aprimorar processos internos e, em especial, elevar a eficiência e a qualidade das atividades judiciais e de apoio.

Nesse contexto, o projeto **Arandu** foi concebido para **aplicar IA na análise processual**, utilizando o **modelo Gemini**, um **LLM (Large Language Model) de IA Generativa da Google**, como núcleo tecnológico para interpretação de informações, identificação de padrões e apoio à leitura/triagem e análise de conteúdo processual. A natureza dessa aplicação torna o consumo de infraestrutura e de serviços de IA **intensivo e iterativo**, porque sua evolução depende de ciclos contínuos de testes, calibração, validação e refinamento do comportamento do modelo em casos de uso reais.



O ETP demonstra, portanto, que o problema institucional não era apenas “obter nuvem”, mas garantir **condições concretas de robustez e continuidade** para um projeto de alto impacto, evitando riscos típicos que inviabilizam iniciativas de IA no setor público:

- **descontinuidade por ausência de capacidade/tokens** para executar ciclos de desenvolvimento e validação do Arandu;
- **imprevisibilidade orçamentária** decorrente de consumo fragmentado e sem trilha de governança;
- **fragilidade técnica** por falta de acompanhamento especializado, com risco de arquitetura inadequada, baixa performance e desperdício de recursos;
- **dificuldade de escalonar** resultados promissores para operação institucional, por ausência de plataforma e suporte contínuo.

Decisão técnica (conforme ETP: manter e fortalecer a parceria tecnológica GCP + Gemini)

Diante desse cenário, optamos por manter e fortalecer a parceria tecnológica com a Google, estruturando a contratação de modo a garantir a sustentação do ecossistema já em uso no Tribunal: GCP como base de infraestrutura e Gemini como motor de IA Generativa do Arandu.

A decisão foi desenhada para atender simultaneamente a três necessidades estratégicas:

1. **Robustez de plataforma para IA aplicada à análise processual**
A execução do Arandu exige uma infraestrutura estável, escalável e com governança, o que é atendido pela robustez do **Google Cloud Platform (GCP)**, permitindo suportar picos de processamento, ambientes de teste e evolução controlada do projeto.



2. Suporte contínuo e evolução do Gemini como LLM institucional

Como o Gemini já possui presença estabelecida no TJAM, sua continuidade e suporte são determinantes para que o Arandu evolua com segurança e previsibilidade. A contratação reforça a decisão de manter essa base tecnológica, assegurando condições para aprimorar o uso do LLM ao longo do tempo.

3. Previsibilidade de consumo e capacidade de execução (créditos + suporte)

O arranjo de **créditos (CSN)** viabiliza o consumo necessário para os ciclos do projeto (incluindo uso de recursos associados à IA), enquanto as **UST** fornecem suporte técnico especializado para reduzir riscos, orientar arquitetura, otimizar custos e dar sustentação operacional ao desenvolvimento.

Em síntese, tratou-se de uma decisão de governança: **não apenas adquirir recursos**, mas sustentar de forma institucional uma capacidade estratégica de IA Generativa aplicada ao negócio do Tribunal.

Benefícios institucionais esperados (resultados e fortalecimento de valor público)

A contratação gera ganhos diretos que conectam investimento → capacidade → resultado institucional:

1. Aprimoramento significativo dos processos judiciais por IA aplicada (Arandu + Gemini)

A presença já estabelecida do Gemini no TJAM demonstra, na prática, que soluções eficazes de IA podem melhorar fluxos de trabalho, apoiar análise processual e contribuir para maior eficiência e qualidade das rotinas relacionadas ao tratamento de informações processuais.

2. Continuidade e escalabilidade de um projeto de alto impacto institucional

Ao garantir infraestrutura (GCP) e sustentação do ecossistema (Gemini),



reduzimos o risco de interrupção do desenvolvimento e criamos condições para que os resultados do Arandu avancem de piloto/experimento para uso institucional estruturado.

3. Governança e previsibilidade no consumo de recursos de IA e nuvem

Créditos e suporte estruturam um modelo mais controlado e auditável de consumo, facilitando prestação de contas: quanto foi consumido, por qual iniciativa, com qual benefício institucional.

4. Redução de risco técnico e aumento de maturidade em TIC (governança de inovação)

O suporte contínuo contribui para decisões arquiteturais mais seguras, melhor gestão de custos e maior aderência a boas práticas — elementos essenciais para consolidar maturidade de governança TIC em projetos de inovação.

5. Reforço estratégico da parceria tecnológica já validada pelo uso institucional

Ao manter a plataforma e o LLM que já demonstraram resultados no TJAM, fortalecemos a coerência tecnológica do ecossistema institucional, reduzindo dispersão de soluções e aumentando eficiência de sustentação e evolução.

3.4 Contrato Administrativo nº 038/2025-FUNJEAM – Google Workspace e recursos corporativos (incluindo pacotes superiores)

Valor contratado: R\$ 27.003.396,00
Quantitativos (principais): 6.000 licenças + 200 licenças (nível superior)

Problema (diagnóstico)

A colaboração corporativa, em ambiente judicial, é infraestrutura crítica: e-mail institucional, drive corporativo, identidade, segurança, auditoria e disponibilidade. O



risco típico é operar com capacidade e controles aquém da complexidade organizacional (usuários, unidades, comarcas, projetos, prazos processuais e integração com sistemas).

Decisão técnica

Contratamos a manutenção/evolução do ecossistema corporativo, com quantitativo expressivo de licenças e um bloco de licenças de nível superior, permitindo: (i) **padronização**, (ii) **governança**, (iii) adoção de capacidades avançadas onde há maior criticidade (áreas com necessidades especiais de controle e produtividade).

Benefício institucional esperado

- **Disponibilidade e continuidade do canal oficial** (e-mail e colaboração institucional).
- **Redução de risco de shadow IT**: quando a ferramenta oficial atende bem, usuários deixam de “improvisar” fora da governança.
- **Fortalecimento de auditoria e conformidade** (trilhas, retenções, gestão de identidade e controles).
- **Produtividade e padronização**: reduz custo operacional do suporte e aumenta consistência.

Indicadores

- Taxa de adoção (usuários ativos/mês), volume de colaboração (drive/meet).
- Incidentes de conta comprometida e tempo de resposta.
- Percentual de unidades cobertas por políticas de segurança e retenção.

3.5 Contrato Administrativo nº 042/2025-FUNJEAM – Link de Internet dedicado com mitigação anti-DDoS

Valor	contratado:	R\$	61.764,00
Quantitativo contratado: 01 circuito dedicado (1000 Mbps / 1 Gbps), com proteção anti-DDoS e recursos associados			



Problema (diagnóstico)

A internet institucional sustenta praticamente tudo: acesso a sistemas externos, integrações, serviços em nuvem, comunicação, videoconferência e atendimento ao jurisdicionado. A pressão típica cresce por: digitalização, múltiplas unidades, maior uso de videoconferência, e aumento de tráfego legítimo e malicioso. Sem evolução de capacidade e proteção, os sintomas costumam ser: saturação, instabilidade e vulnerabilidade a indisponibilidade por ataques.

Decisão técnica

Expansão inédita de banda e redundância. A infraestrutura do TJAM contava com **dois circuitos de internet totalizando 1,8 Gbps** (Contratos Administrativos nº 001/2023-FUNJEAM e nº 002/2023-FUNJEAM), cenário insuficiente diante do crescimento do tráfego. Em resposta, **instruímos os Processos SEI 2025/000026660-00 e 2025/000039532-00** para adesão à **Ata de Registro de Preços nº 003/2025 do TJRR**, viabilizando a **contratação de um circuito adicional de 1 Gbps**. Assim, o TJAM passou a ter **três links de internet** (um de 800 Mbps e dois de 1 Gbps), atingindo **~2,8 Gbps** totais, distribuídos em **operadoras distintas e backbones separados**, assegurando **alta disponibilidade, menor latência e melhor desempenho** para sistemas críticos.

Benefício institucional esperado

Essa entrega não se limitou a ampliar a banda. Ela **redesenhou a topologia da rede do Tribunal**, tornando-a comparável às melhores práticas nacionais. A **redundância dos enlaces** garante que falhas pontuais não afetem a prestação jurisdicional, enquanto o **balanceamento de carga** distribui o tráfego de forma inteligente, evitando congestionamentos. Trata-se de um salto de qualidade que viabiliza **videoconferências sem interrupções, acesso ágil a sistemas corporativos e uso intensivo de serviços em nuvem**, traduzindo-se em **maior produtividade dos servidores, redução de custos com contingências e aumento da satisfação dos usuários internos e externos**.



Indicadores

- Utilização média e pico de banda (com *baseline* antes/depois).
- Número de eventos mitigados (anti-DDoS) e tempo de mitigação.
- Disponibilidade mensal do serviço (SLA).

3.6 Contrato Administrativo nº 048/2025-FUNJEAM – Licenciamento e suporte da central telefônica existente + recursos SIP

Valor contratado: R\$ 186.000,00

Quantitativos contratados (principais):

- 12 meses de suporte remoto para a solução existente
- 01 licença perpétua para SIP Trunk (150 canais)
- 12 meses de suporte para SBC virtual (150 canais)

Problema (diagnóstico)

Telefonia institucional, embora “tradicional”, permanece essencial para atendimento, coordenação interna e continuidade administrativa. O risco típico não é apenas “ter ramal”, mas sustentar: estabilidade, suporte, interoperabilidade e capacidade. Além disso, ambientes legados sem cobertura adequada de licenciamento/suporte tendem a acumular passivo técnico e risco operacional.

Decisão técnica

A decisão não foi substituir a central: **contratamos o licenciamento e suporte da central telefônica existente**, reforçando a sustentabilidade do ambiente já implantado e viabilizando capacidade SIP para suportar necessidades atuais e evolução controlada.

Benefício institucional esperado



- **Continuidade do serviço de telefonia** (reduz risco de interrupção por ausência de suporte/licenciamento).
- **Maior capacidade e escalabilidade** com SIP (150 canais), suportando picos e expansão.
- **Redução de risco de indisponibilidade** (SBC suportado, com manutenção formal).

Indicadores

- Taxa de indisponibilidade (minutos/mês) e causas.
- Ocupação média/pico de canais SIP.
- Tempo médio para resolução de falhas (MTTR) em incidentes de telefonia.

3.7 Nota de Empenho nº 2025NE0001557 – Aquisição de Nobreaks (vários portes)

Valor empenhado: R\$ 1.489.059,70
Programa/objeto: infraestrutura de TIC (equipamentos energéticos), vinculado ao FUNJEAM.

Quantitativos (principais itens):

- **02 nobreaks de 40 kVA**
- **02 nobreaks de 20 kVA**
- **10 nobreaks de 10 kVA**
- **75 nobreaks de 3 kVA**

Problema (diagnóstico)

A energia é um dos maiores “pontos únicos de falha” em TIC. Em datacenter e em unidades distribuídas, oscilações e quedas afetam disponibilidade, integridade de dados e vida útil de equipamentos. Em ambiente judicial, o risco se materializa como: interrupção de audiência/atendimento, corrompimento de serviços e aumento de incidentes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Os nobreaks de 80 kVA anteriormente instalados no Datacenters Principal (Edifício Arnaldo Péres) encontravam-se em situação de obsolescência técnica, apresentando alarmes recorrentes de manutenção, falhas em módulos de potência e elevado custo de manutenção contratual, conforme registrado no Contrato Administrativo nº 004/2024 – FUNJEAM, celebrado com a empresa OTTO SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA.

A análise técnico-financeira conduzida por esta Divisão demonstrou que a substituição por nobreaks de 40 kVA representa uma alternativa mais eficiente e econômica, tendo em vista que os novos equipamentos possuem tecnologia moderna, maior eficiência energética, garantia de fábrica de dois anos (incluindo baterias) e dispensam o uso de autotransformadores, reduzindo significativamente os pontos potenciais de falha e o custo de manutenção.

O estudo comparativo consolidado no Ofício 56 (SEI nº 2369681), nos autos do Processo SEI 2025/000040535-00, evidencia que o investimento inicial é integralmente compensado em menos de um ano, gerando ganhos diretos e mensuráveis para o erário e, conseqüentemente, contribuindo diretamente para o indicador de Redução de Custos do CNJ (Resolução nº 641/2025), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Situação	Equipamentos atendidos	Custo total	Observações
Contrato atual (manutenção)	2x 80 kVA + 2x 20 kVA	R\$ 282.520,32/ano	Pagamento recorrente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Aquisição via ARP 4x 40 kVA (2 já R\$ 264.549,22 2 anos de garantia,
nº 001/2025 adquiridos + 2 a (pagamento único) sem custo de
adquirir) manutenção

Dessa forma, a descontinuação do contrato vigente e a adoção da solução de aquisição proporcionam:

- **Economia anual estimada:** R\$ 282.520,32;
- **Payback:** aproximadamente 11 meses;
- **Economia total em dois anos:** R\$ 565.040,64;
- **Lucro líquido (economia líquida):** R\$ 300.491,42;
- **Retorno sobre o investimento (ROI): 113,6%.**

Decisão técnica

Equipamos diversas unidades do TJAM na capital e no interior com Nobreaks de médio e grande porte para alimentar os switches e demais equipamentos que compõem a rede LAN dessas unidades. A aquisição foi dimensionada em múltiplos portes (40/20/10/3 kVA), indicando uma estratégia técnica de: **cobertura do núcleo crítico** (maior porte) e **cobertura capilar** (portes menores), elevando a resiliência do ambiente como um todo.

No DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD - (SEI nº 2045298), instruído no Processo SEI 2025/000006923-00, ficou definido que a escolha do nobreak adequado para cada unidade do TJAM foi feita com base em uma análise das necessidades específicas das unidades e das características da rede elétrica local, conforme o quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Unidades	Nobreak de 40kVA	Nobreak de 20kVA	Nobreak de 10kVA	Nobreak de 3kVA
Prédio da EASTJAM e ESMAM			1	
Estoque da Divisão de Patrimônio e Material			1	
Fórum Henocho Reis	2			
Fórum Mário Verçosa		0		
Fórum Lúcio Fonte			1	
Fórum Azarias Menescal			1	
Juizado Infracional			1	
Fórum Euza Maria de Vasconcelos		2		
Juizado Especial Nilton Lins			1	
Arquivo Geral			1	
Casa da Justiça e Cidadania - Shopping São José			1	
Casa da Justiça e Cidadania - Shopping Pq. 10 Mall			1	
Central de Transportes			1	



Unidades do Interior do Amazonas				75
TOTAL	2	2	10	75

Benefício institucional

Agora essas unidades são capazes de manter seu funcionamento regular mesmo durante as falhas de energia que ocorrem constantemente nos períodos de chuva, pois possuem autonomia suficiente para sustentar os switches da rede LAN por tempo mais que suficiente para a subida do gerador, que geralmente ocorre numa rampa de menos de um minuto.

No início da instalação desses novos equipamentos, mais precisamente em julho de 2025, os **nobreaks de 80 kVA** do Datacenter Principal (Ed. Arnaldo Péres) apresentaram **falhas recorrentes nos módulos de potência e alarmes ativos de manutenção e verificação de baterias**. Para não comprometer os serviços, alocamos os **nobreaks de 40 kVA adquiridos via ARP nº 001/2025** (originalmente destinados ao Datacenter Backup) para alimentar os equipamentos instalados no **Datacenter Principal**.



3.8 Nota de Empenho nº 2025NE0003815 – Aquisição adicional de 02 Nobreaks de 40 kVA (Datacenter Backup)

Valor empenhado: R\$ 264.549,22
Quantitativo: 02 nobreaks de 40 kVA

Problema (diagnóstico)

Datacenter de contingência/backup, por definição, deve operar com alta previsibilidade em crise. Sem energia condicionada e autonomia adequada, o ambiente que deveria “salvar” a operação pode tornar-se o primeiro a falhar quando necessário.

Decisão técnica

Para restabelecer a resiliência planejada, instruímos o **Processo SEI 2025/000052470-00** e elaboramos o **Documento de Formalização de Demanda – DFD (SEI nº 2452808)** para **aquisição de mais dois nobreaks de 40 kVA**, que serão instalados no site de contingência.

Essa estratégia transformou um problema em oportunidade, pois nos possibilitará rescindir o Contrato nº 004/2024 – FUNJEAM, celebrado entre este Poder e a empresa OTTO SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA, que contempla a manutenção preventiva e



corretiva dos sistemas de alimentação ininterrupta (nobreaks) que suportam o Datacenter Principal (Edifício Arnaldo Péres) e o Datacenter Backup (Fórum Henoch Reis).

Ou seja, a aquisição dos dois nobreaks de 40 kVA registrados na ARP 001/2025 associada à rescisão do Contrato nº 004/2024 – FUNJEAM resultará num retorno sobre o investimento (ROI) superior a 113% ao final de dois anos e num Payback inferior a um ano.

Assim, empenhamos nobreaks adicionais de 40 kVA para fortalecer o backbone energético do ambiente de backup/contingência, alinhando energia e continuidade de dados (backup) no mesmo padrão de criticidade.

Benefício institucional esperado

- **Maior disponibilidade do Datacenter Backup** em falhas elétricas.
- **Redução de risco de perda de janela de backup** por interrupção.
- **Coerência arquitetural:** contingência com energia de contingência.

3.9 Nota de Empenho nº 2025NE0004322 – Licenciamentos Microsoft (Windows Server e SQL Server)

Valor empenhado: R\$ 2.971.350,00

Quantitativos (principais itens):

- Windows Server Standard (16 cores): **02**
- Windows Server Datacenter (16 cores): **36**
- Windows Server User CAL: **4.500**
- RDS User CAL: **120**
- SQL Server Standard (2-core pack): **08**



Problema (diagnóstico)

A sustentação de datacenters e serviços corporativos depende de licenciamento regular, escalável e aderente. Licenças subdimensionadas geram risco jurídico-administrativo, limitações técnicas e fragilidade de continuidade (impossibilidade de expandir ambientes ou regularizar infraestrutura).

Decisão técnica

Empenhamos licenciamento perpétuo (Windows Server e SQL Server) em arranjos coerentes com ambientes corporativos: base Standard, camadas Datacenter, CALs de usuário e componentes RDS/SQL.

Benefício institucional esperado

- **Conformidade e governança** (regularidade de licenciamento e auditoria).
- **Capacidade de expansão** de ambientes e serviços críticos.
- **Redução de risco operacional** (infraestrutura suportada e padronizada).

Indicadores

- % de servidores cobertos por licenciamento adequado.
- Redução de passivos de conformidade (inventário x licenças).
- Tempo para provisionamento de novo servidor/serviço.

4. Análise transversal: por que isso é um ecossistema (e não compras isoladas)

As contratações de 2025 formam um **encadeamento lógico de valor público digital**:

- **Internet (capacidade + proteção)** sustenta acesso a sistemas e nuvem →
- **Rede interna (switching + NAC)** distribui tráfego com governança e segurança →



- **Plataformas corporativas (Workspace)** organizam a produção institucional e tráfego de colaboração →
- **Nuvem (créditos + suporte)** habilita elasticidade e inovação com controle →
- **Backup (ExaGrid)** protege dados e reduz tempo de recuperação →
- **Nobreaks** garantem que tudo isso continue operando em eventos elétricos →
- **Licenças Microsoft/SQL** sustentam a base do datacenter e serviços essenciais.

Essa arquitetura integrada é o que dá robustez ao ambiente da infraestrutura de TIC: **o resultado não é “equipamento A” ou “contrato B”; é aumento de maturidade, continuidade e capacidade institucional.**

5. Conclusão

Em 2025, **estruturamos investimentos e contratações que atacam os principais determinantes da infraestrutura pública digital**: capacidade, governança, continuidade e proteção. O conjunto evidencia racionalidade técnica, alinhamento com a responsabilidade administrativa e foco em resultado institucional: **um TJAM mais resiliente, mais previsível operacionalmente e mais seguro**, com ganhos esperados em disponibilidade de serviços, redução de riscos e maior maturidade de governança de TIC.

Principais Atividades realizadas pela Divisão de Suporte aos Sistemas Judiciais da Capital (SETIC/DVSSJC)

1. Introdução

A Divisão de Suporte aos Sistemas Judiciais da Capital (SETIC/DVSSJC), unidade vinculada à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) apresenta, neste **relatório das entregas de 2025**, o balanço das ações realizadas ao longo do ano.



2. Contratações (divididos por instrumento)

Considerando os instrumentos contratuais tratados neste relatório, o volume financeiro associado totaliza **R\$ 12.696.279,24**.

2.1 Contrato Administrativo nº 048/2022-FUNJEAM – Sistema SAJ PG5 e SAJ-SG5

Valor mensal: R\$ 7.182.421,80

Objeto do contrato:

Contratação de empresa especializada no Sistema de Automação da Justiça – SAJ, voltado a gestão de processos judiciais físicos e digitais de primeira (SAJ/PG5) e de segunda (SAJ/SG5) instâncias, para prestação de serviços relacionados aos módulos licenciados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

2.2 Contrato Administrativo nº 009/2023-FUNJEAM – Pacote de serviços dos Correios

Valor contratado: R\$ 5.513.857,44

Objeto do contrato:

Contratação de produtos e serviços por meio de Pacote de Serviços dos Correios mediante adesão ao Termo de Condições Comerciais e Anexos, quando contratados serviços específicos, que permite compra de produtos e utilização dos diversos serviços dos Correios por meio dos canais de atendimento disponibilizados.

3. Atividades da DVSSJC

A seguir, será apresentada a lista de atividades realizadas pela DVSSJC ao longo do ano de 2025.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- No Sistema SEI, tramitaram na unidade da DVSSJC um total de 1274 processos;
- No Sistema Helpdesk, registro de atendimento de 13.139 chamados;
- Correção de inconsistências (datas de distribuição e data do histórico de classe) em pouco mais de 500 mil processos listados no painel do Codex do CNJ, de acordo com critérios exigidos pelo Prêmio CNJ de qualidade;
- Revisão dos índices da base de dados do Projudi (comparação com os índices do Banco de Dados do TJPR);
- Ajustes nas Metas;
- Apoio nas sessões de julgamento da primeira câmara cível, administrando a reunião do Zoom, a entrada e saída de advogados, testes de áudio e vídeos dos advogados, e transmissão para YouTube;
- Ajustes em processos/recursos pós migração (Intervenção Banco de Dados);
- Configuração para migração SAJ - Projudi (Intervenção Banco de Dados);
- Elaboração de relatórios contendo dados extraídos diretamente do banco de dados dos sistemas judiciais (dinâmicos, estatísticos);
- Apoio nos relatórios do Datajud;
- Suporte de banco de dados ao sistema de teletrabalho;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Suporte de banco de dados a sistemas administrativos, como o sistema de certidões unificadas;
- Configuração do sistema de custas SGA na base de testes: SGA – Organização da árvore de custas; Mandado de Segurança de Valor Inestimável; Conflito de Jurisdição suscitados pela parte; Carta Precatória; Carta de Ordem; Carta Rogatória; Justificação; Processos Criminais Em Geral – 1º Grau; Agravo de Instrumento; Mandado de Segurança de Valor Inestimável; Desaforamento; Carta de Ordem; Carta Testemunhável; Justificação; Reclamações; Representações; Conflitos de Jurisdição suscitados pela parte; Processos Criminais Em Geral – 2º Grau;
- Criação do banco de dados para no novo sistema de Guia de Arrecadação (criação da instância e execução dos scripts para criação dos esquemas e objetos do Banco de Dados);
- Construção e alteração de Views na base de dados para atendimento de painéis BI e sistemas independentes;
- Inclusão de tabelas e novos campos de tabelas já existentes para sincronização no Object MMRS;
- Construção de triggers na base de dados do Projudi para automatizar procedimentos;
- Pré-configurações nas bases de teste (125) e base de migração (70) das Câmaras Cíveis. Configuração da base de produção (234) das Câmaras Cíveis e Plantão. Período da migração 06/01/2025 a 22/01/2025;
- Acompanhamento do tratamento e correção de erros em funcionalidades do Projudi tanto em Primeiro quanto no Segundo Grau;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Elaboração de Manual do SGA para o público externo;
- Acompanhamento da disponibilização do SGA na produção, nos setores de contadoria, conta única e sicof;
- Configuração das custas no SGA com a nova taxa para 2026;
- Implantação do robô de análise de retorno de AR de citação e de intimação nos Juizados Especiais Cíveis (JECs);
- Desenvolvimento e implantação do robô de intimação de sentença para o Núcleo 4.0 – Previdenciário;
- Desenvolvimento e implantação do robô de intimação de sentença para os Juizados Especiais da Fazenda Pública (JEFPs);
- Configuração no SAJ para envio de processos para fila "Enviar Projudi 2 Grau" com o objetivo de migrar os processos que necessitam ser enviados para o 2o grau;
- Migração de cerca de 200 mil processos da Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal (VEDAM) do SAJ para o Projudi;
- Dada uma sentença genérica proferida e assinada pela magistrada titular da VEDAM, este ato foi copiado para os cerca de 200 mil processos migrados do SAJ para o Projudi;
- Lançada a baixa dos cerca de 200 mil processos da VEDAM que foram migrados para o Projudi;



- Desenvolvimento e implantação do robô que faz a remessa dos processos das varas Cíveis e dos JECs para o CEJUSC, para a Semana Nacional de Conciliação;
- Desenvolvimento e implantação do robô que pauta as audiências e realiza as intimações das partes para a Semana Nacional de Conciliação;
- Análise e ajustes das configurações das novas bases de dados para migração da versão 9.5 para a 16 do PostgreSQL;
- Desenvolvimento e implantação do robô que realiza protocolos no SISBAJUD;
- Migração de cerca de 15 mil processos da VEDAM do SAJ para o Projudi, para serem protocolados os bloqueios no SISBAJUD através do robô;
- Migração de cerca de 12 mil processos da VEDAM do SAJ para o Projudi para serem baixados.
- Atendimento a usuários externos (partes, advogados, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e outros órgãos) por e-mail ou telefone;

4. Conclusão

Em 2025, esta Divisão atuou de forma a promover maior celeridade processual, bem como contribuiu para o atingimento das metas estabelecidas pelo CNJ.

Principais Atividades da Divisão de Inteligência Artificial e Ciência de Dados (DVIACD/SETIC)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

A **Divisão de Inteligência Artificial e Ciência de Dados (DVIACD)** do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) é um setor especializado criado para integrar tecnologias avançadas de aprendizado de máquina (*machine learning*) e análise de dados à rotina do Judiciário estadual.

Esta Divisão atua diretamente na modernização do sistema processual, focando em eficiência e na redução de demandas repetitivas ou predatórias.

A DVIACD está alinhada à tendência nacional de uso de IA no Judiciário, focada em automação, celeridade processual e melhoria da tomada de decisão, com o treinamento contínuo de modelos para lidar com as especificidades do Direito.

O setor também colabora na criação de normas para o uso responsável e ético da IA, incluindo a proteção de dados pessoais (LGPD).

Projeto / Sistema: ARANDU e Ecossistema Digital.

Unidade Responsável: Divisão de Inteligência Artificial e Ciência de Dados – DVIACD.

Período de Referência: Janeiro a Dezembro 2025.

Principais atividades, entregas e evoluções realizadas nesta Diretoria, organizado de forma macro.

Atividades (Resumo Macro)
Definição dos princípios do ARANDU, UX e acessibilidade. Criação do Design System base (cores, tipografia, iconografia, elevação). Construção massiva de componentes UI (inputs, botões, tabelas, modais, navegação) em Dark e Light. Projeção inicial das interfaces do ARANDU.
Evolução de fluxos inteligentes, upload e validação de documentos, ajustes de componentes e fluxos. Implementação de melhorias de acessibilidade, loading,



notificações e Dark Mode.
Desenvolvimento completo do módulo de Audiências: fluxos, upload de vídeos, player, exportação PDF, wireframes e ajustes funcionais.
Microinterações, notificações e histórico de transcrições. Criação de nova funcionalidade PREDADOR e seus componentes de apoio.
Evolução do Processo Inteligente (Chat, AranduGPT, Similaridade). Criação de login, componentes avançados e síntese de audiências.
Unificação dos sistemas (Arandu, Predador e Audiências).
Criação de temas, templates, variações de login, telas de erro e home do Arandu.
Ajustes avançados de fluxos, testes assistidos, documentação de bugs, criação de novas funcionalidades (Precedentes) e documentação de lançamento do ARANDU.
Consolidação de manuais (Arandu, Audiências, Predador, Numopede). Criação de cenários de teste, ajustes funcionais e documentação corretiva.
Correções estruturadas, testes de regressão, novas funcionalidades (Tutoriais), melhorias de loading global e refinamento visual do Arandu GPT.
Validações finais com QA e stakeholders. Criação de documentos macro do ecossistema ARANDU. Evolução do Banco de Prompts e Similaridades.
Rebranding ARANDU V1 e V2. Atualização de tokens de design, manuais do usuário, subfuncionalidades do AranduGPT (Agentes) e ajustes finais de UI/UX.
Estruturação da nova arquitetura de API do arandu, contemplando dockerização.
Refatoração das rotas do antigo arandu trazendo para API nova.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Criação da Pipeline de CI/CD do arandu; Criação do ambiente de DEV
Reestruturação da rota de interação com IA; Manter contexto e histórico do chat; Correções nos ambientes de DEV e PROD;
Cache de corpus textual; Implementação do Sentry; Estruturação de Changelog; Rota de entrega de novas versões;
CRUD do banco de prompts; Migrar sistema de transcrição para o arandu; Estruturação da API de litigancia abusiva; Estruturação do ambiente docker para desenvolvimento nos computadores dos demais membros do time.
Melhorias na api de litigancia abusiva; Correção do erro que impedia a resposta correta na primeira chamada da api do gemini; Ajustes no banco de prompts; Criada funcionalidade de autenticação; Correção na configuração de logs do Sentry; Criação de ambiente de DEV do Frontend
Criação do novo ambiente de produção do frontend; Refinamento da demanda de ajuste de filtro de status no predador; Diversos ajustes menores para funcionamento do banco de prompts; Funcionalidade de extração dinamica no caso de o documento não estar no elastic;
Ajustes extração dinâmica; Funcionalidade de stream no arandu gpt; Correção de bug de conexão com o banco em produção; Onboard de colegas novatos;
Criação de Board para acompanhamento de projetos no Gitlab; Melhorias de legibilidade e performance no litigancia;
Estruturação do BI ARANDU; Ajustes e acompanhamento de testes no litigancia; Estruturação do docker do numopede; Adicionado Filtro de vara na litigancia; Nomeação de chat via LLM no ARANDU; Informar etapa de processamento do chat via stream no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

ARANDU; Diversos ajustes menores no ARANDU e no Litigancia
Vinculos de processos com varas no modulo de transcrição; Criação de SDK interna de integração com Gemini; Diversas correções menores no ARANDU e no Litigancia.
Estruturação do layout principal do sistema; Ajustes no menu lateral e barra de navegação; Refatoração e início da funcionalidade de Pesquisa por Similaridade; Criação de componentes base; Ajustes gerais de interface.
Criação de stores e componentes reutilizáveis; Desenvolvimento da funcionalidade Síntese Processual; Implementação da funcionalidade Processo Inteligente; Consolidação da arquitetura do frontend.
Ajustes no componente de listagem de arquivos do Processo Inteligente; Melhorias na organização e apresentação das informações; Correções pontuais de interface.
Ajustes de CSS no projeto Arandu; Adequações do frontend às mudanças da API; Levantamento e integração com autenticação via Keycloak; Ajustes no chat para tratamento de arquivos inválidos.
Implementação do histórico do chat no Arandu; Verificação e ajustes gerais nas telas do sistema; Correções visuais e funcionais.
Novo design da funcionalidade Audiência; Ajustes no menu lateral, header e listagem de processos; Implementação de modais de upload de processo; Criação e padronização de componentes base; Integrações iniciais de infraestrutura.
Ajustes e melhorias na funcionalidade Audiência e Transcrição; Implementação de player de vídeo e ajustes em modais; Desenvolvimento da funcionalidade Similaridade; Criação de páginas e rotas de Similaridade; Início do Chat Arandu e Banco de Prompts;



Integrações com visualização de PDFs e autenticação.

Consolidação da funcionalidade Similaridade; Ajustes de layout e extração dinâmica de dados; Padronização de tokens nas requisições; Evolução do Chat Arandu e Banco de Prompts; Correções de rotas, menu lateral e navegação; Ajustes gerais de layout e TypeScript.

Criação da página de Precedentes; Implementação de filtros, dialogs e modais; Ajustes de layout em cards e tabelas; Melhorias de usabilidade e experiência do usuário; Ajustes visuais e funcionais.

Melhorias na página inicial; Evolução do projeto Banco de Prompts; Ajustes em layouts, tabelas, dialogs, botões e notificações; Implementação de filtros por data; Ajustes no header e no stream do chat.

Ajustes e evoluções no módulo Precedentes; Padronização visual do sistema; Ajustes de layout e correções gerais; Estabilização do sistema.

Evolução do AranduGPT; Implementação de skeletons no chat e banco de prompts; Ajustes no histórico do chat; Correções de CSS e prompts; Melhorias nos processos de transcrição e download; Organização de dependências e merges de código.



Principais Atividades realizadas pela Divisão de Suporte aos Sistemas Judiciais do Interior (SETIC/DVSSJI)

1. Introdução

A Divisão de Suporte aos Sistemas Judiciais do Interior (SETIC/DVSSJI), unidade vinculada à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) apresenta, neste **relatório das entregas de 2025**, o balanço das ações realizadas ao longo do ano.

2. Contratações (divididos por instrumento)

Considerando os instrumentos contratuais tratados neste relatório, o volume financeiro associado totaliza **R\$ 2.285.817,12**.

2.1 Contrato Administrativo nº 039/2024-FUNJEAM – MTNSAT (Starlink)

Valor mensal: R\$ 173.986,84

Objeto do contrato:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de conectividade à internet via satélite de baixa órbita com fornecimento de terminais.

2.2 Contrato Administrativo nº 012/2022-FUNJEAM OBJECT SISTEMAS MULTIMÍDIA LTDA

Valor mensal: R\$ 16.497,92

Objeto do contrato:

Serviços de suporte técnico, consultoria e atualizações do sistema de replicação de banco de dados OBJECTMMRS.



3. Atividades da DVSSJI

A seguir, será apresentada a lista de atividades realizadas pela DVSSJI ao longo do ano de 2025.

- Atendimento a usuários externos (partes, advogados, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e outros órgãos) por e-mail ou telefone;
- No Sistema SEI, tramitaram na unidade da DVSSJI um total de 993 processos;
- No Sistema Helpdesk, registro de atendimento de 6.422 chamados;
- Ajustes nas Metas das Comarcas do Interior;
- Elaboração de relatórios contendo dados extraídos diretamente do banco de dados dos sistemas judiciais (dinâmicos, estatísticos);
- Apoio nos eventos do Registre-se realizado pela CGJ;
- Instalação de Servidor para suporte remoto RMM (rmm.tjam.jus.br).
- Implementação do monitoramento dos links da Starlink no interior
- Implementação do monitoramento dos links da SIDI no interior
- Implementação do monitoramento dos Firewalls no interior.
- Instalação de Servidor de Arquivos centralizado nas Comarcas (File Server).
- Instalação de Servidor de Backup Duplicati nas comarcas.
- Implementação de monitoramento de Backups (<https://www.duplicati-monitoring.com/backupset>).
- Instalação dos softwares de coleta biométrica do CNJ nas comarcas.
- Implementação do servidor de diretório AD nas comarcas (RODC).
- Automatizar a instalação de softwares e drivers nas máquinas que ingressam no domínio do interior através de scripts de logon.
- Reestruturação das configurações da rede de gerência.

4. Conclusão

À vista do exposto, verifica-se que, ao longo do exercício de 2025, a Divisão de Suporte aos Sistemas Judiciais do Interior (SETIC/DVSSJI) desempenhou papel estratégico



no fortalecimento da infraestrutura tecnológica e no suporte contínuo aos sistemas judiciais das comarcas do interior do Estado do Amazonas.

Os dados quantitativos apresentados, aliados às iniciativas de modernização, monitoramento, automação e suporte técnico especializado, demonstram a elevada demanda atendida pela DVSSJI e a relevância de suas entregas para a eficiência administrativa e jurisdicional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Principais Atividades realizadas pela de Divisão de Suporte e Gestão de Ativos de TIC (SETIC/DVSGATIC)

1. INTRODUÇÃO

A Divisão de Suporte e Gestão de Ativos de TIC (SETIC/DVSGATIC), unidade vinculada à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), apresenta o balanço das ações e entregas realizadas ao longo de 2025. Cada iniciativa detalhada reflete o compromisso em garantir ferramentas modernas e suporte técnico ágil para magistrados, servidores e jurisdicionados. A divisão atua como ponto vital entre a tecnologia e a atividade-fim do Judiciário.

2. VISÃO EXECUTIVA E LÓGICA DE INVESTIMENTO

As atividades priorizam a sustentabilidade operacional e a experiência do usuário, estruturadas em:

- **Contextualização:** Identificação da necessidade de suporte ou equipamento.
- **Solução Adotada:** Ações de gestão, aquisição ou otimização de serviços.



- **Resultados Institucionais:** Impacto na produtividade e continuidade jurisdicional.

3. RELATÓRIO DE ENTREGAS E CONTRATAÇÕES

O volume financeiro total associado às entregas de 2025 perfaz o montante de aproximadamente R\$7.487.531,88 investidos.

3.1 Chatbot com Inteligência Artificial

Implementação de modelos LLM e RAG para facilitar a conexão entre cidadãos e o tribunal.

- **Problemática:** Barreiras de comunicação no acesso a serviços básicos.
- **Benefícios:** Atendimento automatizado 24/7 e linguagem simples.
- **Valor:** Sem orçamento específico identificado até o momento.

3.2 Atermação Eletrônica em Espaços Públicos

Disponibilização de totens digitais e tablets em locais de grande fluxo.

- **Valor:** Orçamento previsto de R\$104.147,90.
- **Benefícios:** Descentralização da prestação jurisdicional e facilidade no ajuizamento de ações.

3.3 Inteligência e Segurança Institucional

Modernização dos equipamentos de segurança física e eletrônica.

- **Valor:** Orçamento total de R\$2.450.000,00, com R\$1.100.000,00 já empenhados.
- **Decisão Técnica:** Migração para sistemas IP de alta resolução e centralização em Central de Operações.



3.4 Renovação do Parque Computacional (Resolução CNJ 370/2021)

Substituição de desktops com versionamento de processador intel abaixo da 6ª Geração do Intel i3 ou i5 e renovação de infraestrutura de energia, com aquisições de nobreaks de pequeno porte.

- **Problemática:** Obsolescência tecnológica e riscos de interrupção por falhas elétricas.
- **Impacto:** Mobilidade para trabalho híbrido e conformidade com metas de governança do CNJ.
- Apenas a título de ilustração, conforme Nota de Empenho 2025NE0000656, foram adquiridos 500 computadores, acompanhados de 01 monitor cada, ao custo total de R\$2.095.000,00.

3.5 Inventário Integrado de Ativos de TIC

Mapeamento e automação da descoberta de rede para gestão do ciclo de vida dos ativos.

- **Valor:** Previsão de R\$400.319,00.
- **Status:** Projeto em fase inicial ("A fazer").

3.6 Infraestrutura de Rede e Fibra Óptica (Contrato 050/2024)

Lançamento de cabeamento óptico e instalação de pontos lógicos.

- **Valor Empenhado:** R\$1.899.000,00.
- **Qualidade:** Uso de materiais resistentes a chamas (LSZH) e certificação ANATEL.

3.7 Manutenção de Links de Fibra Óptica (Contrato 010/2022)

Manutenção preventiva e corretiva para assegurar a conexão da sede.



- **Valor Empenhado:** R\$283.999,92.
- **SLA:** Prazos rígidos de 4 horas para rompimentos e 12 horas para degradação.

3.8 Manutenção do Sistema de Alimentação Ininterrupta (Contrato 004/2024)

Manutenção dos sistemas UPS dos Data Centers Principal e Backup.

- **Valor Empenhado:** R\$255.065,06.
- **Urgência:** Proteção contra corrupção de dados e paralisação total do judiciário.

4. CONCLUSÃO

As entregas realizadas pela DVSGATIC no exercício de 2025 consolidam um avanço estratégico na infraestrutura tecnológica do Tribunal de Justiça do Amazonas. A transição para um parque computacional móvel, aliada ao fortalecimento da segurança institucional e à modernização das redes de fibra óptica, garante a resiliência necessária para a continuidade da prestação jurisdicional.

O foco em soluções de Inteligência Artificial e atermação eletrônica demonstra o compromisso com a democratização do acesso à justiça, reduzindo barreiras burocráticas para o cidadão. Conclui-se que o plano de investimentos executado não apenas atende às exigências normativas do CNJ, mas posiciona a SETIC como um pilar de inovação e segurança jurídica para a sociedade amazonense.

Principais Atividades realizadas pela Divisão de Desenvolvimento de Sistemas e Inovações Tecnológicas (SETIC/DVDSIT)

1. Introdução



A Divisão de Desenvolvimento de Sistemas e Inovações Tecnológicas (SETIC/DVDSIT), unidade vinculada à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) apresenta, neste **relatório das entregas de 2025**, o balanço das ações realizadas ao longo do ano.

2. Atividades realizadas com custo financeiro

Considerando os instrumentos contratuais, o volume financeiro associado totaliza **R\$ 2.507.339,59 (Dois milhões, quinhentos e sete mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos)**

2.1 Contrato Administrativo nº 44/2023 – FUNJEAM – CAST INFORMÁTICA S/A

Objeto do contrato:

Prestação, sob demanda, de serviços de análise, desenvolvimento, manutenção, documentação, suporte e teste de software, na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais, contemplando a transferência de conhecimento e agregação tecnológica, respeitando os padrões de desenvolvimento, desempenho e qualidade estabelecidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM).

Atividades do contrato (Desenvolvimento de Sistemas):

- GMF - Aplicação para Inspeção
- GMF - Sistema de Denúncias
- SisDoc - MoreqJus
- SIGEPAE - Sistema de Gestão do Pagamento da PAE
- SICAV - Sistema de Cadastro de Vítimas
- SGCET - Sistema de Gestão dos servidores em Condição Especial de Trabalho
- ViaJus - Autorização de Viagens para Crianças e Adolescentes
- AtermaFácil - Sistema para atermação online



- SADEP - Sistema de Administração do Dep. Público
- SGT - Sistema de gerenciamento do Teletrabalho
- SUSI - Sistema Unificado Seleções e Inscrições
- Sistema SEGEP - Gerenciamento de Lotação e Férias
- Sistema SEGEP - Gerenciamento de Avaliação
- GestPro - Sistema de Fluxogramas
- SIGMA - Sistema Integrado de Gestão dos Magistrados
- Sistema SECOP - Gestão Contratual
- Sistema SECOP - Execução Contratual
- Sistema SECOP - Convênio e outros ajustes
- Sistema SECOP - Conta Vinculada
- CheckFrota - Sistema para controle de frota
- Painel de Senha Eletrônica
- Projeto para acesso biométrico facial
- ARANDU
- PROJUDI

3. Atividades da DVDSIT sem custo financeiro

Atividades desenvolvidas internamente pela DVDSIT

Projudi - Projetos Finalizadas

- Projudi - Sistema de Correições 2025 - Adição das metas nacionais CNJ
- Projudi - Migração Saj - Projudi - demais varas primeiro grau (parte 4)
- Projudi - Pagamento de custas via pix
- Projudi - Custas processuais
- Projudi - Migração Saj - Projudi - demais varas primeiro grau (parte 3)
- Projudi - Migração Saj - Projudi - demais varas primeiro grau (parte 1)
- Projudi - Sessão Virtual Extraordinária (CNJ resolução 591/2024)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Projudi - envio de edital
- Projudi - Padronização das opções de voto dos julgamentos
- Projudi - Migração Saj - Projudi - varas extintas
- Projudi - Publicação de atos ordinatórios no DJEN
- Projudi - Alteração de jobs
- Projudi - Serviço de Geolocalização
- Projudi - expedição de certidão de publicação no DJEN e disponibilização nos autos
- Projudi - Integração ao serviço de peticionamento intermediário do CNJ do PSPJ
- Projudi - Estudo do uso de certificado do gov.br
- Projudi - Implementação do tipo de órgão Seção
- Projudi - Migração Saj - Projudi - varas Maria da Penha
- Projudi - tratamento de sigilo nas publicações
- Projudi - Alteração do botão Juntar Documento para gerar pendência
- Projudi - Publicação de processos distribuídos
- Projudi - Escritório Jurídico como representante
- Projudi - Mudança na tela de Ordenar Cumprimento (340)
- Projudi - Migração Saj - Projudi - varas criminais
- Projudi - Melhoria no perfil de Defensores / assessor de defensor
- Projudi - Balcão de conciliação virtual
- Projudi - Mudança no MNI para tratamento de sigilo
- Projudi - Restrição de acesso
- Projudi - Migração Saj - Projudi - Meio Ambiente, Garantias, Auditoria Militar, Dignidade Sexual, Vecute
- Projudi - informação de juízo prevento no MNI
- Projudi - Publicidade da pauta de sessões dos julgamentos
- Incluir o campo de classe na tela de Sessão Virtual e Presencial do Magistrado
- 290 - Projudi - Módulo BNP e sobrestamento no segundo grau



- Projudi - Publicação no DJEN segundo grau
- Projudi - Informação de localizadores na tela de processo
- Projudi - Funcionalidades de segundo grau para perfil Defensor
- Projudi - Migração Saj - Projudi - Câmaras cíveis
- Projudi - Acréscimo do arquivo kml
- Projudi - vara preventa
- Projudi - Minuta múltipla Segundo Grau
- Projudi - Retorno de remessa da delegacia
- Projudi - Geolocalização Módulo de Configurações
- Projudi - Migração Saj - Projudi - demais varas primeiro grau (parte 2)
- Projudi - liberação de informações de guias de custas
- Projudi - Remessa Digital - Ofícios
- Projudi - Melhoria na suspensão de recursos
- Projudi - Postergar assinatura em lote no segundo grau
- Projudi - Publicação de Atas no DJEN
- Projudi - Visualização de processos do sistema de correição
- Projudi - Novo sistema de correição

Outros Projetos Finalizados

- Sistema de Audiência de Custódia - Melhorias 2025
- SISGED - Manutenção Contínua 2025
- SGP - Manutenção Contínua 2025
- SGP - Módulo de pagamentos
- SISGED 2.0 - Módulo de Produção
- Sistema de Certidão Unificada - Certidão Negativa de Crimes de Racismo e Injúria Racial
- Sistema de Certidão Unificada - Certidão Segundo Grau



- Sistema de Certidão Unificada - Certidão Maria da Penha
- Alvará Eletrônico 3.0 - Módulos: Alvará 28 e 29
- SGP - Módulo de cálculo de retenções
- Redesign do Portal da Comissão de Assédio
- Portal Programa Solo Seguro
- Atualização do Sistema de Portaria
- MFA Sojam, Extrajudicial, Listing
- Portal - Página Direitos da Pessoa Idosa
- TJAM Design System
- SGP - Atualização do Módulo de Cadastro
- Alvará - MFA
- Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Proteção a Pessoas Socialmente Vulneráveis
- SGT - Integração com o Projudi
- SGT - Relotação
- NAV - Melhorias
- SISGED 2.0 - Módulo de Importação
- Alvará Eletrônico 3.0 - Alteração de consulta de processo

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

1. Introdução

Este relatório apresenta um panorama dos serviços fiscalizados pela **Secretaria de Infraestrutura (SEINF)** do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) durante o exercício de 2025, com objetivo de consolidar informações para subsidiar o planejamento e gestão das atividades da Secretaria, em conformidade com as diretrizes de transparência e responsabilidade.



2. Metodologia

Os dados baseiam-se nas atividades contratadas e fiscalizadas pela Secretaria de Infraestrutura - SEINF/TJAM. As informações foram organizadas para apresentar os serviços que possuíam execução ativa durante o ano de 2025, focando exclusivamente no período de atuação dentro deste ciclo anual.

3. Serviços Fiscalizados pela SEINF em 2025

A tabela a seguir consolida as informações das prestadoras e os respectivos objetos de serviço sob fiscalização técnica da Secretaria no ano de 2025.

CONTRATO	OBJETO DO SERVIÇO FISCALIZADO (DESCRIÇÃO COMPLETA)	PERÍODO DE EXECUÇÃO EM 2025
003/2024-FUNJEAM	Obra de construção do novo Fórum da Comarca de Iranduba/AM.	01/01 a 09/01
002/2022-FUNJEAM	Serviços de sanitização e controle de pragas.	01/01 a 24/01
006/2022-FUNJEAM	Manutenção predial comum em comarcas do interior do Estado.	01/01 a 20/02



CTL 002/2018-FUNJEAM	Locação de imóvel na Comarca de Boca do Acre/AM.	01/01 a 13/03
015/2024-FUNJEAM	Software de engenharia ORÇAFASCIO para gestão de obras.	01/01 a 14/03
016/2024-FUNJEAM	Água potável e coleta de esgoto para a 2ª Vara de Iranduba.	01/01 a 18/04
007/2020-FUNJEAM	Fornecimento de água e esgoto em Rio Preto da Eva/AM.	01/01 a 20/05
007/2025-FUNJEAM	Substituição de cabo de aço e polia de elevadores.	01/01 a 27/05
008/2020-FUNJEAM	Manutenção de elevadores no Fórum Henoch Reis.	01/01 a 12/06
026/2023-FUNJEAM	Obra de construção do novo Fórum da Comarca de Humaitá/AM.	01/01 a 26/06



022/2021-FUNJEAM	Manutenção de elevadores (Sede, Cível, Aparecida e Lopes).	01/01 a 05/07
006/2025-FUNJEAM	Controle de pragas para o Fórum de Manacapuru-AM.	01/01 a 20/08
CTL 001/2018-FUNJEAM	Locação de imóvel na Rua Cícero Tuchaua, Município de Jutai.	01/01 a 23/08
008/2025-FUNJEAM	Controle de pragas (Itacoatiara, Pres. Figueiredo e Iranduba).	01/01 a 12/09
010/2025-FUNJEAM	Controle de vetores e pragas urbanas em Manaus/AM.	01/01 a 17/09
040/2024-FUNJEAM	Fornecimento e instalação de transformadores em subestações.	01/01 a 19/09
017/2020-FUNJEAM	Manutenção de 08 equipamentos scanners de raios-X.	01/01 a 21/10



052/2024-FUNJEAM	Serviços continuados de jardinagem em Manaus-AM.	01/01 a 30/11
057/2024-FUNJEAM	Instalação de Sistemas de Energia Solar Fotovoltaica.	01/01 a 12/12
029/2021-FUNJEAM	Manutenção da ETE nos prédios Arnaldo Péres e Fórum Cível.	01/01 a 31/12
003/2022-FUNJEAM	Manutenção de grupos geradores de energia.	01/01 a 31/12
004/2022-FUNJEAM	Manutenção em subestações de Média Tensão (13,8kV).	01/01 a 31/12
014/2022-FUNJEAM	Instalação de condicionadores de ar tipo Split.	01/01 a 31/12
023/2022-FUNJEAM	Serviços comuns de manutenção, sob demanda, para manutenção predial corretiva e preventiva, consertos, demolições,	01/01 a 31/12



	instalações, montagens, reparos e adequações, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra.	
001/2021-FUNJEAM	Limpeza de sistema séptico e caixas de gordura.	01/01 a 31/12
005/2023-FUNJEAM	Manutenção de portas giratórias detectoras de metais.	01/01 a 31/12
015/2025-FUNJEAM	Manutenção de ar condicionado central e sistemas VRF.	01/01 a 31/12
035/2023-FUNJEAM	Fornecimento de água e coleta de esgoto (Beruri).	01/01 a 31/12
CTL 002/2022-FUNJEAM	Locação de sala em imóvel na Comarca de Amaturá.	01/01 a 31/12
CTL 004/2022-FUNJEAM	Locação de imóvel para funcionamento da Comarca de Borba.	01/01 a 31/12



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

CTL 001/2023-FUNJEAM	Locação de imóvel para o Fórum da Comarca de Ipixuna.	01/01 a 31/12
CTL 002/2023-FUNJEAM	Locação de imóvel para a Comarca de Careiro da Várzea.	01/01 a 31/12
021/2023-FUNJEAM	Obra de construção do Centro de Práticas Pedagógicas.	01/01 a 31/12
042/2023-FUNJEAM	Obra de construção do novo Fórum Des. Mário Verçosa.	01/01 a 31/12
0026/2024-FUNJEAM	Obra de construção do novo Fórum de Alvarães.	01/01 a 31/12
029/2024-FUNJEAM	Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI).	01/01 a 31/12
054/2024-FUNJEAM	Reforma e ampliação do Fórum Azaria Menescal.	01/01 a 31/12



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

CTL 001/2025-FUNJEAM	Locação de imóvel na Comarca de Boca do Acre.	18/03 a 31/12
014/2025-FUNJEAM	Manutenção predial em municípios do interior.	23/04 a 31/12
016/2024-FUNJEAM	Prestação, de forma contínua, de serviços de ascensoristas, para exercer as atividades nos elevadores das unidades do Tribunal de Justiça	01/01 a 31/12
015/2025-FUNJEAM	Instalação de climatização VRF no C. Práticas Pedagógicas.	30/04 a 31/12
CTL 001/2021-FUNJEAM	Locação de imóvel para o Fórum de Nhamundá.	07/05 a 31/12
CTL 002/2025-FUNJEAM	Locação de imóvel para o Fórum de Pauini.	28/05 a 31/12
036/2025-FUNJEAM	Obra de construção do novo Fórum de Urucurituba.	20/10 a 31/12



037/2025-FUNJEAM	Obra de construção do novo Fórum de Tapauá.	20/10 a 31/12
043/2025-FUNJEAM	Obra de construção do novo Fórum de Silves.	12/11 a 31/12

4. Conclusão

A fiscalização ativa e o acompanhamento técnico garantem a continuidade dos serviços essenciais em conformidade com as boas práticas administrativas referentes às obras de infraestrutura do TJAM. Este controle é vital para a eficiência operacional e para o cumprimento dos cronogramas previstos no plano de obras da Secretaria.

SECRETARIA DE COMPRAS, CONTRATOS E OPERAÇÕES

A Secretaria de Compras, Contratos e Operações (SECOP), unidade administrativa subordinada à Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, tem por finalidade planejar, organizar, dirigir e controlar os processos administrativos relativos à contratação de serviços, à aquisição de materiais, à celebração de convênios e a atividades correlatas, no âmbito do Poder Judiciário estadual.

A estrutura organizacional da Secretaria encontra-se disciplinada nos artigos 318 e seguintes da Resolução nº 54/2023-TJAM, que dispõe sobre a organização e a estrutura das unidades vinculadas à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e dá outras



providências. Referido normativo promoveu relevantes alterações estruturais na unidade, dentre as quais se destaca a criação da Seção de Artefatos de Contratação, instituída como medida de aprimoramento das linhas de defesa na cadeia de compras.

A Secretaria de Compras, Contratos e Operações está assim estruturada:

I - Gabinete da Secretaria de Compras, Contratos e Operações:

- a) Assessoria de Fiscalização Técnica;
- b) Seção de Elaboração de Artefatos de Contratação.

II - Divisão de Compras e Operações (DVCOP):

- a) Assessoria Técnico-Administrativa de Compras e Operações;
- b) Seção de Cotações e Compras;
- c) Seção de Apoio Operacional;
- d) Seção de Registro de Preços.

III - Divisão de Contratos e Convênios (DVCC):

- a) Assessoria Técnico-Jurídica;
- b) Seção de Gestão Contratual;
- c) Seção de Convênios e Outros Ajustes;
- d) Seção de Alocação de Mão de Obra e Gestão da Conta-Depósito Vinculada;
- e) Seção de Execução de Fornecimentos e Serviços.

IV - Divisão de Patrimônio e Material (DVPM):

- a) Seção de Patrimônio;
- b) Seção de Almoxarifado;
- c) Seção de Logística Operacional;
- d) Seção de Moveleira;
- e) Seção de Planejamento;



V - Divisão de Logística de Transportes e Manutenção (DVLTM):

- a) Seção de Logística e Transporte;
- b) Assistência Operacional de Transporte;

VI - Coordenadoria de Licitação (COLIC):

- a) Pregoeiro e Agente de Contratação;
- b) Equipe de Apoio.

A seguir consigna-se as principais atividades empreendidas pelos setores relacionados à Secretaria de Compras, Contratos e Operações referente ao **exercício de 2025**.

I. DA SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE ARTEFATOS DE CONTRATAÇÃO - SEAC

A Seção de Elaboração de Artefatos de Contratação foi criada através da Resolução nº 56, de 07 de novembro de 2023, como medida institucional para a melhoria da primeira linha de defesa, bem como para reforçar a segregação de funções na cadeia de compras deste Tribunal de Justiça. As principais atividades realizadas pela SEAC são: Elaboração de Termos de Referência/Projeto Básico para Licitações, Dispensas, Inexigibilidades, adesões à Ata de Registro de Preços (carona); Realização de diligências para melhor andamento dos processos; Elaboração de Editais de Licitação (Pregão Eletrônico, Concorrência, Concurso, Leilão); Elaboração de Mapas de Gerenciamento de Riscos; Auxílio na elaboração das minutas-padrão dos artefatos de contratação; Respostas a esclarecimentos e Impugnações aos Editais de Pregão Eletrônico.

Dentre as ações realizadas pela Seção, destacam-se:

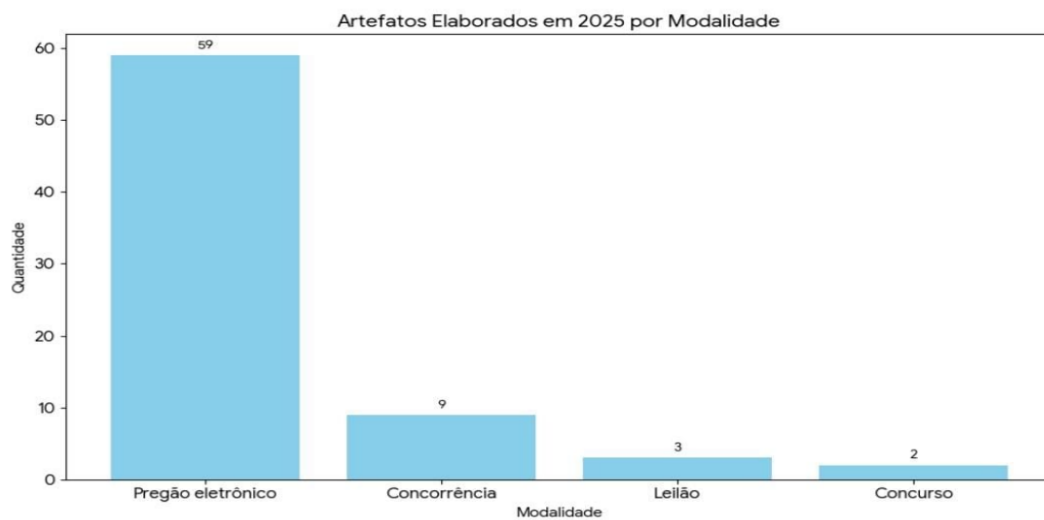
1. Quantitativo de Artefatos elaborados no ano de 2025:

- 1.1. Editais de Licitação - Pregão eletrônico: 59 editais;
 - Aquisições: 5



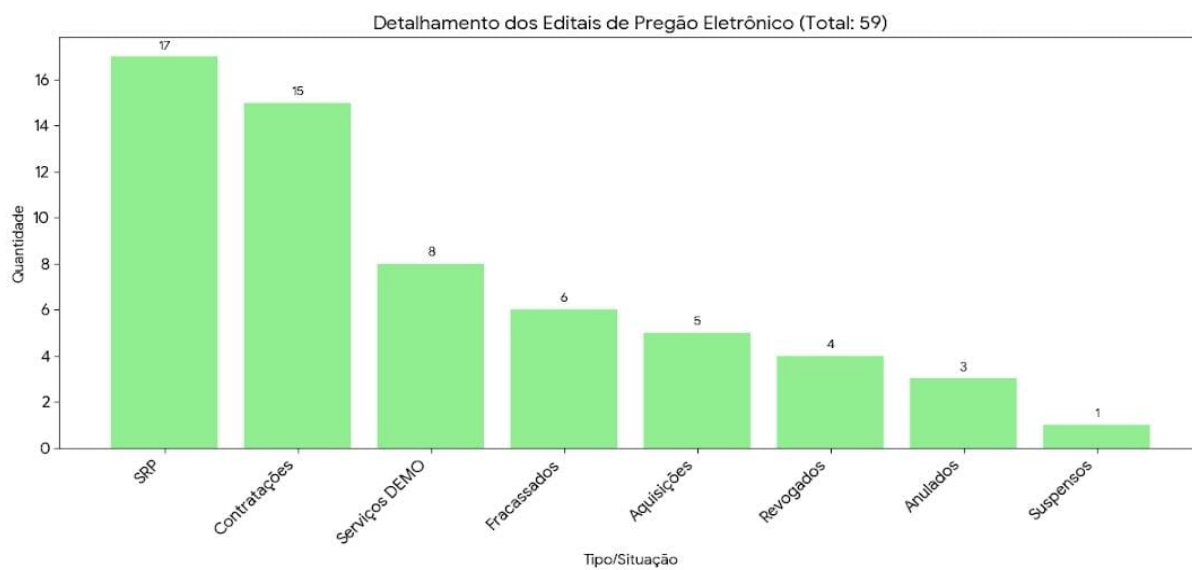
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Contratações: 15
 - Serviços DEMO: 8
 - SRP: 17
 - Revogados: 4
 - Anulados: 3
 - Fracassados: 6
 - Suspensos: 1
- 1.2. Editais de Licitação – Concorrência: 9;
- 1.3. Editais de Licitação – Concurso: 2;
- 1.4. Editais de Licitação – Leilão: 3



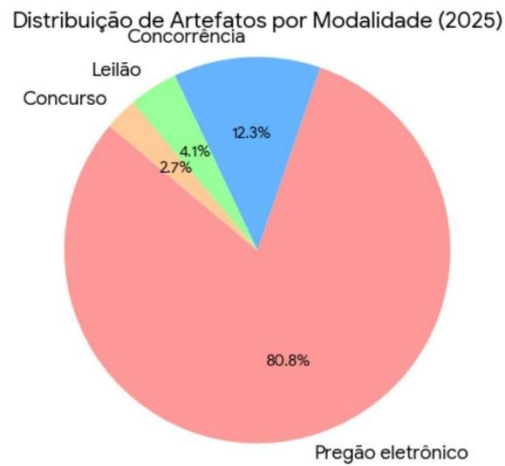
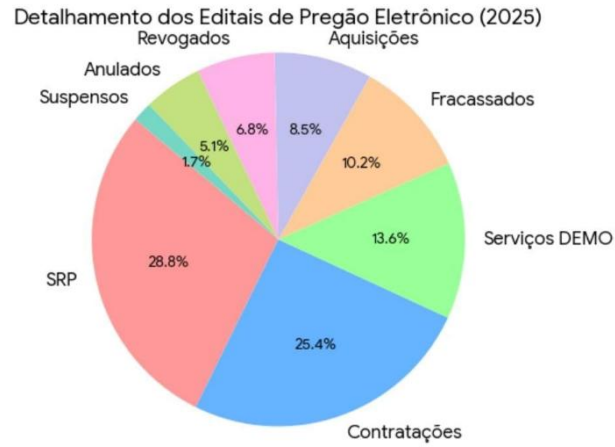


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

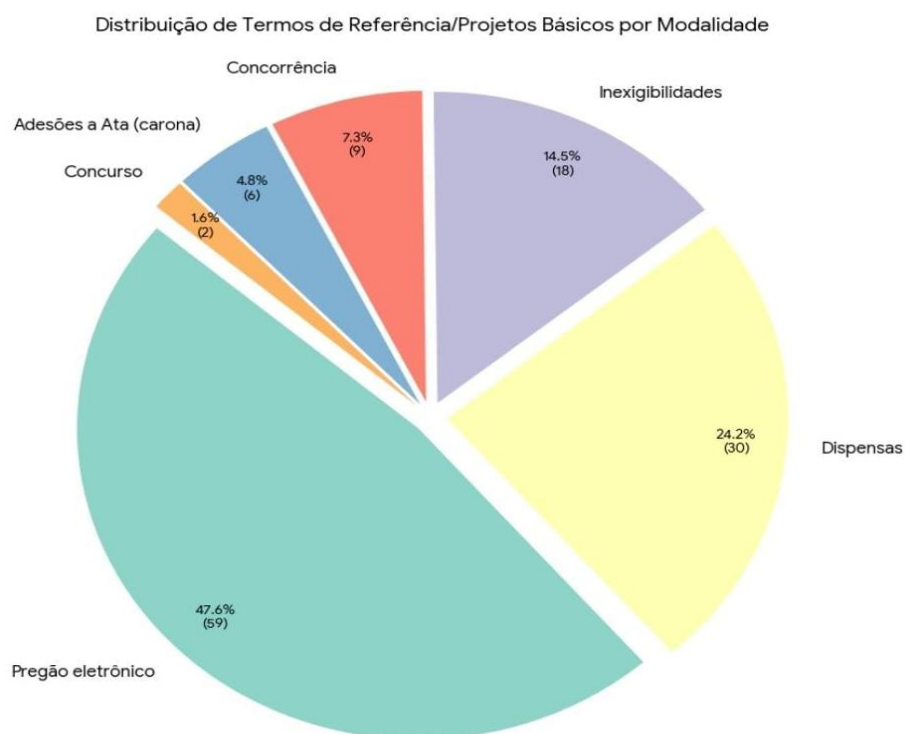
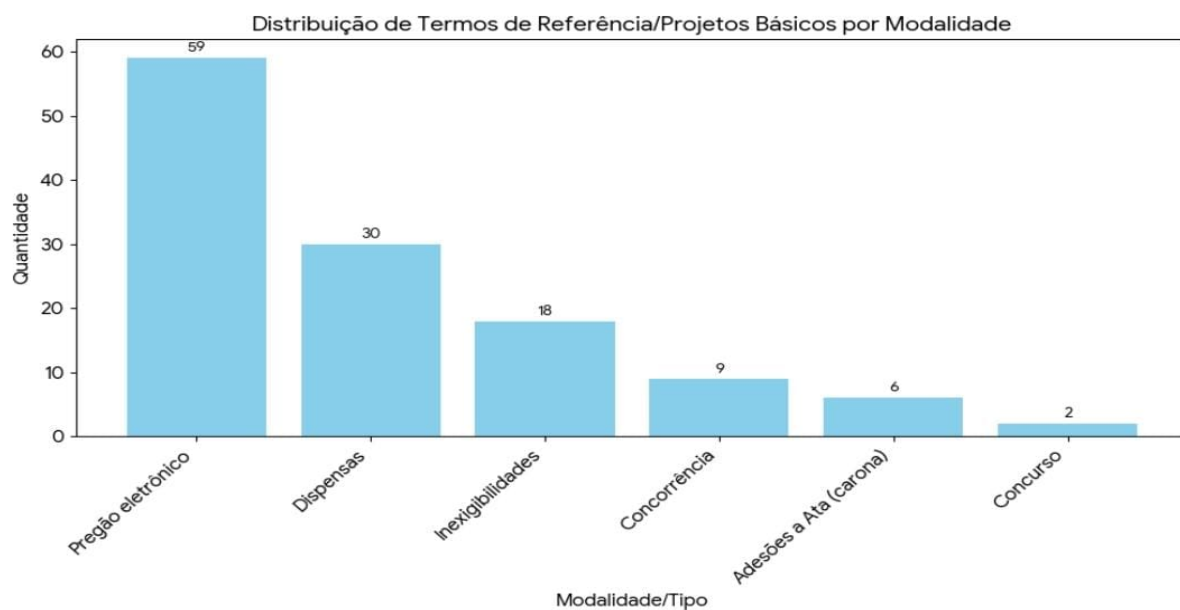


1.5. Termo de Referência/Projeto Básico:

- **Dispensas: 30;**
- Inexigibilidades: 18
- Adesões à Ata de Registro de Preços (carona): 6
- Licitações: 70
 - **Pregão eletrônico: 59**
 - **Concorrência: 9**
 - **Concurso: 2**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS



2. Principais inovações ou metas alcançadas:

a. Manutenção dos fluxos de tramitação processual e elaboração de artefatos:

- Termo de Referência: 3 a 5 dias (a depender do objeto);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Edital: 2 dias;
- Resposta a diligências: 1 a 2 dias.
- b. Atualização semestral dos critérios de sustentabilidade nos artefatos;
- c. Elaboração de Minuta para Credenciamento.

II. DA ASSESSORIA TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - ATFC

A Assessoria Técnica de Fiscalização de Contratos integrante da estrutura funcional da Secretaria de Compras, Contratos e Operações (SECOP) do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, reforçando a eficiência e a coordenação entre as diversas atividades administrativas do Tribunal de Justiça, tem suas atribuições estabelecidas na Resolução nº 05, de 11 de junho de 2021 e mantida pela Resolução n. 54/2023 deste Tribunal de Justiça, com atribuições previstas no art. 323.

Dentre as ações realizadas pela Assessoria, destacam-se:

1. Principais ações realizadas:

- 22 reuniões realizadas, SEI 2025/000002650-00;
- Encaminhamentos de Instrumento de Medição de Resultados realizados mensalmente;
- Relatório de Fiscalização Técnica: Encaminhamentos mensais;
- Elaboração de Atestado de Capacidade Técnica: Suporte mensal para mais de 130 contratos e fiscais.

Adicionalmente, informamos que o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos foi concluído e enviado à Presidência, com a implementação de instrumentos checklist (Processo 2024/000012905-00, ID 2653545).

Por fim, apresenta-se a tabela resumida de reuniões, conforme temática abordada:



ATAS DE REUNIÕES - JANEIRO A JUNHO

ATA	PAUTA	DATA
19882 01	Discutir e definir as ações para a renovação/adaptação do contrato de fornecimento de refeições para o júri.	16/01/2025
20006 29	Fornecer orientações sobre o guia de orientação de fiscalização técnica conforme a Lei 14.133/2021	22/01/2025
20866 18	Orientações sobre a fiscalização de contratos conforme resolução nº 64 e pela Lei 14.133/2021- Elaboração de IMR- SEP e Notificação- Elaboração de Relatório Técnico de Fiscalização de Contrato	13/03/2024
21066 61	- Orientações sobre a fiscalização de contratos conforme resolução nº 64 e pela Lei 14.133/2021 - SEP e Notificação - Elaboração de IMR- Elaboração de Relatório Técnico de Fiscalização de Contrato	17/03/2024
21067 33	- Orientações sobre a fiscalização de contratos conforme resolução nº 64 e pela Lei 14.133/2021 - SEP e Notificação - Elaboração de IMR- Elaboração de Relatório Técnico de Fiscalização de Contrato	18/03/2024
21172 57	Orientações sobre a fiscalização de contratos conforme resolução nº 64 e pela Lei 14.133/2021 - SEP e Notificação - Elaboração de IMR- Elaboração de Relatório Técnico de Fiscalização de Contrato	19/03/2025



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

21210 72	Orientações sobre a fiscalização de contratos - SEP e Notificação - Elaboração de IMR - Elaboração de Relatório Técnico de Fiscalização de Contrato	20/03/2025
21211 33	Orientações sobre a fiscalização de contratos - SEP e Notificação - Elaboração de IMR - Elaboração de Relatório Técnico de Fiscalização de Contrato	21/03/2025
21211 77	Orientações sobre a fiscalização de contratos - SEP e Notificação - Elaboração de IMR - Elaboração de Relatório Técnico de Fiscalização de Contrato	25/03/2025
21212 35	Orientações sobre a fiscalização de contratos - SEP e Notificação - Elaboração de IMR - Elaboração de Relatório Técnico de Fiscalização de Contrato	31/03/2025

2121 295	Orientações sobre a fiscalização de contratos - SEP e Notificação - Elaboração de IMR - Elaboração de Relatório Técnico de Fiscalização de Contrato	01/04/2025
2130 815	Orientações sobre a fiscalização de contratos - SEP e Notificação - Elaboração de IMR - Elaboração de Relatório Técnico de Fiscalização de Contrato	02/04/2025
2130 866	Empresa Araúna	02/04/2025
2130 870	Temática Segurança do Trabalho	04/04/2025



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

2134 993	Orientações sobre a fiscalização de contratos - SEP e Notificação - Elaboração de IMR - Elaboração de Relatório Técnico de Fiscalização de Contrato	14/03/2025
2208 060	- Aumento do consumo de itens no mês de maio - Estratégias para diminuição e consumo sustentável dos papéis	25/03/2025
2161 693	Wellhub - Estratégias de divulgação da plataforma (interna) - Melhorias no relançamento do contrato	23/04/2025
2223 321	Contratos referentes aos prédios Sede e Anexo, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	27/05/2025
2235 989	Uso obrigatório do crachá - Proibição do uso de fones de ouvido e celular -Restrição à circulação desnecessária no Prédio ou fora de seu posto de trabalho-Conduita e Comportamento profissional. - Entrega dos ranchos no prédio do Arnaldo -Informação antecipada das férias	30/05/2025
2236 108	Qualidade da água fornecida ao TJAM e Fóruns de Manaus.	03/06/2025

ATAS DE REUNIÕES - JULHO A DEZEMBRO

ATAS	PAUTA	DATA
------	-------	------



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

2342992	- Prorrogação de Contrato WELLHUB - Exclusão de dependentes (Condições da Plataforma) - Datas para Webnário - Legislação a respeito de Cotas para PCD.	30/07/202 5
2358687	Alinhamento com a contratada responsável pelo controle de vetores e pragas urbanas (cupins, baratas, formigas, mosquitos, insetos, ratos e outras pragas) com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos nas unidades prediais pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	06/08/202 5
2430816	Alinhamento Oi x TJAM – Comunicação, Infraestrutura e Procedimentos	04/09/202 5
2447187	Contrato 019/2023 e 027/2025 - Locação de veículo blindado - Solicitação de dilação de prazo em 60 dias - Disponibilização provisória de veículo blindado - Novos carros blindados	16/09/202 5
2465120	Contrato 019/2025 - Reclamação de um magistrado sobre as refeições.	24/09/202 5
2468251	Formulário de Restos a Pagar.	25/09/202 5
2496325	Contrato de Agentes de Portaria e Equidade de Gênero em postos de trabalhos.	08/10/202 5



2503401	<ul style="list-style-type: none">● Orientações sobre a fiscalização de contratos● SEP e Notificação● Elaboração de IMR <p>- Elaboração de Relatório Técnico de Fiscalização de Contrato</p>	10/10/202 5
2540416	Reunião Preliminar - Contrato nº 040/2025, Transportes de Cargas TJAM	03/11/202 5

III. DA DIVISÃO DE COMPRAS E OPERAÇÕES

Com atribuições regulamentadas entre os arts. 325 a 329 da Resolução nº 56/2023, a Divisão de Compras e Operações, vinculada à Secretaria de Compras, Contratos e Operações deste Tribunal de Justiça, é responsável pelo planejamento, execução e acompanhamento dos processos administrativos de contratação de serviços e aquisições de materiais, em caráter residual, gerenciando os pedidos de aquisição de passagens de interesse do TJAM, garantindo suporte às contratações diretas e execução de atas de registro de preços, sem com base no acompanhamento de metas setoriais e/ou institucionais, em busca, sempre, na qualidade dos serviços prestados.

Neste mister, a excelência no desempenhar das atividades também foi perseguida no biênio da Gestão 2025/2026, quando, da efetiva implementação da Lei nº 14.133/21, foram readequados e revisados procedimentos, elaborados check lists, capacitados profissionais e melhoradas as rotinas de trabalho, priorizando-se o melhor planejamento das atividades, a verificação de etapas e diminuição de problemas gerenciais.

1. Principais ações realizadas/implementadas:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Adequação e Unificação da Base de Dados (Planilha Eletrônica) da Gestão da ARP para o Painel no Power BI e gerenciamento pela Seção de Registro de Preços;
- Adequação e Unificação da Base de Dados (Planilha Eletrônica) de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação para o Painel no Power BI e gerenciamento pela Seção de Compras;
- Adequação e Unificação da Base de Dados (Planilha Eletrônica) de Compra de Passagens para o Painel no Power BI e gerenciamento pela Seção de Apoio Operacional;
- Adequação e Unificação da Base de Dados (Planilha Eletrônica) de Hospedagens para o Painel no Power BI e gerenciamento pela Seção de Compras;
- Adequação e Unificação da Planilha de Controle de Caronas Concedidas;
- Criação e aperfeiçoamento de procedimento padrão para solicitação de passagens aéreas;
- Revisão dos procedimentos da Divisão de Compras e Operações e elaboração de Manuais, Procedimentos Operacionais Padrão (POP) e Checklists em andamento;
- Criação de processos administrativos de Gestão de ARP no SEI;
- Criação de planilha padrão de Mapa de Preços para cada ARP vigente;
- Criação de Planilha unificada de Controle de Pagamento das ARPs compartilhada com a SECOF;
- Divulgação no Portal da Transparência do TJAM das Adesões pagas mensalmente;
- Revisão da Divulgação no Portal da Transparência do TJAM das Compras Públicas, alinhado às orientações do CNJ e SEPLAN;
- Conclusão das Ações da Matriz de Risco;
- Capacitação dos servidores em cursos de capacitação da Nova Lei de Licitações;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Inclusão de Ferramenta de Pesquisa no Portal da Transparência do TJAM das compras Públicas juntamente à SETIC, para facilitar as buscas dos usuários.

2. Ações planejadas para serem concluídas até dezembro de 2025:

- Revisão e Atualização do Fluxograma

Assim, destaca-se as seguintes atividades executadas por suas seções:

Seção de Compras:

A principal atividade desenvolvida nesta seção é a realização, junto ao mercado, de pesquisas de preços de bens e serviços para fins de composição do termo de referência/ projeto básico ou de compra ou contratação direta, dependendo do valor, bem como, contratação por inexigibilidade.

Também faz parte do rol de atribuições do referido setor a manutenção e a atualização de fornecedores para efeito de habilitação, facilitando os procedimentos de cotação de preços futuras.

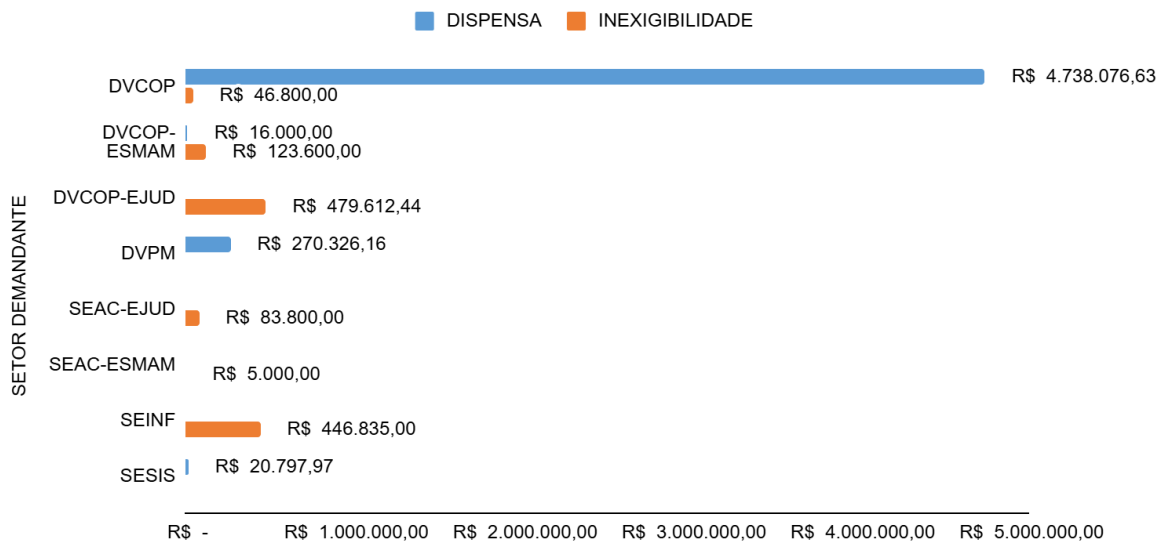
CONTRATAÇÕES DIRETAS 2025			
SETOR DEMANDANTE	DISPENSA	INEXIGIBILIDADE	TOTAL
DVCOP	R\$ 4.738.076,63	R\$ 46.800,00	R\$ 4.784.876,63
DVCOP- ESMAM	R\$ 16.000,00	R\$ 123.600,00	R\$ 139.600,00
DVCOP-EJUD	-	R\$ 479.612,44	R\$ 479.612,44
DVPM	R\$ 270.326,16	-	R\$ 270.326,16
SEAC-EJUD	-	R\$ 83.800,00	R\$ 83.800,00
SEAC-ESMAM	-	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
SEINF	-	R\$ 446.835,00	R\$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

			446.835,00
SE SIS	R\$ 20.797,97	-	R\$ 20.797,97
SE TIC	R\$ 15.153,49	R\$ 753.930,00	R\$ 769.083,49
Total geral	R\$ 5.060.354,25	R\$ 1.939.577,44	R\$ 6.999.931,69

COMPRAS DIRETAS EM VALORES POR ÁREA DEMANDANTE EM 2025.



Seção de Apoio Operacional:

Seção responsável pela aquisição das passagens aéreas, prestações de contas das passagens aéreas. Reserva de Hospedagens, Prestações de Contas das Reservas de Hospedagens, processos de pagamentos de contratos gerenciados e fiscalizados pela dvcop (passagens aéreas – hospedagens – publicidade-banco de preço); processos de reconhecimento de dívidas de contas públicas (água e energia) de unidades consumidoras instaladas em imóvel em nome do tjam; gerenciamento dos relatórios de despesas mensais dos contratos de responsabilidade da dvcop/sao; manifestações para prorrogações contratuais de responsabilidade da dvcop e publicações do relatório de passagens no portal da transparência.



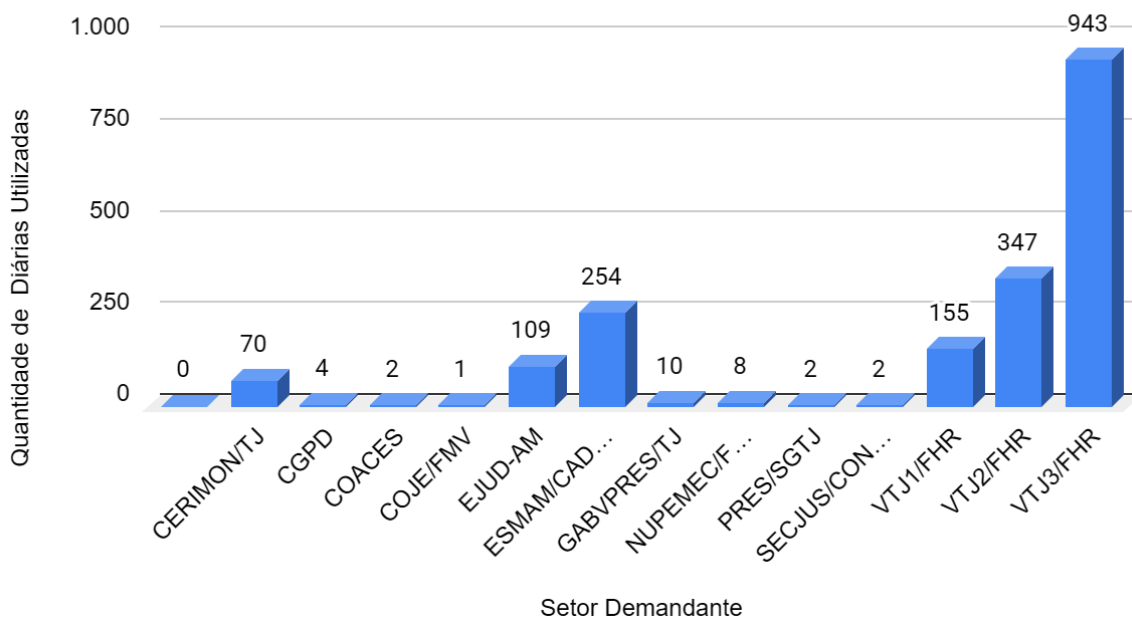
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Diárias:

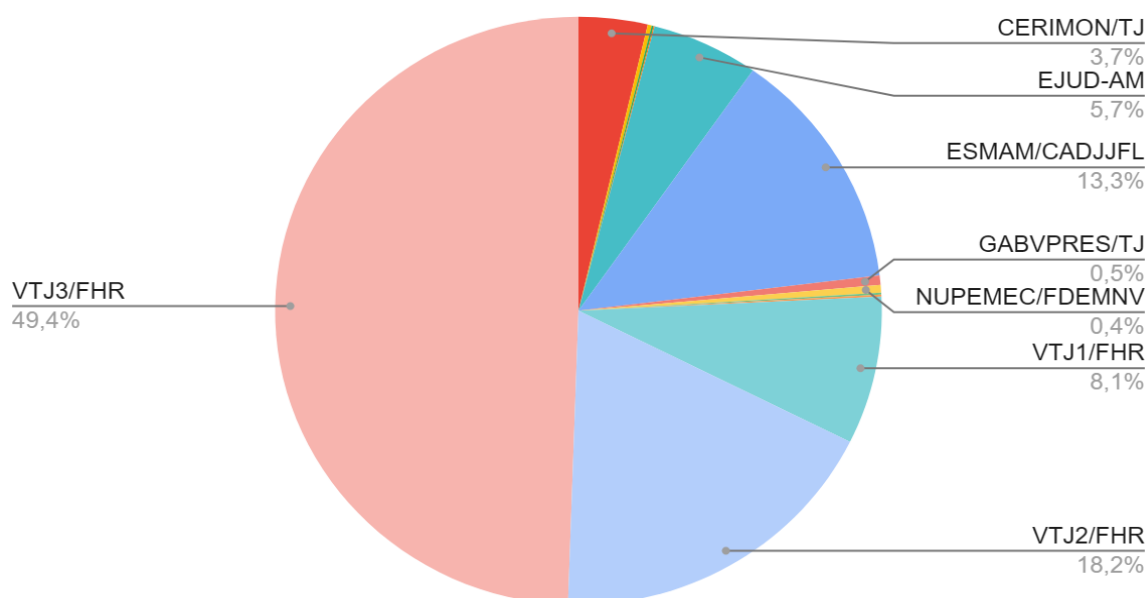
<u>SETOR DEMANDANTE</u>	<u>2025</u>
	<u>QUANTIDADE</u>
<u>CERIMON/TJ</u>	<u>70</u>
<u>CGPD</u>	<u>4</u>
<u>COACES</u>	<u>2</u>
<u>COJE/FMV</u>	<u>1</u>
<u>EJUD-AM</u>	<u>109</u>
<u>ESMAM/CADJJFL</u>	<u>254</u>
<u>GABVPRES/TJ</u>	<u>10</u>
<u>NUPEMEC/FDEMNV</u>	<u>8</u>
<u>PRES/SGTJ</u>	<u>2</u>
<u>SECJUS/CONAV</u>	<u>2</u>
<u>VTJ1/FHR</u>	<u>155</u>
<u>VTJ2/FHR</u>	<u>347</u>
<u>VTJ3/FHR</u>	<u>943</u>
<u>Total geral</u>	<u>1.907</u>



Quantidade de Diárias Utilizadas versus Setor Demandante



Quantidade de Diárias Utilizadas



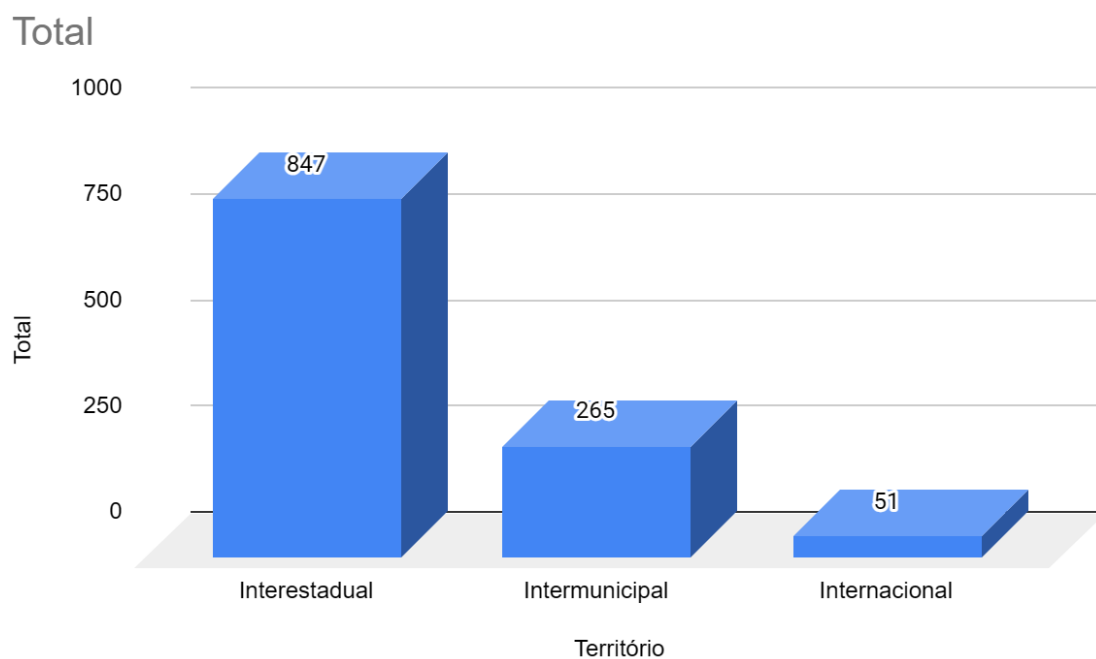


Fonte:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1sCT3cVKGerkRXk2F3E8BrM6GqgNI1LPA2zn4yKvOp0A/edit?gid=1150033351#gid=1150033351>

Passagens:

Território	Ano
	2025
INTERESTADUAL	847
INTERMUNICIPAL	265
INTERNACIONAL	51
Total geral	1163

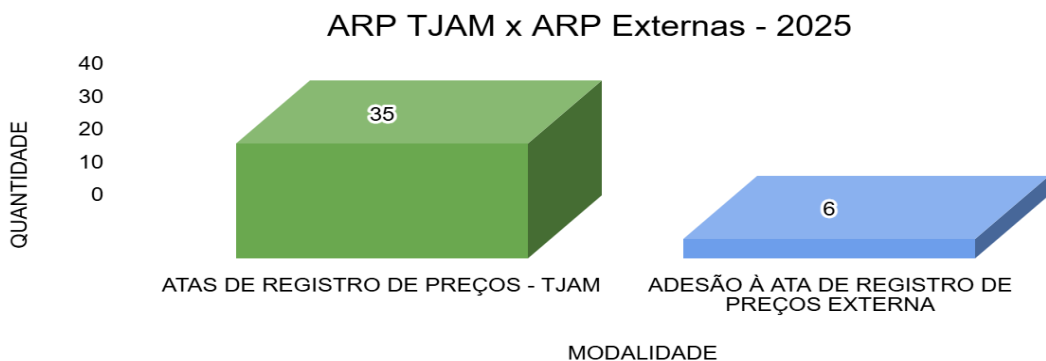




Seção de Registro de Preços

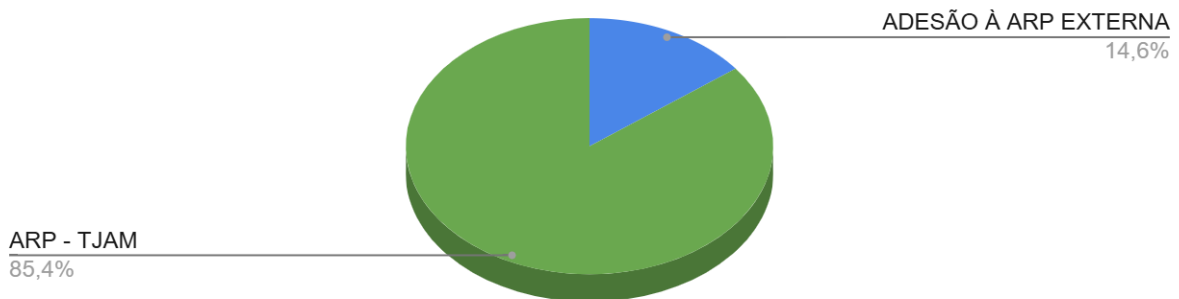
A Seção de Registro de Preços é responsável pela Gestão do Controle Quantitativo e Execução das Atas de Registro de Preços deste Tribunal de Justiça (ARP Interna), bem como pela formalização das solicitações de Adesão à ARP por meio de “carona” (ARP Externa).

MODALIDADE	QUANTIDADE EM 2025
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EXTERNA	6
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - TJAM incluindo prorrogações	35
Total geral	41





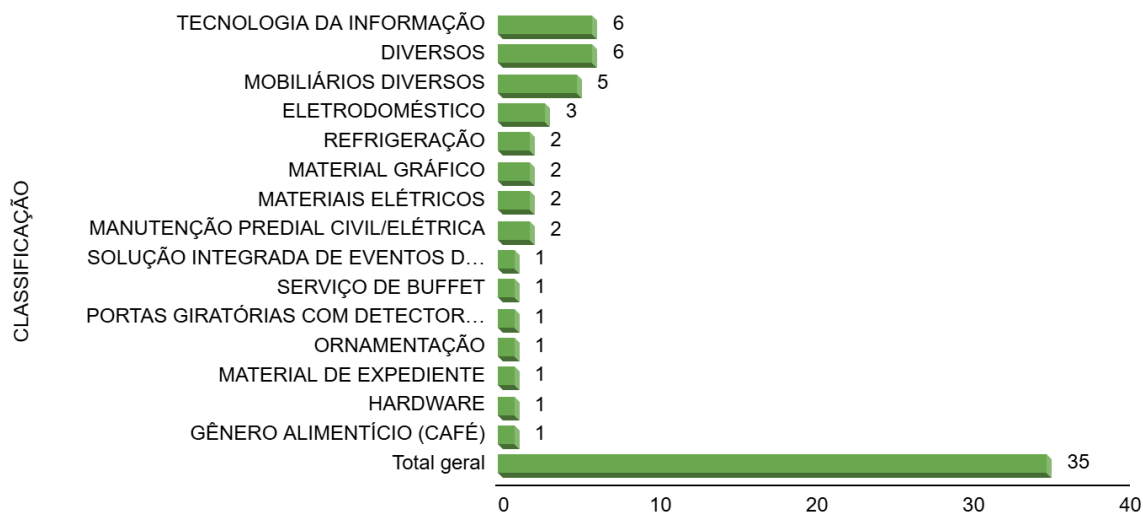
ARP TJAM x ARP Externas 2025



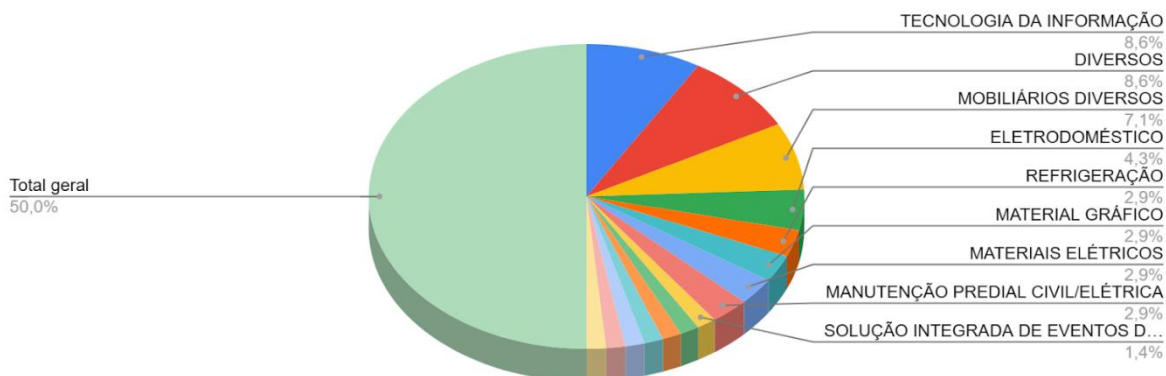
CLASSIFICAÇÃO	ANO
	2025
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6
DIVERSOS	6
MOBILIÁRIOS DIVERSOS	5
ELETRODOMÉSTICO	3
REFRIGERAÇÃO	2
MATERIAL GRÁFICO	2
MATERIAIS ELÉTRICOS	2
MANUTENÇÃO PREDIAL CIVIL/ELÉTRICA	2
SOLUÇÃO INTEGRADA DE EVENTOS DE GRANDE PORTE	1
SERVIÇO DE BUFFET	1
PORTAS GIRATÓRIAS COM DETECTOR DE METAIS	1
ORNAMENTAÇÃO	1
MATERIAL DE EXPEDIENTE	1
HARDWARE	1
GÊNERO ALIMENTÍCIO (CAFÉ)	1
Total geral	35



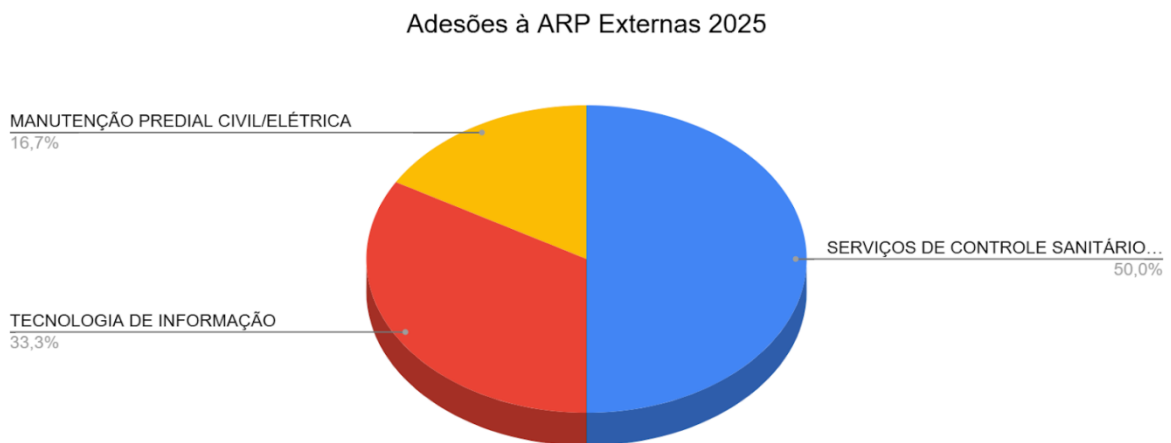
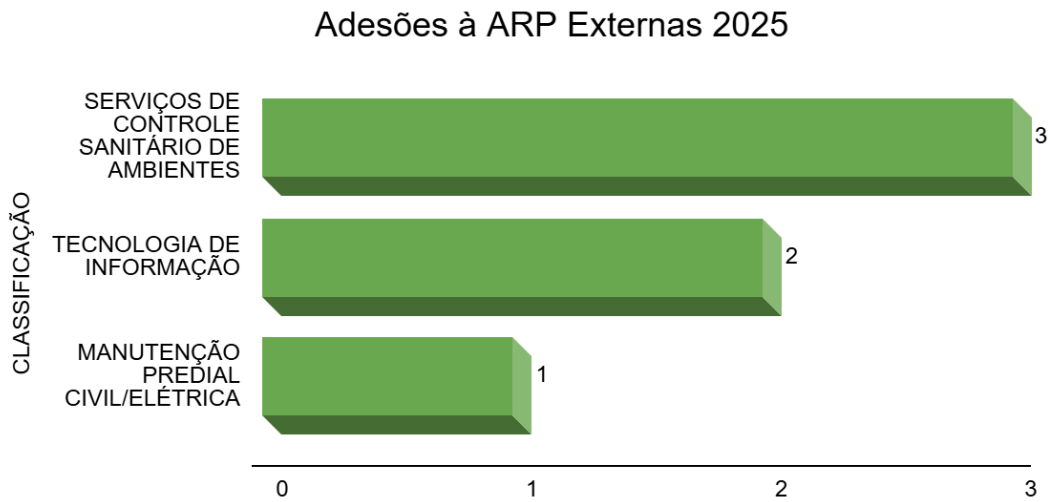
Atas de Registro de Preços TJAM 2025



Atas de Registro de Preços TJAM - 2025



CLASSIFICAÇÃO	ANO 2025
SERVIÇOS DE CONTROLE SANITÁRIO DE AMBIENTES	3
TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	2
MANUTENÇÃO PREDIAL CIVIL/ELÉTRICA	1
Total geral	6



IV. DA COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Vinculada à Secretaria de Compras, Contratos e Operações (SECOP), a Coordenadoria de Licitação (COLIC) é peça-chave na estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Amazonas, tendo por missão, nos termos da Resolução n.º 56/2023, gerenciar e executar a realização de certames licitatórios para assegurar que as



contratações do Tribunal alcancem o máximo benefício e economicidade, dentro dos padrões legais.

Responsabilidades e Liderança

Sob a gestão da Coordenadora de Licitação, a unidade desempenha funções que vão além da execução operacional, englobando:

- **Gestão de Processos:** Exame, condução e julgamento de licitações em todas as modalidades legais.
- **Apoio à Presidência:** Assessoramento direto em recursos administrativos e na análise técnica para anulação ou revogação de processos, caso surjam fatos que comprometam a legalidade.
- **Fiscalização e Conformidade:** Indicação de fatos para instauração de processos de apuração das infrações e aplicação das sanções, além da realização de diligências técnicas para fundamentar as decisões de contratação.

Impacto Institucional

A integração da COLIC à SECOP fortalece a governança do TJAM. Ao zelar pela transparência e eficiência, a Coordenadoria garante que as aquisições públicas respeitem rigorosamente os princípios administrativos, consolidando a integridade da gestão institucional e o uso responsável dos recursos públicos.

LICITAÇÕES PROCESSADAS EM 2025

No exercício de 2025, a Coordenadoria de Licitação (COLIC) processou 73 (setenta e três) procedimentos licitatórios, sendo:

- **2 concursos**
 - VII Júri Simulado - Procurador João Bosco Sá Valente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

○ 1º Prêmio Desembargador Raimundo Vidal Pessoa - artigos científicos;

● **3 Leilões Administrativos**

- Leilão Administrativo n.º 001/2025 - Veículos e sucatas
- Leilão Administrativo n.º 002/2025 - 5 Transformadores a óleo
- Leilão Administrativo n.º 003/2025 - Veículos e sucatas

● **9 concorrências homologadas**

CONCORRÊNCIA
N.º 009/2025

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL, COM OBJETIVO DE EXECUTAR OBRA DO NOVO FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOCA DO ACRE - AM

PROCESSO ADMINISTRATIVO :	2025/000064580-00
DIVULGAÇÃO DO EDITAL	03/12/2025
ABERTURA DA SESSÃO	18/12/2025
DATA DE HOMOLOGAÇÃO	26/12/2025
VALOR ESTIMADO	R\$ 6.488.466,15
VALOR CONTRATADO	R\$ 6.196.290,63



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

EMPRESA HABILITADA	CNPJ 63.737.159/0001-03 IDEAL CONSTRUTORA LTDA
CONCORRÊNCIA N.º 008/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL, COM OBJETIVO DE EXECUTAR OBRA DO NOVO FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JAPURÁ - AM, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO :	2025/000058506-00
DIVULGAÇÃO DO EDITAL	28/11/2025
ABERTURA DA SESSÃO	15/12/2025
DATA DE HOMOLOGAÇÃO	19/12/2025
VALOR ESTIMADO	R\$ 6.408.131,39
VALOR CONTRATADO	R\$ 5.800.000,00
EMPRESA HABILITADA	CNPJ 63.737.159/0001-03 IDEAL CONSTRUTORA LTDA
CONCORRÊNCIA N.º 007/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL, COM OBJETIVO DE EXECUTAR OBRA DO NOVO FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAREIRO DA VÁRZEA - AM, CONFORME CONDIÇÕES E



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

	EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO :	2025/000061397-00
DIVULGAÇÃO DO EDITAL	27/11/2025
ABERTURA DA SESSÃO	12/12/2025
DATA DE HOMOLOGAÇÃO	26/12/2025
VALOR ESTIMADO	R\$ 6.392.663,74
VALOR CONTRATADO	R\$ 5.254.648,91
EMPRESA HABILITADA	CNPJ 02.556.167/0001-69 CONSTRUTORA CARRAMANHO LTDA
CONCORRÊNCIA N.º 006/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL, COM OBJETIVO DE EXECUTAR OBRA DO NOVO FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO :	2025/000056632-00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

DIVULGAÇÃO DO EDITAL	31/10/2025
ABERTURA DA SESSÃO	14/11/2025
DATA DE HOMOLOGAÇÃO	25/11/2025
VALOR ESTIMADO	R\$ 7.825.087,36
VALOR CONTRATADO	R\$ 6.999.896,85
EMPRESA HABILITADA	CNPJ 02.556.167/0001-69 CONSTRUTORA CARRAMANHO LTDA
CONCORRÊNCIA N.º 005/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL, COM OBJETIVO DE EXECUTAR OBRA DO NOVO FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DE LÁBREA - AM
PROCESSO ADMINISTRATIVO :	2025/000051195-00
DIVULGAÇÃO DO EDITAL	14/10/2025
ABERTURA DA SESSÃO	30/10/2025
DATA DE HOMOLOGAÇÃO	05/11/2025
VALOR ESTIMADO	R\$ 6.217.484,76
VALOR	R\$ 5.284.324,68



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

CONTRATADO	
EMPRESA HABILITADA	CNPJ 63.737.159/0001-03 IDEAL CONSTRUTORA LTDA
CONCORRÊNCIA N.º 004/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL, COM OBJETIVO DE EXECUTAR OBRA DO NOVO FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SILVES - AM
PROCESSO ADMINISTRATIVO :	2025/000052775-00
DIVULGAÇÃO DO EDITAL	13/10/2025
ABERTURA DA SESSÃO	29/10/2025
DATA DE HOMOLOGAÇÃO	07/11/2025
VALOR ESTIMADO	R\$ 5.645.759,20
VALOR CONTRATADO	R\$ 4.472.324,35
EMPRESA HABILITADA	CNPJ 00.902.784/0001-43 W T CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
CONCORRÊNCIA N.º 003/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL, COM OBJETIVO DE EXECUTAR OBRA DO NOVO FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BARREIRINHA - AM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO :	2025/000042841-00
DIVULGAÇÃO DO EDITAL	24/09/2025
ABERTURA DA SESSÃO	08/10/2025
DATA DE HOMOLOGAÇÃO	22/10/2025
VALOR ESTIMADO	R\$ 5.740.411,79
VALOR CONTRATADO	R\$ 4.792.746,40
EMPRESA HABILITADA	CNPJ 02.556.167/0001-69 CONSTRUTORA CARRAMANHO LTDA
CONCORRÊNCIA N.º 002/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL, COM OBJETIVO DE EXECUTAR OBRA DO NOVO FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DE URUCURITUBA - AM
PROCESSO ADMINISTRATIVO :	2025/000038723-00
DIVULGAÇÃO DO EDITAL	17/09/2025
ABERTURA DA SESSÃO	01/10/2025
DATA DE	08/10/2025



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

HOMOLOGAÇÃO	
VALOR ESTIMADO	R\$ 5.721.817,53
VALOR CONTRATADO	R\$ 4.618.611,53
EMPRESA HABILITADA	CNPJ 00.902.784/0001-43 W T CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
CONCORRÊNCIA N.º 001/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL, COM OBJETIVO DE EXECUTAR OBRA DO NOVO FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TAPAUÁ - AM
PROCESSO ADMINISTRATIVO :	2025/000038913-00
DIVULGAÇÃO DO EDITAL	16/09/2025
ABERTURA DA SESSÃO	30/09/2025
DATA DE HOMOLOGAÇÃO	08/10/2025
VALOR ESTIMADO	R\$ 6.556.381,17
VALOR CONTRATADO	R\$ 5.392.643,20
EMPRESA HABILITADA	CNPJ 00.902.784/0001-43 W T CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA

Quanto aos aspectos temporais, as concorrências foram concluídas em média em 5 dias úteis (da abertura do certame à homologação - fase externa). Além da



agilidade, as contratações geraram uma economia de 14,6% frente ao valor estimado. A inexistência de recursos administrativos confirma a precisão técnica da condução dos certames, conciliando a busca pela melhor proposta com o respeito absoluto aos princípios licitatórios.

- **59 pregões eletrônicos**, sendo 44 homologados, 6 fracassados, 4 revogados, 3 anulados, até o momento, um encontra-se em andamento e um está suspenso. Os detalhes dos pregões estão no anexo I.

Quanto ao desempenho operacional, os pregões eletrônicos foram concluídos em média em 5 dias úteis (da abertura da sessão à homologação, contando somente os que tiveram itens adjudicados). Este índice de celeridade é especialmente relevante quando analisado à luz da alta competitividade registrada, com uma média superior a 22 licitantes por certame.

Naturalmente, esse ambiente de intensa disputa refletiu-se na interposição de recursos em 17 processos. Contudo, a manutenção do prazo médio de 7 dias para homologação comprova que os recursos foram decididos com extrema celeridade e segurança jurídica, sem comprometer o cronograma das contratações. É imperativo destacar que, desse universo, a quase totalidade dos recursos foi improvida (apenas 01 parcialmente provido), o que ratifica a precisão técnica dos editais e a lisura nos julgamentos.

Aliada à agilidade, a eficiência na condução dos certames gerou uma vantajosidade média de 26% em relação ao valor estimado, totalizando uma economia de R\$ 26,5 milhões aos cofres públicos, conciliando a busca pela melhor proposta com o estrito respeito aos princípios licitatórios.

Por fim, apresenta-se a tabela descritiva, conforme temática abordada:

Nr. do Certame	Descrição	Processo Administrativo	Valor estimado	Valor contratado	Economia	Licitantes vencedores	Status
----------------	-----------	-------------------------	----------------	------------------	----------	-----------------------	--------

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Concorrência n.º 001/2025	CONTRATO - Construção do Fórum de Tapauá	2025/0000389 13-00	R\$ 6.556.381,1 7	R\$ 5.392.643,2 0	17,7%	I1 00.902.784/0001- 43 W T CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA	Homologado
Concorrência n.º 002/2025	CONTRATO - Construção de Fórum Urucurituba	2025/0000387 23-00	R\$ 5.721.817,5 3	R\$ 4.618.611,5 3	19,3%	I1 00.902.784/0001- 43 W T CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA	Homologado
Concorrência n.º 003/2025	CONTRATO - Construção do Fórum de Barreirinha	2025/0000428 41-00	R\$ 5.740.411,7 9	R\$ 4.792.746,4 0	16,5%	I1 02.556.167/0001- 69 CONSTRUTORA CARRAMANHO LTDA	Homologado
Concorrência n.º 004/2025	CONTRATO - Construção do Fórum de Silves	2025/0000527 75-00	R\$ 5.645.759,2 0	R\$ 4.472.324,3 5	20,8%	I1 00.902.784/0001- 43 W T CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA	Homologado
Concorrência n.º 005/2025	CONTRATO - Construção do Fórum de Lábrea	2025/0000511 95-00	R\$ 6.217.484,7 6	R\$ 5.284.324,6 8	15,0%	I1 63.737.159/0001- 03 IDEAL CONSTRUTORA LTDA	Homologado
Concorrência n.º 006/2025	CONTRATO - Construção do Fórum de Justiça de São Gabriel da Cachoeira.	2025/0000566 32-00	R\$ 7.825.087,3 6	R\$ 6.999.896,8 5	10,5%	I1 02.556.167/0001- 69 CONSTRUTORA CARRAMANHO LTDA	Homologado
Concorrência n.º 007/2025	CONTRATO - Construção do Fórum de Careiro da Várzea	2025/0000613 97-00	R\$ 6.392.663,7 4	R\$ 5.254.648,9 1	17,8%	I1 02.556.167/0001- 69 CONSTRUTORA CARRAMANHO LTDA	Homologado
Concorrência n.º 008/2025	CONTRATO - Construção do Fórum de Japurá	2025/0000585 06-00	R\$ 6.408.131,3 9	R\$ 5.800.000,0 0	9,5%	I1 63.737.159/0001- 03 IDEAL CONSTRUTORA LTDA	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Concorrência n.º 009/2025	CONTRATO - Fórum de Boca do Acre	2025/0000645 80-00	R\$ 6.488.466,15	R\$ 6.196.290,63	4,5%	I1 63.737.159/0001-03 IDEAL CONSTRUTORA LTDA	Homologado
Concurso n.º 001/2025	1º Prêmio Desembargador Raimundo Vidal Pessoa	2025/0000055 33-00	R\$ 6.000,00				Finalizado
Concurso n.º 002/2025	VII Júri Simulado - Procurador João Bosco Sá Valente	2025/0000079 04-00	R\$ 10.000,00				Finalizado
Leilão Administrativo n.º 001/2025	Veículos e sucatas	2025/0000069 15-00	-R\$ 707.500,00				Finalizado
Leilão Administrativo n.º 002/2025	5 Transformadores a óleo	2024/0000467 51-00	-R\$ 32.551,18				Finalizado
Leilão Administrativo n.º 003/2025	LEILÃO ADMINISTRATIVO - Veículos e sucatas	2025/0000458 76-00	-R\$ 80.000,00				Finalizado
PE n.º 001/2025	AQUISIÇÃO - Lousa de Película Interativa Digital	2024/0000261 63-00	R\$ 63.000,00				Revogado
PE n.º 002/2025	AQUISIÇÃO - Microfones gooseneck	2024/0000559 17-00	R\$ 40.317,54				Anulado
PE n.º 003/2025	CONTRATO - Prestação de Serviço de Conservação e Limpeza nas unidades da Capital	2025/0000027 16-00	R\$ 14.720.329,80				Revogado
PE n.º 004/2025	CONTRATO - Sistema de refrigeração VRF para o Centro de Práticas Pedagógicas	2024/0000491 65-00	R\$ 3.843.597,64	R\$ 2.881.227,27	25,0%	G1 03.564.152/0001-05 DAVID MOREIRA & CIA LTDA	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

PE n.º 005/2025	CONTRATO - Fornecimento de Refeições para o Tribunal do Juri	2024/0000541 19-00	R\$ 734.652,82	R\$ 538.689,97	26,7%	G1 - 11.699.529/0001-61 QUALY NUTRI SERVICOS DE ALIMENTACAO LTDA	Homologado
PE n.º 006/2025	CONTRATO - Cessão onerosa de espaço para vending machines	2023/0000417 19-00	R\$ 17.280,00				Fracassado
PE n.º 007/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Computação em Nuvem IaaS, PaaS e SaaS	2024/0000356 40-00	R\$ 997.795,00	R\$ 566.604,00	43,2%	G1 - 32.578.382/0001-21 IPNET SERVIÇOS EM NUVEM E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA	Homologado
PE n.º 008/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Materiais para Manutenção Predial	2025/0000044 46-00	R\$ 443.422,25	R\$ 279.844,57	36,9%	G1, G2, I3, G4 - 17.142.432/0001-30 J. E. DE OLIVEIRA RODRIGUES	Homologado
PE n.º 009/2025	CONTRATO - Manutenção de Elevadores	2025/0000051 12-00	R\$ 352.869,76	R\$ 139.084,36	60,6%	G1 - 05.926.726/0001-73 MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA	Homologado
PE n.º 010/2025	CONTRATO - Serviços de controle de vetores e pragas urbanas com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos	2025/0000050 80-00	R\$ 912.771,80	R\$ 199.531,16	78,1%	G1 - 04.824.261/0001-87 ALFAMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Homologado
PE n.º 011/2025	CONTRATO - Intérprete de Libras/DEMO	2024/0000168 85-00	R\$ 588.532,32				Anulado
PE n.º 012/2025	CONTRATO - Seguro total de veículos oficiais do TJAM	2025/0000018 54-00	R\$ 114.220,44	R\$ 87.624,00	23,3%	I1 - 90.180.605/0001-02 GENTE SEGURADORA S.A.	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

PE n.º 013/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Persianas e bandô	2025/0000101 47-00	R\$ 523.602,40	R\$ 300.014,80	42,7%	G1 - 38.425.755/0001-00 PROFILE COMERCIO E SERVICOS LTDA	Homologado
PE n.º 014/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Ar-condicionado tipo split	2025/0000105 72-00	R\$ 2.363.321,00	R\$ 1.957.125,00	17,2%	I1, I4, I6 - 53.553.859/0001-94 J R MACHADO IMP. E EXP LTDA; I2, I3, I5, I7, I8 - 03.312.579/0001-16 VG IMPORTAÇÃO LTDA	Homologado
PE n.º 015/2025	CONTRATO - Fornecimento, instalação e manutenção de elevadores	2025/0000053 28-00	R\$ 3.993.577,93				Fracassado
PE n.º 016/2025	CONTRATO - Serviço de Agente Supervisor de Portaria	2025/0000222 46-00	R\$ 1.831.828,44	R\$ 1.499.996,40	18,1%	G1 - 12.891.300/0001-97 JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	Homologado
PE n.º 017/2025	CONTRATO - Locação de veículos blindados, tipo Sedan executivo	2025/0000215 78-00	R\$ 719.166,60	R\$ 599.900,00	16,6%	I1 - 08.713.403/0001-90 RECHE GALDEANO & CIA LTDA	Homologado
PE n.º 018/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Serviço de ornamentação	2025/0000088 91-00	R\$ 409.412,97	R\$ 354.048,00	13,5%	G1 - 48.020.559/0001-00 FLORENCE CASA DE FLORES LTDA	Homologado
PE n.º 019/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Licenças perpétuas Windows Server 2025 e SQL Server 2022	2025/0000080 98-00	R\$ 7.278.651,34	R\$ 5.176.900,00	28,9%	G1 - 57.142.978/0001-05 BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

PE n.º 020/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Eletrodomésticos	2025/0000010 98-00	R\$ 431.194,01	R\$ 262.640,87	39,1%	G1 - 35.828.826/0001- 28 CROMA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA; G2 - 36.045.363/0001- 90 SORELLE COMERCIO ELETROS E EQUIPAMENTOS LTDA; G3, G4, I13 - 51.659.136/0001- 49 SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA; G5 - Fracassado	Homologa do
PE n.º 021/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Mobiliários diversos	2024/0000460 41-00	R\$ 5.315.245,5 1	R\$ 2.754.833,1 7	48,2%	G1, I37 - 30.746.178/0001- 47 BETEL MÓVEIS LTDA; G2, G3, G4, G5, I41, I42 - 48.619.375/0001- 60 D DE C NOBRE AZEVEDO; G2, G3, G4, G5, I41, I42 - 48.619.375/0001- 60 D DE C NOBRE AZEVEDO; G6 - 48.708.835/0001- 27 TUPANCY COMERCIO E SERVICOS EM MOBILIARIO LTDA; G7, I38, I39, I40 - 84.111.020/0001- 20 F N DE ALMEIDA LTDA	Homologa do
PE n.º 022/2025	CONTRATO - Apoio administrativo na área de Secretariado	2025/0000151 01-00	R\$ 20.583.965, 76				Revogado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

PE 023/2025	n.º CONTRATO Limpeza, conservação e higienização para Capital e interior	- 2025/0000274 28-00	R\$ 20.351.408, 52	R\$ 14.916.859, 32	26,7%	G1, G2 - 12.891.300/0001- 97 JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	Homologa do
PE 024/2025	n.º CONTRATO Manutenção preventiva e corretiva em scanners de raios-X	- 2025/0000199 82-00	R\$ 429.237,04	R\$ 418.000,00	2,6%	G1 - 06.083.148/0001- 13 TECHSCAN IMPORTADORA E SERVICOS LTDA	Homologa do
PE 025/2025	n.º CONTRATO Transporte de cargas (materiais permanentes e de consumo)	- 2024/0000147 19-00	R\$ 1.502.613,8 2	R\$ 1.268.661,3 7	15,6%	I1, I2 - 06.820.212/0001- 00 SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL LTDA	Homologa do
PE 026/2025	n.º REGISTRO DE PREÇOS - Portas- giratórias detectoras de metais, com instalação	- 2025/0000134 24-00	R\$ 834.196,50	R\$ 684.000,00	18,0%	G1 - 10.669.788/0001- 87 ONIX TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA	Homologa do
PE 027/2025	n.º CONTRATO - Google Workspace e Google Gemini Enterprise	- 2025/0000100 12-00	R\$ 30.456.432, 00	R\$ 27.003.396, 00	11,3%	G1 - 07.333.111/0001- 69 SAFETEC INFORMATICA LTDA	Homologa do
PE 028/2025	n.º CONTRATO Intérprete Libras/DEMO	- 2024/0000168 85-00	R\$ 588.532,32	R\$ 539.393,76	8,3%	I1 - 12.891.300/0001- 97 JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	Homologa do
PE 029/2025	n.º REGISTRO DE PREÇOS - Café	- 2025/0000233 12-00	R\$ 44.580,00	R\$ 31.200,00	30,0%	G1 - 04.718.702/0001.6 6 E GOMES DO CARMO	Homologa do
PE 030/2025	n.º REGISTRO DE PREÇOS - Servidores e Licenças para backup de dados críticos	- 2025/0000130 15-00	R\$ 7.516.608,9 8	R\$ 6.578.000,0 0	12,5%	G1 - 30.088.923/0003- 70 CLEAR TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A.	Homologa do

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

PE n.º 031/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Papel higiênico	2025/0000339 43-00	R\$ 189.096,00	R\$ 129.360,00	31,6%	I1 08.862.026/0001- 50 A. J. DA S. BRANDAO COMERCIAL LTDA	Homologa do
PE n.º 032/2025	CONTRATO - Vending Machines	2025/0000422 14-00	R\$ 17.280,00				Fracassado
PE n.º 033/2025	CONTRATO - 100 Licenças, sob demanda, referente ao Microsoft 365 Business Standard	2025/0000387 57-00	R\$ 107.068,00	R\$ 69.989,00	34,6%	I1 33.479.392/0001- 72 WERNETECH INFORMATICA LTDA	Homologa do
PE n.º 034/2025	CONTRATO - Serviços administrativos para o funcionamento das unidades administrativas	2025/0000309 48-00	R\$ 7.269.609,8 4	R\$ 6.159.969,3 6	15,3%	I1 12.891.300/0001- 97 JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	Homologa do
PE n.º 035/2025	CONTRATO - Apoio operacional - motoristas	2025/0000309 75-00	R\$ 2.920.550,0 2				Anulado
PE n.º 036/2025	CONTRATO - Solução de central telefônica	2025/0000112 31-00	R\$ 199.484,91	R\$ 186.000,00	6,8%	G1 04.238.297/0001- 89 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA.	Homologa do
PE n.º 037/2025	CONTRATO - Serviços de preservação, conservação e restauração de documentos	2025/0000090 10-00	R\$ 174.385,68	R\$ 156.801,84	10,1%	I1 09.540.692/0001- 35 BETA BRASIL SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA	Homologa do
PE n.º 038/2025	CONTRATO - Serviços de jardinagem	2025/0000379 11-00	R\$ 1.135.883,0 4	R\$ 945.416,88	16,8%	G1 12.891.300/0001- 97 JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	Homologa do
PE n.º 039/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Licenciamento e expansão da Solução	2025/0000284 45-00	R\$ 7.229.348,4 5	R\$ 5.936.706,9 6	17,9%	G1 18.753.084/0001- 08 IPTRUST ADVANCE	Homologa do

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

	de Segurança em TIC						TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	
PE n.º 040/2025	CONTRATO - Análise físico-química e bacteriológica	2024/000035661-00	R\$ 739.454,24	R\$ 600.976,10	18,7%		G1 - 22.615.333/0001-68 MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA	Homologado
PE n.º 041/2025	CONTRATO - Manutenção de Mobiliário	2025/000033096-00	R\$ 744.912,26	R\$ 552.567,00	25,8%		I1 - 48.619.375/0001-60 D DE C NOBRE AZEVEDO	Homologado
PE n.º 042/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Aquisição de louças para utilização em eventos	2025/000007392-00	R\$ 107.180,60	R\$ 60.859,60	43,2%		G1 - 22.808.990/0001-21 B2G MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA	Homologado
PE n.º 043/2025	AQUISIÇÃO - Tapetes, passadeira e malas	2025/000010609-00	R\$ 66.789,93	R\$ 56.015,00	16,1%		G1, G2 - 21.347.527/0001-67 MINAS BRASILIA REVESTIMENTOS E DECORACOES LTDA; I6 - Fracassado	Homologado
PE n.º 044/2025	AQUISIÇÃO - Compressores do tipo Scroll Inverter	2025/000016012-00	R\$ 139.769,08					Fracassado
PE n.º 045/2025	CONTRATO - Serviços de Manutenção Predial na região metropolitana de Manaus	2025/000015580-00	R\$ 5.409.130,80	R\$ 4.454.201,76	17,7%		G1 - 12.891.300/0001-97 JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	Homologado
PE n.º 046/2025	AQUISIÇÃO - Equipamentos para atendimentos médicos	2025/000012915-00	R\$ 106.886,64	R\$ 100.768,16	5,7%		G1 - 37.419.498/0001-31 JM COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

PE n.º 047/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Servidores de Armazenamento Hiperconvergente e licenças	2025/000013023-00	R\$ 29.685.921,50	R\$ 27.996.923,00	5,7%	G1 - 30.088.923/0001-08 CLEAR TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	Homologado
PE n.º 048/2025	CONTRATO - Fornecimento/instalação e manutenção preventiva e corretiva de 05 (cinco) elevadores	2025/000046280-00	R\$ 3.465.987,50				Revogado
PE n.º 049/2025	CONTRATO - Suporte, manutenção e treinamento em GLPI	2025/000011819-00	R\$ 147.576,36	R\$ 62.920,00	57,4%	G1 - 09.648.542/0001-40 PLSS SOLUÇÕES LTDA	Homologado
PE n.º 050/2025	CONTRATO - Locação de veículos automotores tipo picape de grande porte, cabine dupla, tração 4x4	2025/000027866-00	R\$ 1.142.000,40	R\$ 757.800,00	33,6%	G1 - 08.713.403/0001-90 RECHE GALDEANO & CIA LTDA	Homologado
PE n.º 051/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Serviços de impressão de livros	2025/000038246-00	R\$ 2.687.936,95	R\$ 1.653.600,00	38,5%	G1 - 07.259.925/0001-09 INSTITUTO NACIONAL VALER DE CULTURA LTDA	Homologado
PE n.º 052/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Disco de Armazenamento Tipo SSD	2025/000015167-00	R\$ 269.600,00				Emandamento
PE n.º 053/2025	CONTRATO - Insumos e MDF movelaria	2025/000048695-00	R\$ 1.368.046,36	R\$ 1.365.345,12	0,2%	G1 - 02.815.283/0001-55 IMPERIO MDF COMERCIO E SERVICOS LTDA	Homologado
PE n.º 054/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Bens de informática	2025/000015233-00	R\$ 6.923.527,37				Suspensão
PE n.º 055/2025	CONTRATO - Contratação de empresa para prestação de	2025/000043139-00	R\$ 5.660.504,52				Fracassado



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

	serviços de frete de aeronaves							
PE n.º 056/2025	CONTRATO - Prestação de Serviços Continuados de Apoio Operacional	2025/0000183 28-00	R\$ 2.372.010,00	R\$ 2.118.214,20	10,7%	G1 - 45.890.489/0001-52 ELLITE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA	Homologado	
PE n.º 057/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Materiais para atendimento médico e de enfermagem	2025/0000114 95-00	R\$ 67.058,67	R\$ 48.500,00	27,7%	G1 - 11.737.090/0001-14 FARMED MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Homologado	
PE n.º 058/2025	REGISTRO DE PREÇOS - Materiais para atendimento odontológico	2025/0000060 19-00	R\$ 80.723,72				Fracassado	
PE n.º 059/2025	AQUISIÇÃO - Carrinhos, containers, paletes, balança, transpaleteira e filtros	2025/0000108 30-00	R\$ 68.311,78	R\$ 13.360,00	80,4%	I3 - 29.605.776/0001-17 TECNOKAP SOLUCOES LTDA; I4 - 63.679.550/0001-07 VERLUMA COMERCIO LTDA; - Fracassado	Homologado	

V. DA DIVISÃO DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTES E MANUTENÇÃO

As atribuições da Divisão de Logística de Transportes e Manutenção (DVLTM) encontram-se previstas no art. 342 da Resolução nº 56/2023-TJAM, competindo-lhe o controle, uso, guarda, conservação, manutenção, abastecimento e gerenciamento da frota de veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

A Divisão passou por reestruturação administrativa, estando atualmente organizada em duas seções: a Seção de Logística e Transporte e a Seção de Assistência



Operacional de Transportes, com competências específicas e complementares, voltadas ao aprimoramento da gestão e à eficiência dos serviços prestados.

Nesse contexto, com fundamento nas diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 1.185/2025-TJAM e pela Resolução CNJ nº 400/2021, foi implementado novo modelo de deslocamento de servidores para atividades de natureza profissional, estruturado com base em critérios de eficiência operacional, economicidade, sustentabilidade e transparência administrativa.

Tal iniciativa alinha-se ao objetivo estratégico de promover a redução de custos institucionais no âmbito da Divisão de Logística de Transportes e Manutenção, mediante a adoção de sistema híbrido de gestão, que integra tecnologia da informação, rastreabilidade de dados e otimização da força de trabalho.

Os resultados foram alcançados por meio das seguintes medidas:

a. **Melhoria na oferta de serviços de transporte administrativo**

A DVLTM passou a operar sob o modelo **Help Desk de Transportes**, que centraliza, organiza e prioriza as solicitações de deslocamentos institucionais. Por meio desse sistema, todos os pedidos de transporte são **registrados, classificados e geridos eletronicamente**, permitindo **atendimento sob demanda**, conforme critérios de prioridade, natureza da missão e disponibilidade operacional da frota.

Esse formato possibilitou a **eliminação de ociosidades**, o **aumento da taxa de utilização de veículos** e a **racionalização de recursos humanos e logísticos**, com controle total do ciclo da demanda da solicitação ao encerramento da viagem em ambiente 100% digital.



Os dados consolidados via Help Desk permitiram mensurar, em tempo real, **índices de desempenho, tempo médio de atendimento e rotatividade de uso da frota**, alcançando uma **redução superior a 40% na inatividade dos veículos**.

b. Economia e transparência de gastos públicos

O sistema implementado possibilita a **integração automatizada de informações** referentes a deslocamentos, quilometragem, abastecimentos e custos operacionais, permitindo **auditoria em tempo real e rastreamento de todas as ocorrências**. Os relatórios são exportados diretamente para as áreas de controle interno e de planejamento orçamentário, garantindo **transparência total na execução orçamentária** da frota.

c. Uso intensivo de tecnologia da informação

A DVLTM passou a operar com **plataforma web e aplicativo mobile**, que permite:

- Solicitação e acompanhamento de corridas em tempo real;
- Identificação do condutor (biometria facial e login individual);
- Georreferenciamento dos veículos (rastreamento via GPS de alta precisão);
- Controle automático de abastecimentos, com cruzamento de dados entre quilometragem, rota e consumo médio;
- Geração de relatórios de desempenho e conformidade.

Essas funcionalidades estão alinhadas às **melhores práticas de governança digital** recomendadas pelo **CNJ e Tribunal de Contas da União (TCU)**, fortalecendo o controle administrativo e a transparência ativa.

d. Controle, rastreo e monitoramento inteligente



A DVLTM consolidou um sistema robusto de **monitoramento telemático** que integra:

- **Rastreamento contínuo da frota**, com histórico de rotas e alertas de desvios;
- **Identificação automática de motoristas**, garantindo responsabilidade e segurança na condução;
- **Controle eletrônico de abastecimento**, eliminando divergências e fraudes potenciais;
- **Roteirização otimizada de veículos**, baseada em algoritmos de menor tempo, distância e custo, com base em inteligência artificial.

Esse ecossistema de controle assegura **redução significativa no consumo de combustível, diminuição de emissões de CO₂ e maior eficiência logística**.

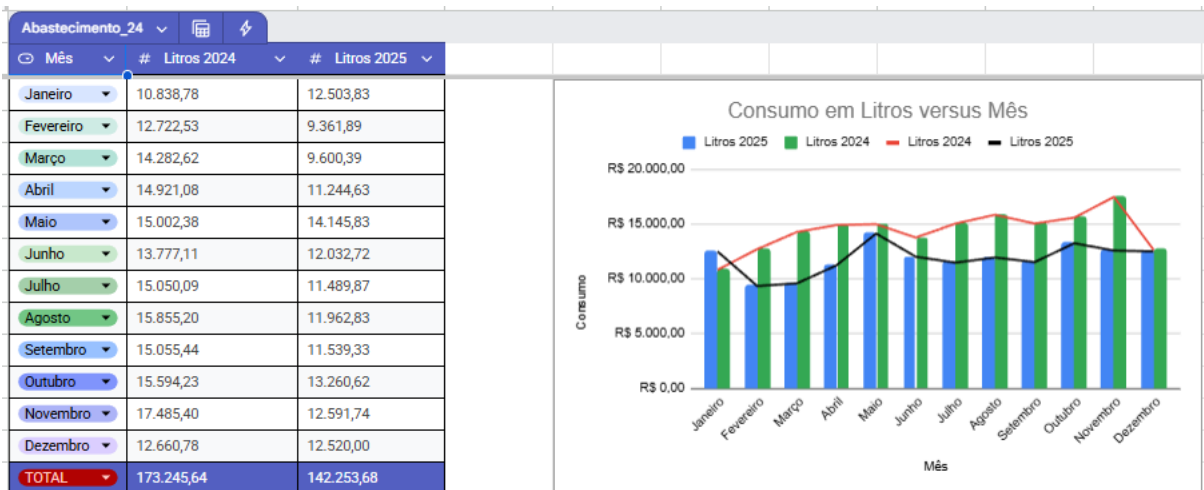
e. **Melhor aproveitamento da mão de obra**

A reestruturação operacional desta Divisão, aliada ao uso de ferramentas digitais de gestão, permitiu **redistribuir atividades administrativas**, direcionando os servidores para funções estratégicas de **planejamento, fiscalização e monitoramento**, em consonância com o princípio da **eficiência administrativa (art. 37 da CF/88)**.

Por fim a DVLTM apresenta abaixo os **resultados concretos** nos gráficos de custos manutenção veicular preventiva/corretiva, bem como no consumo de combustível, podendo ser comparado ano 2024 com 2025:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS



Com base em dados extraídos dos **sistemas de monitoramento, rastreamento e controle de abastecimento**, conclui-se que **todas as metas estabelecidas no projeto foram plenamente atingidas**, promovendo um **novo paradigma de mobilidade institucional**: sustentável, tecnológica, eficiente e totalmente auditável.

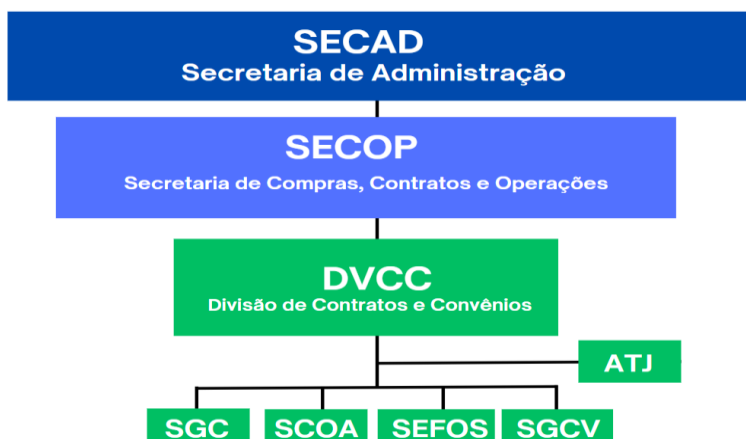
A Central de Transportes do TJAM consolida-se, assim, como **referência em gestão pública moderna e inteligente**, em total conformidade com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da **Agenda 2030 da ONU**, especialmente os ODS 9 (Inovação e Infraestrutura), 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima).



VI. DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

A Divisão de Contratos e Convênios é unidade administrativa vinculada à Secretaria de Compras, Contratos e Operações (SECOP), subordinada à Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (SECAD), sendo responsável pela análise, elaboração, correção, formalização, controle, acompanhamento, gestão, execução e fiscalização administrativa dos contratos e seus consectários, convênios, acordos e demais ajustes congêneres, firmados e que venham a ser celebrados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

As atividades, competências e cargos relativos à Divisão de Contratos e Convênios estão dispostos na Resolução 056/2023 deste Tribunal de Justiça do Amazonas.



Organograma da Divisão de Contratos e Convênios (DVCC)

Diretoria da Divisão de Contratos e Convênios

Subseção IX, Artigo 330 da Resolução 056/2023

ATJ

-

Assessoria

Técnico-Jurídica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Subseção X, Artigo 331 da Resolução 056/2023

SGC - Seção de Gestão Contratual

Subseção XI, Artigo 332 da Resolução 056/2023

SCOA - Seção de Convênios e Outros Ajustes

Subseção XII, Artigo 333 da Resolução 056/2023

SGCV - Seção de Alocação de Mão de Obra e Gestão da Conta-Depósito Vinculada

Subseção XIII, Artigo 334 da Resolução 056/2023

SEFOS - Seção de Execução de Fornecimentos e Serviços

Subseção XIV, Artigo 335 da Resolução 056/2023, alterada pela Resolução 016/2024

O ano de 2025 foi marcado por significativas mudanças na área de contratações do órgão, dentre as quais destacam-se:

Consolidação dos fluxos operacionais, aliados ao Plano de Contratações Anual:

O ano de 2025 representou significativo amadurecimento organizacional quanto aos fluxos processuais estabelecidos pela Lei 14.133/2021, com as diretrizes do Plano de Contratações Anual, elaborado pela Secretaria Geral de Administração em conjunto com a Secretaria de Planejamento e os setores demandantes;

Aprimoramento da Transparência das Contratações: Durante o ano de 2025, a DVCC dedicou-se à promoção da transparência às contratações firmadas pelo Tribunal, em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas, promovendo a adequação do Portal da Transparência, na seção de contratos, convênios e congêneres, às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito do Ranking da Transparência, e do Programa Nacional de Transparência Pública;

Revisão das cláusulas contratuais acerca de reserva de vagas: Com o advento da Lei 14.133/2021 e outras legislações que determinam a reserva de vagas em contratos



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

administrativos deste Poder Judiciário, revisou-se as minutas contratuais padronizadas deste Tribunal de Justiça a fim de atender às ações afirmativas indicadas nas normas a seguir: Lei Estadual n.º 3.988/2014, Resolução 307 do Conselho Nacional de Justiça, Art. 135 da Lei Promulgada Estadual nº 241/2015, alterado pela Lei Estadual 5.916/2022, Resolução 497/2023 do Conselho Nacional de Justiça, Art. 68 do decreto Estadual nº 47.133/2023, Art. 92, XVII da Lei 14.133/2021 e art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452/1943, Art. 92, XVII da Lei 14.133/2021 e art. 93 da Lei nº 8.213/91;

Inclusão de cláusula nos dispositivos contratuais acerca dos meios alternativos de Resolução e Prevenção de Conflitos: Em atenção à diretriz estabelecida pelo Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Coordenador do Comitê de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos (CPRAC), restabelecido pela Portaria nº 223/2025 e regido pela Portaria nº 2.411/2025, a DVCC promoveu a adequação de seus instrumentos contratuais.

A medida teve por finalidade alinhar os ajustes firmados por este Poder Judiciário à Política de Consensualidade do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), bem como aos ditames da Lei nº 14.133/2021, especialmente os arts. 151 a 154.

As ações empreendidas consistiram na inclusão de cláusula específica nos textos dos contratos administrativos, convênios e outros ajustes, destinada a assegurar a observância da Resolução TJAM nº 48/2024.

A iniciativa promove a padronização normativa e reafirma a competência exclusiva do CPRAC para dirimir conflitos administrativos, conferindo maior segurança jurídica e celeridade às contratações públicas deste Tribunal.

Capacitação dos servidores atuantes nos processos de contratações: No ano de 2025, foram feitas importantes capacitações dos servidores das unidades administrativas envolvidas na rede de compras do TJAM, destacando-se cursos de aprofundamento na Lei 14.133/2021.

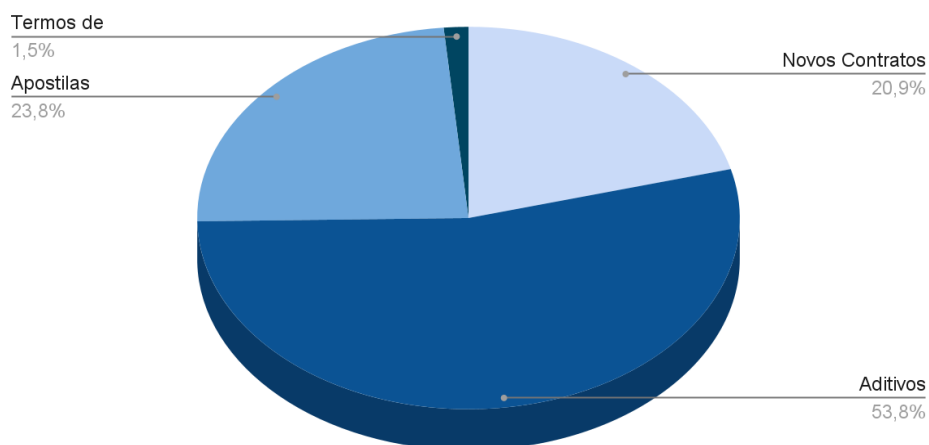


DADOS QUANTITATIVOS

Os dados quantitativos das atividades desenvolvidas pela DVCC ao ano de 2025 são:

PRODUÇÃO DA UNIDADE EM NÚMEROS

SEÇÃO DE GESTÃO CONTRATUAL - SGC	
Tipo de Instrumento	Ano de 2025
Contratos Administrativos e Locações	60
Aditivos	147
Apostilas	65
Termos de Rescisão	4
TOTAL DE INSTRUMENTOS FORMALIZADOS SGC	276



Em 2025, balizadas pelo Plano de Contratações Anual e alinhadas às diretrizes estratégicas do Tribunal, foram formalizadas **60 (sessenta) novas contratações**, publicadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Em relação aos contratos em vigor em 26/01/2026, existem **139 (cento e trinta e nove) avenças em vigência regular**.

No que concerne aos valores despendidos nas contratações firmadas no exercício de 2025, destacam-se os **investimentos em infraestrutura, totalizando R\$ 121.821.352,64 (cento e vinte um milhões, oitocentos e vinte e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais, e sessenta e quatro centavos)**.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES FORMALIZADAS EM 2025

Natureza	Objeto contratado	Valor (R\$)
----------	-------------------	-------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

OBRAS E INFRAESTRUTURA	Manutenção Predial - Comarcas do Interior	10.376.667,00
	Construção do Fórum de Urucurituba	4.618.611,53
	Construção do Fórum de Tapauá	5.392.643,20
	Construção do Fórum de Silves	4.472.324,35
	Construção do Fórum de Barreirinha	4.792.746,40
	Construção do Fórum de Lábrea	5.284.324,68
	Construção do Fórum de São Gabriel da Cachoeira	6.999.896,85
TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO	Licenças Google (36 meses)	27.003.396,00
	Modernização da rede LAN	4.794.720,00
	Solução de Backup sob demanda	4.549.100,00
TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	Limpeza e Conservação das unidades da Capital e Interior	14.916.889,32
	Secretariado administrativo	6.159.969,36
OUTROS	Fretamento de aeronaves	3.112.525,00



SEÇÃO DE CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES - SCA

Tipo de Instrumento	Ano de 2025
Acordo de Cooperação Técnica	49
Ato de Cooperação Judiciária	1
Ato de Cooperação Judiciária Interinstitucional	1
Contrato de Patrocínio	1
Convênio	6
Termo aditivos em Acordos de Cooperação Técnica	2
Termo de Adesão	7
Termo de Cessão de Uso	1
Termo de Convênio	1
Termo de Doação	18
Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel	1
Termo de Reciprocidade	3
Termo de Reversão e Devolução de Imóvel	1



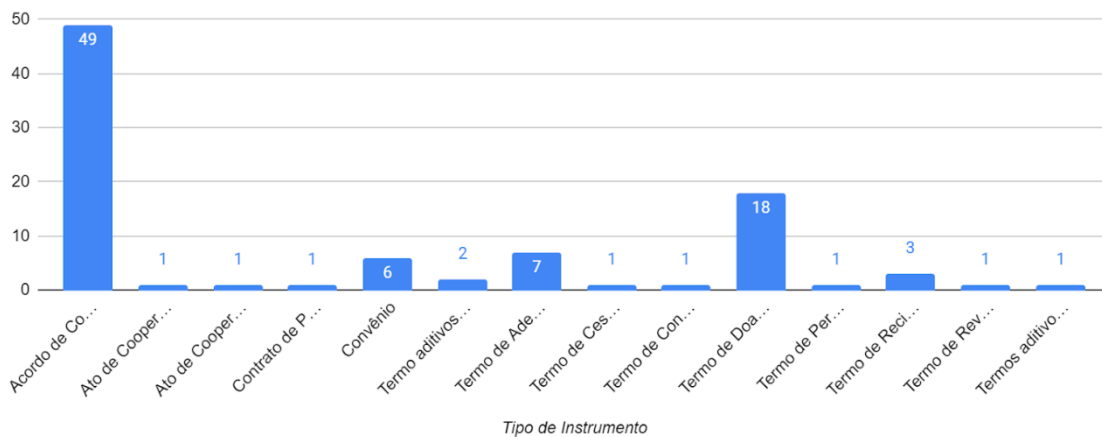
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Termos aditivos em convênios	1
TOTAL	93

Importante salientar que a relação de **todos os instrumentos relacionados aos convênios e congêneres** que foram consignados pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, podem ser acessados através do link: <https://www.tjam.jus.br/index.php/transparencia/licitacoes-contratos-e-instrumentos-de-cooperacao/acordos-terminos-convenios-e-protocolos-vigentes>,

Para melhor visualização no que diz respeito ao ano de 2025, elaboramos o gráfico abaixo:

Gráfico Geral de Convênios e Congêneres firmados em 2025.



* Até 31 de dezembro de 2025.

SEÇÃO DE EXECUÇÃO DE FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - SEFOS

Atividade	Ano de 2025
-----------	-------------



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Processos de pagamento decorrentes de relações contratuais (exceto pagamentos de contratações de mão de obra alocada)	1023



Quanto ao custeio executado, informa-se que o somatório total de despesas proveniente dos serviços contratados (excetuados obras de engenharia e contratos com dedicação exclusiva de mão de obra) **no ano financeiro 2025**, reside no montante de **R\$ 75.950.212,61 (Setenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, duzentos e doze reais e sessenta e um centavos)** com o pagamento das despesas oriundas de serviços contratados.

Complementarmente, no que se refere ao panorama geral do plano de obras, conforme **Anexo - Execução de Obras Vigentes**, verifica-se que do montante contratado de **R\$ 121.186.104,97 (Cento e vinte e um milhões, cento e oitenta e seis mil, cento e quatro reais e noventa e sete centavos)**, até a presente data foi executado o valor geral de **R\$ 69.242.549,86 (Sessenta e nove milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos)**, o que equivale a cerca de 57,14% do total contratado.

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

EXECUÇÃO DE OBRAS VIGENTES ATÉ 31/12/2025 - TJAM							
COMARCA/FÓRUM	Nº CONTRATO	CONTRATADA	VALOR GLOBAL	VALOR EXECUTADO	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO	VIGÊNCIA	
						INÍCIO	TÉRMINO
Centro de Práticas Pedagógicas (Manaus)	021/2023	SBA Engenharia Ltda	R\$ 27.714.945,09	R\$ 20.266.635,48	73,13%	28/06/2023	27/10/2026
Humaitá	026/2023	WT Construções e Comércio Ltda	R\$ 6.196.882,19	R\$ 6.196.882,19	100,00%	16/08/2023	15/10/2025
Fórum Des. Mário Verçosa (Manaus)	042/2023	SBA Engenharia Ltda	R\$ 34.712.228,63	R\$ 24.085.388,67	69,39%	12/12/2023	11/2/2027
Irlanduba	003/2024	Construtora Carramanho Ltda	R\$ 6.656.289,61	R\$ 6.656.289,61	100,00%	10/01/2024	09/12/2025
Alvarães	026/2024	S F Paim Ltda	R\$ 1.921.624,62	R\$ 1.921.624,62	100,00%	09/07/2024	08/07/2026
Fórum Des. Azarias Menescal de Vasconcelos (Manaus)	054/2024	Módulo Engenharia	R\$ 12.423.587,82	R\$ 9.180.927,45	73,90%	02/12/2024	01/05/2026
Comarca de Urucurituba	036/2025	WT Construções e Comércio Ltda	R\$ 4.618.611,53	R\$ 483.947,31	10,48%	20/10/2025	19/02/2027
Comarca de Tapauá	037/2025	WT Construções e Comércio Ltda	R\$ 5.392.643,20	R\$ 224.987,81	4,17%	20/10/2025	19/02/2027
Comarca de Silves	043/2025	WT Construções e Comércio Ltda	R\$ 4.472.324,35	R\$ 0,00	0,00%	12/11/2025	11/03/2027
Comarca de Barreirinha	044/2025	Construtora Carramanho Ltda	R\$ 4.792.746,40	R\$ 225.866,72	4,71%	13/11/2025	12/02/2027
Comarca de Lábrea	046/2025	Ideal Construtora Ltda	R\$ 5.284.324,68	R\$ 0,00	0,00%	13/11/2025	12/03/2027
Comarca de São Gabriel da Cachoeira	051/2025	Construtora Carramanho Ltda	R\$ 6.999.896,85	R\$ 0,00	0,00%	05/12/2025	04/04/2027
VALOR TOTAL CONTRATADO/EXECUTADO			R\$ 121.186.104,97	R\$ 69.242.549,86	57,14%	Não se aplica	



SEÇÃO DE ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E GESTÃO DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - SGCV	
Atividade	Ano de 2025
Processos de pagamentos decorrentes de relações contratuais	189
Processos autuados de movimentação de conta-depósito vinculada	155
Notificação Contratual	21
TOTAL DA ATIVIDADE	365

Atualmente, temos 16 (dezesseis) contratos administrativos com mão de obra alocada residente nas dependências das unidades jurisdicionais integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, totalizando 1.077 (um mil e setenta e sete) colaboradores terceirizados.

ASSESSORIA TÉCNICA JURÍDICA VINCULADA À DIRETORIA DA DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	
Atividade	Ano 2025
Elaboração de minuta de instrumento contratual	97



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Análise de processos administrativos e elaboração de informação	180
Realização de pesquisas jurídicas relativas a atividades da Divisão de Contratos e Convênios	19
Elaboração de Notas Técnicas	4
Participação em reuniões	50
TOTAL DA ATIVIDADE	350

VII. DIVISÃO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL

A Divisão de Patrimônio e Material, unidade diretamente vinculada à Secretaria de Compras, Contratos e Operações, é responsável por planejar, supervisionar, acompanhar, armazenar e organizar os bens permanentes do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, bem como por realizar o controle de estoque dos bens de consumo. Compete-lhe, ainda, efetuar o registro dos bens permanentes e de consumo no sistema AJURI, observando, em todas as suas atividades, os princípios da transparência, da prestação de contas e da continuidade do serviço público.

Como regra geral, a aquisição de bens materiais ocorre por meio do procedimento licitatório pertinente ou de contratação direta, nos termos da legislação aplicável. Após a aquisição, o bem permanente é tombado pela Divisão de Patrimônio e Material e, na sequência, encaminhado à Secretaria de Orçamento e Finanças para os devidos registros no sistema.



No decorrer do exercício de 2025, a Divisão de Patrimônio e Material desenvolveu diversas ações no âmbito de suas competências, com vistas ao atendimento das demandas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Apresenta-se, a seguir, o relatório das atividades realizadas pela Divisão no ano de 2025.

1. Seção de Planejamento

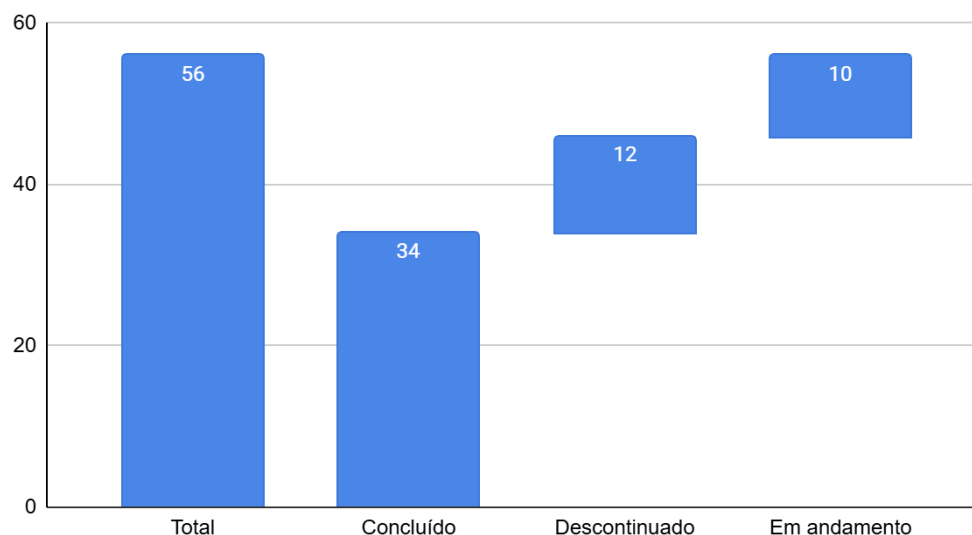
Estudos Técnicos Preliminares

A Seção de Planejamento é responsável pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETPs), documento fundamental para a adequada caracterização das necessidades administrativas e para a consolidação das contratações da Divisão de Patrimônio e Material.

Além disso, ressalta-se a relevância do alinhamento dessas atividades ao Plano de Contratações Anual (PCA), garantindo que as demandas da Divisão estejam adequadamente planejadas, priorizadas e compatíveis com as diretrizes orçamentárias e operacionais do Tribunal.



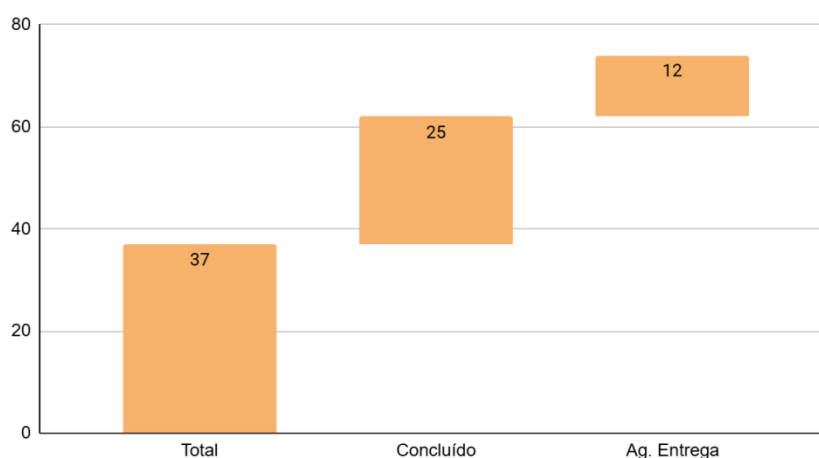
Elaboração de DFP/ETP 2025



Adesões a Atas de Registro de Preços

A atividade de adesão a Atas de Registro de Preços envolve a articulação direta com as empresas detentoras das atas, visando à formalização das contratações por meio do envio das Notas de Empenho e demais documentos necessários. Nos casos em que o fornecedor não cumpre os prazos pactuados, a Seção promove o encaminhamento dos autos à Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis.

Adesão à ARP 2025

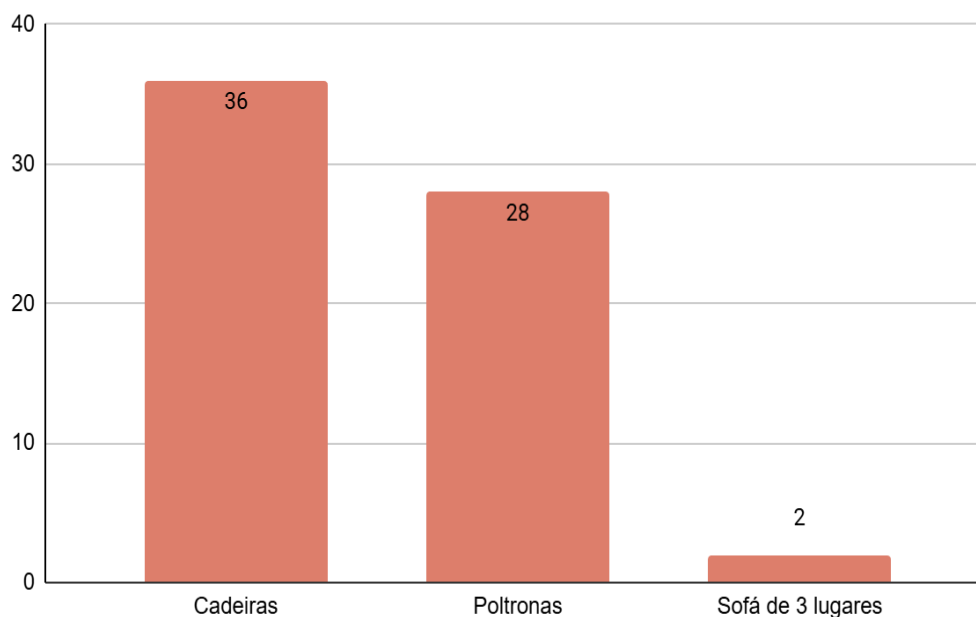




Manutenção de Mobiliário

A atividade de manutenção de mobiliário é executada de forma integrada entre a Seção de Logística/Operacional e a Seção de Planejamento. À Logística compete a triagem e seleção dos bens passíveis de manutenção, enquanto à Seção de Planejamento cabe o acompanhamento da execução dos serviços, a verificação da conformidade dos reparos, o atesto final e a comunicação ao contratado para fins de processamento do pagamento. Essa atuação conjunta garante eficiência, rastreabilidade e maior controle sobre a qualidade dos serviços realizados.

Manutenção de mobiliário 2025



Plano de Contratações Anual

Além das atividades anteriormente mencionadas, a Seção de Planejamento é responsável pelo levantamento das demandas de aquisição no âmbito desta Corte de Justiça, consolidando as necessidades das unidades solicitantes e estruturando o planejamento das contratações para o exercício. Também acompanha a execução do



Plano de Contratações Anual (PCA), garantindo aderência às diretrizes administrativas, previsibilidade das demandas e otimização dos recursos destinados às aquisições.

2. Seção de Logística Operacional

A Seção de Logística Operacional tem como competência executar as atividades de apoio logístico relacionadas à movimentação, distribuição, recolhimento, organização, guarda provisória e controle de bens patrimoniais e materiais de consumo, com a finalidade de assegurar condições adequadas de funcionamento às unidades administrativas e jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Amazonas, observados os princípios da eficiência, economicidade, padronização e continuidade do serviço público.

Contexto Operacional no Exercício de 2025

No exercício de 2025, a Seção de Logística Operacional manteve atuação contínua no atendimento às demandas das unidades da capital e do interior, desenvolvendo ações voltadas à otimização dos fluxos logísticos, ao melhor aproveitamento do patrimônio institucional e à racionalização dos recursos disponíveis.

As atividades foram executadas de forma integrada às demais unidades da Divisão de Patrimônio e Material, observando os procedimentos administrativos estabelecidos e as necessidades institucionais apresentadas ao longo do exercício.

Atividades Executadas

Durante o exercício, a Seção de Logística Operacional desenvolveu, de forma sistemática, as seguintes atividades:

- a. Distribuição e remanejamento de bens patrimoniais permanentes e materiais de consumo;
- b. Recolhimento de mobiliários e equipamentos para remanejamento, manutenção, descarte ou guarda provisória;



- c. Apoio à organização, reorganização e adequação de layouts dos ambientes de trabalho;
- d. Movimentação interna, conferência física e apoio ao controle de estoques;
- e. Separação, acondicionamento e apoio logístico ao envio de materiais destinados às unidades do interior, por meio de transportadora contratada.

Principais Eixos de Atuação

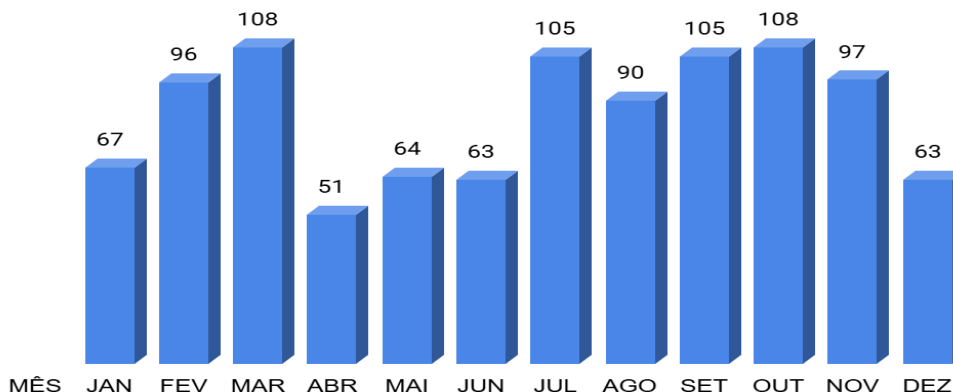
Gestão de Entregas e Remanejamentos

A gestão de entregas compreendeu a distribuição e o remanejamento de mobiliários, equipamentos de informática e demais bens necessários ao funcionamento das unidades administrativas e judiciais.

Conforme evidenciado nos gráficos consolidados, observou-se a manutenção de elevado volume de atendimentos ao longo do exercício, refletindo a alta demanda operacional da unidade. A atuação integrada com as demais áreas da Divisão contribuiu para o reaproveitamento de bens disponíveis, reduzindo a necessidade de novas aquisições e promovendo maior racionalização do patrimônio institucional.



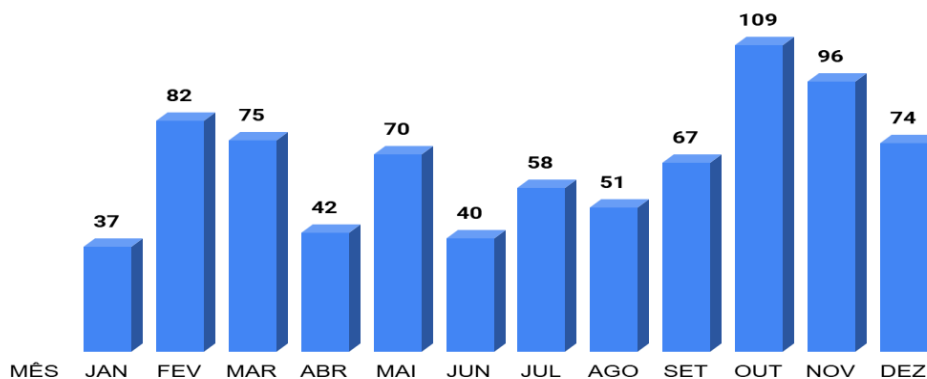
ENTREGAS



As atividades de recolhimento abrangeram bens considerados inservíveis, ociosos ou passíveis de remanejamento interno, com encaminhamento para manutenção, descarte ou guarda provisória.

A análise dos gráficos demonstra regularidade dessas ações durante o exercício de 2025, indicando atuação contínua da Seção na organização dos espaços físicos e na adequada destinação dos bens, em conformidade com as normas administrativas e patrimoniais vigentes.

RECOLHIMENTOS



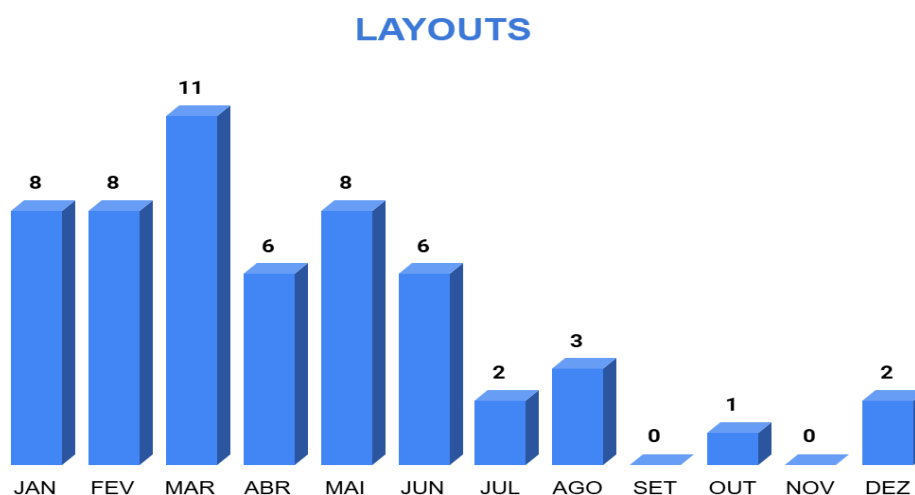
Organização e Reorganização de Layouts



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

A Seção prestou apoio técnico-operacional à montagem, desmontagem e reorganização de ambientes de trabalho, visando à adequação dos espaços às necessidades funcionais das unidades e às alterações estruturais ocorridas ao longo do exercício.

Os dados gráficos evidenciam a recorrência dessas demandas, especialmente em períodos de reestruturação administrativa, reforçando o papel estratégico da Logística Operacional no suporte às mudanças organizacionais do Tribunal.



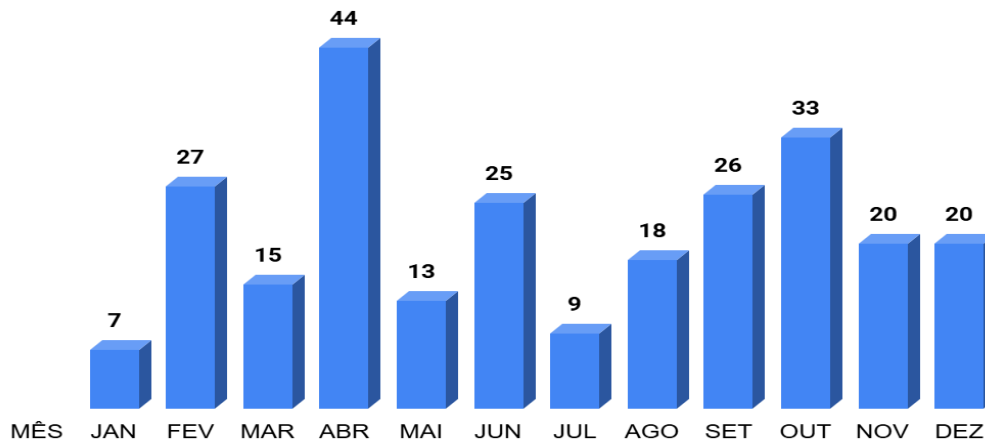
Movimentação e Controle de Estoques

No âmbito do controle e movimentação de estoques, foram realizadas conferências físicas, movimentações internas e atendimento às solicitações de abastecimento das unidades requisitantes.

A análise gráfica indica evolução na organização e no controle dos materiais armazenados, contribuindo para maior rastreabilidade dos bens, redução de inconsistências e maior eficiência no atendimento das demandas institucionais.



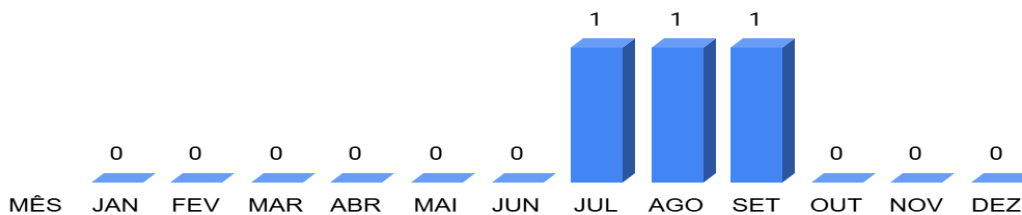
MOVIMENTAÇÃO / ESTOQUE



A guarda provisória compreendeu o recebimento, armazenamento temporário e controle de bens oriundos de recolhimentos, substituições e remanejamentos, até a definição de sua destinação final.

Os gráficos demonstram a relevância dessa atividade para a gestão patrimonial, uma vez que possibilita o reaproveitamento de bens em condições adequadas, promovendo economicidade e otimização dos recursos públicos.

GUARDA PROVISÓRIA



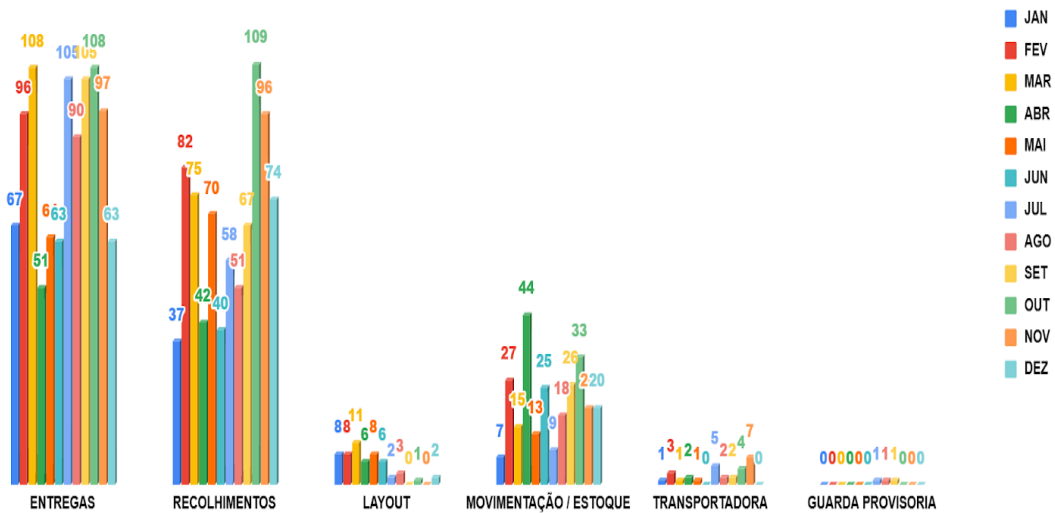


Avaliação do Desempenho

A análise consolidada dos gráficos evidencia que a Seção de Logística Operacional apresentou desempenho regular e consistente ao longo do exercício de 2025, com destaque para:

- a. Atendimento contínuo às demandas encaminhadas pelas unidades administrativas e judiciais;
- b. Redução do tempo de resposta nas atividades de entrega e recolhimento, decorrente da padronização dos procedimentos;
- c. Melhoria progressiva na organização dos ambientes de trabalho e dos estoques;
- d. Suporte logístico permanente às unidades do interior, assegurando a continuidade dos serviços judiciais.

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2025



Considerações Finais



No exercício de 2025, a Seção de Logística Operacional reafirmou sua relevância no contexto da administração do Tribunal de Justiça do Amazonas, atuando de forma direta no suporte às atividades administrativas e jurisdicionais.

A execução das atividades com foco na eficiência, no controle patrimonial e na integração com as demais áreas da Divisão de Patrimônio e Material contribuiu para o adequado funcionamento das unidades, para a racionalização do uso dos bens públicos e para o atendimento aos princípios da administração pública.

Seção de Patrimônio

As atividades da Seção de Patrimônio compreendem a gestão integral dos bens permanentes que ingressam no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM). Entre suas atribuições estão: receber e conferir todo o material permanente, realizar o registro das notas fiscais no sistema informatizado de controle patrimonial (AJURI), elaborar e emitir os termos de responsabilidade dos bens, efetuar o tombamento físico e sistêmico, atender às solicitações encaminhadas via Helpdesk e SEI, atualizar o destino e a movimentação dos materiais no sistema AJURI, além de coordenar o inventário anual dos bens patrimoniais do Tribunal.

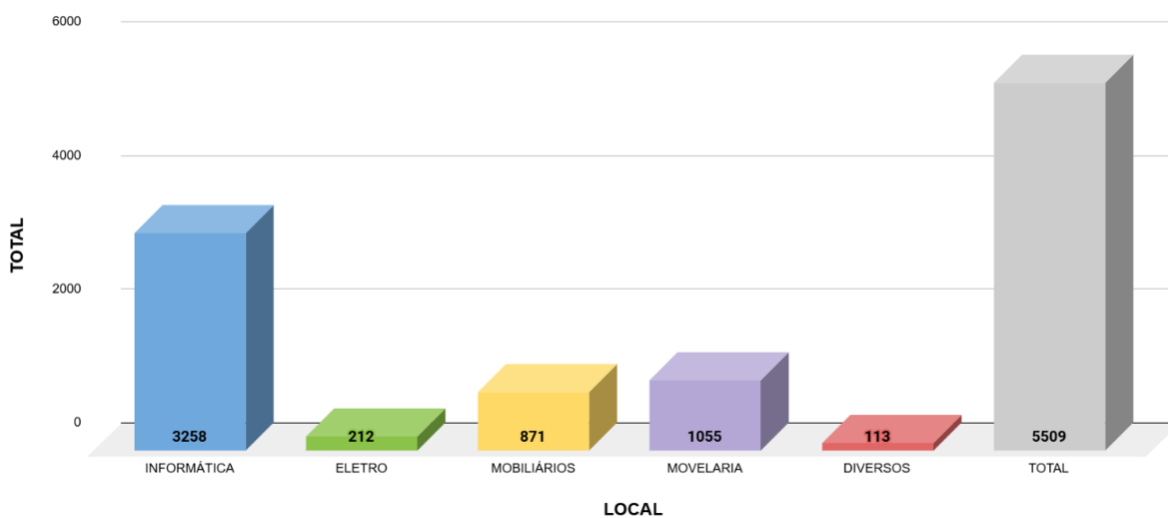
Durante o ano de 2025, a Seção de Patrimônio alcançou importantes avanços operacionais e de gestão. Destaca-se a elaboração do Procedimento Operacional Padrão (POP) da Seção de Patrimônio, documento estruturante para padronização e segurança dos processos internos. Houve também a instituição da Comissão de Inventário, reforçando a governança e a conformidade na execução do inventário anual. Ademais, estabeleceu-se comunicação técnica direta com a PRODAM, responsável pelo sistema AJURI, possibilitando o aperfeiçoamento da ferramenta para melhor atender às necessidades da Divisão e promover maior eficiência no controle patrimonial.



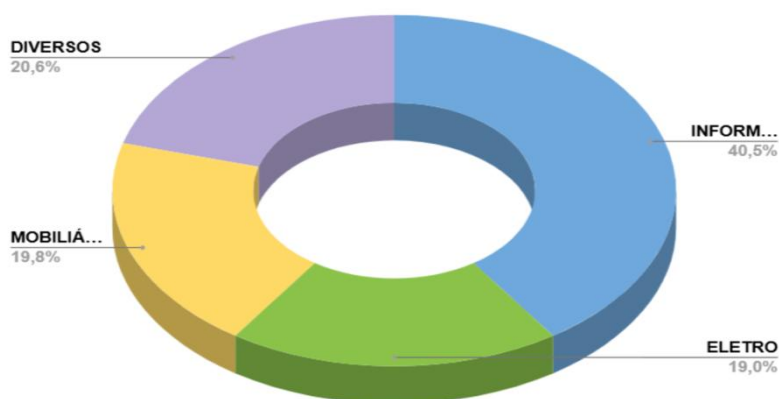
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Os gráficos abaixo apresentam as principais atividades realizadas pela Seção de Patrimônio no período de 2025, refletindo o volume operacional e as melhorias implantadas ao longo do exercício.

Entrada de bens permanentes por meio de aquisição

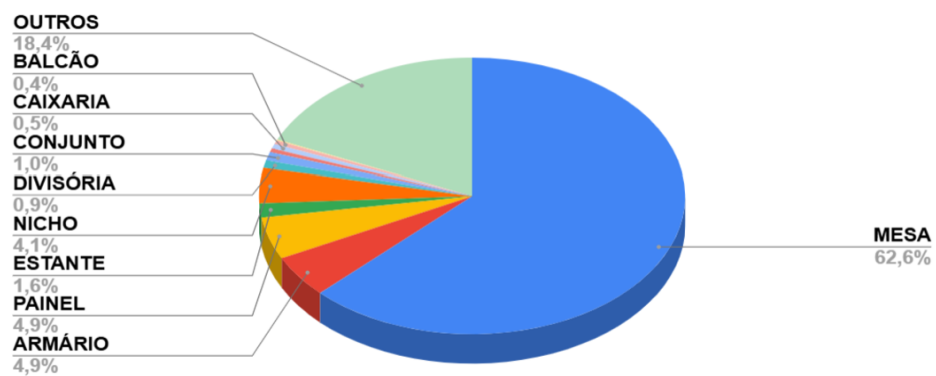


Porcentagem de materiais recebidos por categoria



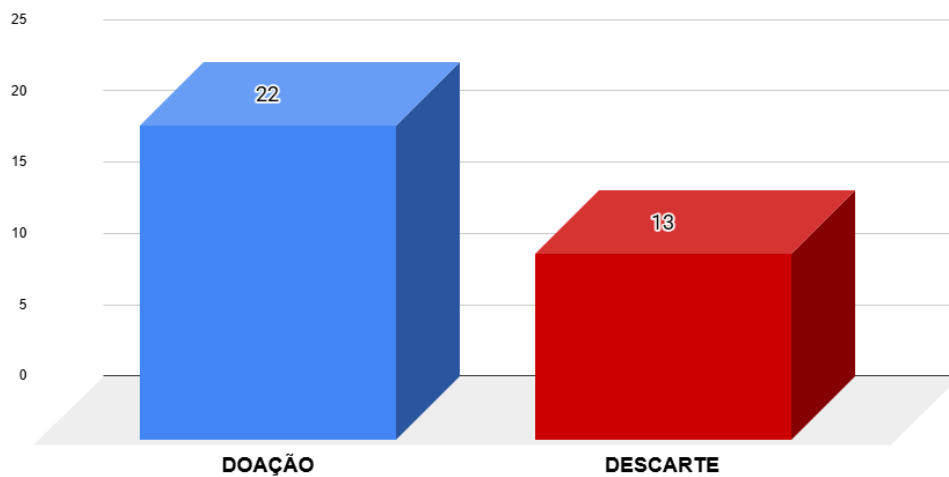


Entrada de material para seção de movelaria
Materiais fabricados pela movelaria



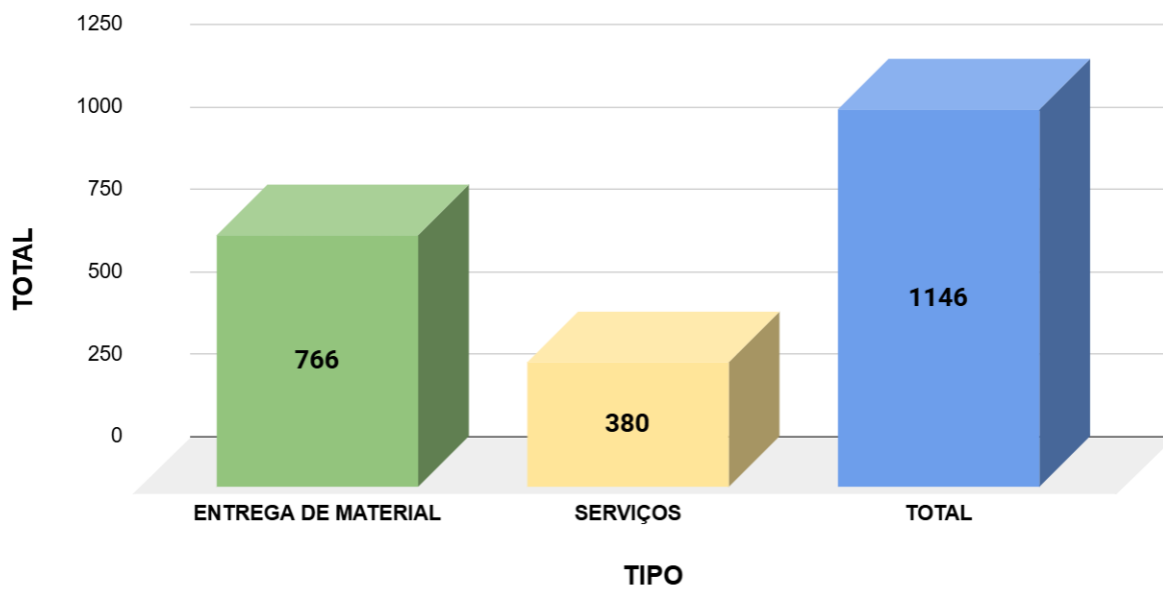


Processos de Doação e Descarte



Chamados Atendidos - DVPM (2025)

HELPDESK ATENDIDOS PELO PATRIMÔNIO

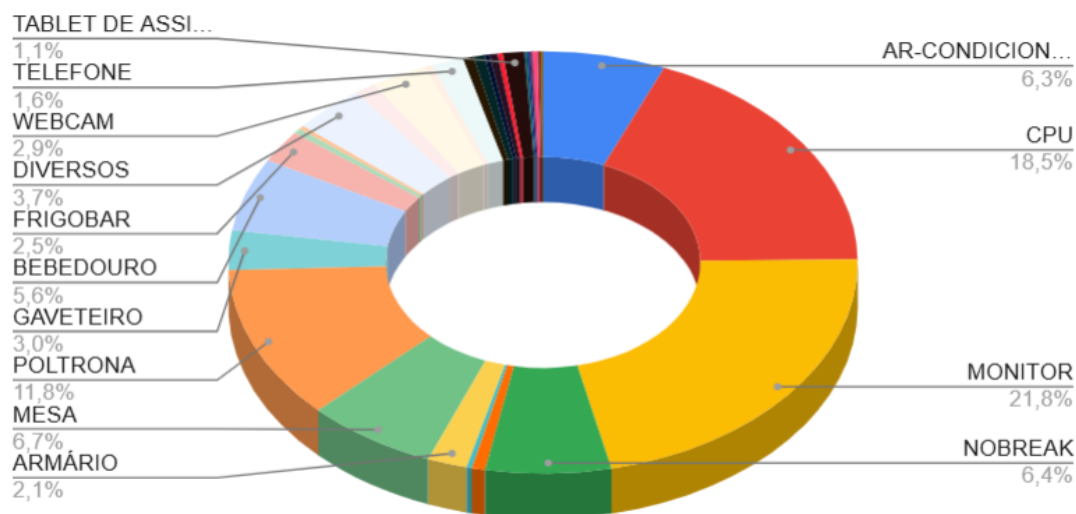


Entregas Categorizadas



PODER JUDICIÁRIO

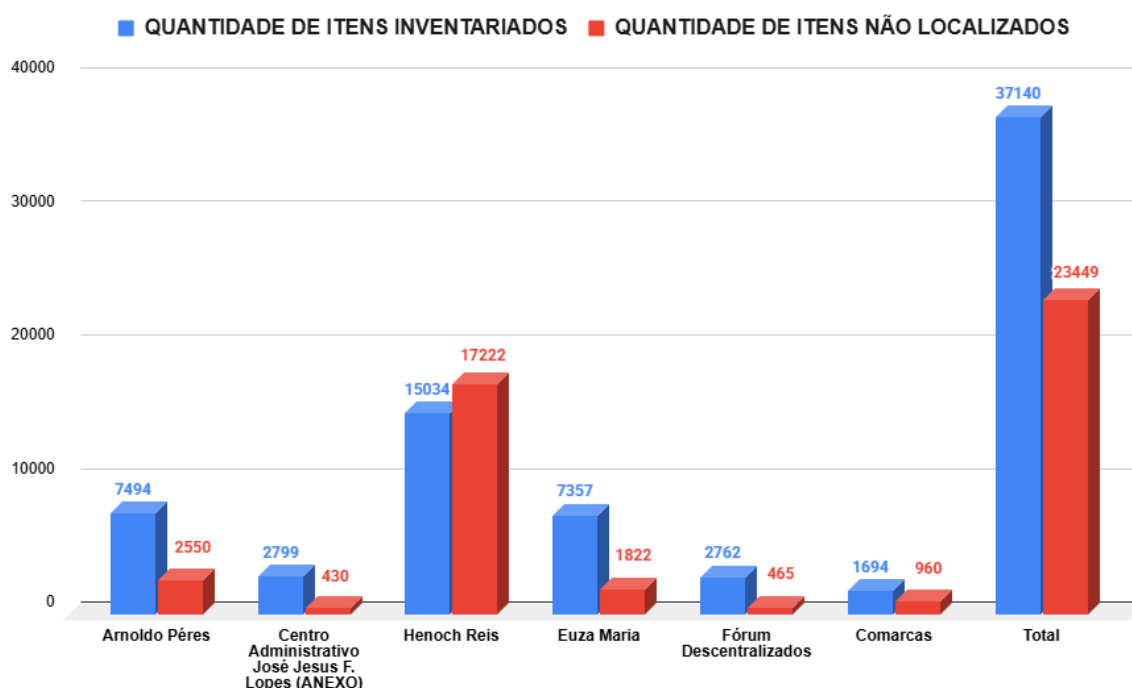
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS



INVENTÁRIO - DVPM (2025)

No exercício de 2025, a Seção de Patrimônio, por intermédio da Comissão Permanente de Inventário e Avaliação, instituída pela Portaria PTJ nº 246/2025, conduziu de forma sistemática e coordenada o levantamento físico e sistêmico dos bens patrimoniais pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Os trabalhos abrangeram as unidades administrativas da capital e as demais comarcas, com conferência in loco, atualização cadastral no sistema AJURI, regularização de termos de responsabilidade e consolidação das informações patrimoniais.

Como resultado, foram inventariados 37.140 itens, identificando-se 23.449 bens não localizados, cujos dados foram devidamente registrados, consolidados e formalizados no Relatório Final de Inventário, objeto do Processo SEI nº 2026/000002930-00, assegurando transparência, rastreabilidade e suporte técnico-administrativo às decisões superiores quanto às providências patrimoniais cabíveis.



Seção de Almoarifado

As atividades da Seção de Almoarifado consistem em receber todo o material de consumo adquirido através do TJAM, com a inserção dos dados da Nota de Empenho no sistema informatizado AJURI e atender aos pedidos através do sistema.

Durante o ano de 2025, foi elaborado o anteprojeto do “Manual de Processos da Seção de Almoarifado” e fluxogramas das atividades realizadas pela unidade. Essas documentações vêm sendo continuamente aperfeiçoadas.

Outro ponto a ser destacado é a constante atualização de layout da Seção com o intuito de otimizar/agilizar o fluxo de acesso/transporte de materiais.

Além disso, a Seção realiza o inventário interno periodicamente para controle de produtos, gestão de custos, prevenção de perdas, otimização de espaço e planejamento.



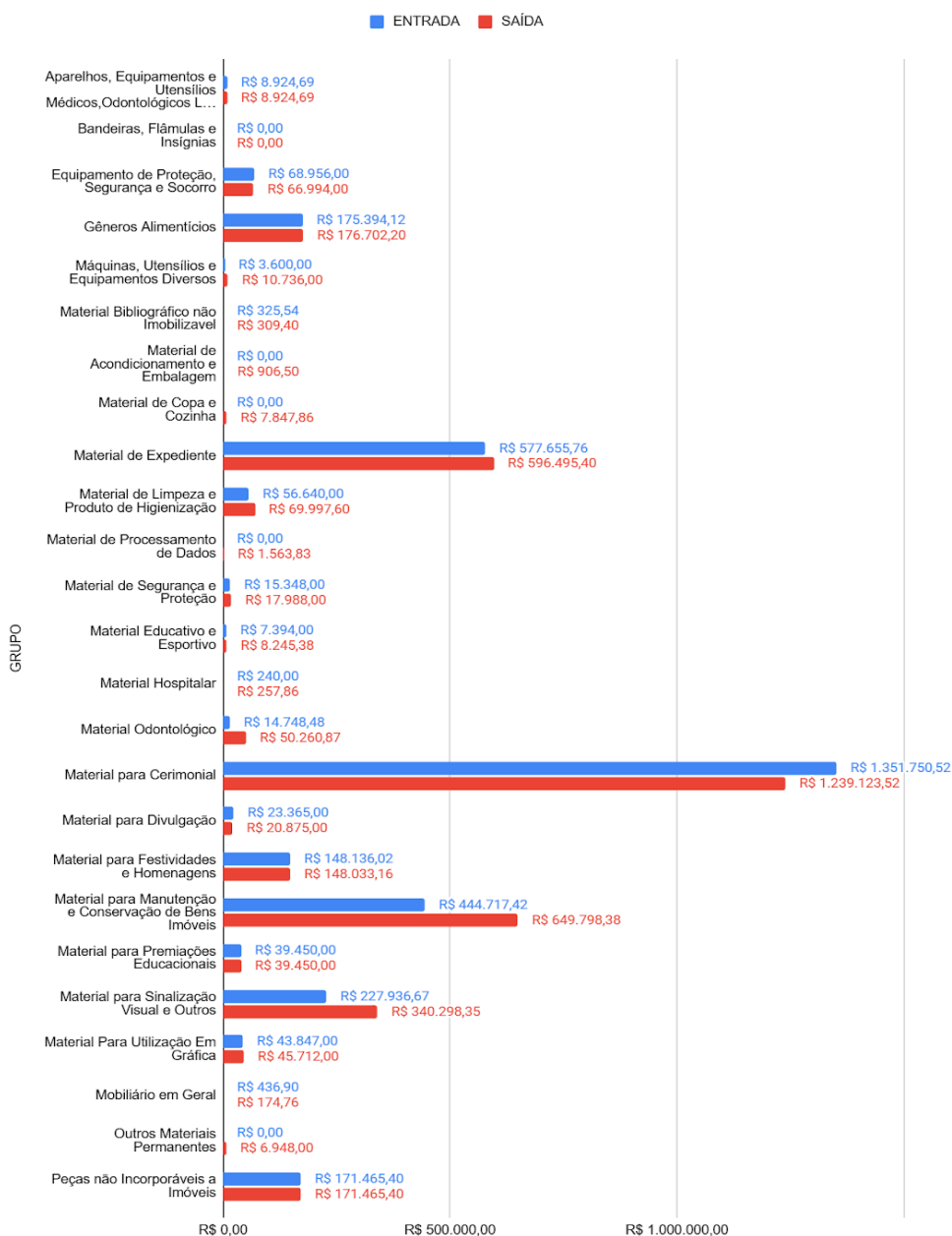
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

A tabela abaixo indica os valores de entrada e saída de materiais de consumo movimentados pela Seção de almoxarifado no período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

Movimento analítico da aquisição e utilização de material no período de 01/01/2025 a 31/12/2025

AQUISIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MATERIAL EM 2025



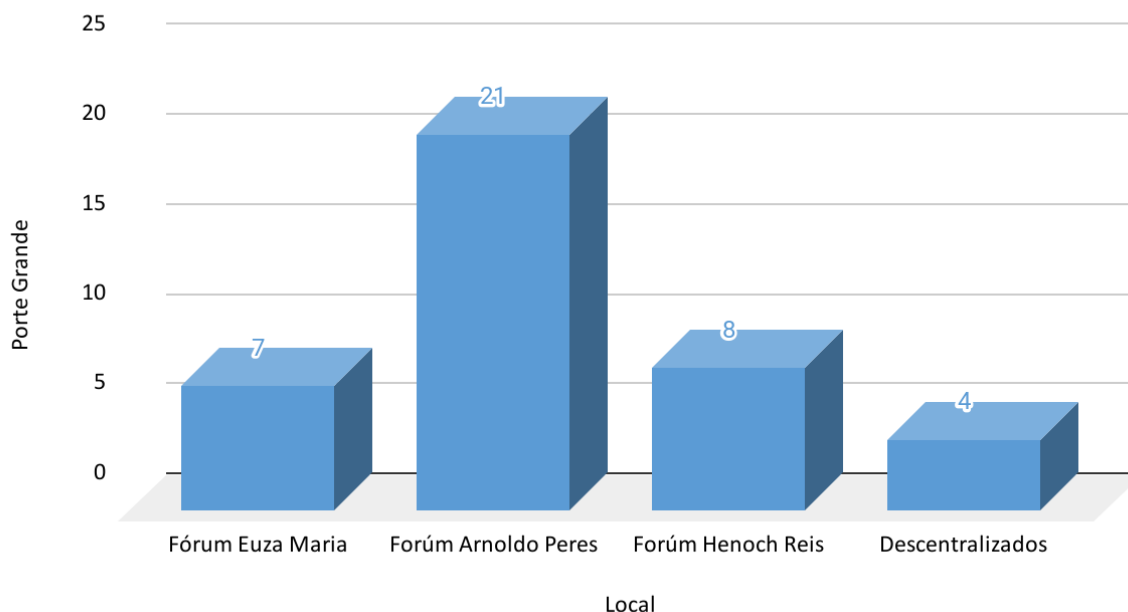


Seção de Movelaria

Este relatório oferece uma visão detalhada das atividades conduzidas pela Seção de Movelaria durante o período mencionado, destacando tanto as principais realizações quanto o desempenho da equipe. A equipe se dedicou à entrega e montagem de projetos, manutenção e reparo de mobiliários de todos os fóruns, além das instalações de suportes para TV e entrega e instalação de fechaduras eletrônicas.

Entrega e Montagem de Projetos

PROJETOS DE GRANDE PORTE POR PRÉDIO 2025



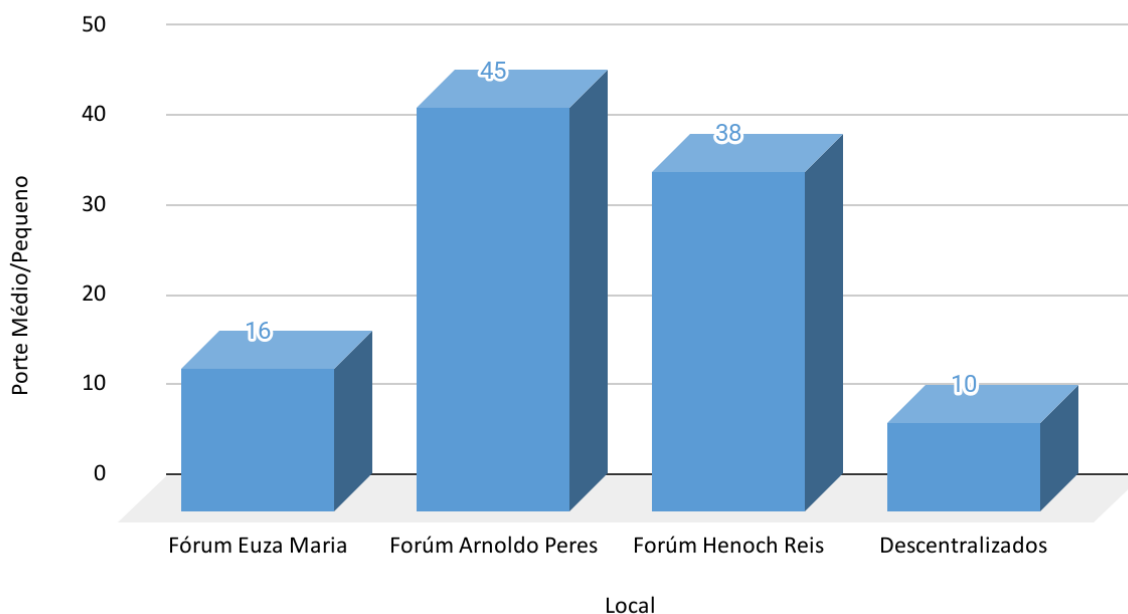
Projeto de Móveis Planejados de Grande Porte, abrangem a criação e instalação de móveis planejados em várias áreas do setor solicitante. Sendo o objetivo deste projeto fornecer uma solução personalizada que maximize a funcionalidade, estética e eficiência dos espaços envolvidos.



Projetos deste porte envolve a criação de mais de 8 móveis planejados, cada um feito sob medida para se adequar perfeitamente ao espaço e às necessidades do setor.

Devido ao número significativo de móveis planejados, o uso de materiais será proporcionalmente maior. Em média, é necessário mais de uma placa de material por móvel, variando conforme a complexidade e o tipo de cada peça. Por exemplo, um armário de cozinha de grandes dimensões pode demandar um número significativamente maior de placas do que um móvel de médio/pequeno porte, como uma prateleira ou um gaveteiro.

PROJETO DE MÉDIO/PEQUENO PORTE POR PRÉDIO 2025



Projetos de Móveis Planejados de Médio Porte envolvem a criação de 4 a 7 móveis sob medida para diversas áreas do setor solicitante. O objetivo é fornecer soluções personalizadas que maximizem a funcionalidade, estética e eficiência dos espaços.



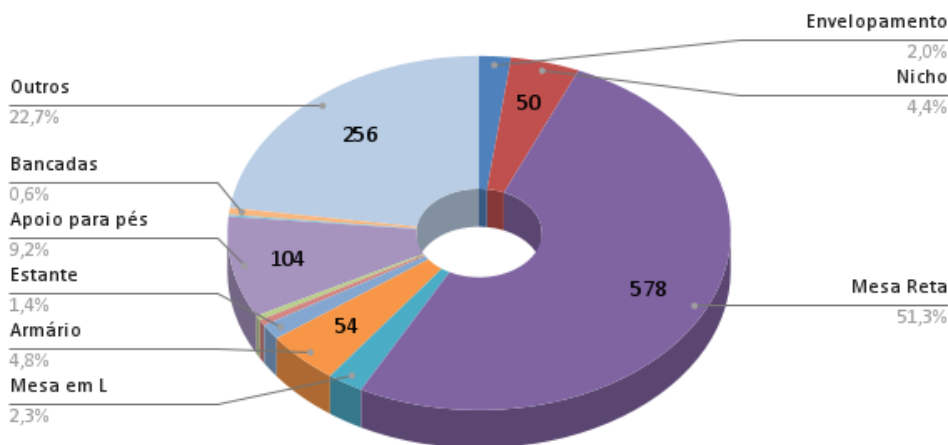
Projetos de Móveis Planejados de Pequeno Porte abrangem até 3 móveis planejados para áreas específicas do setor solicitante, com o mesmo objetivo de fornecer soluções personalizadas e eficientes.

Resumidamente, todos os projetos de móveis planejados, independentemente do porte, visam criar ambientes funcionais, esteticamente agradáveis e personalizados para atender às necessidades do setor. A escala do projeto determina a quantidade de móveis e a abrangência das áreas atendidas, mas os princípios de personalização, otimização de espaço, qualidade, estética e integração tecnológica permanecem constantes. A escolha cuidadosa dos materiais é essencial para garantir a eficiência e viabilidade do projeto.

Quantitativo de Móveis Produzidos

O gráfico a seguir mostra de maneira detalhada como foi a produção de mobiliário no decorrer deste biênio, como nossa equipe técnica está comprometida em proporcionar serviços de excelência, utilizando materiais de qualidade e técnicas avançadas para atender às suas necessidades específicas. Mantemos um padrão elevado de atendimento ao setores que nos solicitam, assegurando eficiência e profissionalismo em cada projeto realizado.

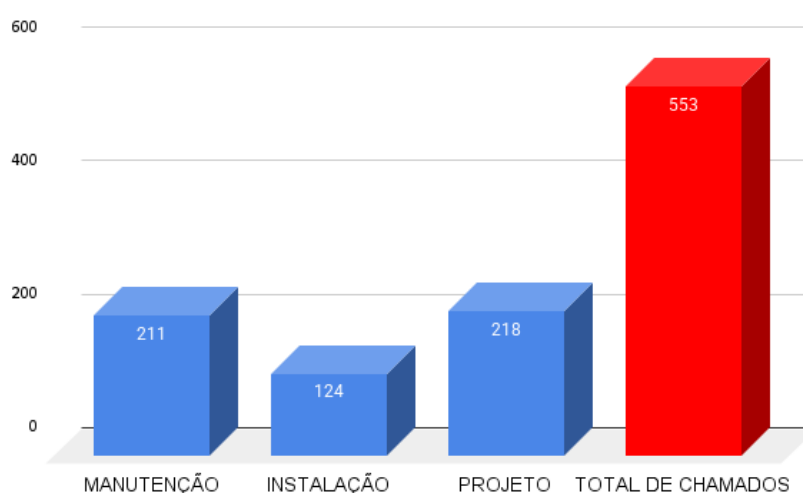
TOTAL DE 1127 CONFEÇÕES





Quantitativo de solicitações via helpdesk atendidas

O seguinte gráfico destaca um quantitativo aproximado do total de solicitações atendidas por esta seção, com base nos pedidos via Helpdesk durante o período especificado. Cada categoria reflete o compromisso contínuo da nossa seção em fornecer serviços de qualidade e suporte eficiente aos setores demandantes. O gráfico abaixo ilustra o número de solicitações registradas para cada tipo de serviço, oferecendo uma visão clara do volume de trabalho realizado durante o período de relatório.



Este relatório não apenas evidencia a diversidade dos serviços prestados, mas também reforça nosso compromisso com a excelência operacional. Continuaremos a monitorar e aprimorar nossos serviços para garantir um ambiente funcional e seguro para todos os usuários.

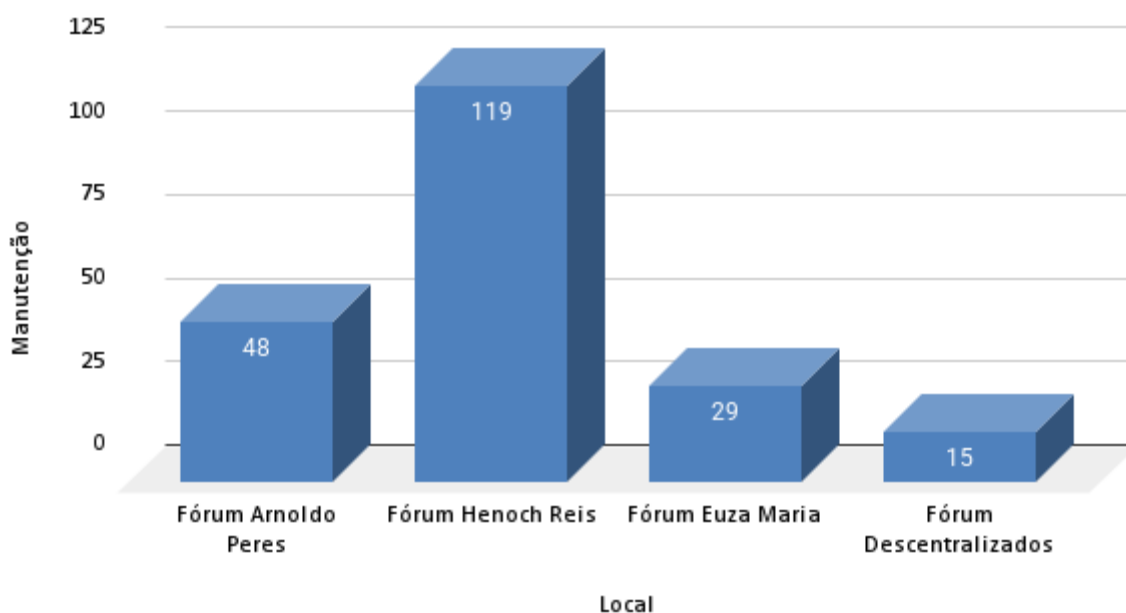
Ao finalizar este relatório, é evidente o empenho e a eficiência demonstrados pela Seção de Moveleira durante o período de janeiro a dezembro de 2025. A equipe não apenas cumpriu com sucesso as metas estabelecidas para entrega e montagem de projetos, manutenção e reparo, instalações de suportes para TV e fechaduras eletrônicas, mas também superou as expectativas em termos de qualidade e prazos.



Manutenção

Apresentamos os serviços de manutenção e instalação realizados pela nossa equipe especializada em mobiliário. Nosso compromisso é garantir funcionalidade e segurança, através de serviços que incluem: Conserto de mobília, realizamos reparos em móveis danificados, restaurando sua integridade e prolongando sua vida útil. Furos em mesa, para poder colocar passa fio. Instalação de TVs de forma segura e esteticamente agradável, garantindo a melhor experiência de visualização e instalação de fechaduras eletrônicas seguindo padrões de qualidade e precisão. Mantemos um padrão elevado de atendimento e assegurando eficiência e profissionalismo em cada projeto realizado.

Manutenção 2025



Resumo da redução de custos na produção de mobiliários de 2025



Mobiliários	Quantidade	Preço Movelaria	Preço ARP 17/2024	Diferença	Total Movelaria	Total ATA	Redução em %
Mesa em L em MDF Carvalho Treviso 1.20x1.20	17	R\$ 348,90	R\$ 560,00	R\$ 211,10	R\$ 5.931,30	R\$ 9.520,00	37,70%
Mesa em L em MDF Carvalho Treviso 1.40x1.60	2	R\$ 440,92	R\$ 700,00	R\$ 259,08	R\$ 881,84	R\$ 1.400,00	37,01%
Mesa reta em MDF Carvalho Treviso 1.20x0.60	336	R\$ 256,40	R\$ 380,00	R\$ 123,60	R\$ 86.150,40	R\$ 127.680,00	32,53%
Mesa reta em MDF Carvalho Athenas 1.20x0.60	25	R\$ 236,88	R\$ 380,00	R\$ 143,12	R\$ 5.922,00	R\$ 9.500,00	37,66%
Mesa reta em MDF Preto TX 1.20X0.60	21	R\$ 259,04	R\$ 380,00	R\$ 120,96	R\$ 5.439,84	R\$ 7.980,00	31,83%
Total				R\$ 51.754,62	R\$ 104.325,38	R\$ 156.080,00	33,16%

Vantagens da produção interna dos mobiliários

1. Redução Significativa de Custos:

Conforme tabela abaixo, demonstramos a redução no custo do mobiliário em comparação aos valores registrados na Ata de Registro de Preços nº 017/2024. Houve uma economia de R\$ 51.754,62 em 12 meses, no período de janeiro à dezembro de 2025, chegando a uma redução de até 37,70% em determinados itens fabricados pela Seção de Movelaria em comparação ao mesmo mobiliário adquirido através da Ata de Registro de Preços. A redução total, levando em consideração todos os itens fabricados em comparação com os mesmos itens registrados na Ata, apresentou uma redução de 33,16% de custo para este Tribunal.

2. Controle de Qualidade e Flexibilidade:

Produzindo internamente, temos maior controle sobre a qualidade dos produtos e podemos fazer ajustes rápidos conforme as necessidades. Além disso, permite uma resposta mais ágil às demandas específicas do Tribunal, aumentando a eficiência.

Anexos

Atendimento de chamados de manutenção da seção de movelaria

Manutenção de Mobiliário



ANTES	DEPOIS
	

Projetos realizados conforme solicitação da Seção de Movelaria

PROJETO ELEVADORES HENOCH REIS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS



○ VISTA 01- ELEVADOR HENOCH
IMAGEM ILUSTRATIVA



○ VISTA 02- ELEVADOR HENOCH
IMAGEM ILUSTRATIVA



○ VISTA 03- ELEVADOR HENOCH
IMAGEM ILUSTRATIVA



○ VISTA 04- ELEVADOR HENOCH
IMAGEM ATUAL

	PROPRIETÁRIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS		AUTOR DO PROJETO: SETOR DE MOVELEARIA	ESCALA: INDICADA	FOLHA: A3	REVISÃO: R00
	PROJETO: FORUM HENOCH REIS - PAV. TÉRREO - ELEVADOR		CHEFE DA SEÇÃO: IANO SÁ	DESENHO: LETÍCIA LUISE	CHAMADO ID/SEI: 2025.0000016966-00	PRANCHA: 01/02
	DATA: JUN/2025	OBRA: ELEVADOR HENOCH REIS				

ENTREGA FINAL



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS



PROJETO ELEVADORES FÓRUM EUZA MARIA



○ VISTA 01- ELEVADOR EUZA
IMAGEM ILUSTRATIVA



○ VISTA 02- ELEVADOR EUZA
IMAGEM ILUSTRATIVA



○ VISTA 03- ELEVADOR EUZA
IMAGEM ILUSTRATIVA



○ VISTA 04- ELEVADOR EUZA
IMAGEM ATUAL

	PROPRIETÁRIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS	AUTOR DO PROJETO: SETOR DE MOVELARIA	ESCALA: INDICADA	FOLHA: A3	REVISÃO: R00
	PROJETO: FÓRUM HENOCH REIS - PAV. TÉRREO - ELEVADOR	CHEFE DA SEÇÃO: IANO SÁ	DESENHO: LETÍCIA LUISE	CHAMADO ID/SEI: 2025/0000016966-00	PRANCHA: 01/02
	DATA: JUN/2025	OBRA: ELEVADOR HENOCH REIS			

ENTREGA FINAL



Considerações Finais da Secretaria de Compras, Contratos e Operações

Em suma, as atividades empreendidas pela Secretaria de Compras, Contratos e Operações (SECOP) em 2025 consolidaram um modelo de gestão pública pautado pela eficiência administrativa, transparência e inovação tecnológica, refletidos na plena implementação da Lei nº 14.133/2021 e no fortalecimento das linhas de defesa institucional. A atuação estratégica de suas divisões e coordenadorias resultou em avanços operacionais significativos, como a economia de R\$ 26,5 milhões em certames licitatórios, a redução superior a 40% na inatividade da frota veicular através do sistema "Help Desk de Transportes" e a otimização de custos na ordem de 33,16% via produção interna de mobiliário. Com a formalização de 276 instrumentos pela gestão contratual, a realização de inventários que abrangeram mais de 37 mil itens e o processamento de mais de mil processos de pagamento, a SECOP reafirmou seu papel fundamental na



sustentação das atividades jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Amazonas, assegurando a responsabilidade no uso dos recursos públicos e a conformidade com as melhores práticas de governança e sustentabilidade.

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO AMAZONAS

A Escola Superior da Magistratura do Amazonas – ESMAM, no exercício de suas competências, ao longo do ano de 2025 realizou diversas atividades (técnicas e pedagógicas) sempre voltadas para o aperfeiçoamento e atualização tanto para magistrados, como também para demais operadores do direito e público em geral, visando o compromisso social de uma justiça mais acessível à todas as pessoas.

As atividades desenvolvidas no período de fevereiro a dezembro de 2025 foram divididas em EAD/ONLINE por meio das plataformas do Zoom meeting e o Ambiente Virtual da ESMAM, além de atividades presenciais realizadas para capacitação e aperfeiçoamento de magistrados, colaboradores do Poder Judiciário e da sociedade em geral. Em 2025, a ESMAM trouxe também diversos cursos autoinstrucionais, aumentando seu alcance para o interior do Amazonas e para outros estados do Brasil, com um modelo de curso flexível.

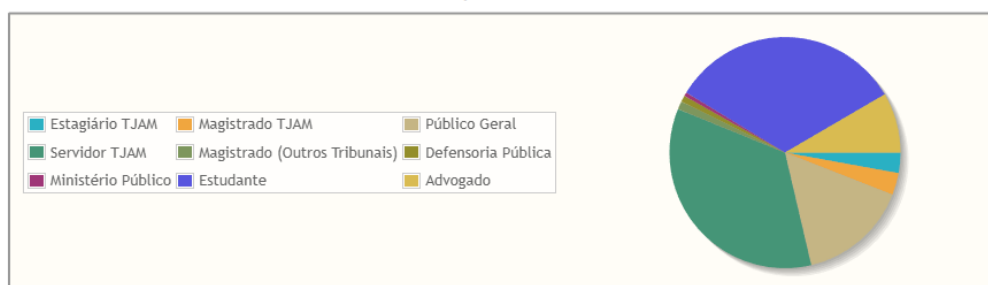
Indicadores

Em consonância com seu compromisso de promover a excelência na formação jurídica e o aperfeiçoamento contínuo de magistrados, servidores e da comunidade jurídica, a Escola Superior da Magistratura do Amazonas (ESMAM) apresenta os resultados de suas atividades formativas no ano de 2025.

Figura 1: Indicadores da ESMAM 2025



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS



PESSOAS CAPACITADAS	
Tipo de Pessoa	Quantidade
Estagiário TJAM	130
Magistrado TJAM	141
Público Geral	702
Servidor TJAM	1587
Magistrado (Outros Tribunais)	52
Defensoria Pública	40
Ministério Público	24
Estudante	1500
Advogado	383
Total	4559

Fonte: Secretaria da Controladoria Prévia da ESMAM – 19/1/2026

Ao longo deste ano, foram realizadas 63 ações formativas, totalizando 750 horas/aula ministradas e 794 horas/aula incluindo os projetos sociais da ESMAM. Essas iniciativas resultaram na emissão de mais de 4.500 certificados, alcançando em boa parte os servidores (34,8% dos certificados emitidos), estudantes (32,9% dos certificados emitidos), magistrados (4,2% dos certificados emitidos) e demais público conforme figura 1.

Esses números refletem o empenho da ESMAM em proporcionar atividades educacionais de alta qualidade, atendendo às demandas de capacitação e desenvolvimento profissional dos diversos atores que compõem o sistema de justiça e a sociedade em geral.

A ESMAM reafirma seu compromisso com a formação contínua e a disseminação do conhecimento jurídico, contribuindo para o fortalecimento do Poder Judiciário e para a promoção da justiça no Estado do Amazonas.



Perfil docente

A Escola Superior da Magistratura do Amazonas (ESMAM) tem envidado esforços para monitorar e promover a equidade de gênero e raça em suas atividades formativas, em consonância com a Resolução nº 255/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

No ano de 2025, a composição de palestrantes e docentes da ESMAM apresentou a seguinte distribuição de gênero:

- 52,98% do sexo masculino e 47,02% do sexo feminino.

No ano anterior (2024), a distribuição era de 59,12% do sexo masculino e 40,88% do sexo feminino. Sendo assim, percebe-se um aumento de de 6,14 pontos percentuais da participação feminina nos eventos formativos da ESMAM. Os dados indicam uma distribuição mais equilibrada entre homens e mulheres em relação ao ano de 2024, com crescimento significativo da participação feminina. A escola tem orgulho de perceber esse crescente avanço na paridade de gênero dos seus docentes e continua se empenhando para contribuir com a participação cada vez maior de mulheres no Poder Judiciário.

Em relação à diversidade racial entre os participantes, os dados foram os seguintes:

- 236 pessoas se autodeclararam brancas;
- 75 pessoas se autodeclararam pardas
- 36 pessoas se autodeclararam negras;
- 2 pessoas se autodeclararam indígenas;
- 4 pessoas se autodeclararam amarelas.

Os dados sobre autodeclaração racial do perfil docente da ESMAM evidenciam a



predominância de pessoas brancas, o que reforça a necessidade de intensificar ações voltadas à ampliação da diversidade étnico-racial no corpo docente. Embora haja representação de outros grupos raciais, esta ainda se mostra limitada, indicando a persistência de desigualdades estruturais no acesso aos espaços de docência e formação institucional.

Diante desse cenário, a ESMAM reafirma seu compromisso com a promoção da equidade racial, em consonância com as diretrizes do CNJ, por meio do incentivo a políticas afirmativas e da adoção de estratégias que ampliem a participação de grupos étnico-raciais historicamente sub-representados, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais plural, inclusivo e alinhado aos princípios de igualdade e justiça social.

ATIVIDADES ESMAM

1. Eventos: 135h/a de carga horária total

1.1 Aula Magna

No dia 18 de Fevereiro nos períodos da manhã e tarde, com carga horária de 10h/a, a Aula Magna da ESMAM abriu oficialmente o ano letivo da instituição. Com a presença de professores doutores, tanto internacionais quanto do próprio quadro da ESMAM, foi possível dar as boas-vindas ao ano de 2025 com um relevante debate acerca da democracia.

Palestrantes: Cássio Borges, Dinah Fernandes, Eneá Stutz, Eneida Desiree. Gorki Gonzales Mantilla, José Antonio Rivera Santiváñez, Luisa Fernanda Garcia Lopez, Michele Beniamino Zezza, Rafael Menezes e Saulo Goés Pinto.

Indicadores da atividade: 259 concluintes - 21 servidores, 13 magistrados e 10 estagiários.



1.2 Seminário Magistratura e Pesquisa Científica

No dia 22 de maio, com 6h/a, a atividade promoveu o debate sobre a integração entre a magistratura e a pesquisa científica, destacando a metodologia científica como ferramenta essencial para a análise de fenômenos complexos e o aprimoramento da prestação jurisdicional. O seminário evidenciou os benefícios da pesquisa na tomada de decisões judiciais mais embasadas, na inovação e no aprofundamento do conhecimento jurídico. Realizado pela ESMAM, o evento reuniu magistrados, servidores e acadêmicos, contando com palestras e mesas de debates conduzidas por docentes e pesquisadores de referência nacional na área do Direito.

Palestrantes: Gustavo Silveira Siqueira, Linara Oeiras Assunção, Maria da Graça Giulietta Cardoso de Carvalho, Maria Stela Campos da Silva, Maria Vital da Rocha, Rafael da Silva Menezes, Saulo de Oliveira Pinto Coelho e Saulo Monteiro Martinho de Matos.

Indicadores do evento: 40 concluintes - 6 servidores, 7 magistrados e 1 estagiário.

1.3 XVI Curso Preparatório à Carreira da Magistratura:

Em 2025, a Escola Superior da Magistratura do Amazonas (Esmam), vinculada ao Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), deu continuidade à sua política de democratização do acesso à formação jurídica com a realização do XVI Curso Preparatório à Carreira da Magistratura do Amazonas, integrado ao I Curso Popular da Escola da Magistratura do Estado do Amazonas. A iniciativa, destinada a bacharéis em Direito, ofertou 40 vagas totalmente gratuitas, reafirmando o compromisso institucional com a inclusão social e a diversidade no sistema de justiça.

O processo seletivo manteve critérios voltados a candidatos de baixa renda, com distribuição das vagas entre ampla concorrência e cotas: 30% para pretos, pardos, indígenas e quilombolas; 20% para pessoas com deficiência; e 10% para bacharéis que cursaram integralmente o ensino médio no interior do Estado. O curso foi estruturado



para ocorrer ao longo de um ano, de forma predominantemente presencial na sede da Esmam, em Manaus, com possibilidade de atividades on-line síncronas e assíncronas.

Com aulas diárias de quatro horas, no período vespertino, a formação buscou preparar de maneira sólida e acessível futuros magistrados, fortalecendo a qualificação técnica e humanística dos participantes e ampliando as oportunidades de ingresso na carreira da magistratura amazonense.

1.4 I Encontro Institucional do Meio Ambiente:

No dia 05 de junho, com 6h/a, a atividade promoveu o debate institucional sobre os desafios da proteção de áreas ambientais na cidade de Manaus, em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente. O encontro reuniu magistrados, membros do Ministério Público, representantes da segurança pública, operadores do Direito e estudantes, fortalecendo a atuação integrada na tutela ambiental.

Palestrantes: Carlos Sérgio Edwards de Freitas, Guilherme de Andrade Antoniazzi e Moacir Pereira Batista.

Indicadores do evento: 137 concluintes - 8 servidores e 7 estagiários.

1.5 I Conferência Internacional sobre Direito Climático

Com 36h/a de carga horária, dos dias 10 a 12 junho, promoveu debates acadêmicos e institucionais sobre a emergência climática e a responsabilidade do Estado, do Direito, da economia e da educação na concretização da Agenda 2030. Realizada em parceria com o Centro Euro-Americano de Pesquisa em Políticas Constitucionais da Universidade de Salento (Itália), a conferência reuniu professores e autoridades nacionais e internacionais. O evento destacou o papel estratégico da Amazônia e do Estado do Amazonas no enfrentamento das mudanças climáticas e na preparação para os debates da COP 30.



Palestrantes: Gabriel Wedy, Guilherme Benek, Julio Krepsky, Maralice Cunha Verciano e Pedro Kinanga dos Santos.

Indicadores do evento: 204 concluintes - 10 servidores, 3 magistrados e 4 estagiários.

1.6 Encontro Amazonense - Atualização do Código Civil:

No dia 07 de agosto, com 15h/a, promoveu o debate qualificado sobre o Projeto de Lei nº 4/2025, que propõe a reforma do Código Civil Brasileiro, com foco na modernização do ordenamento jurídico diante das transformações sociais, tecnológicas e econômicas contemporâneas. O evento reuniu juristas de destaque nacional e local, membros da comissão de juristas responsável pelo anteprojeto, magistrados, advogados e estudantes, fomentando a reflexão crítica sobre as alterações propostas nas áreas de família, sucessões, obrigações, direitos reais e direito comercial. A iniciativa reforçou o compromisso institucional da Esmam com a atualização do Direito Civil e com a promoção de um debate jurídico plural e qualificado.

Palestrantes: Aldemiro Dantas, Bruno Cavalcante, Carlos Elias, Flávio Tartuce, Giselda Hironaka, José Fernando Simão, Juliano Ralo, Maurício Bunazar, Naira Norte, Nicole Rodrigues, Patrícia Carrijo, Rafael Cândido, Rodrigo Bastos e Rolf Madaleno.

Indicadores do evento: 288 concluintes - 45 servidores, 9 magistrados e 26 estagiários.

1.7 I Congresso Amazônico de Direito à Educação e Políticas Públicas

O I Congresso Amazônico de Direito à Educação e Políticas Públicas representou um relevante espaço de debate sobre a efetivação do direito à educação na Amazônia, contando com a participação da Escola Superior da Magistratura do Amazonas – Esmam. O evento reuniu especialistas das áreas jurídica, educacional e da gestão pública, promovendo palestras e diálogos sobre temas estratégicos como controle das políticas educacionais, judicialização, financiamento da educação e impactos da inteligência artificial no ensino. As discussões também abordaram a proteção do ambiente escolar, a



saúde mental dos profissionais da educação e o acesso de povos tradicionais ao ensino superior. A presença de magistrados, gestores e acadêmicos fortaleceu a integração institucional e a troca de experiências. A participação da Esmam reafirmou seu compromisso com a formação qualificada e com a aproximação entre Judiciário e sociedade. O congresso contribuiu para a construção de soluções voltadas às especificidades regionais. Destacou-se como iniciativa de grande relevância para o aprimoramento das políticas públicas educacionais. O encontro fortaleceu redes de cooperação entre instituições. Consolidou-se como marco no debate sobre educação e cidadania na região amazônica.

1.8 Mulheres, Justiça e Proteção: Novas Abordagens no Enfrentamento à Violência Doméstica

No dia 28 de agosto, com 6h/a, o seminário promoveu o debate interdisciplinar sobre novas abordagens no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, reunindo representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, segurança pública e sociedade civil. A programação destacou os desafios interinstitucionais, a aplicação da Lei Maria da Penha, a prevenção, o acolhimento e o empoderamento feminino, fortalecendo a rede de proteção e a atuação integrada do sistema de justiça.

Palestrantes: Ana Lorena Gazzineo, Caroline Braz, Celi Cristina Nunes Cavalcante, Débora Mafra, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Giselle Falcone, Lilian Nara e Mirian Falcão da S. Rolim.

Indicadores do evento: 85 concluintes - 13 servidores, 2 magistrados e 7 estagiários

1.9 II Semana dos Juizados Especiais

No dia 1 de setembro, com 6h/a, a atividade integrou a programação da II Semana Nacional dos Juizados Especiais no âmbito do TJAM, promovendo ações voltadas ao fortalecimento, à visibilidade e ao aprimoramento da atuação dos Juizados Especiais. A iniciativa contou com ciclo de palestras sobre temas atuais e relevantes, mutirão de audiências de conciliação e ações externas de atendimento ao público, ampliando o



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

acesso à justiça. A programação também incentivou a inovação e a celeridade processual, em consonância com as diretrizes da Resolução CNJ nº 359/2020.

Palestrantes: Alexandre Chini Neto e Ricardo Cunha Chimenti.

Indicadores do evento: 114 concluintes - 82 servidores, 18 magistrados e 4 estagiários.

1.10 Congresso Nacional de Direito da Saúde e Direito Médico

Nos dias 24 e 25 de setembro nos períodos da manhã e tarde, com a carga horária de 16h/a, a atividade promoveu o aprofundamento dos debates sobre o Direito da Saúde e o Direito Médico, diante da crescente judicialização da saúde no Brasil. O evento abordou a atuação do Poder Judiciário nas demandas relacionadas a tratamentos, medicamentos, tecnologias e serviços de saúde, com foco na efetivação dos direitos fundamentais. Realizado na modalidade on-line, o congresso fomentou a atualização técnica, o intercâmbio de experiências e a construção de soluções jurídicas eficazes e humanizadas para os desafios da saúde pública e suplementar.

Palestrantes: Ana Carolina Morozowski, Arlindo Neto, Bruno Henrique Silva Santos, Christine Santini, Clayton Maranhão, Eroulths Cortiano Junior, Etelvina Lobo Braga, Fernanda Schaefer, Frederico Glitz, Gabriel Massote, Glenda Gondin, Gustavo Borges, Henrique Bonatti Rego Barbosa, Igor de Lucena Mascarenhas, José de Moura Faleiros Júnior, José Luiz Toro da Silva, Jordão Horácio da Silva Lima, Juliano Ralo, Luciana Dadalto, Luciana da Veiga Oliveira, Luiz Gustavo de Andrade, Marcelo Burger, Maria de Fátima Freire de Sá, Nelson Rosensvald, Patrícia Rizzo Tomé, Paulo José Benevides, Rafaela Mari Turra, Renata Farah, Ruy Alves Henriques Filho, Silvio Guidi, Taysa Schiocchet, Thaís Venturi, Thiago Lopes Cardoso Campos, Vitor Almeida e Virginia N. Bessa.

Indicadores da atividade: 186 concluintes - 21 servidores, 3 magistrados e 8 estagiários)



1.11 Construindo Laços - Perspectivas sobre família e adoção no Brasil e Angola

No dia 3 de novembro, com 10h/a, o evento promoveu o aprofundamento sobre Direito de Família e Adoção, com enfoque na proteção integral de crianças e adolescentes, na entrega voluntária, no acolhimento institucional, na convivência familiar e na pluralidade das configurações familiares. A programação estimulou o diálogo comparado entre Brasil e Angola, compartilhando boas práticas e fortalecendo uma atuação jurídica sensível, humanizada e alinhada às diretrizes do CNJ.

Palestrantes: Arlindo Castro, Cecília Coimbra, Denison Aguiar, Helena Matilde, Helom César Nunnes, Iracy Rocha, Iracelma Medeiros, Jaiza Fraxe, Juliana Fioretti, Rebeca Mendonça, Rodrigo Oliveira e Thiago Galeão.

Indicadores do evento: 145 concluintes - 17 servidores, 3 magistrados e 8 estagiários.

1.12 II Congresso de Defesa do Consumidor

No dia 6 de novembro nos períodos da manhã e tarde, com 10h/a, a atividade promoveu o debate qualificado sobre a defesa do consumidor, em alusão aos 35 anos do Código de Defesa do Consumidor, com foco nas recorrentes violações aos direitos dos consumidores amazonenses, especialmente dos hipervulneráveis. Realizado em parceria entre a OAB/AM e a ESMAM, o congresso reuniu juristas de reconhecimento nacional e operadores do Direito em um espaço de reflexão, aprendizado e fortalecimento institucional. O evento também integrou ação social, reforçando o compromisso com a cidadania e a proteção de grupos em situação de vulnerabilidade.

Palestrantes: Abraão Lucas Ferreira Guimarães, Arthur Luis Mendonça Rollo, Cássio André Borges dos Santos, Celso Russomanno, Christiano Pinheiro da Costa, Jalil Fraxe Campos, Rafael Guevara dos Santos Cabra, Reginaldo Souza de Oliveira, Rosely de Assis Fernandes e Sheyla Andrade dos Santos.

Indicadores do evento: 224 concluintes - 5 servidores, 1 magistrado e 5



estagiários.

1.13 Roda de Conversa Consciência Negra

No dia 13 de novembro, com carga horária de 4h/a, promoveu a reflexão e o diálogo sobre o enfrentamento do racismo e das desigualdades sociais no âmbito do Poder Judiciário. O encontro fortaleceu a sensibilização de magistrados e servidores, valorizou as vozes negras e incentivou práticas institucionais pautadas na equidade racial, diversidade e justiça social.

Palestrantes: Glacielli Oliveira, Juarez Clementino, Marcelo e Marcia Gabrielle

Indicadores do evento: 58 concluintes - 40 servidores, 1 magistrado e 8 estagiários.

1.14 3º Encontro Acadêmico de Magistrados

No dia 18 de novembro, nos períodos da manhã e tarde, com 10h/a, consolidou-se como espaço de formação continuada, diálogo científico e reflexão crítica, promovendo a integração entre a prática jurisdicional e a produção acadêmica. A programação abordou temas contemporâneos como saúde mental e autocuidado na magistratura, inovação e inteligência artificial, garantias processuais no sistema acusatório e jurisdição ambiental em territórios sensíveis, fortalecendo o protagonismo dos magistrados, o intercâmbio de boas práticas e o aprimoramento institucional da justiça.

Palestrante: Aline Kelly Ribeiro Marcovicz Lins, Diego Martinez Ferverza Cantoario, Gonçalo Brandão de Sousa, Igor Campagnolli, Juliana Arrais Mousinho, Lúcia Maria Corrêa Viana, Manoel Atila Araripe Autran Nunes, Marcelo Cruz de Oliveira, Naia Moreira Yamamura, Nayara de Lima Moreira Antunes, Nilo da Rocha Marinho Neto, Patrícia Macedo de Campos.

Indicadores do curso: 22 concluintes - 12 servidores, 6 magistrados e 1 estagiário.

2. Cursos Credenciados pela ENFAM: 47 h/a de carga horária total



2.1 Teoria da Decisão Judicial

Realizada no período de 8 a 26 de setembro, com carga horária de 12h/a, a formação abordou a fundamentação das decisões judiciais, técnicas de elaboração de sentenças e o uso responsável da inteligência artificial. O Curso foi exclusivo para servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Docentes: Flávio Humberto Pascarelli Lopes e Rodrigo Reis Ribeiro Bastos.

Indicadores do curso: 12 concluintes - 11 magistrados e 1 servidora.

2.2 Raciocínio Probatório

Com a carga horária de 20h/a, no decorrer do período de 24 a 28 de novembro, a formação enfatizou a gestão racional do risco de erro, a valoração da prova e o fortalecimento da qualidade das decisões. O Curso foi exclusivo para servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Docentes: Fernando Braga e Marcelo Cruz de Oliveira (tutor)

Indicadores do curso: 6 concluintes - 4 magistrados e 2 servidores.

2.3 Hermenêutica em Ronald Dworkin

Realizado no período de 01 a 14 de dezembro, com a carga horária de 15h/a, a formação ofereceu fundamentos teóricos essenciais para a atividade decisória contemporânea, contribuindo para decisões mais coerentes e bem fundamentadas. O Curso foi exclusivo para servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Amazonas

Docentes: Guilherme Scotti Rodrigues e Juliana Arrais Mousinho.

Indicadores do curso: 11 concluintes - 4 magistrados e 7 servidores.

3. Cursos Online: 153h/a de carga horária total



3.1 Saúde Mental e Política Antimanicomial no Sistema Judiciário

No período de 25 de março a 22 de abril, a formação contou com a carga horária de 30 h/a, abordou o surgimento do manicômio judiciário no Brasil, a invisibilidade das pessoas com transtornos mentais privadas de liberdade e os desafios da desinstitucionalização no sistema de justiça, com diretrizes alinhadas à Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça.

Docentes: Fábio Mallart, Fernanda Priscilla Pereira Calegare e Larissa Padilha Roriz Penna.

Indicadores do curso: 39 concluintes: 11 servidores e 1 estagiário.

3.2 Teoria do Sistema do Direito em Luhmann

No período de 29 de julho a 01 de agosto, com a carga horária de 12h/a, a formação apresentou a Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann e suas contribuições para a compreensão do Direito contemporâneo, abordando as relações entre direito, política, economia e novas tecnologias.

Docente: Lucas Fucci Amato

Indicadores do curso: 55 concluintes - 9 servidores, 4 magistrados e 2 estagiários

3.3 Foucault: Ideias Fundamentais

No período de 13 a 15 agosto, com a carga horária de 9h/a, a formação discutiu o direito a partir da filosofia de Michel Foucault, abordou suas dimensões crítica, histórica e política, bem como as relações entre saber jurídico, poder, normalização e emancipação.

Docente: Márcio Alves da Fonseca

Indicadores do curso: 54 concluintes - 1 magistrado e 28 servidores



3.4 Filosofia do Direito em Hegel:

No período de 02 a 03 de setembro, com a carga horária de 6h/a, a formação abordou o pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, com destaque para a dialética e a concepção do Direito como elemento fundamental para a realização da liberdade e da ordem racional na vida social e no Estado.

Docente: Cristina Godoy Bernardo de Oliveira

Indicadores do curso: 53 concluintes - 20 servidores, 2 magistrados e 4 estagiários

3.5 Direito e Literatura

No período de 10 de setembro a 10 de dezembro, com a carga horária de 15h/a, a formação explorou a relação entre Direito e Literatura, destacando como a leitura de grandes obras pode contribuir para a humanização da prática jurídica, o aprimoramento da argumentação e a ampliação do olhar crítico.

Docente: Elizabeth Cardoso

Indicadores do curso: 42 concluintes - 8 servidores, 3 magistrados e 5 estagiários

3.6 Filosofia Política Contemporânea - Uma análise da obra de John Rawls

No período de 30 de setembro a 01 de outubro, com carga horária de 6h/a, a formação apresentou a filosofia política de John Rawls, com foco em suas principais teses sobre justiça e suas conexões com os desafios do direito contemporâneo.

Docente: Lucas Cardoso Petroni

Indicadores do curso: 53 concluintes - 19 servidores e 5 estagiários.

3.7 A Teoria Pura do Direito em Hans Kelsen

No período de 14 a 21 de outubro, com carga horária de 15h/a, a formação



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

abordou a Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen, destacando sua importância para a Teoria do Direito e sua influência duradoura na reflexão jurídica contemporânea.

Docente: Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno

Indicadores do curso: 134 concluintes - 21 servidores, 3 Magistrados e 7 estagiários.

3.8 Lavagem de Ativos Ambientais na Jurisdição Amazônica

No período de 22 de outubro a 21 de novembro, com carga horária de 20h/a, a formação abordou a lavagem de ativos ambientais na jurisdição amazônica, com foco na identificação e no julgamento de crimes ambientais complexos e conexos, fortalecendo a atuação do Judiciário frente a esquemas criminosos transnacionais.

Docente: Jorsenildo Dourado Nascimento

Indicadores do curso: 22 concluintes - 2 servidores, 3 magistrados e 2 estagiários

3.9 Obra e Pensamento Jurídico de Hart

No período de 17 e 19 de novembro, com carga horária de 8h/a, a formação apresentou o pensamento de Herbert L. A. Hart, com destaque para a obra O Conceito de Direito e sua importância para a filosofia do direito contemporâneo, especialmente na tradição analítica.

Docente: Fabio Perin Shecaira

Indicadores do curso: 16 concluintes - 6 servidores, 2 magistrados e 2 estagiários

3.10 Direito e educação especial

No período de 24 de novembro a 18 de dezembro, com carga horária de 20h/a, o curso abordou temas essenciais sobre inclusão educacional, autismo, altas habilidades/superdotação e o Atendimento Educacional Especializado (AEE),



promovendo a interface entre Direito e Educação Especial.

Docentes: Elenara Perin, Maria Lúcia Tinoco Pacheco, Renata Mendes e Suzy Aparecida Batista de Castro

Indicadores do curso: 58 concluintes - 4 servidores, 2 magistrados e 2 estagiários

3.11 Os Princípios e as Regras - Dworkin e Alexy

No período de 01 a 05 de dezembro, com a carga horária de 12h/a, a formação discutiu a correta aplicação de regras e princípios no Direito brasileiro, problematizando a má incorporação das teorias de Ronald Dworkin e Robert Alexy e a defesa da discricionariedade judicial.

Docente: José Emílio Medauar Ommati

Indicadores do curso: 41 concluintes - 6 servidores, 6 magistrados e 2 estagiários

3.12 Direito e Política na Filosofia de Hannah Arendt

No período de 27 e 29 de agosto, com a carga horária de 6h/a, o curso teve como objetivo compreender o pensamento político de Hannah Arendt e sua relação com o Direito, com foco na crítica ao totalitarismo, à fragilidade da ordem jurídica moderna e ao papel da ação e da fundação política..

Docente: Renata Romolo Brito

Indicadores do curso: 64 concluintes

4. Cursos Presenciais: 26h/a de carga horária total

4.1 Transformando Conflitos - O Novo Paradigma dos Juizados Especiais

No dia 3 de junho, com 6h/a, a formação promoveu a atualização sobre os



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

desafios dos Juizados Especiais diante das transformações do sistema de justiça, com foco no acesso à justiça, na ética e na democratização do Judiciário.

Docentes: Alexandre Chini Neto, Diego Martinez Fervenza Cantoário, Igor Campagnolli, Nayara de Lima Moreira Antunes, Patrícia e Ceni Ricardo Cunha Chimenti

Indicadores do curso: 42 concluintes - 13 servidores, 10 magistrados e 5 estagiários

4.2 Aspectos Processuais e Jurisprudenciais Contemporâneos

No período de 31 de julho a 01 de agosto, com carga horária de 10h/a, a formação aprofundou o estudo do Mandado de Segurança como instrumento essencial de controle da legalidade e proteção de direitos fundamentais, abordou seus fundamentos constitucionais e aspectos processuais contemporâneos.

Docente: José Henrique Mouta

Indicadores do curso: 36 concluintes - 12 servidores, 5 magistrados e 1 estagiário

4.3 Seminário de Direito e Inovação ESMAM/FADISP - Navegando pelas Novas Dimensões da Justiça

Realizado no dia 22 de Agosto, com carga horária de 10h/a, a formação discutiu o campo do Direito e Inovação, abordando os impactos das novas tecnologias e práticas jurídicas na prestação da justiça, com temas como design legal, proteção de dados, fake news e discurso de ódio.

Docentes: Flávio Henrique Albuquerque, Maria Ruiz Dorado e Rennan Thamay

Indicadores do curso: 35 concluintes - 6 servidores, 2 magistrados e 2 estagiários

5. Cursos Autoinstrucionais: 222h/a de carga horária total



Para maior acessibilidade, no ano de 2025, a ESMAM ofertou diversos cursos com temáticas atuais e relevantes, no formato autoinstrucional.

Os cursos autoinstrucionais permitem que os participantes aprendam de forma independente, sem a orientação de um tutor. Os conteúdos são disponibilizados para que cada aluno possa acessá-los no seu próprio ritmo e conforme sua disponibilidade.

5.1 Depoimento Especial e protocolo de entrevista forense

Aberto do dia 07 de Fevereiro e disponível até 19 de dezembro, com carga horária de 20h/a, o curso abordou o Depoimento Especial e o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense, com foco na proteção integral de crianças e adolescentes e na condução ética e técnica das entrevistas judiciais, especialmente junto a povos e comunidades tradicionais.

Docentes: Doemia Ceni, Eduardo Rezende Melo, Luciane Ouriques Ferreira e Valda Calderaro

Indicadores do curso: 135 concluintes - 23 servidores, 5 magistrados e 5 estagiários

5.2 Formação de pregoeiros e agentes de contratação pela Nova Lei de Licitações e Contratos

Disponibilizado do dia 12 de Fevereiro e disponível até 19 de dezembro, com carga horária de 12h/a, abordou a Nova Lei de Licitações, com foco nos fundamentos das contratações públicas, nas modalidades licitatórias e na condução de pregões eletrônicos por meio das plataformas SIASNET e Compras.gov.br.

Docente: Gabriel da Silva Duarte

Indicadores do curso: 107 concluintes - 22 servidores e 4 estagiários

5.3 Direito da saúde e Judicialização da Saúde pública

Aberto do dia 18 de março e disponível até 19 de dezembro, com carga horária de 20h/a, abordou o Direito da Saúde e a judicialização da saúde pública, com foco na



qualificação das decisões judiciais a partir do funcionamento e financiamento do sistema de saúde e da jurisprudência recente do STF.

Docentes: Ana Carolina Morozowsk, Fernanda Schaefer, Gabriel Massote, Gabriel Schulman Henrique Bonatti Rego Barbosa, João Pedro Gebran Neto, Silvio Felipe Guidi, Thiago Lopes Cardoso Campos, e Luciana Dadalto

Indicadores do curso: 114 concluintes: 11 servidores - 32 magistrados e 4 estagiários

5.4 Direitos Humanos, Etnias, Raça e Gênero

Disponibilizado em 20 de março disponível até 15 de julho com carga horária de 20h/a, a formação abordou Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnia em perspectiva interseccional, articulando fundamentos teóricos, análise jurisprudencial e o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ.

Docentes: Denison Melo de Aguiar, Silvio Felipe Guidi, Dorinethe dos Santos Bentes, Marcela Santana Lobo e Mirian Falcão da Silveira Rolim.

Indicadores do curso: 85 concluintes - 9 servidores, 7 magistrados e 4 estagiários.

5.5 Poder Judiciário e Direito dos Povos Indígenas

Disponibilizado em 9 abril, disponível até 15 de julho, com carga horária de 20h/a, a formação abordou os direitos dos povos indígenas no Brasil, com foco na proteção de suas culturas, territórios e garantias fundamentais frente ao sistema jurídico estatal.

Docentes: André Paula dos Santos Pereira, Bárbara Lago Modernell, Edson Damas da Silveira e Flávio Leão Bastos

Indicadores do curso: 90 concluintes - 16 servidores, 7 magistrados e 3 estagiários



5.6 Equidade e Letramento Racial no Poder Judiciário - Combate ao Racismo e Discriminação

Disponibilizado em 29 abril, disponível até 15 de julho, com carga horária de 20h/a, o curso abordou a equidade racial e o enfrentamento ao racismo no Poder Judiciário, com foco no letramento racial, na promoção da justiça social e na aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Raça do CNJ.

Docentes: Camila Luiza Souza da Silva, Fábio Francisco Esteves, Fábio Amorim, Iolete Ribeiro da Silva, Juarez Clementino da Silva Junior, Karen Luise de Souza, Mara Lina do Carmo, Marcia Gabrielle Ribeiro Silva, Rodrigo Ednilson de Jesus e Wanessa Mendes de Araújo

Indicadores do curso: 642 concluintes - 408 servidores, 48 magistrados e 7 estagiários.

5.7 Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e Discriminação

Disponibilizado em 27 de maio a 15 de julho com carga horária de 20h/a, a formação abordou o enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e à discriminação no âmbito do Poder Judiciário, a partir de uma perspectiva jurídica, institucional e ética. O curso apresentou o contexto jurídico nacional e internacional, as principais leis, convenções e normativos sobre direitos humanos, igualdade racial, gênero e inclusão, bem como conceitos, tipos e elementos caracterizadores do assédio e da discriminação, também tratou dos impactos dessas práticas na saúde mental, das medidas preventivas, dos procedimentos de denúncia e acolhimento, além do papel das Comissões de Prevenção e Enfrentamento, conforme diretrizes do CNJ.

Docentes: Denison Melo Aguiar, Fabíola Bessa Salmito, Igor Zany Nunes Correa, Stefany Langamer de Paula e Afonso de Paula Pinheiro Rocha

Indicadores do curso: 31 concluintes - 8 servidores e 4 magistrados.



5.8 Gestão da Inovação

Disponibilizado em 17 de junho a 17 de julho com carga horária de 20h/a, a formação abordou a inovação no Poder Judiciário a partir das diretrizes do Plano Nacional de Inovação, regulamentado pela Portaria CNJ nº 379/2024, em consonância com a Política Nacional de Gestão da Inovação instituída pela Resolução CNJ nº 395/2021. O curso autoinstrucional destacou a inovação como estratégia essencial para a promoção de uma justiça mais acessível e eficiente, indo além da modernização tecnológica e contemplando transformações culturais, organizacionais e humanas.

Docentes: Luanda Nogueira, Esclepiades de Oliveira, João Valério, Welkey Costa e Ferdinando Serejo

Indicadores do curso: 54 concluintes - 23 servidores, 6 magistrados e 2 estagiários.

5.9 Direito Ambiental e Mudanças Climáticas

Disponibilizado de 19 de agosto a 31 de dezembro com carga horária de 20h/a, abordou o Direito Ambiental no âmbito do Poder Judiciário a partir das diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 433/2021, que instituiu a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente. O curso destacou a importância da atuação jurisdicional alinhada à sustentabilidade, à mitigação das mudanças climáticas e à preservação ambiental, fortalecendo a aplicação das normas ambientais, a justiça socioambiental e a efetividade dos direitos constitucionais no contexto das decisões judiciais.

Docentes: Luiz Souza Lima da Silva Carvalho, Beatriz Paulo de Frontin, Ana Luiza Garcia Campos, Francisco Silveira Mello Filho, Mônica Lúcia do Nascimento Alcântara Botelho, Paula Castro Collesi, Daniela Stump, Rafaela Santos Martins da Rosa, Yuri Rugai Marinho e Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho

Indicadores do curso: 86 concluintes - 16 servidores, 2 magistrados e 4 estagiários.



5.10 Benefícios Previdenciários e a Resolução 595 do CNJ:

Disponibilizado de 9 de setembro a 31 de dezembro com carga horária de 10h/a, abordou o contexto e os fundamentos da Resolução CNJ Nº 595/2024, identificar os impactos práticos e normativos da Resolução no âmbito da Justiça Estadual e capacitar magistrados, servidores e peritos quanto ao uso dos sistemas PREVJUD e SISPERJUD e automação de decisões.

Docentes: Leonardo Mattedi Matarangas e Natércia Marreiro de Araújo Caminha Jorge.

Indicadores do curso: 56 concluintes: 11 servidores, 3 magistrados e 5 estagiários.

5.11 Jurisdição Humanizada - Desafios e Práticas na Proteção de Idosos e Pessoa com Deficiência:

Disponibilizado de 30 de setembro a 31 de dezembro com carga horária de 20h/a, propõe uma formação crítica e aprofundada voltada à aplicação qualificada das principais normas protetivas como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e as Resoluções CNJ nº 401/2021 e nº 487/2023 no cotidiano forense.

Docentes: Patrícia Ferreira Lorete e Kelly Pauline Baran

Indicadores do curso: 1427 concluintes: 1268 servidores, 116 magistrados e 10 estagiários.

5.12 Protocolos Antidiscriminatórios no Judiciário - Perspectivas de Raça e Gênero:

Disponibilizado em 19 de novembro a 31 de dezembro com carga horária de 20h/a, o curso abordou os protocolos antidiscriminatórios no Poder Judiciário, com ênfase no julgamento com perspectiva de gênero e raça, promovendo a aplicação das



lentes de gênero, o enfrentamento das desigualdades estruturais e a utilização dos Protocolos do CNJ para garantia do acesso à justiça, especialmente em casos de violência doméstica e discriminação.

Docentes: Alice Bianchini, Rafaella Sousa, Clarisse Mark, Gina Fonseca, Luciana Lopes e Nayara Antunes

Indicadores do curso: 133 concluintes -11 servidores, 7 magistrados e 1 estagiário)

Webinários: 23h/a de carga horária total

6.1 Juízas mães

Realizado no dia 6 de maio em alusão ao dia das mães, com carga horária de 2h/a, promoveu o debate sobre os desafios enfrentados pelas magistradas mães na conciliação entre a carreira no Judiciário e a maternidade, destacando a importância da diversidade, da representatividade e do apoio institucional. O webinar abordou a dupla jornada de trabalho, as condições adequadas para o exercício da magistratura e iniciativas de proteção, como a Resolução CNJ nº 343.

Palestrantes: Juliana Arrais, Juline Rossendy, Maria da Graça Giulietta, Naia Yamamura, Nayara de Lima, Roseane do Vale

Indicadores da atividade: 33 concluintes - 12 servidores, 1 magistrado e 8 estagiários

6.2 Solo Seguro - Políticas fundiárias na Amazônia: evolução histórica, ECI e transversalidade

Realizado no dia 13 de junho, com carga horária de 3h/a, a atividade integrou a programação da 3.ª edição da “Semana Solo Seguro – Favela” no Amazonas, promovendo palestras e capacitação voltadas à regularização fundiária. As ações abordaram o panorama atual das políticas fundiárias, o papel dos serviços extrajudiciais,



a interface entre regularização fundiária e meio ambiente e a evolução histórica do tema no Estado. Realizada em parceria entre a CGJ-AM, a Esmam e a EJUD, a iniciativa reuniu estudantes, gestores públicos, operadores do Direito, servidores e a sociedade em geral, fomentando o diálogo e a disseminação de conhecimento sobre a matéria.

Docente: Jeibson dos Santos Justiniano

Indicadores da atividade: 82 concluintes - 13 servidores e 1 magistrado.

6.3 Inclusão e Comunicação Acessível - Prática de Autodescrição

Realizado no dia 24 de julho, com carga horária de 3h/a, a atividade promoveu a sensibilização e a capacitação para a prática da autodescrição no âmbito do Poder Judiciário, em conformidade com as Resoluções CNJ nº 401/2021 e nº 376/2021, fortalecendo a política de acessibilidade, inclusão e linguagem simples. O webinar abordou noções técnicas, orientações práticas e parâmetros linguísticos aplicáveis a sessões de julgamento, solenidades e eventos institucionais.

Palestrante: Lorrane Pereira da Costa, contribuindo para a consolidação de uma cultura institucional mais inclusiva e democrática.

Indicadores da atividade: 80 concluintes - 53 servidores, 2 magistrados e 3 estagiários.

6.4 Direitos e Garantias Fundamentais no Processo Criminal

Realizado no dia 11 de agosto, com carga horária de 3h/a, promoveu o debate sobre os direitos e garantias fundamentais no processo criminal no contexto da Amazônia Legal, analisando a atuação do sistema de justiça diante do aumento da criminalidade e das especificidades regionais. O encontro incentivou a pesquisa acadêmica, o diálogo interdisciplinar e a troca de experiências entre pesquisadores, graduandos e pós-graduandos. A iniciativa contribuiu para o fortalecimento da reflexão crítica e da produção científica sobre o processo penal na realidade amazônica.



Docente: Sebastião Rei Júnior

Indicadores da atividade: 19 concluintes - 4 servidores, 2 magistrados e 1 estagiário.

6.5 Semana de Regulação Fundiária - Solo Seguro Amazônia legal

Realizado no período de 25 a 29 de agosto, com carga horária de 10h/a, a atividade promoveu o debate sobre a regularização fundiária na Amazônia Legal, em conformidade com o Provimento CNJ nº 144/2023, no âmbito do Programa Permanente de Regularização Fundiária – Solo Seguro. O webinar abordou a histórica indefinição fundiária no Amazonas, a evolução do marco legal e a importância da governança fundiária, da segurança jurídica e da proteção ambiental.

Docentes: Eduardo Carneiro Sousa e Seliton Queiroz da Silva

Indicadores da atividade: 67 concluintes - 8 servidores e 3 estagiários.

6.6 Práticas de Linguagem Simples no Judiciário

Realizado no dia 16 de outubro, com carga horária de 2h/a, a atividade promoveu o desenvolvimento de práticas de linguagem simples no âmbito do Poder Judiciário, em conformidade com as diretrizes do CNJ, visando à comunicação mais clara, acessível e eficiente. A palestra abordou fundamentos teóricos e práticos para o aprimoramento da escrita jurídica, fortalecendo a relação institucional do Judiciário com a sociedade.

Docente: Olívia Rocha Freitas

Indicadores do curso: 79 concluintes - 24 servidores, 3 magistrados e 7 estagiários.

7. Cursos Externos: 24h/a de carga horária total



7.1 Elaboração de textos jurídicos com utilização de inteligência artificial

Realizado no período de 12 a 21 de fevereiro, com carga horária de 15h/a, o curso ofertado na modalidade EaD e exclusivo para magistrados do TJAM, teve como foco o uso do ChatGPT na produção de textos jurídicos, aliando tecnologia e técnicas de escrita persuasiva. A formação abordou a estrutura, o funcionamento, os limites e as possibilidades da ferramenta, capacitando os participantes para a elaboração de textos claros, eficientes e alinhados às demandas de um Judiciário cada vez mais digital.

Docente: George Marmelstein

Indicadores: 15 concluintes - todos magistrados

7.2 Capacitação Interna - Inteligência Artificial aplicada do Serviço Público

Realizado no período de 25 a 27 de fevereiro, com carga horária de 9h/a, o curso Inteligência Artificial com ChatGPT Aplicada ao Serviço Público, realizado na modalidade online, apresentou os fundamentos da inteligência artificial, a utilização prática do ChatGPT e suas aplicações no contexto do serviço público. A programação incluiu oficinas práticas, produção de documentos oficiais, apoio à tomada de decisões, reflexões éticas e o planejamento estratégico para adoção de IA, contribuindo para a modernização, eficiência e inovação na administração pública. Esse curso foi exclusivo para servidores da ESMAM.

Docente: Gilberto Souza de Almeida

Indicadores do curso: 7 concluintes - todos servidores

8. Curso de formação inicial dos Juízes leigos: 120h/a de carga horária total



8.1 Curso de formação inicial dos Juízes leigos - turma 1 Semipresencial

No período de 22 a 30 de abril, com a carga horária de 40h/a, realizada na modalidade semipresencial e destinada aos aprovados no processo seletivo, capacitou os participantes para a atuação nos Juizados Especiais, em conformidade com a Resolução CNJ nº 174/2013. A formação integrou conteúdos teóricos e práticos sobre legislação aplicável, ética jurisdicional, jurisprudência, técnicas de conciliação, acesso à justiça no contexto amazônico e uso de inteligência artificial no Judiciário, além de simulações, elaboração de sentenças e acompanhamento de audiências, assegurando uma atuação técnica, ética e eficiente.

Docentes: Aline Kelly Marcovicz Lins, Bárbara Folhadela, Cássio André Borges, Dorinethe dos Santos Bentes, Flávio Humberto Pascarelli, Gildo Carvalho, Gilberto Almeida, Maurílio Casas Maia, Moacir Pereira Batista, Rodrigo Bastos, Saulo Góes Pinto

Indicadores do curso: 31 concluintes

8.2 Curso de formação inicial dos Juízes leigos - turma 1 EAD

No período de 12 a 16 de Maio, com a carga horária de 40h/a, realizada na modalidade EAD e destinada aos aprovados no processo seletivo que não pudesse comparecer ao curso semipresencial, capacitou os participantes para a atuação nos Juizados Especiais, em conformidade com a Resolução CNJ nº 174/2013. A formação integrou conteúdos teóricos e práticos sobre legislação aplicável, ética jurisdicional, jurisprudência, técnicas de conciliação, acesso à justiça no contexto amazônico e uso de inteligência artificial no Judiciário, além de simulações, elaboração de sentenças e acompanhamento de audiências, assegurando uma atuação técnica, ética e eficiente.

Docentes: Aline Kelly Marcovicz Lins, Bárbara Folhadela, Cássio André Borges, Dorinethe dos Santos Bentes, Flávio Humberto Pascarelli, Gildo Carvalho, Gilberto Almeida, Maurílio Casas Maia, Moacir Pereira Batista, Rodrigo Bastos, Saulo Góes Pinto

Indicadores do curso: 9 concluintes



8.3 Curso de formação inicial dos Juízes leigos - turma 2 EAD

No período de 08 de setembro a 05 de outubro, com a carga horária de 40h/a, realizada na modalidade EAD e destinada aos aprovados na segunda chamada do processo seletivo, capacitou os participantes para a atuação nos Juizados Especiais, em conformidade com a Resolução CNJ nº 174/2013. A formação integrou conteúdos teóricos e práticos sobre legislação aplicável, ética jurisdicional, jurisprudência, técnicas de conciliação, acesso à justiça no contexto amazônico e uso de inteligência artificial no Judiciário, além de simulações, elaboração de sentenças e acompanhamento de audiências, assegurando uma atuação técnica, ética e eficiente.

Docentes: Aline Kelly Marcovicz Lins, Bárbara Folhadela, Cássio André Borges, Dorinethe dos Santos Bentes, Flávio Humberto Pascarelli, Gildo Carvalho, Gilberto Almeida, Maurílio Casas Maia, Moacir Pereira Batista, Rodrigo Bastos, Saulo Góes Pinto

Indicadores do curso: 16 concluintes da turma 2

9. Processos Seletivos

9.1 Processo Seletivo de Estágio em Direito

Por meio do Edital N.º 05, DE 07 DE MAIO DE 2025, no dia 06 de Julho, com objetivo de selecionar estagiários de nível superior em Direito, a ESMAM realizou a aplicação da prova do Processo Seletivo de Estágio de Graduação em Direito, no âmbito do TJAM, contando com a expressiva participação de acadêmicos de diversas instituições de ensino. A iniciativa proporcionou aos estudantes uma vivência concreta da dinâmica de seleções públicas, além de promover a aproximação com a prática jurídica no Poder Judiciário.

O processo seletivo registrou mais de 1.500 inscrições e resultou na aprovação de mais de 300 candidatos, que foram convocados ainda no ano de 2025 e passaram a contribuir diretamente para o fortalecimento de uma Justiça mais eficiente e qualificada.



A ação reafirma o compromisso institucional da ESMAM com a formação acadêmica, a democratização do acesso às oportunidades e o incentivo à capacitação de futuros profissionais do Direito.

10. Projetos

10.1 Gerações

O projeto tem a finalidade de aproximar as idosas e idosos do contexto do Poder Judiciário, compartilhando com o público alvo os seus direitos, além de proporcionar uma visão humanizada da instituição às pessoas idosas, oportunizando uma experiência empírica com a justiça.

Ao longo do ano, a ESMAM fortaleceu sua atuação social ao aproximar as pessoas idosas do Poder Judiciário, promovendo o conhecimento de direitos e uma visão mais humana e acessível da Justiça. As ações desenvolvidas possibilitaram uma experiência prática e educativa, contribuindo para o empoderamento, a autonomia e o exercício da cidadania do público atendido.

A Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUnATI) foi uma importante parceira nessa iniciativa, possibilitando o alcance de 101 idosos ao longo do período. Essa parceria reforçou o compromisso da ESMAM com a inclusão, o respeito e a promoção de uma Justiça mais próxima da sociedade e sensível às demandas da população idosa.

Indicadores do projeto:

- 27/03: 25 idosos
- 29/05: 15 idosos
- 24/07: 18 idosos
- 11/09: 20 idosos
- 30/10: 23 idosos



10.2 Portas Abertas: 44h/a de carga horária total

O projeto tem a finalidade de apresentar os ambientes e papéis do poder judiciário para que os estudantes dos primeiros períodos do curso de Direito possam ter a experiência de acompanhar empiricamente o funcionamento da justiça, assim, habituando nos espaços que farão parte da sua caminhada acadêmica e profissional.

O Projeto Portas Abertas consiste no compartilhamento de experiências das funções desempenhadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em que os servidores, em especial as magistradas e magistrados, poderão dividir com os acadêmicos de direito, aspirantes às funções judiciais, um pouco de sua experiência prática como juíza e juiz do Tribunal, a fim de que possam obter orientações sobre a profissão que pretendem desempenhar ao se formar, a partir desta vivência.

No ano de 2025, a ESMAM conseguiu alcançar 44 h/a concluídas em portas abertas, com a presença de mais de 15 universidades, além do parlamento jovem e a escola Nilton Lins. Ao todo, foram contabilizados quase 400 estudantes que puderam participar do projeto. A ESMAM tem orgulho e satisfação em cumprir seu papel social enquanto escola judiciária e aproximar o judiciário da formação acadêmica.

Indicadores do projeto:

- 26/3: Nilton Lins (22 acadêmicos) e Uninorte (10 acadêmicos) - 32
- 30/4: Iames (18 acadêmicos) e La Salle (17 acadêmicos) - 35
- 28/5: UFAM (30 acadêmicos) e Ulbra (27 acadêmicos) - 57
- 18/06: Unip (9 acadêmicos) e ESBAM (22 acadêmicos) - 31
- 05/08: Escola Nilton Lins (1 turma)
- 27/08: Fametro (30 acadêmicos) e UEA (17 acadêmicos) - 47
- 24/09: Martha Falcão (15 acadêmicos) e Ciesa (22 acadêmicos) -



- 07/10: Estácio (37 acadêmicos)
- 15/10: Santa Teresa (10 acadêmicos) e Boas Novas (22 acadêmicos) - 32
- 12/11: Faculdade Católica do Amazonas (44 acadêmicos de filosofia)
- 26/11: Parlamento Jovem (13 estudantes)

10.3 ESMAM nas Escolas

O projeto tem a finalidade de apresentar a importância, o papel, a atuação cidadã do poder judiciário junto à sociedade para que os estudantes das escolas públicas estaduais e municipais possam ter a experiência de adquirirem teórica e empiricamente conhecimentos acerca de seus direitos e deveres enquanto cidadãos, assim, habituando-se desde os primeiros anos do ensino médio e fundamental com o funcionamento da justiça, o papel do judiciário no que se refere ao acolhimento e resposta a esses direitos reivindicatórios, ajudando-os nas escolhas vocacionais durante sua caminhada estudantil, acadêmica e profissional.

Conscientização acerca da atuação e aplicação destes direitos e deveres nos conflitos sociais, necessários para a formação dos estudantes, pois na caminhada estudantil e acadêmica será de grande valia o seu saber-fazer profissional tornando essa experiência vivida por esses estudantes um marco importante para o seu amadurecimento pessoal e profissional.

Indicadores do projeto:

Mais de 1000 crianças tiveram acesso.

- 06/03: Escola Municipal Poetisa Cora Coralina (80 estudantes)
- 04/04: Escola Municipal Raimundo Almeida Lúcio (aproximadamente 100 estudantes)
- 23/05: Escola Municipal Rodolpho Valle (185 estudantes)



- 13/06: Escola Municipal Ana Mota Braga (aproximadamente 100 estudantes)
- 29/08: Escola Municipal Antonina Borges de Sá (100 estudantes)
- 26/09: Escola Municipal Abílio Alencar (aproximadamente 60 estudantes)
- 17/10 e 04/12: Escola Municipal Themistocles Pinheiro Gadelha (402 estudantes)

10.4 ESMAM digital

O projeto tem a finalidade de promover a conscientização de jovens e adolescentes nas escolas do Estado do Amazonas sobre a importância da proteção de dados pessoais no ambiente digital, formando uma cultura de segurança e responsabilidade no uso da internet e das redes sociais. Entre os objetivos específicos estão: explicar conceitos básicos de proteção de dados, apresentar riscos do compartilhamento inadequado, orientar sobre práticas seguras, discutir implicações legais, empoderar jovens como multiplicadores, reduzir a incidência de problemas e estabelecer ponte entre o judiciário e as comunidades escolares.

Indicadores do projeto:

305 crianças

- 10/07: CIME Escola Municipal Arthur Virgílio do Carmo (130 estudantes)
- 23/07: Colégio Lato Sensu (aproximadamente 75 estudantes)
- 30/07: Escola Estadual Senador Petrônio Portella (aproximadamente 100 estudantes)

11. Pesquisa e inovação

11.1 Grupo de Pesquisa - Linha 1 e Linha 2

A Escola da Magistratura do Amazonas (Esmam) publicou o Edital nº 01/2025 para o processo de seleção visando ao ingresso de membros interessados em integrar os grupos de pesquisa da ESMAM, no ano acadêmico de 2025, os quais irão funcionar nos



termos do Edital. Os integrantes deverão se reunir mensalmente e no final do ano deverão apresentar publicação de artigos em revistas com qualis.

A seleção destina-se à ocupação de 8 (oito) vagas como pesquisador e 15 (quinze) vagas como estudante em cada linha de pesquisa voltadas para a produção científica e acadêmica: Linha 1: “Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico”; Linha 2: “Direitos e Garantias Fundamentais no Processo Criminal na Amazônia Legal”. Os atuais integrantes do grupo de pesquisa precisam reafirmar seu interesse em permanecer no grupo, por meio de realização de nova inscrição.

Ao longo do ano, foram realizadas 47 (quarenta e sete) publicações, incluindo revistas de qualis A1, A2, A4 e B4.

11.2 Revista de Direito da Amazônia

Em Novembro de 2025 a ESMAM celebrou o renascimento da Revista de Direito da Amazônia. Sua última edição ocorreu no ano de 2020. Essa nova edição contou com o total de 19 artigos aprovados e registrados (ISSN: 2675-8660), carregando o nome do ilustre Desembargador Raimundo Vidal Pessoa por meio do primeiro prêmio que leva seu nome.

“A amplitude temática dos trabalhos apresentados - desde a Filosofia e Teoria Geral dos Direitos Fundamentais até as intersecções entre Estado de Direito e Tecnologia - demonstra maturidade intelectual e o compromisso com questões contemporâneas fundamentais para o desenvolvimento da região amazônica.

Merece destaque especial a inclusão de linhas de pesquisa voltadas aos grupos invisibilizados, direitos humanos e questões socioambientais, temáticas particularmente relevantes no contexto amazônico, onde a proteção de comunidades tradicionais e a preservação do patrimônio natural se entrelaçam com o desenvolvimento sustentável.



A Revista de Direito da Amazônia estabelece-se como um espaço vital para o diálogo entre a academia e a práxis jurídica, contribuindo para a formação de um pensamento jurídico genuinamente amazônico, que compreende as peculiaridades e desafios desta região única no planeta.

Esta publicação representa mais que um periódico acadêmico: é um instrumento de transformação social e desenvolvimento regional, fomentando a produção científica e proporcionando visibilidade à excelência do pensamento jurídico local.

A reinauguração deste importante veículo de difusão do conhecimento jurídico reafirma o compromisso da magistratura amazonense com a excelência acadêmica e o desenvolvimento regional, consolidando-se como referência para pesquisadores, magistrados e operadores do direito em todo o Norte do Brasil.”

Palavras Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Editor-chefe da Revista de Direito da Amazônia

Link da revista

<https://rda.tjam.jus.br/ojs-3/index.php/DireitoAmazonia/issue/view/5>

12. Lançamento de Livros



12.1 Cortes Superiores e o Código de Processo Civil: o sistema brasileiro de precedentes, os recursos excepcionais e as ações originárias no STJ e no STF após dez anos da edição da Lei 13.105/2015



O objetivo principal da obra é lançar luz sobre o papel estratégico do CNJ na regulação, inovação e promoção de políticas públicas que viabilizem um sistema multiportas mais acessível, eficiente e inclusivo. Ao explorar conceitos como justiça digital, vulnerabilidade digital e instrumentos normativos como as resoluções e recomendações do CNJ, o livro também destaca o aprimoramento do processo civil em tempos de transformação tecnológica.

No dia 06 de Junho de 2025, lançamento da obra de autoria da Paula Cristina de Oliveira Simões

Matéria:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

<https://www.tjam.jus.br/index.php/esmam-noticias/15522-obra-sobre-o-sistema-brasileiro-de-precedentes-nas-cortes-superiores-e-lancada-em-manau>

12.2 Acesso à Justiça das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade: os excluídos digitais e o papel do Conselho Nacional de Justiça

LANÇAMENTO DE OBRA JURÍDICA

Acesso à Justiça das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade

Os Excluídos Digitais e o Papel do Conselho Nacional de Justiça

Paula Cristina de Oliveira Simões

06 de junho de 2025
(sexta - feira)

18h às 20h

Av. André Araújo, S/N - Aleixo, Manaus - AM, 69060-000
Centro Administrativo Des. José de Jesus Ferreira Lopes
Sala vip do Auditório do anexo do TJAM



REALIZAÇÃO: ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA DO AMAZONAS

O objetivo principal da obra é lançar luz sobre o papel estratégico do CNJ na regulação, inovação e promoção de políticas públicas que viabilizem um sistema multiportas mais acessível, eficiente e inclusivo. Ao explorar conceitos como justiça digital, vulnerabilidade digital e instrumentos normativos como as resoluções e recomendações do CNJ, o livro também destaca o aprimoramento do processo civil em tempos de transformação tecnológica.

A expectativa é que a obra contribua para o debate acadêmico e institucional sobre justiça, tecnologia e inclusão, alcançando pesquisadores, operadores do direito, servidores públicos e agentes comprometidos com a construção de um sistema mais



democrático. Além disso, espera-se que desperte reflexões práticas sobre como superar os obstáculos que afastam muitos brasileiros do exercício pleno de seus direitos.

No dia 15 de Setembro de 2025, coordenação-geral do ministro Mauro Campbell Marques, coordenação científica de Fabiano Tesolin e coordenação executiva de André de Azevedo Machado

Matéria: <https://www.tjam.jus.br/index.php/esmam-noticias/14301-esmam-promove-o-lancamento-de-obra-sobre-acesso-a-justica-das-pessoas-em-situacao-de-vulnerabilidade>

12.3 Anais da “I Conferência Internacional de Direito Climático da Escola Superior de Magistratura do Amazonas”

A Conferência, organizada em parceria com o Centro Euro-Americano de Pesquisa em Políticas Constitucionais (CEDEUAM), da Universidade de Salento (Itália), ocorreu no período de 10 a 12 de junho de 2025, no auditório do TCE-AM, com tema central: “Emergência Climática e Ciência: a responsabilidade do Estado, do direito, da economia e da educação na concretização da Agenda 30”.

No dia 23 de Setembro de 2025, lançamento dos anais do evento “Conferência Internacional de Direito Climático da Escola Superior de Magistratura do Amazonas”

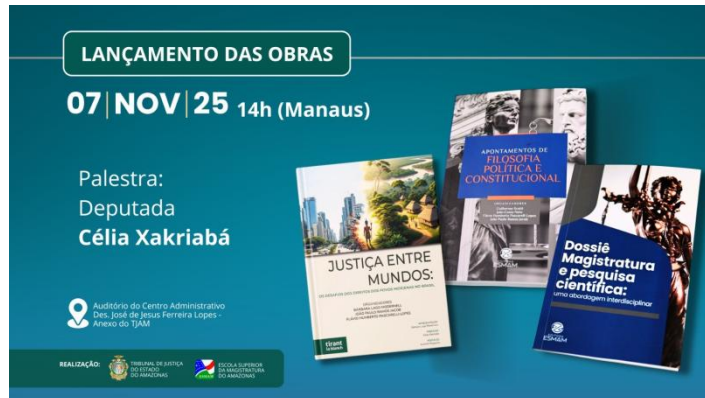
Matéria: <https://www.tjam.jus.br/index.php/esmam-noticias/15329-esmam-lanca-obra-com-os-anais-da-i-conferencia-internacional-de-direito-climatico>



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

12.4 Lançamento de obras jurídicas



Durante o evento, a deputada federal de Minas Gerais, Célia Xakriabá, doutora em Antropologia e mestra em Desenvolvimento Sustentável pela UFMG, que escreveu o prefácio de “Justiça entre mundos: os desafios dos direitos dos povos indígenas no Brasil”, proferiu palestra sobre este tema. A apresentação da parlamentar foi feita pela influenciadora digital e ativista da causa indígena Isabelle Adriana Nogueira Dias, autora do posfácio do mesmo livro.

No dia 7 de Novembro de 2025, três importantes obras: “Apontamentos de Filosofia Política e Constitucional” e “Dossiê Magistratura e pesquisa científica”, ambas de edição própria, e “Justiça entre Mundos”, da Editora Tirant.

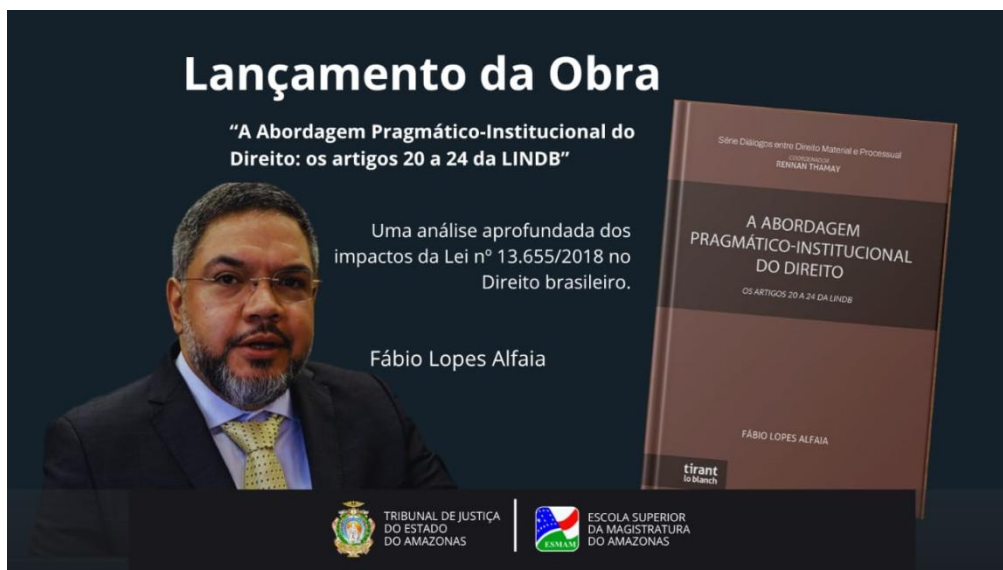
Matéria: <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/15732-com-palestra-e-tarde-de-autografos-editora-esmam-promove-lancamento-de-obras-juridicas>

12.5 A Abordagem Pragmático-Institucional do Direito: os artigos 20 a 24 da Lindb



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS



O livro aprofunda a análise sobre os impactos da Lei nº 13.655/2018, que inseriu os artigos 20 a 24 na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lindb). A norma estabeleceu novos parâmetros de racionalidade, previsibilidade e responsabilidade para as decisões jurídicas e administrativas no país, promovendo uma reflexão sobre a necessidade de maior coerência e transparência no processo decisório.

Na obra, Alfaia propõe a chamada abordagem pragmático-institucional, que busca conciliar a análise das consequências práticas das decisões jurídicas (pragmatismo) com o respeito aos valores e limites institucionais do sistema jurídico (institucionalismo). O autor defende que a aplicação desses artigos oferece uma metodologia para enfrentar a incerteza jurídica que marca o cenário brasileiro, em que diferentes decisões podem surgir para casos semelhantes.

No dia 18 de dezembro de 2025, três importantes obras: “Apontamentos de Filosofia Política e Constitucional” e “Dossiê Magistratura e Pesquisa Científica”, ambas de edição própria, e “Justiça entre Mundos”, da Editora Tirant.



Matéria: <https://www.tjam.jus.br/index.php/esmam-noticias/16037-juiz-do-tjam-fabio-lobes-alfaia-lanca-obra-sobre-os-impactos-da-lindb-no-direito-brasileiro-2>

12.6 1.^a Coletânea Jurídica Desembargador Djalma Martins da Costa

Em 2025, a Escola Superior da Magistratura do Amazonas (Esmam) promoveu um marco relevante para a produção científica jurídica do Estado com o lançamento da 1.^a Coletânea Jurídica Desembargador Djalma Martins da Costa. O evento ocorreu no dia 12 de junho, às 18 horas, no Auditório do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM), reunindo magistrados, servidores e representantes da comunidade acadêmica.

A coletânea foi composta por treze obras originais e inéditas, selecionadas a partir de edital publicado em outubro de 2024, que convocou a apresentação de teses de doutorado e dissertações de mestrado elaboradas por magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como por membros de outros órgãos do sistema de Justiça estadual. Os trabalhos passaram por criteriosos processos de avaliação científica, garantindo elevado padrão acadêmico às publicações.

13. Outros eventos presenciais

13.1 IV Júri Simulado, Procurador de Justiça João Bosco Sá Valente

A Escola Superior da Magistratura do Amazonas-Esmam, realizou no período de 22 a 31 de outubro de 2025, o VII Concurso de Júri Simulado da ESMAM, que neste ano homenageará, *in memoriam*, o Procurador de Justiça João Bosco Sá Valente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

O certame foi destinado, exclusivamente, aos alunos que estivessem cursando a graduação em Direito, nas Universidades ou Faculdades devidamente estabelecidas no Amazonas, com foco no estudo de Direito Penal, Processo Penal, Direitos Humanos e Linguagem Jurídica, valorizando as condutas éticas durante a apresentação das teses.

O concurso teve como conteúdo para estudo, análise e debate, processos penais de crimes contra a vida, com sentença transitada em julgado e ocorreu no auditório do Centro Administrativo, prédio anexo do Tjam.

Faculdades que disputaram: Uninorte, UEA, UFAM, Santa Teresa, Fametro, Boas Novas, Uniniltonlins e La Salle

Equipes Ganhadoras: 1º lugar - UEA, 2º lugar - UFAM, 3º lugar - Uniniltonlins

Destaque Individual: Victor Pereira de Souza (Faculdade La Salle)

Matéria: <https://www.tjam.jus.br/index.php/esmam-noticias/15140-lancado-o-edital-do-vii-concurso-de-juri-simulado-da-esmam>

<https://www.tjam.jus.br/index.php/esmam-noticias/15675-equipe-da-uea-vence-o-vii-juri-simulado-tjam-esmam>

13.2 Medalha do mérito acadêmico e Medalha do mérito funcional da ESMAM

A Diretoria da Escola Superior da Magistratura do Amazonas (Esmam) homenageou autoridades, professores e servidores com a “Medalha do Mérito Acadêmico”, em reconhecimento à contribuição de todos para o aperfeiçoamento de profissionais nas Ciências Jurídicas e para a construção do conhecimento e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

desenvolvimento da pesquisa científica voltados à melhoria da prestação jurisdicional.

A cerimônia de outorga das comendas aconteceu no auditório do Centro Administrativo Des. José de Jesus F. Lopes, anexo à Sede do Tribunal de Justiça do Amazonas, no Aleixo.

O desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes, diretor da Esmam e presidente do Conselho da Medalha do Mérito Acadêmico, conduziu a sessão solene de entrega das medalhas.

Matéria: <https://www.tjam.jus.br/index.php/esmam-noticias/15923-escola-da-magistratura-do-amazonas-outorga-medalha-do-merito-academico-a-autoridades-professores-e-servidores>

A Diretoria da Escola Superior da Magistratura do Amazonas (Esmam) homenageou autoridades civis, militares e servidores com a “Medalha do Mérito Acadêmico” e com a “Medalha do Mérito Funcional”, em reconhecimento à contribuição no cumprimento da missão de proporcionar aos magistrados amazonenses atualização e aprofundamento de seus conhecimentos e conseqüente melhoria no atendimento ao jurisdicionado.

O desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes, diretor da Esmam e presidente do Conselho da Medalha do Mérito Acadêmico, conduziu a sessão solene de entrega das medalhas.

Em seu discurso de abertura, o diretor da Esmam ressaltou a importância de reconhecer a participação de professores, pesquisadores e escritores, que pensam e repassam o conhecimento jurídico, e também exaltou a importância de servidores e colaboradores na construção do saber e do aprimoramento na prestação de serviços ao jurisdicionado.



Matéria: <https://www.tjam.jus.br/index.php/esmam-noticias/16014-escola-da-magistratura-do-amazonas-finaliza-suas-atividades-de-2025-com-solenidade-de-outorga-de-medalha-do-merito-academico-e-do-merito-funcional>

ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS

O presente Relatório de Atividades apresenta o conjunto de ações formativas desenvolvidas pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas (EJUD/TJAM) ao longo do exercício de 2025, evidenciando o compromisso institucional com a formação continuada, a qualificação profissional e o fortalecimento das competências de magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e demais colaboradores do Poder Judiciário.

Ao longo do ano, a EJUD promoveu cursos, oficinas, workshops, eventos, capacitações presenciais, online e autoinstrucionais, bem como ações no âmbito do Programa de Interiorização, alcançando tanto a capital quanto diversos municípios do interior do Estado. As iniciativas abrangeram temas estratégicos como atualização em sistemas, gestão, acesso à justiça, sustentabilidade, direitos humanos, linguagem simples, inclusão, segurança institucional e aprimoramento das rotinas de trabalho.

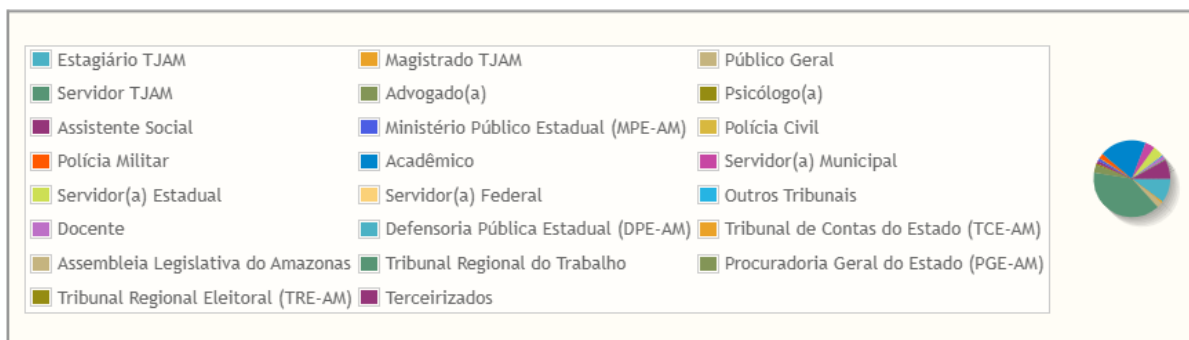
Este relatório sistematiza, de forma objetiva e transparente, o volume e a diversidade das ações realizadas, os eixos temáticos contemplados e o quantitativo de pessoas certificadas, permitindo uma visão global do impacto das atividades desenvolvidas em 2025.

Sistema de Secretaria - Perfis alcançados - Pessoas Capacitadas



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS



PESSOAS CAPACITADAS	
Tipo de Pessoa	Quantidade
Estagiário TJAM	479
Magistrado TJAM	29
Público Geral	115
Servidor TJAM	1850
Advogado(a)	157
Psicólogo(a)	31
Assistente Social	60
Ministério Público Estadual (MPE-AM)	52
Polícia Civil	12
Polícia Militar	92
Acadêmico	928
Servidor(a) Municipal	194
Servidor(a) Estadual	202
Servidor(a) Federal	17
Outros Tribunais	19
Docente	67
Defensoria Pública Estadual (DPE-AM)	9
Tribunal de Contas do Estado (TCE-AM)	2
Assembleia Legislativa do Amazonas	4
Tribunal Regional do Trabalho	4
Procuradoria Geral do Estado (PGE-AM)	2
Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AM)	1
Terceirizados	379
Total	4705

As figuras apresentadas a seguir têm por finalidade demonstrar o perfil do público alcançado pelas ações formativas da EJUD/TJAM em 2025, a partir dos registros consolidados no sistema da Secretaria. A primeira figura evidencia a distribuição do



público por tipo de vínculo institucional, considerando os dados informados no momento do cadastro e da participação nas atividades formativas.

A segunda figura apresenta o quantitativo de pessoas efetivamente capacitadas ao longo do período, destacando que os números ali expostos se referem a indivíduos únicos, e não à quantidade de certificados emitidos. Dessa forma, cada pessoa é contabilizada apenas uma vez, ainda que tenha participado de mais de uma ação formativa no decorrer do ano.

Ressalta-se, portanto, que os totais apresentados não correspondem ao volume de certificações, mas sim ao número real de pessoas alcançadas pelas ações da EJUD/TJAM, o que permite uma leitura mais precisa do impacto institucional das atividades desenvolvidas em termos de alcance do público e efetiva abrangência da política de formação.

AÇÕES FORMATIVAS REALIZADAS EM 2025

Esta seção apresenta, de forma sistematizada, o conjunto de ações formativas desenvolvidas pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas (EJUD/TJAM) ao longo do exercício de 2025. As informações estão organizadas em tabelas, permitindo a visualização objetiva das atividades realizadas, com dados referentes ao título da ação, modalidade, carga horária, período de realização e público atendido.

A relação a seguir consolida as ações executadas no período, evidenciando a diversidade temática, a pluralidade de formatos e a abrangência do público alcançado, em consonância com as diretrizes institucionais de formação continuada e com as demandas estratégicas do Tribunal.

O conjunto dessas informações contribui para a transparência institucional e possibilita uma leitura analítica sobre a execução das atividades formativas no ano de 2025.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

AÇÕES PRESENCIAIS

MÊS	TIPO DE AÇÃO	TÍTULO	CERTIFICADOS
JANEIRO	CURSO	MIGRAÇÃO PROJUDI SEGUNDO GRAU CÂMARAS CÍVEIS	64
	CURSO	MIGRAÇÃO PROJUDI UPJ - VARAS CÍVEIS 1º GRAU	254
FEVEREIRO	CURSO	MIGRAÇÃO PROJUDI - VARAS CRIMINAIS ESPECIALIZADAS	291
	CURSO	ASSESSORIA GABINETES CÍVEIS SEGUNDO GRAU	136
	CURSO	APOIO PROJUDI PLANTÃO CÍVEL	27
	CURSO	MIGRAÇÃO PROJUDI VARAS FAMÍLIA 1º GRAU	158
	CURSO	PROJUDI OFICIAIS DE JUSTIÇA E CENTRAL DE MANDADOS	50
	CURSO	WORKSHOP PROJUDI OAB	85
	CURSO	MIGRAÇÃO PROJUDI VARAS FAZENDAS E ESPECIALIZADAS	100
	CURSO	FORMAÇÃO INICIAL PARA ESTAGIÁRIOS - CFIE - TURMA 01	60
	CURSO	MIGRAÇÃO PROJUDI VARAS JUIZADOS ESPECIAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL E INFRACIONAL	61
CURSO	PROJUDI MINISTÉRIO PÚBLICO	56	
MARÇO	CURSO	PROJUDI CÂMARAS REUNIDAS	11
	CURSO	ASSESSORIAS GABINETES CÍVEIS SEGUNDO GRAU	10
	CURSO	II CURSO DE FACILITADORES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DO TJAM (TURMA 05)	23
	CURSO	CIDADANIA SUSTENTÁVEL E ACESSÍVEL: TJAM NAS ESCOLAS.	17
	CURSO	ACESSIBILIDADE NO TJAM: NAS ESCOLAS	17
	CURSO	OFICINAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS JUNTO A MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE DURANTE MUTIRÃO JURÍDICO E SOCIAL	32
CURSO	SEMINÁRIO "MULHERES E ENCARCERAMENTO NA AMAZÔNIA"	80	
ABRIL	CURSO	FORMAÇÃO INICIAL PARA ESTAGIÁRIOS - CFIE - TURMA	56

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

		02	
	CURSO	LIBRAS - BÁSICO	75
	CURSO	ENCONTRO DE FORMAÇÃO PARA O COMBATE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO (II FÓRUM JUDICIÁRIO DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA) - GÊNERO EM FOCO	188
MAIO	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NÓS CARTÓRIO EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (5º REGISTRO CIVIL)	2
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NÓS CARTÓRIO EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (6º REGISTRO CIVIL)	5
	CURSO	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA ESTAGIÁRIOS - CFIE- TURMA 03	62
	CURSO	CURSO PROJUDI - CADASTRO DE BENS E ARMAS	10
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIO EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (4º REGISTRO CIVIL)	4
	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA (TURMA A)	85
	CURSO	III CURSO DE FACILITADORES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DO TJAM	20
JUNHO	CURSO	PROJUDI DELEGACIA DA MULHER - PCAM	8
	CURSO	INTRODUÇÃO ÀS ATIVIDADES DE EXECUÇÃO DE MANDADOS JUDICIAIS.	16
	CURSO	ASSESSORIA DE GABINETES SEGUNDO GRAU	8
	CURSO	SEMANA NACIONAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SOLO SEGURO FAVELAS 2025	365
	CURSO	PROJUDI COORDENADORIA PSICOSSOCIAL JUDICIÁRIA DO TJAM	25
	CURSO	FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES	38

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

		JUDICIAIS - TURMA 01 (NUPEMEC)	
	CURSO	MESA REDONDA: COMBATE À VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	39
JULHO	CURSO	OFICINA PRÁTICA: ELABORAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E FLUXOGRAMAS COM USO DO BIZAGI.	38
	CURSO	OFICINA PRÁTICA: ELABORAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E FLUXOGRAMAS COM USO DO BIZAGI.	30
	CURSO	WORKSHOP DE METAS E OBJETIVOS: CLAREZA E PROPÓSITO NO SERVIÇO PÚBLICO.	217
	CURSO	CURSO BÁSICO DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL	54
	CURSO	GESTÃO DE RISCOS INSTITUCIONAIS	47
	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA (TURMA B)	85
AGOSTO	CURSO	CIDADANIA SUSTENTÁVEL E ACESSÍVEL: TJAM NAS ESCOLAS	30
	CURSO	QUALIDADE NO ATENDIMENTO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO	76
		CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA ESTAGIÁRIOS	29
	CURSO	SUSTENTABILIDADE DA AMAZÔNIA E OS EFEITOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS COM BELO MONTE	14
	CURSO	GESTÃO DE EQUIPES HÍBRIDAS: PRÁTICAS E FERRAMENTAS	12
	CURSO	1º ENCONTRO DA REDE AMAZONENSE DE PROTEÇÃO DE DADOS	350
	CURSO	CURSO: BEM ATENDER 60+: INTRODUÇÃO AO ENVELHECIMENTO E AOS DIREITOS HUMANOS (CONTÍNUO)	7
	CURSO	TREINAMENTO SAEWEB	7
	CURSO	TJAM EM AÇÃO: SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA	9

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

SETEMBRO	CURSO	CURSO: BEM ATENDER 60+: ESTATUTO DA PESSOA IDOSA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CONTÍNUO)	7
	CURSO	"GESTÃO DE EQUIPES HÍBRIDAS: PRÁTICAS E FERRAMENTAS" - TUMA 02	63
	CURSO	IV CURSO DE FACILITADORES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DO TJAM	16
	CURSO	BEM ATENDER 60+: TIPOS DE VIOLÊNCIA E SUBNOTIFICAÇÃO	7
	CURSO	RODA DE CONVERSA, PREVENÇÃO E ACOLHIMENTO - SAÚDE MENTAL EM FOCO	179
	CURSO	CURSO: TJAM EM AÇÃO: SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA	12
OUTUBRO	CURSO	CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAIS	17
	CURSO	II CONGRESSO DE PESQUISA JUDICIÁRIA DO TJAM/ CERIMÔNIA DE DIPLOMAÇÃO DA ESPECIALIZAÇÃO MBA EM ACESSO À JUSTIÇA E PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA AMAZÔNIA	78
	CURSO	CURSO: BEM ATENDER 60+: ATENDIMENTO HUMANIZADO E ESCUTA QUALIFICADA NO JUDICIÁRIO (CONTÍNUO)	7
	CURSO	CURSO: BEM ATENDER 60+: MOROSIDADE PROCESSUAL E PRIORIDADE NO ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA (CONTÍNUO)	7
	CURSO	CURSO: TJAM EM AÇÃO: SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA	21
	CURSO	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA ESTAGIÁRIOS - CFIE	65
	CURSO	OFICINA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO: FUNDAMENTOS BÁSICOS PARA A SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO (FAMÍLIA)	19
	CURSO	OFICINA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO: FUNDAMENTOS BÁSICOS PARA A SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO (CÍVEL)	14
NOVEMBRO	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA	16

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

		(MANAUS)	
	CURSO	CURSO: BEM ATENDER 60+: CAPACIDADE CIVIL, TOMADA DE DECISÃO APOIADA E CURATELA (CONTÍNUO)	7
	CURSO	CURSO: PARENTALIDADES EM PERSPECTIVA: DIREITOS, VÍNCULOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	38
	CURSO	LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS E PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO DE RESULTADOS	27
	CURSO	AMBIENTES PÚBLICOS INCLUSIVOS: FORMAÇÃO EM ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA	13
	CURSO	AMAZÔNIA PRETA EM MOVIMENTO	24
	CURSO	ASSESSORIA GABINETES CÍVEIS SEGUNDO GRAU	9
	CURSO	CURSO: PARENTALIDADES EM PERSPECTIVA: DIREITOS, VÍNCULOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	38
	CURSO	CURSO: BEM ATENDER 60+: SAÚDE MENTAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO NA VELHICE (CONTÍNUO)	7
	CURSO	CURSO: PARENTALIDADES EM PERSPECTIVA: DIREITOS, VÍNCULOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	38
	CURSO	LIBRAS BÁSICO	19
	CURSO	CURSO: LABORATÓRIO DE ESCRITA EM LINGUAGEM SIMPLES	13
	CURSO	ELABORAÇÃO E GESTÃO DE INVENTÁRIO DE GEE	10
DEZEMBRO	CURSO	CURSO: PARENTALIDADES EM PERSPECTIVA: DIREITOS, VÍNCULOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	38
	CURSO	CURSO: BEM ATENDER 60+: REDE DE PROTEÇÃO E ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL (FIM)	7
	EVENTO	O PODER DA AÇÃO E DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ANO	501
	CURSO	CURSO DE ARMAMENTO E TIRO	25

AÇÕES DO PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

MÊS	TIPO DE AÇÃO	TÍTULO	CERTIFICADOS
MAIO	CURSO	PROJETO INTERIORIZAÇÃO - PRÊMIO QUALIDADE CNJ E TJAM 2025 (MANACAPURU)	44
	CURSO	PROJETO INTERIORIZAÇÃO - PRÊMIO QUALIDADE CNJ E TJAM 2025 (NOVO AIRÃO)	8
	CURSO	PROJETO INTERIORIZAÇÃO - PRÊMIO QUALIDADE CNJ E TJAM 2025 (NOVA OLINDA DO NORTE)	11
	CURSO	PROJETO INTERIORIZAÇÃO - PRÊMIO QUALIDADE CNJ E TJAM 2025 (URUCARÁ)	9
	CURSO	PROJETO INTERIORIZAÇÃO - PRÊMIO QUALIDADE CNJ E TJAM 2025 (CAREIRO DA VÁRZEA)	9
	CURSO	PROJETO INTERIORIZAÇÃO - PRÊMIO QUALIDADE CNJ E TJAM 2025 (AUTAZES)	8
	CURSO	PROJETO INTERIORIZAÇÃO - PRÊMIO QUALIDADE CNJ E TJAM 2025 (NOVO ARIPUANÃ)	7
	CURSO	PROJETO INTERIORIZAÇÃO - PRÊMIO QUALIDADE CNJ E TJAM 2025 (SILVES)	7
	CURSO	II CURSO DE FACILITADORES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DO TJAM (TURMA 06) - ITACOATIARA	26
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (BOA VISTA DO RAMOS)	1
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (MARAÃ)	1
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (IPIXUNA)	1
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (GUAJARÁ)	2
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (LÁBREA)	1
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (ENVIRA)	1
CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (AUTAZES)	1	
CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (BENJAMIN CONSTANT)	2	

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (CODAJÁS)	1
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (APUÍ)	1
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS(IRANDUBA 2º OFÍCIO)	1
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (AUTAZES)	1
	CURSO	II CURSO DE FACILITADORES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DO TJAM (TURMA 07) - LÁBREA	28
	CURSO	CIDADANIA SUSTENTÁVEL E ACESSÍVEL: TJAM NAS ESCOLAS (TEFÉ)	76
JUNHO	CURSO	II CURSO DE FACILITADORES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DO TJAM (TURMA 08) - TEFÉ	26
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (NOVO AIRÃO)	2
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (TABATINGA)	1
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (RIO PRETO DA EVA)	1
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (SILVES)	1
	CURSO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (CAREIRO CASTANHO)	1
JULHO	CURSO	PROJETO INTERIORIZAÇÃO - PRÊMIO QUALIDADE CNJ E TJAM 2025 - II ETAPA (RIO PRETO DA EVA)	6
	CURSO	PROJETO INTERIORIZAÇÃO - PRÊMIO QUALIDADE CNJ E TJAM 2025 - II ETAPA (PRESIDENTE FIGUEIREDO)	5
	CURSO	II CURSO DE FACILITADORES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DO TJAM (TURMA 09) - (SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA)	27
SETEMBRO	CURSO	PROJETO INTERIORIZAÇÃO - PRÊMIO QUALIDADE CNJ E TJAM 2025 - II ETAPA (ITACOATIARA)	18
	CURSO	PROJETO INTERIORIZAÇÃO – PRÊMIO QUALIDADE CNJ E TJAM (SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ)	7

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

	CURSO	PROJETO INTERIORIZAÇÃO - PRÊMIO QUALIDADE CNJ E TJAM 2025 - II ETAPA (HUMAITÁ)	11
	CURSO	PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO PRÊMIO E QUALIDADE CNJ E TJAM 2025- II ETAPA. (BOA VISTA DO RAMOS)	13
OUTUBRO	CURSO	CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAIS	17
	CURSO	CIDADANIA SUSTENTÁVEL E ACESSÍVEL: TJAM NAS ESCOLAS (TEFÉ)	37
	CURSO	CURSO: CIDADANIA SUSTENTÁVEL E ACESSÍVEL : TJAM NAS ESCOLAS (SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA)	18
	CURSO	CAPACITAÇÃO PONTO DE INCLUSÃO DIGITAL - PID	20
	CURSO	WEBINÁRIO: RETENÇÕES FISCAIS E EMISSÃO DE ALVARÁS	64
NOVEMBRO	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA (URUCARÁ)	6
	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA (SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ)	4
	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA (ITAPIRANGA)	6
	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA (SILVES)	5
	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA (ITACOATIARA)	8
	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA (RIO PRETO DA EVA)	4
	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA (MANAQUIRI)	4
	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA (CAREIRO CASTANHO)	6
	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA (AUTAZES)	6
	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA (CAREIRO DA VÁRZEA)	3
	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA (IRANDUBA)	5
	CURSO	FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO E EMERGÊNCIA (MANACAPURU)	7



AÇÕES ONLINE

MÊS	TIPO DE AÇÃO	TÍTULO	CERTIFICADOS
MARÇO	CURSO	TREINAMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE LGPD	118
	CURSO	TREINAMENTO SOBRE O MAPEAMENTO DE DADOS	12
ABRIL	CURSO	CNIUPS E A QUALIFICAÇÃO DE INSPEÇÕES EM PROGRAMAS E SERVIÇOS DE MSE EM MEIO ABERTO NO ESTADO DO AMAZONAS	84
	CURSO	TREINAMENTO DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE LGPD	21
	CURSO	EMERON WEB	14
MAIO	CURSO	MINICURSO: GESTÃO DE ROTINAS ADMINISTRATIVAS	34
	WEBINÁRIO	WEBINÁRIO: RESPEITO E ÉTICA NO TRABALHO: CONSTRUINDO RELAÇÕES SAUDÁVEIS NO PODER JUDICIÁRIO	105
JUNHO	CURSO	SISTEMA E-PRECWEB	50
JULHO	CURSO	INTRODUÇÃO À PERÍCIA PSICOSSOCIAL	31
	WEBINÁRIO	WEBINÁRIO EFICIÊNCIA EM AÇÃO: BOAS PRÁTICAS PARA ALTA PERFORMANCE	74
	CURSO	GESTÃO DE CONFLITOS NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO	55
	CURSO	II FOVID- PROTOCOLO INTEGRADO DE SEGURANÇA VOLTADO AO COMBATE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MAGISTRADAS E SERVIDORAS	78
	CURSO	CURSO: GRUPO REFLEXIVO E RESPONSABILIZANTE PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: AVALIAÇÃO E EFETIVIDADE DOS GRUPOS (FIM)	32
AGOSTO	CURSO	PROJUDI - SISTEMA DE CONCILIAÇÃO VIRTUAL	196
SETEMBRO	WEBINÁRIO	WEBINÁRIO PRIVACIDADE E SEGURANÇA DE DADOS NAS ROTINAS DE TRABALHO DAS VARAS	116
	RODA DE CONVERSA	INCLUSÃO EM FOCO: DIÁLOGOS SOBRE ACESSIBILIDADE E DIREITOS	42
OUTUBRO		CAPACITAÇÃO PONTO DE INCLUSÃO DIGITAL - PID	20
	WEBINÁRIO	WEBINÁRIO: RETENÇÕES FISCAIS E EMISSÃO DE ALVARÁS	64
	CURSO	FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA LINGUAGEM SIMPLES: ENTRE O TÉCNICO E O ACESSÍVEL.	45

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

	CURSO	INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL E SEEU	137
	CURSO	CURSO: A LINGUAGEM COMO BARREIRA E COMO PONTE: FUNDAMENTOS DO DIREITO À INFORMAÇÃO NO SISTEMA DE JUSTIÇA	28
	CURSO	CURSO: PARENTALIDADES EM PERSPECTIVA: DIREITOS, VÍNCULOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	38
	CURSO	CURSO: COMUNICAÇÃO PÚBLICA E INOVAÇÃO INSTITUCIONAL: EXPERIÊNCIAS EM LINGUAGEM SIMPLES	27
	CURSO	CURSO: PARENTALIDADES EM PERSPECTIVA: DIREITOS, VÍNCULOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	38
NOVEMBRO	WEBINÁRIO	WEBINÁRIO ACESSO À JUSTIÇA E COMUNIDADES QUILOMBOLAS	80
	CURSO	TJAM EM AÇÃO: SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA	27
	CURSO	TJAM EM AÇÃO: SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA	28
DEZEMBRO	CURSO	CURSO: AVALIAÇÃO E SÍNTESE CRÍTICA: DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA LINGUAGEM SIMPLES NO JUDICIÁRIO	22
	CURSO	ACESSIBILIDADE DIGITAL NO ÂMBITO DA JUSTIÇA	20
	CURSO	PESQUISAS EMPÍRICAS APLICADAS ÀS POLÍTICAS JUDICIÁRIAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO	43

AÇÕES AUTOINSTRUCIONAIS (CURSOS ONLINE DISPONÍVEIS NO AVA DA EJUD)

MÊS	TIPO DE AÇÃO	TÍTULO	CERTIFICADOS
DEZEMBRO	CURSO	BALCÃO VIRTUAL DO TJAM	149
JANEIRO	CURSO	CURSO AUTOINSTRUCIONAL: MESA DO DISTRIBUIDOR E CENTRAL DE MANDADOS NO SISTEMA PROJUDI	4
MARÇO	CURSO	CURSO DE INGRESSO AO TELETRABALHO - RESOLUÇÃO TJAM 23/2022	385
JANEIRO	CURSO	FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	3
SETEMBRO	CURSO	PROJUDI AVANÇADO: GESTÃO COM FOCO NA PRODUTIVIDADE	41
ABRIL	CURSO	VAMOS FALAR DE SAÚDE MENTAL? ESTRATÉGIAS DE CUIDADO NO DIA A DIA (TURMA 1/2025)	7
OUTUBRO	WEBINÁRIO	WEBINÁRIO: RETENÇÕES FISCAIS E EMISSÃO DE ALVARÁS	64



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

OUTUBRO	WORKSHOP	WORKSHOP METAS E OBJETIVOS: CLAREZA E PROPÓSITO NO SERVIÇO PÚBLICO	2
---------	----------	--	---

CONTRATAÇÕES EXTERNAS

MÊS	TIPO DE AÇÃO	TÍTULO	CERTIFICADOS
JULHO	WORKSHOP	WORKSHOP DE METAS E OBJETIVOS: CLAREZA E PROPÓSITO NO SERVIÇO PÚBLICO.	217
NOVEMBRO	CURSO	LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS E PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO DE RESULTADOS	27
	CURSO	ELABORAÇÃO E GESTÃO DE INVENTÁRIO DE GEE	10
DEZEMBRO	EVENTO	O PODER DA AÇÃO E DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ANO	501

ATIVIDADES POR EIXO

EIXO	QUANTIDADE
ATUALIZAÇÕES EM SISTEMAS	23
ATUALIZAÇÃO EM DIREITO	21
GÊNERO E DIVERSIDADE	1
ACESSO À JUSTIÇA	16
EXTENSÃO	11
GESTÃO POR COMPETÊNCIA	10
GRUPOS PRIORITÁRIOS	6
INTERIORIZAÇÃO	29
LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5
METAS	0
PROGRAMA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	2
ROTINAS	11
SUSTENTABILIDADE, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	17



CERTIFICADOS EMITIDOS

TIPO DE AÇÃO	CERTIFICADOS
PRESENCIAL	4885
ONLINE	1679
AUTOINSTRUCIONAL	745
TOTAL:	7309

Os dados consolidados ao longo deste relatório evidenciam a amplitude e a diversidade das ações formativas desenvolvidas pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas (EJUD/TJAM) no exercício de 2025, bem como o esforço institucional contínuo voltado à qualificação do corpo funcional e ao fortalecimento das políticas de formação.

A distribuição das atividades por modalidades (presenciais, online, autoinstrucionais e por meio de contratações externas) demonstra a adoção de estratégias formativas complementares, capazes de ampliar o acesso, diversificar metodologias e atender às diferentes demandas institucionais. O quantitativo de certificados emitidos reflete o elevado volume de participações nas ações ofertadas ao longo do período, enquanto os indicadores de pessoas capacitadas permitem visualizar o alcance real da política de formação junto ao público interno e externo.

A organização das ações por eixos temáticos revela, ainda, o alinhamento da programação formativa às prioridades institucionais, contemplando áreas estratégicas como atualização em sistemas, acesso à justiça, interiorização, sustentabilidade, gestão, rotinas de trabalho e proteção de dados, entre outras.

Nesse sentido, o conjunto de informações apresentado não apenas registra as atividades executadas, mas também reafirma o papel da EJUD/TJAM como instância estratégica de formação, contribuindo de maneira efetiva para o aprimoramento da prestação jurisdicional, o fortalecimento institucional e a qualificação contínua dos serviços prestados à sociedade.



NÚCLEO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Criado por meio da Resolução nº 23/2020, o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (NEGE), subordinado diretamente à Presidência da Egrégia Corte e com caráter permanente, tem como princípio basilar auxiliar o órgão na racionalização do processo de modernização institucional.

Pautada pela nova política de modernização do Poder Judiciário em âmbito nacional, capitaneada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a criação de núcleos de estatística nos tribunais se deve à necessidade de estudos baseados na ciência estatística, de modo a propiciar o apoio à decisão por parte do corpo gestor, buscando otimizar e tornar ainda mais eficiente o Poder Judiciário brasileiro.

Dentre as diversas funções e competências do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica do TJAM, destacam-se:

- Análise crítica e acompanhamento dos dados extraídos dos sistemas judiciais relacionados à litigiosidade;
- Acompanhamento dos indicadores das Metas Nacionais no âmbito do TJAM;
- Desenvolvimento, aprimoramento e manutenção da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud) no domínio do TJAM;
- Assessoramento aos órgãos diretivos do TJAM, bem como apoio na operacionalização para o alcance de objetivos no Prêmio CNJ de Qualidade;
- Envio de informações estatísticas do Poder Judiciário do Estado do Amazonas a outros órgãos do Poder Judiciário;
- Gestão de usuários e suporte aos sistemas que compõem o portfólio do Conselho Nacional de Justiça;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Desenvolvimento e manutenção de painéis estatísticos baseados em Business Intelligence (BI), promovendo o acesso fácil e dinâmico aos dados de litigiosidade e gestão.

Cabe destacar que, diante do profundo processo de informatização do Poder Judiciário, a importância e a responsabilidade do Núcleo de Estatística pelo cadastro de servidores e magistrados do TJAM junto aos sistemas nacionais que compõem o portal corporativo do CNJ — incluindo sistemas como BNMP, RENAJUD, SISBAJUD, SNIPER, SNGB, PrevJud e e-NatJus, entre outros — tornam necessária a constante atualização cadastral, bem como o suporte contínuo aos usuários.

Com um papel relevante, a atuação do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica no cumprimento das Metas Nacionais do CNJ e no Prêmio CNJ de Qualidade é indispensável, provendo apoio direto às unidades judiciárias por meio de estudos estatísticos, palestras de esclarecimento e desenvolvimento de painéis de BI, que promovem o entendimento e a capacitação da atividade-fim em busca do cumprimento dos índices estabelecidos.

Apresentamos, em anexo, relatórios detalhados com os dados estatísticos da atividade judicante do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, extraídos pelo Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica dos sistemas de gestão judicial (SAJ e Projudi), referentes ao período de janeiro a dezembro de 2025.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

DADOS ESTATÍSTICOS NO ÂMBITO DA ATIVIDADE JUDICANTE DO TJAM

Situacional - PROJUDI

Referência: Janeiro de 2025 a Dezembro de 2025.

COMARCA	VARA	Ativos no fim do período	Suspensos no fim do período	Inst. Superior no fim do período	Baixados no período	Julgados no período	Distribuídos no período
Alvarães	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Alvarães	180	0	0	22	10	-90
Alvarães	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Alvarães	0	0	0	1	0	4
Alvarães	Vara Única da Comarca de Alvarães	1913	739	484	4674	4850	4437
Amaturá	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Amaturá	0	0	0	0	0	5
Amaturá	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Amaturá	0	0	0	0	0	0

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Amaturá	Vara Única da Comarca de Amaturá	453	258	205	759	784	691
Anamã	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Anamã	11	3	0	9	3	-4
Anamã	Polo 6: Vara de Plantão da Comarca de Anamã	0	0	0	0	0	1
Anamã	Vara Única da Comarca de Anamã	432	214	316	1230	1273	942
Anori	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Anori	181	0	0	1	3	40
Anori	Polo 6: Vara de Plantão da Comarca de Anori	0	0	0	0	0	5
Anori	Vara Única da Comarca de Anori	1194	788	456	1439	1564	1593
Apuí	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Apuí	0	0	0	0	0	0
Apuí	Polo 4: Vara de Plantão da Comarca de Apuí	0	0	0	0	0	3
Apuí	Vara Única da Comarca de Apuí	3068	212	224	1559	1960	1695
Atalaia do Norte	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Atalaia do Norte	54	1	0	52	20	-50
Atalaia do Norte	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Atalaia do Norte	0	0	0	0	0	0

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Atalaia do Norte	Vara Única da Comarca de Atalaia do Norte	855	230	161	895	692	862
Autazes	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Autazes	178	1	0	60	29	-203
Autazes	Polo 4: Vara de Plantão da Comarca de Autazes	0	0	0	1	0	4
Autazes	Vara Única da Comarca de Autazes	4992	1004	701	2428	4743	3428
Barcelos	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Barcelos	81	0	0	50	22	-192
Barcelos	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Barcelos	0	0	0	0	0	0
Barcelos	Vara Única da Comarca de Barcelos	1954	941	496	1285	1535	1946
Barreirinha	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Barreirinha	70	7	0	56	15	-56
Barreirinha	Polo 9: Vara de Plantão da Comarca de Barreirinha	0	0	0	6	0	6
Barreirinha	Vara Única da Comarca de Barreirinha	1375	1114	1110	3488	4365	2384
Benjamin Constant	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Benjamin Constant	1	0	0	1	1	2
Benjamin Constant	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Benjamin Constant	0	0	0	1	0	1

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Benjamin Constant	Vara Única da Comarca de Benjamin Constant	1970	1454	440	2218	3113	2620
Beruri	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Beruri	31	0	1	10	11	-87
Beruri	Polo 6: Vara de Plantão da Comarca de Beruri	0	0	0	1	0	14
Beruri	Vara Única da Comarca de Beruri	2064	674	180	1515	2054	1859
Boa Vista do Ramos	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Boa Vista do Ramos	3	0	0	0	0	2
Boa Vista do Ramos	Polo 9: Vara de Plantão da Comarca de Boa Vista do Ramos	1	0	0	5	0	7
Boa Vista do Ramos	Vara Única da Comarca de Boa Vista do Ramos	2484	1102	818	1558	2947	2112
Boca do Acre	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Boca do Acre	407	10	1	45	54	31
Boca do Acre	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Boca do Acre	0	0	0	1	0	7
Boca do Acre	Vara Única da Comarca de Boca do Acre	5199	3276	393	2170	2708	5554
Borba	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Borba	107	0	1	14	13	-146
Borba	Polo 4: Vara de Plantão da Comarca de Borba	0	0	0	0	0	2

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Borba	Vara Única da Comarca de Borba	1938	512	670	2009	2678	2347
Caapiranga	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Caapiranga	8	4	0	7	6	-19
Caapiranga	Polo 5: Vara de Plantão da Comarca de Caapiranga	0	0	1	0	0	2
Caapiranga	Vara Única da Comarca de Caapiranga	1383	442	533	1229	1969	1380
Canutama	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Canutama	71	0	1	6	6	0
Canutama	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Canutama	0	0	0	0	0	7
Canutama	Vara Única da Comarca de Canutama	2033	335	162	685	3148	1364
Carauari	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Carauari	127	0	2	27	12	49
Carauari	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Carauari	0	0	0	1	0	2
Carauari	Vara Única da Comarca de Carauari	3345	464	332	2498	2726	1651
Careiro Castanho	CEJUSC Careiro Castanho	50	0	0	1	3	0
Careiro Castanho	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Careiro Castanho	101	0	0	0	0	11

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Careiro Castanho	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Careiro Castanho	0	0	0	0	0	3
Careiro Castanho	Vara Única da Comarca de Careiro Castanho	4101	993	600	3159	4165	3230
Careiro da Várzea	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Careiro da Várzea	151	0	0	2	6	56
Careiro da Várzea	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Careiro da Várzea	0	0	0	1	1	1
Careiro da Várzea	Vara Única da Comarca de Careiro da Várzea	1704	459	124	1325	1175	1193
Coari	1ª Vara da Comarca de Coari	4099	415	83	2525	8013	2105
Coari	1º Juizado Especial da Comarca de Coari	2012	1543	346	1541	2888	2268
Coari	2ª Vara da Comarca de Coari	6792	1871	1218	1979	2516	2848
Coari	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Coari	840	0	2	7	11	166
Coari	Polo 6: Vara de Plantão da Comarca de Coari	0	0	0	6	2	40
Codajás	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Codajás	126	0	0	38	5	-48
Codajás	Polo 6: Vara de Plantão da Comarca de Codajás	0	0	0	0	0	7

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Codajás	Vara Única da Comarca de Codajás	2740	2209	374	3724	7209	5158
Eirunepé	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Eirunepé	479	0	5	29	32	166
Eirunepé	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Eirunepé	0	0	0	0	0	10
Eirunepé	Vara Única da Comarca de Eirunepé	2223	614	214	1656	1817	1963
Envira	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Envira	61	0	0	1	3	6
Envira	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Envira	0	0	0	0	0	1
Envira	Vara Única da Comarca de Envira	1920	1149	244	858	885	2124
Fonte Boa	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Fonte Boa	158	2	0	54	31	-83
Fonte Boa	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Fonte Boa	0	0	1	1	0	4
Fonte Boa	Vara Única da Comarca de Fonte Boa	3264	877	407	1711	2051	2010
Guajará	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Guajará	57	0	1	14	9	-38
Guajará	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Guajará	0	0	0	0	0	1

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Guajará	Vara Única da Comarca de Guajará	923	484	403	996	1006	769
Humaitá	1ª Vara da Comarca de Humaitá	3086	396	137	2166	2214	1834
Humaitá	1º Juizado Especial da Comarca de Humaitá	947	556	1744	5001	9893	5084
Humaitá	2ª Vara da Comarca de Humaitá	4134	223	1292	2734	3814	1848
Humaitá	Central de Cartas Precatórias de Humaitá	142	0	0	1134	0	940
Humaitá	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Humaitá	226	0	0	57	70	-98
Humaitá	Polo 4: Vara de Plantão da Comarca de Humaitá	0	0	0	2	1	9
Ipixuna	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Ipixuna	49	6	0	18	19	-10
Ipixuna	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Ipixuna	0	0	0	1	0	7
Ipixuna	Vara Única da Comarca de Ipixuna	1044	612	324	995	1409	840
Irlanduba	1ª Vara da Comarca de Irlanduba	2772	329	59	3287	2570	1750
Irlanduba	2ª Vara da Comarca de Irlanduba	4474	1201	1477	3463	4924	3429
Irlanduba	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Irlanduba	295	6	1	76	64	178

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Irlanduba	Polo 5: Vara de Plantão da Comarca de Irlanduba	0	0	0	6	0	10
Itacoatiara	1ª Vara da Comarca de Itacoatiara	1664	522	92	849	524	713
Itacoatiara	1º Juizado Especial da Comarca de Itacoatiara	1411	1158	853	3492	5165	2731
Itacoatiara	2ª Vara da Comarca de Itacoatiara	2658	253	110	3222	2486	2377
Itacoatiara	3ª Vara da Comarca de Itacoatiara	4426	198	2048	4137	6380	3251
Itacoatiara	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Itacoatiara	1075	0	1	31	14	110
Itacoatiara	Polo 8: Vara de Plantão da Comarca de Itacoatiara	0	0	0	4	0	12
Itamarati	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Itamarati	15	0	0	3	2	-41
Itamarati	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Itamarati	0	0	0	0	0	-1
Itamarati	Vara Única da Comarca de Itamarati	612	443	278	655	983	823
Itapiranga	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Itapiranga	25	0	0	20	17	3
Itapiranga	Polo 8: Vara de Plantão da Comarca de Itapiranga	0	0	0	2	1	2
Itapiranga	Vara Única da Comarca de Itapiranga	1480	538	369	1693	1972	1477

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Japurá	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Japurá	13	7	1	6	2	-35
Japurá	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Japurá	0	0	0	1	0	4
Japurá	Vara Única da Comarca de Japurá	1030	489	53	547	644	917
Juruá	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Juruá	102	0	0	0	1	-115
Juruá	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Juruá	0	0	0	0	0	4
Juruá	Vara Única da Comarca de Juruá	1486	661	154	772	852	1200
Jutaí	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Jutaí	102	0	0	32	7	-62
Jutaí	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Jutaí	0	0	0	3	1	5
Jutaí	Vara Única da Comarca de Jutaí	2954	317	194	901	715	1311
Lábrea	CEJUSC Lábrea	614	1	0	449	472	437
Lábrea	CEJUSC Lábrea Pré	2	0	0	6	5	-3
Lábrea	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Lábrea	156	0	2	100	89	-220
Lábrea	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Lábrea	0	0	0	0	0	4

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Lábrea	Vara Única da Comarca de Lábrea	4628	826	261	3601	4164	2867
Manacapuru	1ª Vara da Comarca de Manacapuru	1933	1340	124	1405	6168	1045
Manacapuru	1º Juizado Especial da Comarca de Manacapuru	723	428	1241	4928	6498	2454
Manacapuru	2ª Vara da Comarca de Manacapuru	4341	473	83	3825	3007	2882
Manacapuru	3ª Vara da Comarca de Manacapuru	4944	1273	1345	2754	3198	2585
Manacapuru	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Manacapuru	444	1	3	152	90	6
Manacapuru	Polo 5: Vara de Plantão da Comarca de Manacapuru	0	0	0	5	0	22
Manaquiri	CEJUSC Manaquiri	63	0	0	94	96	110
Manaquiri	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Manaquiri	0	0	0	2	0	-108
Manaquiri	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Manaquiri	0	0	0	0	0	0
Manaquiri	Vara Única da Comarca de Manaquiri	2605	1399	276	2122	2425	3564
Manaus	10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	1578	1400	35	744	539	558
Manaus	10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	5528	1609	2214	2352	6411	3865

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	10ª Vara de Família (Lúcio Fonte) da Comarca de Manaus	2650	188	48	1714	1817	2111
Manaus	10º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	2853	966	2418	9881	11666	5669
Manaus	11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	1329	1571	64	1383	1345	565
Manaus	11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	7039	1089	2036	2227	12938	3753
Manaus	11º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1840	907	2738	8368	10319	6195
Manaus	12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	8990	1546	965	2231	4598	3818
Manaus	12º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1692	1230	2078	9219	11692	5536
Manaus	13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	4180	908	2439	2658	6702	3700
Manaus	13º Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus	14	0	1	0	1	0
Manaus	13º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	2457	1297	2227	7731	11008	6231
Manaus	14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	3748	1867	2016	2483	6905	3520

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	14º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	2672	1031	2968	11148	12121	5661
Manaus	15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	4975	1001	1897	1920	5809	3660
Manaus	15º Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus	6	31	1	165	4	-26
Manaus	15º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1685	1289	1932	8547	11696	5759
Manaus	16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	4634	815	2132	3664	8183	4148
Manaus	16º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	3095	1017	2734	8327	15154	6299
Manaus	17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	3434	1124	2823	2545	10414	3932
Manaus	17º Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus	42	0	15	11	23	-4
Manaus	17º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1360	1019	1920	7685	10003	5827
Manaus	18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	7309	1008	1894	2900	8083	3518
Manaus	18º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1547	945	2136	10464	12604	5757

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	7454	1576	2015	2180	8395	3954
Manaus	19º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1517	516	2127	10155	11739	5781
Manaus	1ª Unidade do 1º Núcleo de Justiça 4.0	2541	1	973	313	1523	1151
Manaus	1ª Unidade do 2º Núcleo da Justiça 4.0	5662	2653	4	296	1073	3686
Manaus	1ª V.E.C.U.T.E. da Comarca de Manaus	287	234	108	1100	1824	440
Manaus	1ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	728	1339	81	1144	710	598
Manaus	1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	5647	1055	2563	2443	8952	3684
Manaus	1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes da Comarca de Manaus	896	460	225	1140	1127	1256
Manaus	1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Manaus	2794	50	1843	1458	33438	1966
Manaus	1ª Vara de Família da Comarca de Manaus	2105	168	315	2955	2526	2458
Manaus	1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus	931	380	90	1249	737	1142
Manaus	1º Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus	2115	256	10	5667	5042	4609
Manaus	1º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1807	699	3023	10104	14678	6940

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	1º Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal da Comarca de Manaus	5738	455	2009	7482	14091	5887
Manaus	1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) da Comarca de Manaus	1014	5567	44	2746	3230	4665
Manaus	20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	5348	842	2336	2737	6920	3822
Manaus	20º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1658	966	1604	8899	10813	5736
Manaus	21ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	3320	1028	1830	1916	5669	3562
Manaus	21º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1469	1055	1833	9030	10682	5676
Manaus	22ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	3334	885	2178	1901	6495	3533
Manaus	22º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	3378	605	1009	4618	9285	5513
Manaus	23ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	4381	692	1388	1640	5197	3351
Manaus	23º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1843	486	1611	5047	9201	5510
Manaus	2ª Unidade do 1º Núcleo de Justiça 4.0	2439	4	907	467	1514	1150
Manaus	2ª Unidade do 2º Núcleo da Justiça 4.0	5672	2418	0	368	1576	3700

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	2ª V.E.C.U.T.E. da Comarca de Manaus	262	325	210	850	1059	417
Manaus	2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	474	1325	185	2444	4888	528
Manaus	2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	4240	892	2121	3371	6438	3643
Manaus	2ª Vara Especializada em Crimes contra a Dignidade Sexual e Violência Doméstica Contra as Crianças e Adolescentes da Comarca de Manaus	1796	367	169	404	769	1047
Manaus	2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Manaus	2548	93	1916	1572	67862	1985
Manaus	2ª Vara de Família (Lúcio Fonte) da Comarca de Manaus	5189	182	138	2869	2784	2134
Manaus	2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus	555	538	158	919	838	772
Manaus	2º Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus	1945	143	74	4365	5116	4029
Manaus	2º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	2150	1090	1719	7033	8520	5587
Manaus	2º Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal da Comarca de Manaus	11203	642	1222	4668	10372	6359
Manaus	2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) da Comarca de Manaus	1961	5520	130	3822	3632	4442
Manaus	3ª Unidade do 1º Núcleo de Justiça 4.0	2420	43	858	528	1512	1163

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	3ª Unidade do 2º Núcleo da Justiça 4.0	7159	1186	1	308	2018	3864
Manaus	3ª V.E.C.U.T.E. da Comarca de Manaus	592	412	141	860	25417	377
Manaus	3ª Vara Criminal (Extinta) da Comarca de Manaus	0	0	0	3	0	0
Manaus	3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	4057	348	2899	2876	10250	3690
Manaus	3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Manaus	2064	37	2003	1963	41514	2260
Manaus	3ª Vara de Família (Azarias Menescal) da Comarca de Manaus	4163	143	87	3834	3230	2295
Manaus	3ª Vara de Família (Fora de uso) da Comarca de Manaus	2	0	0	0	0	3
Manaus	3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus	448	286	136	670	6799	759
Manaus	3º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	5493	1632	2490	6740	12172	6874
Manaus	3º Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal da Comarca de Manaus	6704	197	1110	2794	9451	6549
Manaus	3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) da Comarca de Manaus	1566	1324	113	6186	8217	5074
Manaus	4ª V.E.C.U.T.E. da Comarca de Manaus	692	410	220	1509	2960	454
Manaus	4ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	1005	624	91	1681	759	520

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	4970	790	2379	3403	10027	4267
Manaus	4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta) da Comarca de Manaus	11	0	3	0	1	0
Manaus	4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Manaus	3798	141	1698	1106	32494	1825
Manaus	4ª Vara de Família da Comarca de Manaus	3570	70	257	2767	5847	2405
Manaus	4º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	3623	1557	2551	8950	12813	5718
Manaus	4º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) da Comarca de Manaus	1307	262	84	4164	2592	4391
Manaus	5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	978	941	57	701	7566	593
Manaus	5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	7868	871	1854	2654	7479	3490
Manaus	5ª Vara da Fazenda Pública (Extinta) da Comarca de Manaus	90	8	59	14	19	-10
Manaus	5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus	2680	12	67	3738	3289	3529
Manaus	5º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	2006	992	2402	7890	11945	6239
Manaus	5º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) da Comarca de Manaus	2428	401	93	3080	3562	4573



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Manaus	6ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	1278	1021	51	780	754	559
Manaus	6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	5181	633	2555	2651	7760	3740
Manaus	6ª Vara de Família da Comarca de Manaus	2525	180	283	2594	3069	2415
Manaus	6º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1965	1203	1976	7065	10317	5748
Manaus	6º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) da Comarca de Manaus	1122	130	74	4503	4146	4334
Manaus	7ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	1099	1059	99	632	684	629
Manaus	7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	4685	857	2593	2253	10385	3584
Manaus	7ª Vara de Família da Comarca de Manaus	2797	198	316	2906	3048	2436
Manaus	7º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	3583	1820	2310	9479	13192	5867
Manaus	8ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	1062	1457	169	1012	27787	630
Manaus	8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	4776	715	2755	2738	13927	3979
Manaus	8ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus	4843	43	120	2655	3414	3660
Manaus	8º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1531	793	2318	11570	12159	5752

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	9ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	662	1559	201	1406	1418	625
Manaus	9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	7468	1077	2067	1841	5925	3833
Manaus	9ª Vara de Família da Comarca de Manaus	2037	23	69	1925	1793	2182
Manaus	9º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	2148	1025	2480	11185	11700	6239
Manaus	CEJUSC Cível	23	0	0	45	15	57
Manaus	CEJUSC Cível Manaus	2475	3	22	7	20	0
Manaus	CEJUSC FAMÍLIA(Advogados) Manaus	1050	0	29	3	15	0
Manaus	CEJUSC FAMÍLIA(Defensoria) Manaus	1220	0	0	4	6	0
Manaus	CEJUSC FAMÍLIA(Zona Leste) Manaus	815	0	1	1	0	0
Manaus	CEJUSC FAMÍLIA(Zona Norte) Manaus	183	0	0	0	2	0
Manaus	CEJUSC Manaus	7	0	0	3	2	0
Manaus	Casa de Justiça e Cidadania da Comarca de Manaus	144	0	0	0	0	0
Manaus	Central de Cartas Precatórias Criminais de Manaus	638	0	0	5136	1	5316
Manaus	Central de Cartas Precatórias Cíveis de Manaus	551	0	2	5383	8	5236
Manaus	Central de Cartas Precatórias de Manaus	396	0	0	1367	0	1749

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	Central de Plantão Criminal da Comarca de Manaus	7	0	4	64	11	122
Manaus	Central de Plantão Cível da Comarca de Manaus	2	0	4	86	29	316
Manaus	Centro Judiciário de Solução de Conflitos	27	0	0	53	57	229
Manaus	Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família da Comarca de Manaus	3	0	0	46	36	42
Manaus	Depósito de Cancelados	16747	891	0	115	126	0
Manaus	Juizado da Infância e Juventude Cível (Euza Maria) da Comarca de Manaus	2829	72	206	2364	2812	2192
Manaus	Juizado da Infância e Juventude Infracional da Comarca de Manaus	48	18	22	1368	1209	1196
Manaus	Presidência	7526	126	6	3695	91	3251
Manaus	Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual da Comarca de Manaus	13181	3086	996	1920	5167	1882
Manaus	Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal da Comarca de Manaus	19497	867	387	12232	217413	2234
Manaus	Vara Especializada de Crimes de Trânsito da Comarca de Manaus	0	8	1	0	0	-14
Manaus	Vara Especializada do Meio Ambiente da Comarca de Manaus	1160	382	303	765	1785	448
Manaus	Vara da Auditoria Militar da Comarca de Manaus	1173	66	58	348	304	132

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	Vara de Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca de Manaus	239	41	0	487	413	327
Manaus	Vara de Família da Justiça Itinerante de Manaus	362	1	0	0	45	363
Manaus	Vara de Garantias Custódia	497	9	2	3091	7	1356
Manaus	Vara de Garantias Inquéritos	3	0	0	109	12	-89
Manaus	Vara de Garantias Inquéritos da Comarca de Manaus	12612	4356	142	6269	3431	13797
Manaus	Vara de Inquéritos da Comarca de Manaus	4	0	4	2	286	-512
Manaus	Vara de Plantão Maria da Penha	0	0	0	3	1	246
Manaus	Vara de Registros Públicos da Comarca de Manaus	1438	21	111	5719	3983	2936
Manaus	Vara de Registros Públicos da Justiça Itinerante de Manaus	367	0	0	0	0	358
Manaus	Vara de Usucapião e Conflitos Agrários da Comarca de Manaus	0	1	6	0	692	-3
Manaus	Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Manaus	3703	356	94	1630	1180	1940
Manaus	Vara do Juizado Especial da Justiça Itinerante de Manaus	2	0	0	0	0	2
Manicoré	1ª Vara da Comarca de Manicoré	1839	190	88	1387	1734	1562
Manicoré	2ª Vara da Comarca de Manicoré	3715	711	404	1493	1949	2416
Manicoré	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de	75	0	0	2	2	-43

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

	Manicoré						
Manicoré	Polo 4: Vara de Plantão da Comarca de Manicoré	0	0	0	0	0	-3
Maraã	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Maraã	3	0	0	0	0	-77
Maraã	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Maraã	0	0	0	0	0	0
Maraã	Vara Única da Comarca de Maraã	1554	1003	488	1816	2211	2094
Maués	1ª Vara da Comarca de Maués	1762	630	52	1217	980	1076
Maués	2ª Vara da Comarca de Maués	3842	565	921	1751	3553	3433
Maués	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Maués	916	0	0	3	49	103
Maués	Polo 8: Vara de Plantão da Comarca de Maués	0	0	0	3	2	3
Nhamundá	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Nhamundá	44	0	0	0	0	-64
Nhamundá	Polo 9: Vara de Plantão da Comarca de Nhamundá	0	0	0	3	0	2
Nhamundá	Vara Única da Comarca de Nhamundá	1499	822	958	2145	3578	2130
Nova Olinda do Norte	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Nova Olinda do Norte	111	0	0	12	13	-289
Nova Olinda do Norte	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Nova Olinda do Norte	0	0	0	2	0	6
Nova Olinda do Norte	Vara Única da Comarca de Nova Olinda do Norte	4286	1591	436	4388	6282	4572

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Novo Airão	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Novo Airão	40	0	0	5	1	-15
Novo Airão	Polo 5: Vara de Plantão da Comarca de Novo Airão	0	0	0	0	0	4
Novo Airão	Vara Única da Comarca de Novo Airão	3000	1028	408	1379	1841	1950
Novo Aripuanã	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Novo Aripuanã	15	0	0	1	2	14
Novo Aripuanã	Polo 4: Vara de Plantão da Comarca de Novo Aripuanã	0	0	0	1	1	9
Novo Aripuanã	Vara Única da Comarca de Novo Aripuanã	2898	760	277	1675	1970	2130
Parintins	1ª Vara da Comarca de Parintins	970	422	65	565	410	426
Parintins	1º Juizado Especial da Comarca de Parintins	2602	1831	1231	3041	5207	3610
Parintins	2ª Vara da Comarca de Parintins	3719	221	113	2560	2541	2612
Parintins	3ª Vara da Comarca de Parintins	5271	1169	1949	2095	5660	4114
Parintins	Central de Cartas Precatórias de Parintins	13	0	0	29	0	40
Parintins	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Parintins	63	0	0	0	0	-130
Parintins	Polo 9: Vara de Plantão da Comarca de Parintins	1	0	0	16	4	22
Pauini	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Pauini	42	2	0	9	6	-26

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Pauini	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Pauini	0	0	0	0	0	4
Pauini	Vara Única da Comarca de Pauini	2565	1374	573	1406	2243	2854
Presidente Figueiredo	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Presidente Figueiredo	88	5	3	182	144	-157
Presidente Figueiredo	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Presidente Figueiredo	0	0	0	1	0	1
Presidente Figueiredo	Vara Única da Comarca de Presidente Figueiredo	7544	2302	491	3356	2832	4453
Rio Preto da Eva	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Rio Preto da Eva	241	0	0	43	29	-87
Rio Preto da Eva	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Rio Preto da Eva	0	0	0	0	0	0
Rio Preto da Eva	Vara Única da Comarca de Rio Preto da Eva	4450	711	488	1955	2811	2184
Santa Isabel do Rio Negro	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Santa Isabel do Rio Negro	10	0	0	0	0	-11
Santa Isabel do Rio Negro	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Santa Isabel do Rio Negro	0	0	0	0	0	0
Santa Isabel do Rio Negro	Vara Única da Comarca de Santa Isabel do Rio Negro	3397	1063	1301	1360	3332	1760
Santo Antônio do Içá	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Santo Antônio do Içá	146	0	0	1	0	162

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Santo Antônio do Içá	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Santo Antonio do Içá	0	0	0	8	0	10
Santo Antônio do Içá	Vara Única da Comarca de Santo Antônio do Içá	3509	1284	126	1467	1185	2685
Silves	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Silves	56	0	0	5	2	23
Silves	Polo 8: Vara de Plantão da Comarca de Silves	0	0	0	0	0	0
Silves	Vara Única da Comarca de Silves	1935	572	240	1543	1644	1464
São Gabriel da Cachoeira	CEJUSC São Gabriel da Cachoeira Pré	1	0	0	0	0	1
São Gabriel da Cachoeira	CEJUSC São Gabriel da Cachoeira	33	19	1	1	7	14
São Gabriel da Cachoeira	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de São Gabriel da Cachoeira	48	1	0	9	5	37
São Gabriel da Cachoeira	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de São Gabriel da Cachoeira	0	0	0	1	0	3
São Gabriel da Cachoeira	Vara Única da Comarca de São Gabriel da Cachoeira	3343	743	1231	2270	8006	2546
São Paulo de Olivença	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de São Paulo de Olivença	43	1	0	31	5	-68

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

São Paulo de Olivença	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de São Paulo de Olivença	0	0	0	1	0	7
São Paulo de Olivença	Vara Única da Comarca de São Paulo de Olivença	1850	2050	442	2473	2937	3604
São Sebastião do Uatumã	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de São Sebastião do Uatumã	50	1	0	2	0	-83
São Sebastião do Uatumã	Polo 9: Vara de Plantão da Comarca de São Sebastião do Uatumã	1	0	0	0	1	1
São Sebastião do Uatumã	Vara Única da Comarca de São Sebastião do Uatumã	1646	357	511	1245	2084	1507
Tabatinga	1ª Vara da Comarca de Tabatinga	1679	626	31	1835	1465	1505
Tabatinga	2ª Vara da Comarca de Tabatinga	1897	940	746	1825	2800	2294
Tabatinga	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Tabatinga	633	1	0	48	22	-39
Tabatinga	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Tabatinga	0	0	0	3	2	9
Tapauá	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Tapauá	59	0	0	30	23	-1
Tapauá	Polo 6: Vara de Plantão da Comarca de Tapauá	1	0	0	0	0	4
Tapauá	Vara Única da Comarca de Tapauá	2884	698	327	1049	1241	1454

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Tefé	1ª Vara da Comarca de Tefé	3275	512	109	3254	2219	2790
Tefé	1º Juizado Especial da Comarca de Tefé	1302	717	682	3423	4634	3268
Tefé	2ª Vara da Comarca de Tefé	1380	364	950	1383	2436	1584
Tefé	CEJUSC Tefé	326	0	1	17	29	18
Tefé	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Tefé	3256	0	0	59	69	3
Tefé	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Tefé	1	0	0	5	1	7
Tonantins	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Tonantins	40	0	0	1	0	8
Tonantins	Vara Única da Comarca de Tonantins	1526	58	2	134	267	498
Uarini	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Uarini	51	0	0	22	6	-65
Uarini	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Uarini	0	0	0	0	0	5
Uarini	Vara Única da Comarca de Uarini	1210	1201	346	1600	1631	2012
Urucará	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Urucará	172	4	0	24	10	-23
Urucará	Polo 9: Vara de Plantão da Comarca de Urucará	0	0	0	2	0	3
Urucará	Vara Única da Comarca de Urucará	2232	1344	472	1312	1589	1706
Urucurituba	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Urucurituba	24	0	0	2	0	2



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Urucurituba	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Urucurituba	0	0	0	0	0	2
Urucurituba	Vara Única da Comarca de Urucurituba	3062	757	865	1660	2149	1689

Situacional 1º Grau - SAJ

Vara	Andamento Ant.	Entrados Dist.	Entrados Red.	Por Fase Exec.	Saídos Red.	Sentenciados	Julg. Transitado	Grau de Recurso	Arquivados	Baixados	Suspensos	Andamento Atual	Suspensa Atual	Arq. Prov. no final do período
Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal	40.456	2	7	73	5	19.049	87	36	208.752	13.228	971	11.517	1.507	225.257
VEMEPA	1.525	0	0	0	107	350	0	6	16	1.170	7	342	1	9.009
	42.323	19	15	73	114	19.653	374	42	208.820	14.742	993	11.859	1.509	234.366



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Situacional 2º Grau - PROJUDI

VARA	RELATOR	ENTRADOS	SAÍDOS	SALDO DIST	DECISÃO MONOC	JULG COLEGIADO	DECISÕES	DESPACHOS	ATIVOS AO FINAL	SUSP AO FINAL	SUSP DURANTE	DESOB DURANTE	BAIXADOS
1ª Turma Recursal	Alexandre Henrique Novaes de Araújo	16	14	2	0	0	1	0	1	1	0	0	0
1ª Turma Recursal	Anagali Marcon Bertazzo	3923	60	3863	102	1588	195	48	3528	48	93	8	296
1ª Turma Recursal	Antônio Carlos Marinho Bezerra Júnior	14	2	12	8	16	9	2	13	5	1	0	70
1ª Turma Recursal	Carlos Zamith de Oliveira Júnior	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
1ª Turma Recursal	Cássio André Borges dos Santos	6479	127	6352	51	7505	2640	33	4078	1567	574	279	4966
1ª Turma Recursal	Francisco Soares de Souza	12624	351	12273	804	7971	1186	8	3635	1676	1006	77	6971
1ª Turma Recursal	Francisco Soares de Souza	0	0	0	0	0	0	0	18	0	0	0	6
1ª Turma Recursal	Irlena Leal Benchimol	6154	149	6005	543	9116	1125	19	3753	1717	922	159	7280
1ª Turma Recursal	Jean Carlos Pimentel dos Santos	1259	405	854	7	1021	249	13	592	1271	239	89	2785



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

1ª Turma Recursal	Jorsenildo Dourado do Nascimento	132	7	125	8	269	14	3	122	3	2	3	10
1ª Turma Recursal	Julião Lemos Sobral Júnior	0	0	0	0	0	22	0	33	20	21	2	34
1ª Turma Recursal	Luiz Pires de Carvalho Neto	1562	443	1119	2	591	27	7	150	15	12	1	446
1ª Turma Recursal	Marcelo Manuel da Costa Vieira	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	4
1ª Turma Recursal	Marcelo Manuel da Costa Vieira	1801	1245	556	14	468	78	1	4	33	68	1	519
1ª Turma Recursal	Maria Eunice Torres do Nascimento	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
1ª Turma Recursal	Paulo Fernando de Britto Feitoza	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	4
1ª Turma Recursal	Sanã Nogueira Almendros de Oliveira	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3
2ª Turma Recursal	Anagali Marcon Bertazzo	9764	3235	6529	197	3521	357	40	744	2110	346	81	4024
2ª Turma Recursal	Antonio Itamar de Sousa Gonzaga	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
2ª Turma Recursal	Antônio Carlos Marinho Bezerra Júnior	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

2ª Turma Recursal	Antônio Carlos Marinho Bezerra Júnior	7	0	7	3	6	9	6	9	0	5	0	4
2ª Turma Recursal	Cláudia Monteiro Pereira Batista	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
2ª Turma Recursal	Cássio André Borges dos Santos	0	0	0	1	2	14	4	110	2	0	0	13
2ª Turma Recursal	Etelvina Lobo Braga	0	0	0	2	4	6	12	27	0	0	0	13
2ª Turma Recursal	Irlena Leal Benchimol	3	2	1	0	2	0	1	1	10	0	2	130
2ª Turma Recursal	Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	4
2ª Turma Recursal	Jomar Ricardo Saunders Fernandes	0	0	0	1	0	0	0	0	8	0	0	13
2ª Turma Recursal	Luciana da Eira Nasser	6200	137	6063	103	6609	746	229	3550	1500	592	102	5355
2ª Turma Recursal	Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0
2ª Turma Recursal	Luiz Pires de Carvalho Neto	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0
2ª Turma Recursal	Luiz Pires de Carvalho Neto	5509	48	5461	91	2036	233	27	4971	53	163	39	234

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

2ª Turma Recursal	Maria do Perpetuo Socorro da Silva Menezes	6326	205	6121	152	6602	1123	136	6100	2372	974	138	4023
2ª Turma Recursal	Mirza Telma de Oliveira Cunha	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2ª Turma Recursal	Sanã Nogueira Almendros de Oliveira	6483	59	6424	171	9011	971	275	6559	1629	817	125	5096
2ª Turma Recursal	Sanã Nogueira Almendros de Oliveira	0	0	0	0	0	0	0	978	0	0	0	0
2ª Turma Recursal	Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
3ª Turma Recursal	Alexandre Henrique Novaes de Araújo	6386	275	6111	248	6283	1166	51	2993	1059	992	32	5376
3ª Turma Recursal	Antônio Carlos Marinho Bezerra Júnior	6520	87	6433	789	7621	1238	33	1084	1508	794	118	7066
3ª Turma Recursal	Cid da Veiga Soares Junior	2	2	0	0	10	2	2	9	48	2	1	15
3ª Turma Recursal	Eulinete Melo Silva Tribuzy	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	5
3ª Turma Recursal	Flávio Henrique Albuquerque de Freitas	6263	136	6127	695	6749	661	36	1645	1564	481	117	6600

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

3ª Turma Recursal	Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz	0	0	0	1	1	0	0	0	4	0	0	2
3ª Turma Recursal	Irlena Leal Benchimol	0	0	0	1	5	2	0	0	0	2	0	6
3ª Turma Recursal	Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques	0	0	0	0	0	21	0	0	46	15	30	36
3ª Turma Recursal	Luís Márcio Nascimento Albuquerque	0	0	0	1	3	0	0	1	0	0	0	4
3ª Turma Recursal	Lídia de Abreu Carvalho	0	0	0	2	2	3	0	20	2	2	2	14
3ª Turma Recursal	Marcelo Manuel da Costa Vieira	0	0	0	0	0	6	0	0	5	6	1	23
3ª Turma Recursal	Mirza Telma de Oliveira Cunha	0	0	0	1	0	23	1	0	8	9	10	8
3ª Turma Recursal	Moacir Pereira Batista	4272	1768	2504	337	3700	86	9	20	85	10	72	4281
3ª Turma Recursal	Roberto Hermidas de Aragão Filho	0	0	0	0	0	0	0	1	7	0	0	1
3ª Turma Recursal	Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro	5197	73	5124	48	1454	727	30	3578	1113	596	28	465

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

4ª Turma Recursal - Fazenda	Alexandre Henrique Novaes de Araújo	1144	925	219	5	158	6	0	3	0	0	1	214
4ª Turma Recursal - Fazenda	Cláudia Monteiro Pereira Batista	1884	531	1353	624	1130	192	225	226	17	110	223	1294
4ª Turma Recursal - Fazenda	Etelvina Lobo Braga	1867	211	1656	447	1707	618	396	380	223	354	64	1520
4ª Turma Recursal - Fazenda	Francisco Soares de Souza	2	1	1	0	0	1	0	2	2	1	0	12
4ª Turma Recursal - Fazenda	Marcelo Manuel da Costa Vieira	2071	100	1971	650	1420	569	683	1023	454	488	208	1067
4ª Turma Recursal - Fazenda	Moacir Pereira Batista	474	1	473	7	61	569	43	384	277	557	0	9
4ª Turma Recursal - Fazenda	Vanessa Leite Mota	2120	59	2061	212	984	874	121	1101	403	826	136	563
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Abraham Peixoto Campos Filho	100	55	45	39	0	6	5	0	0	0	0	47
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Airton Luis Correa Gentil	9	6	3	1	0	2	0	0	0	0	0	3
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Ana Maria de Oliveira Diógenes	24	12	12	0	0	12	1	0	0	0	0	12

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Cezar Luiz Bandiera	107	44	63	52	0	16	3	0	0	0	0	64
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Claudio Cesar Ramalheira Roessing	107	44	63	25	0	47	2	0	0	0	0	64
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Domingos Jorge Chalub Pereira	42	22	20	3	0	18	1	0	0	0	0	22
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Délcio Luís Santos	17	10	7	7	0	0	0	0	0	0	0	7
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Elci Simões de Oliveira	0	0	0	2	0	18	2	0	0	0	0	30
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Elci Simões de Oliveira	39	23	16	5	0	11	0	0	0	0	0	16
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Encarnação das Graças Sampaio Salgado	0	0	0	0	0	0	0	0	70	0	0	1
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Ernesto Anselmo Queiroz Chixaro	95	54	41	40	0	3	0	0	0	0	0	43

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Flávio Humberto Pascarelli Lopes	104	62	42	11	0	36	1	0	0	0	0	44
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Henrique Veiga Lima	129	58	71	34	0	38	1	0	0	0	0	74
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Ida Maria Costa de Andrade	302	22	280	12	0	175	0	3	0	0	0	177
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Jomar Ricardo Saunders Fernandes	90	55	35	33	0	8	7	0	0	0	0	37
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Jorge Manoel Lopes Lins	76	46	30	0	0	22	2	0	0	0	0	31
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	João de Jesus Abdala Simões	105	47	58	56	0	5	1	0	0	0	0	59
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Lafayette Carneiro Vieira (inativo)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Lafayette Carneiro Vieira Júnior	111	61	50	19	0	31	2	0	0	0	0	52

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Lia Maria Guedes de Freitas	144	9	135	55	0	46	0	3	0	0	0	100
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques	98	49	49	49	0	1	2	0	0	0	0	50
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Maria das Graças Pessoa Figueiredo	126	46	80	41	0	23	0	2	0	0	0	61
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Mirza Telma de Oliveira Cunha	141	68	73	3	0	70	1	0	0	0	0	76
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Onilza Abreu Gerth	128	54	74	5	0	74	0	0	0	0	0	83
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Paulo Cesar Caminha e Lima	94	36	58	4	0	56	2	0	0	0	0	61
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Socorro Guedes Moura	128	63	65	66	0	4	0	1	0	0	0	68
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Vania Maria do Perpetuo Socorro Marques Marinho	92	44	48	48	0	1	0	0	0	0	0	52

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	Yedo Simões de Oliveira	69	31	38	4	0	38	0	0	0	0	0	38
Conselho da Magistratura	Encarnação das Graças Sampaio Salgado	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
Conselho da Magistratura	Rafael Araújo Romano	0	0	0	0	0	0	0	0	19	0	0	0
Conselho da Magistratura	Ruy Morato	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Câmara Criminal	Affimar Cabo Verde	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0
Câmara Criminal	Alcemir Pessoa Figliuolo	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	0
Câmara Criminal	Ana Maria de Oliveira Diógenes	0	0	0	0	3	49	197	1	2	1	0	1
Câmara Criminal	Anagali Marcon Bertazzo	5	4	1	4	61	17	2	3	3	2	0	163
Câmara Criminal	Carla Maria Santos dos Reis	1722	281	1441	258	848	943	2679	675	132	109	57	943
Câmara Criminal	Desembargador Francisco das Chagas Auzier Moreira	0	0	0	0	0	1	0	0	18	1	1	0

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Câmara Criminal	Divaldo Martins da Costa	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Câmara Criminal	Djalma Martins da Costa	0	0	0	0	0	0	0	0	95	0	0	2
Câmara Criminal	Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro	2026	279	1747	221	1141	544	3820	676	94	82	22	1085
Câmara Criminal	Euza Maria Naice de Vasconcellos	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	0	0
Câmara Criminal	Gaspar Catunda de Souza	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0
Câmara Criminal	Henrique Veiga Lima	1738	383	1355	246	579	672	2109	1315	107	58	32	760
Câmara Criminal	Hosannah Florêncio de Menezes	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	0
Câmara Criminal	Joaquim Almeida de Souza	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0
Câmara Criminal	Jorge Manoel Lopes Lins	2396	275	2121	117	1514	969	4401	796	103	103	55	1386
Câmara Criminal	Jorge Manoel Lopes Lins	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Câmara Criminal	José Baptista Vidal Pessoa	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Câmara Criminal	José Hamilton Saraiva dos Santos	4	4	0	0	11	40	11	7	57	8	16	125
Câmara Criminal	Joaldo dos Santos Aguiar	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	1
Câmara Criminal	João Bezerra de Souza	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Câmara Criminal	João Mauro Bessa	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Câmara Criminal	Kid Mendes de Oliveira	0	0	0	0	0	0	0	0	17	0	0	0
Câmara Criminal	Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques	2582	333	2249	267	1306	868	4098	929	112	105	57	1371
Câmara Criminal	Marinildes Costeira de Mendonça Lima	0	0	0	0	0	0	0	0	40	0	0	0
Câmara Criminal	Mirza Telma de Oliveira Cunha	355	226	129	7	18	41	11	6	17	7	8	121
Câmara Criminal	Rui Mendes de Queiroz	0	0	0	0	0	0	0	0	39	0	0	0
Câmara Criminal	Sabino da Silva Marques	0	0	0	0	0	1	0	0	47	1	0	3

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Câmara Criminal	Ubirajara Francisco de Moraes	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0
Câmara Criminal	Vania Maria do Perpetuo Socorro Marques Marinho	1503	244	1259	303	1100	703	2548	380	153	99	50	1231
Câmaras Reunidas	Abraham Peixoto Campos Filho	149	21	128	100	91	171	158	83	59	60	47	175
Câmaras Reunidas	Airton Luis Correa Gentil	585	96	489	85	107	1087	414	358	192	115	80	115
Câmaras Reunidas	Alcemir Pessoa Figliuolo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Câmaras Reunidas	Ana Maria de Oliveira Diógenes	127	5	122	5	3	47	57	111	15	3	1	0
Câmaras Reunidas	Anagali Marcon Bertazzo	3	1	2	2	10	14	5	5	1	12	2	39
Câmaras Reunidas	Ari Jorge Moutinho da Costa	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
Câmaras Reunidas	Aristóteles Lima Thury	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Câmaras Reunidas	Arnaldo Campelo Carpinteiro Peres	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Câmaras Reunidas	Carla Maria Santos dos Reis	192	39	153	37	73	154	160	81	49	41	18	91

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Câmaras Reunidas	Cezar Luiz Bandiera	0	0	0	0	0	2	0	0	13	2	2	16
Câmaras Reunidas	Cezar Luiz Bandiera	138	34	104	39	51	108	156	152	55	27	31	104
Câmaras Reunidas	Claudio Cesar Ramalheira Roessing	163	60	103	68	81	168	184	124	63	47	37	139
Câmaras Reunidas	Desembargador Francisco das Chagas Auzier Moreira	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0
Câmaras Reunidas	Domingos Jorge Chalub Pereira	73	60	13	33	18	15	18	14	63	3	12	88
Câmaras Reunidas	Délcio Luís Santos	153	45	108	34	52	136	168	153	37	31	21	103
Câmaras Reunidas	Dídimo Santana Barros Filho	0	0	0	0	0	0	0	2	3	0	0	0
Câmaras Reunidas	Elci Simões de Oliveira	22	19	3	1	0	3	1	3	2	2	3	13
Câmaras Reunidas	Ernesto Anselmo Queiroz Chixaro	150	18	132	31	90	158	277	104	52	40	44	141
Câmaras Reunidas	Flávio Humberto Pascarelli Lopes	141	40	101	77	114	214	399	91	85	57	42	200

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Câmaras Reunidas	Gildo Alves de Carvalho Filho	28	2	26	3	0	32	15	24	7	5	0	0
Câmaras Reunidas	Henrique Veiga Lima	177	26	151	53	97	176	210	131	44	39	36	187
Câmaras Reunidas	Ida Maria Costa de Andrade	25	0	25	0	0	0	0	25	0	0	0	0
Câmaras Reunidas	Ida Maria Costa de Andrade	118	32	86	5	6	90	19	75	4	3	7	5
Câmaras Reunidas	Joana dos Santos Meirelles	61	58	3	4	3	20	0	26	28	13	17	40
Câmaras Reunidas	Jomar Ricardo Saunders Fernandes	1	1	0	0	0	0	2	2	3	0	5	12
Câmaras Reunidas	Jorge Manoel Lopes Lins	201	27	174	19	147	245	393	168	70	43	28	162
Câmaras Reunidas	José Hamilton Saraiva dos Santos	4	2	2	0	10	22	8	9	14	12	14	46
Câmaras Reunidas	João Mauro Bessa	0	0	0	0	0	0	0	0	68	0	1	7
Câmaras Reunidas	João de Jesus Abdala Simões	151	36	115	45	63	112	241	98	83	45	41	141
Câmaras Reunidas	Kid Mendes de Oliveira	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Câmaras Reunidas	Lafayette Carneiro Vieira Júnior	153	32	121	22	83	119	248	125	52	27	20	112
Câmaras Reunidas	Lia Maria Guedes de Freitas	302	30	272	44	66	165	127	103	34	29	26	140
Câmaras Reunidas	Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques	177	23	154	38	110	205	263	117	46	42	32	215
Câmaras Reunidas	Manuel Glacimar Mello Damasceno	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Câmaras Reunidas	Manuel Neuzimar Pinheiro	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Câmaras Reunidas	Maria das Graças Pessoa Figueiredo	147	54	93	32	102	130	126	103	94	29	21	145
Câmaras Reunidas	Mirza Telma de Oliveira Cunha	141	22	119	29	56	167	185	125	67	49	32	108
Câmaras Reunidas	Nélia Caminha Jorge	235	27	208	27	157	129	239	85	32	33	14	132
Câmaras Reunidas	Onilza Abreu Gerth	117	24	93	46	33	73	60	101	38	14	14	97
Câmaras Reunidas	Paulo Cesar Caminha e Lima	118	33	85	56	55	93	66	81	78	20	21	127

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Câmaras Reunidas	Rafael Araújo Romano	0	0	0	0	0	0	0	2	4	0	0	0
Câmaras Reunidas	Rogério José da Costa Vieira	0	0	0	3	5	2	1	3	37	2	25	33
Câmaras Reunidas	Rogério José da Costa Vieira	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Câmaras Reunidas	Ruy Morato	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Câmaras Reunidas	Sabino da Silva Marques	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Câmaras Reunidas	Socorro Guedes Moura	142	30	112	66	48	180	189	138	81	48	45	125
Câmaras Reunidas	Ubirajara Francisco de Moraes	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Câmaras Reunidas	Vania Maria do Perpetuo Socorro Marques Marinho	167	20	147	60	97	161	158	82	24	28	31	149
Câmaras Reunidas	Wellington José de Araújo	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Câmaras Reunidas	Yedo Simões de Oliveira	155	54	101	57	43	128	173	139	87	29	17	96
Primeira Câmara Cível	Claudio Cesar Ramalheira Roessing	3681	221	3460	2896	1185	2689	2151	5656	2229	1568	773	2073

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Primeira Câmara Cível	Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro	1	0	1	2	0	9	14	2	40	3	23	33
Primeira Câmara Cível	Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro	0	0	0	0	0	0	1	26	0	0	0	0
Primeira Câmara Cível	Flávio Humberto Pascarelli Lopes	3726	293	3433	3051	1499	4028	3844	5437	2068	1456	487	2184
Primeira Câmara Cível	Gildo Alves de Carvalho Filho	277	25	252	67	2	230	221	381	48	25	18	3
Primeira Câmara Cível	Ida Maria Costa de Andrade	3136	110	3026	424	515	1979	88	2734	402	718	771	188
Primeira Câmara Cível	Ida Maria Costa de Andrade	13	1	12	0	0	0	0	12	0	0	0	0
Primeira Câmara Cível	Joana dos Santos Meirelles	236	219	17	18	64	208	16	552	221	88	246	778
Primeira Câmara Cível	Joana dos Santos Meirelles	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	1	6
Primeira Câmara Cível	Jorge Manoel Lopes Lins	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Primeira Câmara Cível	Jorge Manoel Lopes Lins	0	0	0	0	0	1	0	0	3	0	0	0
Primeira Câmara Cível	João de Jesus Abdala Simões	0	0	0	0	0	0	1	0	6	0	0	0

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Primeira Câmara Cível	Lafayette Carneiro Vieira Júnior	0	0	0	0	0	0	0	24	0	0	0	0
Primeira Câmara Cível	Lafayette Carneiro Vieira Júnior	13	13	0	8	3	4	8	1	18	2	21	9
Primeira Câmara Cível	Lia Maria Guedes de Freitas	17	15	2	0	0	3	1	2	0	0	0	0
Primeira Câmara Cível	Manuel Glacimar Mello Damasceno	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0
Primeira Câmara Cível	Manuel Neuzimar Pinheiro	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	0
Primeira Câmara Cível	Maria das Graças Pessoa Figueiredo	3471	360	3111	430	3051	2154	1644	5286	1617	1048	626	1810
Primeira Câmara Cível	Nélia Caminha Jorge	8467	433	8034	539	2007	1364	1036	7078	483	428	40	956
Primeira Câmara Cível	Onilza Abreu Gerth	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0
Primeira Câmara Cível	Paulo Cesar Caminha e Lima	2018	260	1758	1789	589	1878	1287	3012	1668	890	561	2058
Primeira Câmara Cível	Presidente	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Primeira Câmara Cível	Rogério José da Costa Vieira	4	3	1	0	0	1	0	44	2	0	1	4

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Primeira Câmara Cível	Sabino da Silva Marques	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Primeira Câmara Cível	Yedo Simões de Oliveira	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	0	0
Primeira Câmara Cível	Yedo Simões de Oliveira	10	8	2	0	1	9	0	2	3	0	11	0
Secretaria Judiciária da Presidência	Airton Luis Correa Gentil	5	3	2	1	0	2	0	0	0	0	0	2
Secretaria Judiciária da Presidência	Flávio Humberto Pascarelli Lopes	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
Secretaria Judiciária da Presidência	Joana dos Santos Meirelles	1	0	1	6	0	27	5	18	17	17	6	20
Secretaria Judiciária da Presidência	Jomar Ricardo Saunders Fernandes	77	42	35	17	1	36	38	8	14	17	5	19
Secretaria Judiciária da Presidência	João de Jesus Abdala Simões	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Secretaria Judiciária da Presidência	Nélia Caminha Jorge	0	0	0	2	0	22	3	29	754	22	14	41
Secretaria Judiciária da Presidência	Presidente	0	0	0	0	0	4	1	2	2	3	5	13

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Secretaria Judiciária da Presidência	Rafael Araújo Romano	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0
Secretaria Judiciária de Recursos	Airton Luis Correa Gentil	0	0	0	28	0	39	29	35	15	10	6	7
Segunda Câmara Criminal	Ari Jorge Moutinho da Costa	0	0	0	0	0	3	4	0	91	2	2	4
Segunda Câmara Criminal	Aristóteles Lima Thury	0	0	0	0	0	2	0	0	67	2	4	9
Segunda Câmara Criminal	Cezar Luiz Bandiera	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Segunda Câmara Criminal	Ernesto Anselmo Queiroz Chixaro	5	5	0	2	0	37	0	6	43	2	3	58
Segunda Câmara Criminal	Jomar Ricardo Saunders Fernandes	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Segunda Câmara Criminal	Jorge Manoel Lopes Lins	8	8	0	0	2	30	22	9	40	3	1	73
Segunda Câmara Criminal	Kid Mendes de Oliveira	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Segunda Câmara Criminal	Luiz Wilson Barroso	0	0	0	0	0	0	0	0	49	0	0	0

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Segunda Câmara Criminal	Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques	3	3	0	0	0	19	0	1	5	0	0	21
Segunda Câmara Criminal	Mirza Telma de Oliveira Cunha	9	9	0	0	0	30	1	3	67	2	3	86
Segunda Câmara Criminal	Rafael Araújo Romano	0	0	0	0	0	0	0	1	140	0	0	0
Segunda Câmara Criminal	Rui Mendes de Queiroz	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Segunda Câmara Cível	Ari Jorge Moutinho da Costa	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0
Segunda Câmara Cível	Cezar Luiz Bandiera	4024	326	3698	2950	1015	2759	3978	5979	2577	1917	1072	3357
Segunda Câmara Cível	Domingos Jorge Chalub Pereira	0	0	0	0	0	0	0	31	0	0	0	0
Segunda Câmara Cível	Domingos Jorge Chalub Pereira	17	15	2	0	0	4	1	7	1	0	0	3
Segunda Câmara Cível	Délcio Luís Santos	3588	368	3220	721	1976	2434	6992	7056	1623	1151	844	1880
Segunda Câmara Cível	Elci Simões de Oliveira	17	17	0	1	0	3	0	80	2	0	2	83

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Segunda Câmara Cível	Henrique Veiga Lima	1	0	1	0	0	5	0	1	1	2	4	1
Segunda Câmara Cível	Henrique Veiga Lima	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Segunda Câmara Cível	Jorge Manoel Lopes Lins	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Segunda Câmara Cível	Jorge Manoel Lopes Lins	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Segunda Câmara Cível	Lia Maria Guedes de Freitas	5405	2637	2768	7	6	190	5	317	222	130	492	2008
Segunda Câmara Cível	Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques	4	3	1	0	0	1	1	11	3	0	2	3
Segunda Câmara Cível	Maria das Graças Pessoa Figueiredo	4	2	2	0	1	8	6	6	14	4	7	0
Segunda Câmara Cível	Mirza Telma de Oliveira Cunha	8171	553	7618	2991	651	1645	788	6653	887	891	34	848
Segunda Câmara Cível	Onilza Abreu Gerth	3035	228	2807	2263	1312	2025	1199	3746	1638	1123	903	2447
Segunda Câmara Cível	Socorro Guedes Moura	3265	103	3162	3242	1179	4903	2578	4670	2190	1511	798	2829
Segunda Câmara Cível	Ubirajara Francisco de Moraes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Segunda Câmara Cível	Wellington José de Araújo	0	0	0	0	0	2	3	4	35	1	2	7
Segunda Câmara Cível	Yedo Simões de Oliveira	3781	223	3558	2337	1164	2552	3480	6549	2236	1619	1165	2336
Terceira Câmara Cível	Abraham Peixoto Campos Filho	2666	167	2499	2448	2408	3115	832	2088	1802	2069	2348	4909
Terceira Câmara Cível	Airton Luis Correa Gentil	3252	219	3033	1351	2475	3077	2022	3125	1788	1702	1678	3484
Terceira Câmara Cível	Ana Maria de Oliveira Diógenes	583	19	564	47	10	342	49	555	19	7	11	15
Terceira Câmara Cível	Aristóteles Lima Thury	0	0	0	0	0	0	0	1	9	0	0	0
Terceira Câmara Cível	Claudio Cesar Ramalheira Roessing	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	0	0
Terceira Câmara Cível	Claudio Cesar Ramalheira Roessing	0	0	0	0	1	9	0	0	24	3	16	8
Terceira Câmara Cível	Domingos Jorge Chalub Pereira	1045	54	991	405	498	1401	216	1738	1182	787	952	1911
Terceira Câmara Cível	Elci Simões de Oliveira	2179	2171	8	0	0	1	1	7	0	0	0	1
Terceira Câmara Cível	Flávio Humberto Pascarelli Lopes	7	7	0	3	0	15	3	26	76	6	36	51

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Terceira Câmara Cível	Ida Maria Costa de Andrade	39	32	7	5	4	7	2	7	3	3	2	2
Terceira Câmara Cível	João de Jesus Abdala Simões	3061	240	2821	1435	2352	1918	2149	2860	1361	1263	951	2808
Terceira Câmara Cível	Lafayette Carneiro Vieira Júnior	3297	241	3056	1366	1599	2286	1409	4387	1657	1428	1266	2220
Terceira Câmara Cível	Lia Maria Guedes de Freitas	8242	494	7748	2085	1517	4357	1355	4597	2502	2105	1230	2070
Terceira Câmara Cível	Mirza Telma de Oliveira Cunha	0	0	0	0	0	0	0	32	0	0	0	0
Terceira Câmara Cível	Mirza Telma de Oliveira Cunha	1	0	1	2	5	12	11	2	60	3	15	49
Terceira Câmara Cível	Nélia Caminha Jorge	0	0	0	0	0	0	0	22	0	0	0	0
Terceira Câmara Cível	Nélia Caminha Jorge	0	0	0	2	0	5	2	0	32	1	13	4
Terceira Câmara Cível	Paulo Fernando de Britto Feitoza	6	1	5	0	0	7	1	4	2	1	0	0
Terceira Câmara Cível	Vania Maria do Perpetuo Socorro Marques Marinho	0	0	0	11	3	247	59	15	113	25	16	3
Terceira Câmara Cível	Yedo Simões de Oliveira	8	8	0	0	3	1	3	8	7	1	6	0

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Tribunal Pleno	Abraham Peixoto Campos Filho	67	19	48	27	60	56	96	35	15	16	16	88
Tribunal Pleno	Airton Luis Correa Gentil	73	28	45	17	35	123	88	41	25	16	10	55
Tribunal Pleno	Ana Maria de Oliveira Diógenes	21	3	18	1	3	16	9	16	5	5	0	1
Tribunal Pleno	Anagali Marcon Bertazzo	0	0	0	0	8	1	1	0	0	0	1	17
Tribunal Pleno	Ari Jorge Moutinho da Costa	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Tribunal Pleno	Aristóteles Lima Thury	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0
Tribunal Pleno	Arnaldo Campelo Carpinteiro Peres	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
Tribunal Pleno	Carla Maria Santos dos Reis	71	12	59	25	24	99	117	51	70	17	10	44
Tribunal Pleno	Cezar Luiz Bandiera	57	16	41	21	46	95	90	62	27	28	15	49
Tribunal Pleno	Claudio Cesar Ramalheira Roessing	68	10	58	38	31	96	126	62	40	17	15	60
Tribunal Pleno	Domingos Jorge Chalub Pereira	25	8	17	13	5	33	30	50	84	14	33	60

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Tribunal Pleno	Délcio Luís Santos	67	27	40	17	32	74	76	59	25	15	14	68
Tribunal Pleno	Elci Simões de Oliveira	5	4	1	0	0	1	1	0	6	1	2	18
Tribunal Pleno	Encarnação das Graças Sampaio Salgado	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0
Tribunal Pleno	Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro	74	26	48	21	31	50	117	43	11	8	11	58
Tribunal Pleno	Flávio Humberto Pascarelli Lopes	58	12	46	28	42	124	150	55	72	25	17	93
Tribunal Pleno	Gildo Alves de Carvalho Filho	12	2	10	0	0	8	13	7	3	0	0	0
Tribunal Pleno	Henrique Veiga Lima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4
Tribunal Pleno	Henrique Veiga Lima	74	19	55	24	46	62	103	55	19	11	12	62
Tribunal Pleno	Ida Maria Costa de Andrade	67	10	57	6	12	100	36	38	17	21	18	12
Tribunal Pleno	Joana dos Santos Meirelles	15	11	4	7	10	20	5	29	8	11	15	44
Tribunal Pleno	Jomar Ricardo Saunders Fernandes	1081	270	811	208	98	353	2180	591	25	25	28	287

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Tribunal Pleno	Jorge Manoel Lopes Lins	65	16	49	0	49	81	173	46	42	18	22	64
Tribunal Pleno	José Hamilton Saraiva dos Santos	29	17	12	5	13	41	28	16	17	6	10	38
Tribunal Pleno	João Mauro Bessa	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0
Tribunal Pleno	João de Jesus Abdala Simões	72	17	55	26	34	63	173	66	89	27	13	76
Tribunal Pleno	Lafayette Carneiro Vieira Júnior	54	13	41	38	26	74	89	53	28	20	35	79
Tribunal Pleno	Lia Maria Guedes de Freitas	168	34	134	26	36	72	57	69	19	17	13	64
Tribunal Pleno	Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques	62	21	41	20	30	68	131	35	16	28	23	72
Tribunal Pleno	Manuel Neuzimar Pinheiro	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Tribunal Pleno	Maria das Graças Pessoa Figueiredo	67	22	45	20	47	64	73	52	58	19	19	78
Tribunal Pleno	Mirza Telma de Oliveira Cunha	47	11	36	15	34	84	80	54	32	20	16	50
Tribunal Pleno	Nélia Caminha Jorge	116	49	67	17	36	96	84	55	14	14	12	106



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Tribunal Pleno	Onilza Abreu Gerth	51	12	39	23	28	48	40	42	14	9	9	49
Tribunal Pleno	Paulo Cesar Caminha e Lima	49	11	38	28	40	53	51	49	58	15	10	69
Tribunal Pleno	Rafael Araújo Romano	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0
Tribunal Pleno	Socorro Guedes Moura	45	10	35	24	34	91	97	48	52	35	26	71
Tribunal Pleno	Vania Maria do Perpetuo Socorro Marques Marinho	71	14	57	35	38	113	131	52	19	24	13	59
Tribunal Pleno	Wellington José de Araújo	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Tribunal Pleno	Yedo Simões de Oliveira	66	11	55	34	37	75	112	66	39	13	17	84
Turma de Uniformização	Anagali Marcon Bertazzo	3	2	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Turma de Uniformização	Cláudia Monteiro Pereira Batista	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Turma de Uniformização	Francisco Soares de Souza	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Turma de Uniformização	Irlena Leal Benchimol	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Turma de Uniformização	Jean Carlos Pimentel dos Santos	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Turma de Uniformização	José Hamilton Saraiva dos Santos	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	4
Turma de Uniformização	Marcelo Manuel da Costa Vieira	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Turma de Uniformização	Maria do Perpetuo Socorro da Silva Menezes	2	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Turma de Uniformização	Nélia Caminha Jorge	0	0	0	0	0	4	1	0	3	1	2	0
Turma de Uniformização	Nélia Caminha Jorge	22	0	22	21	0	3	5	19	1	2	1	3
Turma de Uniformização	Sanã Nogueira Almendros de Oliveira	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0
Vice-Presidência	Airton Luis Correa Gentil	299	232	67	29	2	82	14	17	8	6	2	41
Vice-Presidência	Arnaldo Campelo Carpinteiro Peres	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
Vice-Presidência	Joana dos Santos Meirelles	1	1	0	3	0	78	2	16	41	59	20	31
Vice-Presidência	Manuel Glacimar Mello Damasceno	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	0	0



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Vice-Presidência	Manuel Neuzimar Pinheiro	0	0	0	0	0	0	0	0	22	0	0	0
Vice-Presidência	Rafael da Rocha Lima	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Vice-Presidência	Ruy Morato	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Vice-Presidência	Vania Maria do Perpetuo Socorro Marques Marinho	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0
Vice-Presidência	Vice-Presidente	0	0	0	4	0	22	4	0	54	14	4	16



PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - 2025

O Plano de Contratações Anual (PCA) é um instrumento de governança que consolida as demandas de contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação que o Tribunal pretende realizar ou renovar no exercício financeiro subsequente. O instrumento está alinhado às diretrizes da **Resolução nº 347/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, que instituiu a política de governança das contratações no Poder Judiciário, bem como à lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/2021).

No âmbito do **TJAM**, o Plano de Contratações Anual de 2025 foi oficialmente aprovado por meio da **Resolução nº 43, de 22 de outubro de 2024**, que consolidou o conjunto de demandas e estabeleceu a sequência de ações previstas para o ano-base 2025.

A elaboração do PCA 2025 compreendeu as seguintes etapas principais:

1. Identificação de Demandas Internas

Cada unidade administrativa e secretaria técnica do TJAM realizou levantamentos de necessidades de contratações para o ano de 2025. Esses levantamentos incluíram:

- **Bens e materiais** (como equipamentos, insumos e infraestrutura);
- **Serviços contínuos e eventuais**, incluindo serviços especializados e manutenção;
- **Obras e reformas**;
- **Contratações de tecnologia da informação e comunicação (TIC)**;
- **Prorrogações e renovações contratuais**, quando pertinentes.

Essas demandas foram consolidadas com base em estudos técnicos preliminares elaborados pelas unidades gestoras responsáveis, que também estimaram quantitativos e valores previstos para cada contratação.

2. Consolidação e Priorização

As demandas foram reunidas pela equipe gestora (secretarias e áreas técnicas responsáveis pelo planejamento de contratações) e avaliadas quanto à pertinência orçamentária, à urgência e ao alinhamento com o planejamento institucional e estratégico do Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

A consolidação das demandas resultou na estruturação do Plano de Contratações Anual de 2025, organizado por categorias de contratação, unidades responsáveis e códigos de referência internos, que permitem acompanhamento sistemático das ações previstas.

Após a aprovação pelo corpo diretivo do Tribunal de Justiça do Amazonas, o PCA 2025 foi publicado de forma acessível ao público no portal institucional do TJAM. A publicação compreende um **painel interativo de execução**, que possibilita a visualização das demandas, os códigos de referência e a situação das contratações previstas.

Acesso ao Plano de Contratações Anual de 2025 – Painel de Execução:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNGU0ZGE3MjAtNTU2Zi00ZWRhLThmYjQtMDhlNzczYWVhYzYg4liwidCI6IjcyNzEwODAyLTlhMzMtNGQyZC1hMDU1LTMzZDMxY2I0N2Q2MSJ9>

Esse painel público representa o conjunto de dados consolidados sobre as contratações previstas para 2025, com possibilidade de acompanhamento por unidades, categorias, valores estimados e indicadores de execução.

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

O presente Relatório Circunstanciado visa detalhar as atividades, o funcionamento e os resultados alcançados pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas (CGJ-AM) durante o exercício de 2025, em cumprimento às exigências de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM).

Com efeito, a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício de 2025, sob a gestão e liderança do Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Corregedor-Geral de Justiça, concentrou esforços nas políticas institucionais, na emissão de atos normativos, no acompanhamento disciplinar e na articulação com demais órgãos do Poder Judiciário e instituições parceiras, a fim de expandir a promoção da cidadania e a segurança jurídica e, no âmbito de suas competências, melhorar a eficiência dos serviços judiciais e extrajudiciais no Estado do Amazonas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Nesse sentido, é de se registrar que, além da intensificação da atividade correcional e fiscalizatória, da instituição da Ordem de Mérito da Grã-Cruz da Corregedoria-Geral de Justiça, do retorno ao Prêmio de Qualidade dos Cartórios Extrajudiciais e das inovações na execução Semana Nacional da Conciliação, as ações do Órgão Censor de maior impacto social e administrativo foram os programas “Solo Seguro Favela”, “Solo Seguro Amazônia”, “Registre-se Capital” e “Registre-se Brasil Parente – São Gabriel da Cachoeira”, consoante observado a seguir:

1. CUMPRIMENTO DAS METAS INSTITUCIONAIS:

Com o apoio da Secretaria-Geral da Corregedoria-Geral de Justiça e da Coordenadoria de Estatística e Acompanhamento de Metas, a Corregedoria-Geral de Justiça, sob a gestão do Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, alcançou todas as Metas instituídas pela Corregedoria Nacional de Justiça para as Corregedorias no ano de 2025, a saber, “Meta 1 - Baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano de 2025”; “Meta 2 - Decidir 100% dos procedimentos disciplinares em curso nos Tribunais, que tenham sido distribuídos até 31/08/2024” e “Meta 3 - Decidir 80% dos procedimentos disciplinares no prazo de 140 (cento e quarenta) dias a partir da distribuição”, conforme divulgação do Painel Business Intelligence do Conselho Nacional de Justiça.

2. PROVIMENTOS INSTITUÍDOS PELA CGJ/AM NO ANO DE 2025:

No exercício de 2025, a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas promoveu a edição de inúmeros provimentos a fim de inovar, fortalecer e intensificar as atividades judiciais e extrajudiciais no Estado do Amazonas, como se vê nos seguintes provimentos:

✓ **Provimento n.º 482/2025-CGJ/AM** - Altera dispositivos do Provimento n.º 278/2016-CGJ/AM para adequação ao Provimento n.º 187/2023 da Corregedoria Nacional de Justiça quanto aos procedimentos de desapropriação extrajudicial e os seus institutos correlatos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

✓ **Provimento n.º 484/2025-CGJ/AM** - Altera o Provimento n.º 430/2022-CGJ/AM, a fim de consolidar o sistema de rodízio das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais de Manaus nos atendimentos em unidades externas interligadas, públicas e privadas, e no Instituto Médico Legal – IML de Manaus/AM, e dá outras providências;

✓ **Provimento n.º 485/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização da Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC-Jud) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e dá outras providências;

✓ **Provimento n.º 486/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre restrições de acesso ao sistema processual PROJUDI pelos magistrados de 1.ª entrância no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas e dá outras providências;

✓ **Provimento n.º 487/2025-CGJ/AM** - Altera o Provimento n.º 430/2022 – CGJ/AM, que trata sobre o rodízio das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais de Manaus nos atendimentos em unidades externas interligadas, públicas e privadas, e Instituto Médico Legal – IML de Manaus para os registros de nascimento, natimorto e óbito, e, extingue o sistema de rateio do ressarcimento dos atos gratuitos;

✓ **Provimento n.º 488/2025-CGJ/AM** - Corrige monetariamente os valores dos emolumentos devidos pela prática dos atos notariais e de registro no Estado do Amazonas previstos nas tabelas anexas à Lei n.º 2.751/2002 e suas alterações posteriores e dá outras providências;

✓ **Provimento n.º 489/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre a padronização da prestação de informações relativas aos divórcios judicialmente decretados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

✓ **Provimento n.º 490/2025-CGJ/AM** – Dispõe sobre procedimentos a serem conduzidos por Juízes de Direito e Registradores de Imóveis no âmbito dos Programas “Solo Seguro Amazônia” e “Solo Seguro-Favelas”.

✓ **Provimento n.º 491/2025-CGJ/AM** – Institui o “Prêmio Solo Seguro TJAM”, visando incentivar boas práticas registrais e notariais no âmbito dos programas “Solo Seguro – Amazônia” e “Solo Seguro – Favelas”, posteriormente revogado pelo Provimento n.º 516/2025 – CGJ;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

✓ **Provimento n.º 492/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre a padronização e regulamentação das atividades dos Juízes de Paz no âmbito das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Amazonas;

✓ **Provimento n.º 493/2025-CGJ/AM** – Dispõe sobre incentivos e reduções de emolumentos em atos vinculados à regularização fundiária;

✓ **Provimento n.º 494/2025-CGJ/AM** – Dispõe sobre a dispensa de documentos para fins de emissão de registro de tardio nascimento e inclusão do ato de identificação étnica realizado por oficiais registradores como diligência reembolsável para fins do disposto no art. 8.º do Provimento CNJ n.º 140/2023, no âmbito do evento “Registre-se”;

✓ **Provimento n.º 495/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre a isenção para indenização dos atos do Registro Civil de Pessoas Naturais - RCPN, nos termos da Lei Estadual n.º 7.268/2024;

✓ **Provimento n.º 496/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre o prazo para efetuação dos recolhimentos devidos ao Fundo para Indenização da Gratuidade dos Atos do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Amazonas – FIG-RCPN, ao Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário Estadual – FUNJEAM e ao Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amazonas – FUNDPAM;

✓ **Provimento n.º 497/2025-CGJ/AM** - Torna obrigatória a adesão de notários e registradores ao Sistema de Informações de Documentos - SIDOC e dá outras providências;

✓ **Provimento n.º 498/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre os documentos hábeis à comprovação de insuficiência econômica para fins de gratuidade nos atos praticados pelas Serventias Extrajudiciais do Estado do Amazonas;

✓ **Provimento n.º 499/2025-CGJ/AM** - Altera o Provimento n.º 492/2025-CGJ/AM, que dispõe sobre a padronização e regulamentação das atividades dos Juízes de Paz no âmbito das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Amazonas;

✓ **Provimento n.º 500/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem, nacional e internacional, para crianças e adolescentes menores de 16 (dezesseis)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

anos de idade, desacompanhados de ambos ou de um de seus pais ou responsáveis, e dá outras providências;

✓ **Provimento n.º 501/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre a dispensa excepcional de documentos para fins de emissão de registro tardio de nascimento e sobre a inclusão do ato de identificação étnica, realizado por oficial registrador, como diligência reembolsável, nos termos do art. 8.º do Provimento n.º 140/2023- CNJ, no âmbito do evento “Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal”, a ser realizado na comarca de Boca do Acre/AM, entre os dias 23 e 27 de junho de 2025;

✓ **Provimento n.º 502/2025-CGJ/AM** - Institui a Medalha da Ordem da Grã-Cruz da Corregedoria-Geral de Justiça do egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas e dá outras providências;

✓ **Provimento n.º 503/2025-CGJ/AM** - Altera o § 1.º do art. 17 do Provimento n.º 495/2025-CGJ/AM, que dispõe sobre a isenção para indenização dos atos do Registro Civil das Pessoas Naturais – RCPN, nos termos da Lei Estadual n.º 7.268/2024;

✓ **Provimento n.º 504/2025-CGJ/AM** - Altera o Provimento n.º 385/2020 – CGJ/AM, o qual dispõe sobre o tratamento e proteção de dados pessoais pelos responsáveis pelas delegações dos serviços extrajudiciais de notas e de registro de que trata o art. 236 da Constituição da República;

✓ **Provimento n.º 505/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre o encaminhamento de Cartas Precatórias dirigidas ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

✓ **Provimento n.º 506/2025-CGJ/AM** - Altera o Provimento n.º 428/2022–CGJ/AM, o qual dispõe sobre as intimações e notificações, de qualquer natureza, por edital de competência dos Registros de Imóveis deste Estado poderão ser publicadas em um dos jornais de maior circulação, ou em outro de comarca de fácil acesso, se no local não houver impressão diária, ou ainda em jornal eletrônico devidamente registrado e com ampla divulgação;

✓ **Provimento n.º 507/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre as inspeções em estabelecimentos penais, de internação de adolescentes e de custódia de pessoas com transtorno mental no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

✓ **Provimento n.º 508/2025-CGJ/AM** - Altera o Provimento n.º 404/2021-CGJ/AM, que instituiu o Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas – NUMOPEDE na Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Amazonas;

✓ **Provimento n.º 509/2025-CGJ/AM** - Minuta de Provimento destinado à criação do Núcleo de Governança do Sistema Prisional do Estado do Amazonas, no âmbito desta Corregedoria-Geral de Justiça, com fundamento no art. 66, inciso VII da Lei de Execução Penal, na Resolução n.º 593/2024 do Conselho Nacional de Justiça e no Provimento n.º 507/2025 - CGJ/AM, de modo a consolidar os mecanismos institucionais de controle e governança dos dados prisionais;

✓ **Provimento n.º 510/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre a regulamentação da intervenção nos serviços notariais e de registro no âmbito do Estado e dá outras providências;

✓ **Provimento n.º 511/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre a regulamentação da intervenção nos serviços notariais e de registro no âmbito do Estado e dá outras providências;

✓ **Provimento n.º 512/2025-CGJ/AM** - Altera o Provimento n.º 480/2024 - CGJ/AM, o qual consolida o Programa Permanente de Acompanhamento e Aperfeiçoamento das Unidades Jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, no exercício de suas atribuições legais e regimentais;

✓ **Provimento n.º 513/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre o fluxo do acolhimento de crianças e adolescentes com medidas de proteção determinadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

✓ **Provimento n.º 514/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre a dispensa da exigência do despacho de “cumpra-se” em mandados de busca e apreensão expedidos em comarca diversa do seu cumprimento e sobre o afastamento da necessidade de expedição de carta precatória em determinados casos;

✓ **Provimento n.º 515/2025-CGJ/AM** - Altera o *caput* do art. 12 do Provimento n.º 502/2025-CGJ/AM, que institui a Medalha da Ordem da Grã-Cruz da Corregedoria-Geral de Justiça do egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas e dá outras providências;

✓ **Provimento n.º 516/2025-CGJ/AM** - Revoga o Provimento n.º 491/2025-CGJ/AM e institui novo sistema de reconhecimento para o “Prêmio Solo Seguro TJAM”;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

✓ **Provimento n.º 517/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre o fluxo do acolhimento de crianças e adolescentes com medidas de proteção determinadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

✓ **Provimento n.º 518/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre os procedimentos para controle da titularidade de protestos, cálculo dos emolumentos devidos ao ex-tabelião e forma de repasse dos valores, nos termos do art. 372 do Provimento n.º 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça;

✓ **Provimento n.º 519/2025-CGJ/AM** - Altera o Provimento n.º 507/2025 – CGJ/AM, o qual dispõe sobre as inspeções em estabelecimentos penais, de internação de adolescentes e de custódia de pessoas com transtorno mental no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências;

✓ **Provimento n.º 520/2025-CGJ/AM** - Regulamenta a implementação das melhorias e atualizações permanentes dos sistemas processuais utilizados, no âmbito do primeiro grau de jurisdição, pelo Poder Judiciário estadual;

✓ **Provimento n.º 521/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre a tramitação automatizada de inquéritos policiais e procedimentos investigativos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas e dá outras providências;

✓ **Provimento n.º 522/2025-CGJ/AM** - Altera o Provimento n.º 385/2020-CGJ-AM, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito dos serviços notariais e de registro do Estado do Amazonas, para dispor sobre a dispensa da obrigatoriedade de nomeação de encarregado pelo tratamento de dados pessoais para as serventias extrajudiciais classificadas como Classe I;

✓ **Provimento n.º 523/2025-CGJ/AM** - Dispõe sobre a obrigatoriedade de preenchimento de dados civis e informações sociais de pessoas presas no sistema de Processo Eletrônico do Judiciário do Amazonas – PROJUDI e no Banco Nacional de Mandados de Prisão – BNMP e dá outras providências;

✓ **Provimento n.º 524/2025-CGJ/AM** - Regulamenta o Provimento CNJ n.º 201/2025 no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e institui o Núcleo de Monitoramento de Perspectiva de Gênero;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

✓ **Provimento n.º 525/2025-CGJ/AM** - Institui o Indicador Regional de Localização de Matrículas de Imóveis do Estado do Amazonas – IRLMI-AM, dispõe sobre sua finalidade, escopo e funcionamento, e dá outras providências.

3. CORREIÇÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS EM UNIDADES JUDICIAIS E CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS:

Foram realizadas no exercício de 2025, 64 (sessenta e quatro) correições em unidades judiciais, sendo 61 (sessenta e uma) correições ordinárias e 03 (três) correições extraordinárias, conforme lista a seguir:

PERÍODO	TIPO DE CORREIÇÃO	UNIDADE CORRECIONADA
FEVEREIRO	EXTRAORDINÁRIA	Juizado Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Manaus/AM
MARÇO	ORDINÁRIA	Vara Única da Comarca de Borba/AM
ABRIL	ORDINÁRIA	19.º Juizado Especial Cível
ABRIL	ORDINÁRIA	21.º Juizado Especial Cível
ABRIL	ORDINÁRIA	23.º Juizado Especial Cível
MAIO	ORDINÁRIA	Vara Única de Presidente Figueiredo/AM
MAIO	ORDINÁRIA	2.ª Vara da Comarca de Parintins/AM
JUNHO	ORDINÁRIA	Vara Única da Comarca de Boca do Acre/AM
JULHO	ORDINÁRIA	Juizado Especial Cível e criminal da Comarca de Humaitá/AM
JULHO	ORDINÁRIA	Vara Única de São Paulo de Olivença/AM
AGOSTO	ORDINÁRIA	Vara Única da Comarca de Eirunepé/AM
AGOSTO	ORDINÁRIA	3.ª Vara da Comarca de Manacapuru/AM

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

AGOSTO	ORDINÁRIA	Vara Única da Comarca de Marãa/AM
AGOSTO	ORDINÁRIA	1.ª Vara da Comarca de Itacoatiara/AM
AGOSTO	ORDINÁRIA	4.º Juizado Especial Cível
AGOSTO	ORDINÁRIA	8.º Juizado Especial Cível
AGOSTO	ORDINÁRIA	2.º Juizado Especial Cível
AGOSTO	ORDINÁRIA	5.º Juizado Especial Cível
AGOSTO	ORDINÁRIA	9.º Juizado Especial Cível
AGOSTO	ORDINÁRIA	10.º Juizado Especial Cível
AGOSTO	ORDINÁRIA	11.º Juizado Especial Cível
AGOSTO	ORDINÁRIA	17.º Juizado Especial Cível
AGOSTO	ORDINÁRIA	18.º Juizado Especial Cível
AGOSTO	EXTRAORDINÁRIA	20.º Juizado Especial Cível
AGOSTO	EXTRAORDINÁRIA	6.º Juizado Especial Cível
SETEMBRO	ORDINÁRIA	1.º Juizado Especial Cível
SETEMBRO	ORDINÁRIA	3.º Juizado Especial Cível
SETEMBRO	ORDINÁRIA	7.º Juizado Especial Cível
SETEMBRO	ORDINÁRIA	12.º Juizado Especial Cível
SETEMBRO	ORDINÁRIA	13.º Juizado Especial Cível
SETEMBRO	ORDINÁRIA	14.º Juizado Especial Cível
SETEMBRO	ORDINÁRIA	16.º Juizado Especial Cível
SETEMBRO	ORDINÁRIA	22.º Juizado Especial Cível
SETEMBRO	ORDINÁRIA	1.ª Vara Especializada no combate à violência doméstica da Comarca de Manaus/AM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

SETEMBRO	ORDINÁRIA	15.º Juizado Especial Cível
SETEMBRO	ORDINÁRIA	Juizado da Infância e Juventude infracional de Manaus/AM
OUTUBRO	ORDINÁRIA	5.ª Vara Especializada no combate à violência doméstica da Comarca de Manaus/AM
OUTUBRO	ORDINÁRIA	6.ª Vara Especializada no combate à violência doméstica da Comarca de Manaus/AM
OUTUBRO	ORDINÁRIA	1.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes/AM
OUTUBRO	ORDINÁRIA	2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes/AM
OUTUBRO	ORDINÁRIA	Vara de Execução de Medidas Socioeducativas
NOVEMBRO	ORDINÁRIA	1.ª Vara da Comarca de Coari/AM
NOVEMBRO	ORDINÁRIA	Vara Única da Comarca de Santo Antônio do Içá
NOVEMBRO	ORDINÁRIA	Vara Única da Comarca de Novo Aripuanã/AM
NOVEMBRO	ORDINÁRIA	Vara Única da Comarca de Careiro Castanho/AM
NOVEMBRO	ORDINÁRIA	1.ª Vara da Comarca de Iranduba/AM
NOVEMBRO	ORDINÁRIA	1.º Juizado Especial Criminal da comarca de Manaus/AM
NOVEMBRO	ORDINÁRIA	2.º Juizado Especial Criminal da comarca de Manaus/AM
NOVEMBRO	ORDINÁRIA	3.ª Vara Especializada no Combate à Violência Doméstica da Comarca de Manaus/AM
NOVEMBRO	ORDINÁRIA	4.ª Vara Especializada no Combate à Violência Doméstica da Comarca de Manaus/AM



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

NOVEMBRO	ORDINÁRIA	10.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus/AM
NOVEMBRO	ORDINÁRIA	21.ª Vara Cível da Comarca de Manaus/AM
NOVEMBRO	ORDINÁRIA	22.ª Vara Cível da Comarca de Manaus/AM
NOVEMBRO	ORDINÁRIA	23.ª Vara Cível da Comarca de Manaus/AM
NOVEMBRO	ORDINÁRIA	5.ª Vara Cível da Comarca de Manaus/AM
NOVEMBRO	ORDINÁRIA	Vara de Registros Públicos de Manaus/AM
DEZEMBRO	ORDINÁRIA	Vara da Auditoria Militar da comarca de Manaus/AM
DEZEMBRO	ORDINÁRIA	3.ª Vara de Execução Penal - Regime aberto
DEZEMBRO	ORDINÁRIA	Vara Única de Benjamin Constant
DEZEMBRO	ORDINÁRIA	Vara Única de Rio Preto da Eva
DEZEMBRO	ORDINÁRIA	Vara Única de Japurá
DEZEMBRO	ORDINÁRIA	Vara Única de Jutai
DEZEMBRO	ORDINÁRIA	Vara Única de Careiro da Várzea
DEZEMBRO	ORDINÁRIA	Vara Única de Carauari

Nada obstante, em paralelo, as serventias correccionadas foram os cartórios extrajudiciais das comarcas de: Apuí, Autazes, Boca do Acre, Borba, Carauari, Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Guajará, 1.º Ofício de Itacoatiara, Japurá, Jutai, Lábrea, Maraã, Nova Olinda do Norte, Novo Aripuanã, 1.º Ofício de Parintins, Pauini, Presidente Figueiredo, São Paulo de Olivença, Silves, Tefé, Uarini e Urucurituba.

4. DA INSTITUIÇÃO DA MEDALHA DA ORDEM DA GRÃ-CRUZ:

Neste primeiro ano do biênio 2025/2026, a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas decidiu pela edição do Provimento n.º 502/2025-CGJ/AM, que instituiu a “Medalha da Ordem da Grã-Cruz”, a ser conferida nas categorias “Grande Mérito”, “Mérito



Especial” e “Mérito”, para homenagear autoridades, magistrados, servidores e profissionais que hajam prestado relevantes serviços à administração da justiça no Estado do Amazonas, mediante ato próprio e fundamentado do Corregedor-Geral de Justiça, cuja cerimônia de outorga ocorrerá em sessão solene do egrégio Tribunal de Justiça ou em cerimônia específica da Corregedoria-Geral de Justiça, assegurada a publicidade do ato de concessão.

As primeiras autoridades agraciadas foram o Ministro Mauro Campbell Marques, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e atual Corregedor Nacional de Justiça, bem assim, os Desembargadores, aposentados ou em exercício do cargo, que, atualmente vivos, exerceram a qualquer tempo o cargo de Corregedor-Geral de Justiça do Amazonas, a saber, Lafayette Carneiro Vieira, Gaspar Catunda de Souza, Manuel Neuzimar Pinheiro, Arnaldo Campelo Carpinteiro Péres, Hosannah Florêncio de Menezes, Manuel Glacimar Mello Damasceno, João de Jesus Abdala Simões, Jovaldo dos Santos Aguiar, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Yedo Simões de Oliveira, Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Nélia Caminha Jorge, Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro e Jomar Ricardo Saunders Fernandes.

Posteriormente, por meio do Provimento n.º 515/2025-CGJ/AM, a concessão da medalha também foi estendida aos Desembargadores falecidos que exerceram a qualquer tempo o cargo de Corregedor-Geral de Justiça do Amazonas, cujas entregas, aos familiares e amigos, estão previstas para ocorrer no exercício de 2026.

5. RETOMADA DO PRÊMIO DE QUALIDADE DOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO AMAZONAS:

O Prêmio de Qualidade dos Cartórios Extrajudiciais foi restabelecido e aprimorado, no exercício de 2025, por meio da Portaria n.º 220/2025-CGJ/AM, a fim de incentivar a excelência na prestação dos serviços delegados, por meio da apuração, com base em critérios objetivos, a qualidade dos serviços prestados pelos cartórios extrajudiciais em atividade no Amazonas, sendo critérios avaliativos: notas de avaliação em inspeções (em correições ordinárias); ausência de pendências nas inspeções; respostas tempestivas aos requerimentos da Corregedoria-Geral de Justiça e avaliação dos usuários e capacidade de colaboração com



outros cartórios. A solenidade do III Prêmio de Qualidade dos Cartórios Extrajudiciais do Amazonas foi realizada em 10 de novembro de 2025.

6. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO DE 2025:

A Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício de sua missão institucional de orientação, supervisão e aprimoramento da atividade judicante de primeiro grau, assumiu a coordenação da 20.^a edição da “Semana Nacional da Conciliação (SNC)”, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, no âmbito da Justiça Estadual amazonense, realizada entre os dias 03 e 07 de novembro do corrente ano, com a finalidade precípua de fomentar a cultura da pacificação social por meio da autocomposição, com especial ênfase na homologação de acordos judiciais, no seio de processos em tramitação nas diversas unidades jurisdicionais do País.

No âmbito do Estado do Amazonas, coube à Corregedoria-Geral de Justiça, por meio da atuação direta do Dr. Roberto Santos Taketomi, Juiz-Corregedor Auxiliar, a articulação direta e estratégica com as unidades judiciárias da capital e do interior, visando à realização de um amplo mutirão processual para compor a pauta de audiências.

A mobilização não se limitou a um esforço concentrado, mas envolveu uma reestruturação logística para maximizar os resultados e evitar o colapso das pautas ordinárias. Diferente de edições anteriores, a estratégia desenhada por esta gestão para 2025 segregou os fluxos de trabalho em dois eixos distintos, otimizando recursos humanos e físicos:

a) Frente I (Grandes Litigantes - CEJUSC): Centralização das audiências de massa (bancos, concessionárias e financeiras) no Centro Judiciário de Solução de Conflitos. Esta medida retirou milhares de processos das Varas Cíveis, permitindo negociações em bloco com prepostos habilitados;

b) Frente II (Unidades Judiciárias): Preservação da autonomia das Varas da Capital e do Interior para pautarem processos de natureza cível, de família e consumidor que exigiam instrução ou negociação particularizada.



Impacto Econômico (R\$ 21,2 Milhões): Foram homologados R\$ 21.224.857,79 em acordos. Esse montante representa recursos que deixaram de estar imobilizados em litígios judiciais e retornaram à economia do Estado.

Eficiência da Pauta: Das 11.079 audiências designadas, foram efetivamente realizadas 8.669, alcançando um índice de realização de 78,25%.

Alcance Social: A ação atendeu diretamente 19.342 pessoas (entre partes e advogados) em apenas cinco dias, demonstrando a capacidade de mobilização e o engajamento institucional promovido por esta Corregedoria.

7. ENFRENTAMENTO AO SUB-REGISTRO CIVIL – “SEMANA NACIONAL DO REGISTRO CIVIL – REGISTRE-SE 2025” E “REGISTRE-SE BRASIL PARENTE – SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA”:

Em consonância com a diretriz nacional de erradicação do sub-registro civil, esta Corregedoria-Geral de Justiça, em articulação com 15 (quinze) entidades públicas e privadas, realizou o evento “Registre-se”, no Centro de Convenções Vasco Vasques, na cidade de Manaus, nos dias 12 a 16 de maio de 2025, com grande esforço logístico, ofereceu um “balcão único” de cidadania, promovendo a emissão gratuita de documentos básicos (registro de nascimento, cadastro de pessoa física, registro civil, entre diversos outros serviços), alcançando significativa parcela da população desprovida de documentação.

O mencionado evento contou com a participação ativa de órgãos como, Governo do Estado do Amazonas, Prefeitura Municipal de Manaus, Defensoria Pública, Receita Federal, Polícia Federal, SES-AM, SEMSA, INSS, COPIME, TRE-AM, MPE-AM, IIACM, ARPEN-AM, ANOREG-AM, FVS-RCP, IBGE e PRODAM, entre outros, e contabilizou a marca de aproximadamente 16.325 (dezesesseis mil, trezentos e vinte e cinco) atendimentos à população e, especialmente, 3.505 (mil, quinhentas e cinco) certidões emitidas pelos cartórios extrajudiciais atuantes na ação.



Além disso, no período de 13 a 16 de outubro de 2025, a Corregedoria-Geral de Justiça realizou uma ampla ação de registro civil, com profundo significado social e cultural, no Município de São Gabriel da Cachoeira, distante a 852 quilômetros de Manaus e marcou o lançamento do subprograma “Brasil Parente” pelo Conselho Nacional de Justiça, voltado para erradicação do sub-registro civil indígena.

O evento – “Registre-se Brasil Parente - São Gabriel da Cachoeira” – disponibilizou documentação básica à população composta por 23 (vinte e três) etnias indígenas, com apoio de tradutores, e demais serviços de cidadania, tendo como perspectiva o combate e a erradicação do sub-registro civil na região resultando em 6.151 atendimentos durante a ação e, especificamente, 2.715 (dois mil, setecentos e quinze) atos emitidos pelo cartório atuante naquela ação de cidadania.

“Registre-se Brasil Parente é uma ação de justiça histórica. Cada registro civil feito aqui simboliza o reencontro do Estado e do Poder Público com a sua missão essencial: proteger, incluir, reconhecer e garantir direitos”, afirmou o Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, na oportunidade.

Outrossim, naquela mesma oportunidade, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com apoio da Corregedoria-Geral de Justiça inaugurou no Distrito de Iauaretê, localizado na fronteira com a Colômbia, um Ponto de Inclusão Digital, legado tecnológico e social duradouro à população rural da Município de São Gabriel da Cachoeira.

Nada obstante, foram realizados casamentos coletivos tanto na sede do Município, como no território distrital, regularizando a vida civil de centenas de famílias indígenas e reforçando o reconhecimento do Estado.

8. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – “SEMANA SOLO SEGURO FAVELA” E “SOLO SEGURO AMAZÔNIA”:

O programa Solo Seguro, parte do Programa Permanente de Regularização Fundiária, instituído pela Corregedoria Nacional de Justiça, foi integralmente adotado e adaptado à realidade amazônica, desdobrando-se em duas frentes estratégicas: o “Solo Seguro Favela”,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

focado em áreas urbanas consolidadas, e o “Solo Seguro Amazônia”, voltado para a regularização fundiária na área da Amazônia Legal.

A execução do programa no âmbito estadual foi coordenada pelo Dr. Igor de Carvalho Leal Campagnolli, Juiz-Corregedor Auxiliar, com apoio da Secretaria-Geral e do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade da Corregedoria-Geral de Justiça.

Nesse contexto, a vertente "Solo Seguro Favela" teve como objetivo central a regularização fundiária plena de assentamentos irregulares, promovendo a inclusão de populações historicamente marginalizadas. A ação culminou na Semana Solo Seguro Favela, realizada entre os dias 09 e 13 de junho de 2025, que se destacou pela mobilização interinstitucional e pela entrega maciça de títulos.

Indicador	Resultado Consolidado (2025)	Detalhamento
Regularizações entregues	13.819	Títulos registrados e entregues à população.
Pessoas beneficiadas	69.095	Estimativa de pessoas diretamente impactadas pela segurança jurídica.
Ações e Audiências Públicas	24 ações diretas / 42 audiências	Atividades de mobilização e orientação.
Municípios impactados	6	Foco em Manaus e municípios da Região Metropolitana.

O programa foi reconhecido com “Menção Honrosa” no Prêmio Solo Seguro 2024/2025 do Conselho Nacional de Justiça, atestando a qualidade da gestão e a inovação tecnológica empregada, como o desenvolvimento de um Assistente Virtual com Inteligência Artificial para orientação fundiária e a criação de um Mapa Georreferenciado para monitoramento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Noutro giro, a vertente "Solo Seguro Amazônia" abordou a complexa questão fundiária em um contexto de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. A Semana Solo Seguro Amazônia, realizada no período de 25 a 29 de agosto de 2025, teve sua abertura oficial no município de Iranduba, simbolizando a expansão da política para o interior do Amazonas.

A mobilização regional, que contou com a presença do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Mauro Campbell Marques, resultou em um balanço altamente positivo, com foco na pacificação social e no ordenamento territorial sustentável.

Indicador	Resultado (até Agosto/2025)	Projeção Final (2025)
Regularizações fundiárias	15.000	20.000
Pessoas beneficiadas	75.000	100.000
Municípios impactados	40	40

Na oportunidade, o Corregedor Nacional de Justiça Ministro Mauro Campbell Marques destacou o caráter de justiça social do programa, afirmando que *"Regularizar, significa reconhecer a dignidade; dar segurança às famílias; proteger comunidades e garantir o futuro da Amazônia"*. Por seu turno, o Corregedor-Geral do Amazonas, Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, reforçou o compromisso, declarando que o programa é um marco de continuidade para que *"cada cidadão de Manaus e do interior de nosso Estado possa afirmar com orgulho: 'Este chão é meu, esta casa é minha, este título é minha cidadania'"*.



CONCLUSÃO

O presente Relatório Circunstanciado, relativo ao exercício de 2025, consolida os resultados institucionais alcançados e apresenta, de forma sistematizada, as principais ações, programas, projetos e atividades desenvolvidas ao longo do período.

O documento foi estruturado a partir das informações técnicas, administrativas, orçamentárias e estratégicas fornecidas pelos diversos órgãos e unidades que compõem este Tribunal, refletindo o esforço integrado da **Secretaria de Planejamento**, da **Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação**, da **Secretaria de Infraestrutura**, da **Secretaria de Compras, Contratos e Operações**, da **Escola Superior da Magistratura do Amazonas**, da **Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas**, do **Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica** e da **Corregedoria-Geral de Justiça**, entre outras unidades administrativas e jurisdicionais.

Ao longo do exercício de 2025, o Tribunal manteve seu compromisso com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, promovendo a melhoria contínua da prestação jurisdicional, o fortalecimento da governança institucional, a modernização tecnológica, o aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira e o desenvolvimento de ações voltadas à capacitação de magistrados e servidores.

Os resultados apresentados evidenciam a busca permanente pelo aprimoramento da gestão pública, pela racionalização dos recursos e pelo cumprimento das metas institucionais e estratégicas, em consonância com as diretrizes nacionais do Poder Judiciário e com as normas aplicáveis à administração pública.